Meios de pagamento
Mais ágeis, transações eletrônicas avançam e mudam a rotina de consumidores e empresas Caderno especial

Especial
Meios de pagamento
Brasileiro vai do troco ao 'touch'

Estados Unidos
Planos de Kamala Harris podem elevar impostos para os mais ricos e grandes empresas em até US$ 5 tri em dez anos A13

Taxa de dependência
Crianças de até 14 anos e idosos acima dos 65 serão mais da metade da população brasileira em 2042, diz Vitor Vidal A5

Quarta-feira, 28 de agosto de 2024
Ano 25 | Número 6075 | R$ 6,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO
25 ANOS

Nova direção

DIVULGAÇÃO

A executiva Mariana Orsini será a primeira mulher a liderar as operações da Dow no Brasil. A nomeação faz parte de mudanças mais amplas no comando da companhia na América Latina, que passará a ser presidida por Matías Campodónico. Página B5

Julgamentos do STF sobre base de cálculo de tributos podem custar R$ 118,9 bilhões à União

Fiscal Com impacto estimado de R$ 35,4 bilhões, exclusão do ISS da base do PIS/Cofins está na pauta de hoje da Corte

Marcela Villar
De São Paulo

Quatro discussões a serem definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a exclusão de impostos da base de cálculo de outros tributos podem ter um impacto de R$ 118,9 bilhões para os cofres da União. O cálculo, da Receita Federal, consta no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025. Uma delas, que trata da retirada do Imposto sobre Serviços (ISS) da base do PIS e da Cofins, está pautada para julgamento no plenário do STF hoje, podendo causar perda de R$ 35,4 bilhões. Nos quatro casos, as decisões impactarão todas as ações semelhantes do Judiciário.

O principal êxito dos contribuintes em casos desse tipo foi no julgamento da chamada "tese do século", que excluiu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base do PIS e da Cofins, em 2017. Os ministros definiram o conceito de faturamento e decidiram que o tributo estadual não pode ser incluído no cálculo para a cobrança das contribuições sociais, por não configurar receita da empresa. As companhias tentam emplacar esse argumento na discussão do ISS, que é basicamente a mesma, mas trata de imposto municipal. O processo começou a ser julgado no plenário virtual em 2021, mas recomeçará do zero por pedido de destaque do ministro Luiz Fux. Os votos dos ministros já aposentados serão preservados, o que faz o placar iniciar em 3 a 0 contra a União.

A tese que pode trazer o maior impacto é a da exclusão de PIS e Cofins das próprias bases, estimado em R$ 65,7 bilhões. O argumento dos contribuintes é similar, buscando não enquadrar os tributos no conceito de faturamento. Outro tema é a retirada do PIS e da Cofins dos créditos presumidos de ICMS, tipo de benefício fiscal concedido pelos Estados. Ele pode custar R$ 16,5 bilhões à União. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu tema semelhante em abril de 2023: a exclusão do IRPJ e CSLL dos benefícios, de forma desfavorável aos contribuintes. A quarta discussão é relativa à exclusão do PIS e da Cofins da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), com impacto de R$ 1,3 bilhão. **Página E1**

Despesas são grande desafio do PLOA de 2025

Anaïs Fernandes
De São Paulo

O governo chega à reta final da elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 pressionado por soluções que ajudem a recompor receitas extraordinárias de 2024 que não devem se repetir no próximo ano, mas principalmente por estimativas mais realistas para despesas previdenciárias e o desafio de cortar gastos obrigatórios. O PLOA deve ser enviado ao Congresso até sexta-feira. Analistas querem ver como o governo vai fechar a conta de receitas e despesas para chegar ao déficit zero. "O foco fica mais nas despesas, que estão gerando desconfiança e deixando a percepção de risco fiscal mais pressionada", diz Ítalo Franca, do Santander. **Página A3**

Escolhido CEO, Pimenta marca nova etapa na Vale

Francisco Góes, Victoria Netto, Rafael Rosas, Alessandra Saraiva e Felipe Laurence
Do Rio e de São Paulo

O próximo CEO da Vale, Gustavo Pimenta, foi escolhido a partir de uma lista tríplice de candidatos da qual constavam dois executivos ligados à Anglo American, ambos também com origens em Minas Gerais: Ruben Fernandes, diretor da empresa para as Américas, e Marcelo Bastos, conselheiro da companhia. A escolha de Pimenta se deu por unanimidade, com o trio finalista entrevistado pelo conselho na segunda-feira. O colegiado possuía vasta informação sobre o perfil de cada um a partir de trabalho feito pela Russell Reynolds, contratada pela Vale para conduzir o processo de sucessão, marcado por ruídos, polêmicas e tentativas de interferência política.

Em conversa com o **Valor**, o presidente do conselho da empresa, Daniel Stieler, negou que parte do colegiado tenha sido mandatado pelo governo no processo sucessório. Disse que o conselho não avaliou nenhum nome para CEO antes da contratação da Russell Reynolds, em maio. Pimenta terá uma série de prioridades definidas para quando assumir o cargo, o que está previsto para janeiro de 2025, entre elas a segurança. No ano que vem, a Vale vai completar dez anos do caso de Mariana (MG), quando uma barragem da Samarco, empresa da qual é sócia junto com a anglo-australiana BHP, se rompeu causando mortes e uma das maiores tragédias socioambientais do país. A principal missão, porém, será criar valor para a companhia, o que passa por garantir estabilidade à produção. **Páginas B1 e B2**

Governos federal e de SP discutem incêndios; 6 suspeitos foram presos

De São Paulo e Brasília

Representantes do Ministério da Agricultura e da Secretaria de Agricultura de São Paulo vão se reunir hoje para discutir medidas de apoio aos produtores afetados pelos incêndios no interior do Estado. No setor de cana, números ainda parciais da Organização das Associações dos Produtores indicam mais de 80 mil hectares queimados, com prejuízos superiores a R$ 500 milhões. Segundo o secretário Guilherme Piai, 5,2 mil propriedades foram atingidas, em 150 municípios. Em evento na capital paulista, o ministro Carlos Fávaro reafirmou a origem criminosa dos incêndios. Desde sábado, seis suspeitos foram presos.

Ontem, o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal, determinou ao governo federal que mobilize as Forças Armadas e demais órgão federais de segurança e fiscalização ambiental para que atuem no combate aos incêndios na Amazônia e no Pantanal. **Páginas A2 e B8**

Destaques

Tabata parte para o ataque
Ao **Valor**, Tabata Amaral (PSB-SP) afirma ter "profundas diferenças" em relação a seus rivais Nunes e Boulos à Prefeitura paulistana, mas reserva os maiores ataques a Marçal. "É óbvio o perigo que ele representa." **A8**

Concessão da BR-381
O governo federal espera realizar amanhã o leilão da BR-381, de Belo Horizonte a Governador Valadares (MG). Dois grupos devem disputar o certame: Opportunity e a 4UM. O investimento previsto é de R$ 5,6 bilhões. **B3**

Indicadores

Ibovespa	27/ago/24	-0,08 %	R$ 18,0 bi
Selic (meta)	27/ago/24		10,50% ao ano
Selic (taxa efetiva)	27/ago/24		10,40% ao ano
Dólar comercial (BC)	27/ago/24		5,4963/5,4969
Dólar comercial (mercado)	27/ago/24		5,5015/5,5021
Dólar turismo (mercado)	27/ago/24		5,5296/5,7096
Euro comercial (BC)	27/ago/24		6,1339/6,1351
Euro comercial (mercado)	27/ago/24		6,1533/6,1539
Euro turismo (mercado)	27/ago/24		6,2197/6,3997

IPCA-15 tem alta de 0,19%, com alívio em serviços

Marcelo Osakabe e Lucianne Carneiro
De São Paulo e do Rio

Prévia da inflação oficial, o IPCA-15 de agosto ficou em 0,19%, exatamente o consenso dos analistas ouvidos pelo **Valor Data**. Acompanhados de perto pelo Banco Central, os serviços mostraram algum alívio. A média anualizada de três meses dos serviços mais sensíveis à demanda passou de 5,15% no IPCA-15 de julho para 4,72% em agosto, feito o ajuste sazonal, segundo cálculos da Warren Investimentos. O grupo alimentação e bebidas também teve um resultado benigno, com deflação de 0,8%; no mês anterior, a queda havia sido de 0,44%.

Já a gasolina foi a principal influência para a alta do IPCA-15 em agosto, com variação de 3,33%. O aumento acumulado em 12 meses do IPCA-15 passou de 4,45% em julho para 4,35% em agosto. A meta perseguida pelo Banco Central é de 3%, com 1,5 ponto percentual de tolerância, para mais ou para menos. **Página A6**

Dificuldades na reta final do PLOA 2025

Lu Aiko Otta

É tenso o clima nos bastidores do governo, às vésperas do fechamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025, a ser anunciado na próxima sexta-feira. Chegar a uma proposta equilibrada, que aponte para o déficit zero, tem se mostrado "cada vez mais difícil", disse um integrante da equipe econômica.

Um exemplo foi o anúncio, na última segunda-feira, da expansão do auxílio-gás, rebatizado como "Gás para Todos". O custo do programa passará de R$ 3,7 bilhões para R$ 13,6 bilhões em 2026. O número de beneficiários sairá de 5,6 milhões para 20,8 milhões.

"Difícil", comentou laconicamente a fonte, a respeito do anúncio.

Até onde a vista alcança, o programa social turbinado vai na direção contrária do que foi acordado em julho entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No que foi comemorado como um ponto de inflexão no debate fiscal dentro do governo, a equipe econômica foi autorizada a congelar R$ 15 bilhões em despesas do Orçamento deste ano, cortar R$ 25,9 bilhões em programas sociais pagos indevidamente em 2025 e prosseguir com estudos para ajustes estruturais no Orçamento em 2026.

O "Gás para Todos" na contramão não é o único indício que o combinado entre Lula e Haddad terá bons e maus momentos.

O outro caso ocorreu há duas semanas, quando a área econômica negociou a inclusão, no projeto de lei que trata da dívida dos Estados, de um dispositivo que mudava o conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), basicamente retirando dela aqueles recursos não recorrentes, como royalties e concessões.

Na prática, a mudança suavizaria o crescimento de algumas despesas cujos valores são atrelados à RCL. Por exemplo, o piso de gastos com saúde e a parcela do Orçamento reservada a emendas de parlamentares.

Esse é justamente o tipo de discussão que os técnicos gostariam de fazer para ajustar a estrutura do Orçamento e desacelerar o avanço das despesas.

Porém, a ideia sobreviveu por algumas horas apenas. Foi retirada do texto porque surgiu "um ruído com a Casa Civil", segundo revelou fonte.

Uma nova tentativa de mudança da mesma família foi inserida no acordo entre os três Poderes da República que buscou colocar alguma disciplina nas emendas de parlamentares ao Orçamento, celebrado na semana passada.

Na nota conjunta, está dito que, em relação às emendas de comissão, Executivo e Legislativo "ajustarão o tema da vinculação das emendas parlamentares à receita corrente líquida, de modo a que elas não cresçam em proporção superior ao aumento do total das despesas discricionárias". Ou seja: o valor das emendas continuará crescendo, mas a um ritmo menor do que o atual. A ver como o ponto será regulamentado.

Pelo lado das receitas, o governo deverá encaminhar ao Congresso Nacional, nesta semana, propostas para elevar a tributação dos Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

Na semana passada, Haddad disse que tais aumentos só serão acionados caso as medidas propostas pelo Senado para compensar a renúncia de receitas decorrente da desoneração da folha se mostrem insuficientes. Porém, é necessário encaminhar as propostas ao Congresso Nacional para que a arrecadação proporcionada por elas possa ser incluída no PLOA.

Olhando por outro ângulo, o Orçamento está no centro da tensão entre os Poderes da República, por causa das emendas de parlamentares. O saldo disso é incerto.

Ontem, ao falar sobre o projeto de lei que caracteriza o que são devedores contumazes, um tema prioritário para o governo, o deputado Danilo Forte (União-CE) disse que o Congresso não pode se "amiudar" diante da pressão do Executivo, e que o Orçamento é "participativo". Acrescentou que a saída para o "marasmo" nas votações no atual período de esforço concentrado do Legislativo é "mais diálogo". A rápida aprovação da proposta poderia ajudar no ajuste fiscal, acrescentou.

À parte da batalha em busca do equilíbrio entre receitas e despesas, o PLOA 2025 terá duas novidades. A primeira é o início da orçamentação de médio prazo. A peça conterá projeções para 2026.

A segunda é o anexo sobre revisão de gastos. Ali será detalhado o corte de R$ 25,9 bilhões.

Mais adiante, se tudo correr como esperam os técnicos, a revisão de gastos avançará para a "modernização" das indexações de despesa, a exemplo do que está proposto para as emendas parlamentares. Poderá, também, abarcar a reformulação de políticas públicas, trazendo novidades à vitrine do governo.

Pelo andar da carruagem, o PLOA 2025 não trará respostas fortes e contundentes para o problema do crescimento das despesas acima do das receitas. Há uma distância entre o possível e o necessário, disse Haddad na semana passada. A lacuna é geralmente preenchida pela política, acrescentou.

Seria benéfico a todos que o possível se aproximasse do necessário, com os números apontando para um equilíbrio fiscal crível e sustentável.

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras.
E-mail lu.aiko@valor.com.br

Ambiente Registros crescem 915% após incêndios em série que aconteceram na semana passada, e cenário ainda preocupa

SP é quinto Estado com mais queimadas em agosto

De São Paulo e Brasília

O registros de queimadas em São Paulo neste mês aumentaram 915% na comparação com o mesmo período do ano passado. O resultado só não foi pior que o de Mato Grosso do Sul, em que os focos cresceram 1.825%.

Com isso, São Paulo é o quinto Estado com mais focos de queimadas no país (3.483) no período de 1º a 26 de agosto — estava em 13º lugar na mesma época do ano passado. Agora, o Estado só está atrás de Mato Grosso, Pará, Amazonas e Mato Grosso do Sul, segundo dados do Inpe.

Os incêndios em série que atingiram o interior paulista na semana passada surgiram de forma quase simultânea e em áreas predominantemente agropecuárias, de acordo com levantamento do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) com base em levantamentos de focos de calor mapeados por satélite.

Dos 2.600 focos de calor registrados em São Paulo no intervalo dos dias 22 a 24 deste mês, 81% ocorreram em áreas de uso agropecuário, como as ocupadas pela cana-de-açúcar e pastagem, aponta o cruzamento das imagens da rede satélites para monitoramento ambiental com dados da cobertura e uso da terra da rede MapBiomas. Cerca de 72% do território paulista é ocupado por atividades agropecuárias.

As imagens do satélite mostram o aparecimento das colunas de fumaça no intervalo de 90 minutos, entre 10h30 e 12h do dia 23. O estudo fortalece comparações entre o episódio no interior paulista com o chamado "dia do fogo", citado pela ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Ela afirmou que o governo do presidente Lula (PT) investiga se as queimadas no Estado têm motivação semelhantes aos incêndios florestais provocados por criminosos em agosto de 2019 nos municípios de Altamira e Novo Progresso, no Pará.

Novato
São Paulo é quinto Estado com mais focos de queimadas

Posição	Estado	Focos de queimadas em agosto*	Variação ante o mesmo período de 2023
1º	Mato Grosso	10424	336,3
2º	Pará	9625	60,4
3º	Amazonas	7789	76,0
4º	Mato Grosso do Sul	4216	1825,1
5º	São Paulo	3483	915,5
6º	Rondônia	3430	125,7
7º	Minas Gerais	2136	113,2
8º	Maranhão	1929	-13,8
9º	Tocantins	1811	65,8
10º	Acre	1347	41,5

Fonte: BDQueimadas *período de 1º a 26 de agosto

Após dois dias sem fogo, O Estado de São Paulo registrou três novos focos de incêndio nesta terça-feira (27) em Batatais (a 350 km da capital), na região metropolitana de Ribeirão Preto, o que obrigou uma força-tarefa a atuar para o combate às chamas. Batatais é uma das cidades que integram a lista da Defesa Civil estadual de 48 municípios em alerta máximo para o fogo.

O cenário para os próximos dias preocupa. A Defesa Civil paulista colocou a região metropolitana de São Paulo com classificação de emergência para riscos de incêndios no próximo fim de semana.

Conforme os meteorologistas do órgão estadual, a classificação ocorre em razão do tempo quente e seco que deve voltar a atuar no Estado a partir desta sexta-feira (30). Sem previsão de chuva, a umidade relativa do ar na cidade São Paulo poderá cair a 20% no fim semana, aponta o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia), e os termômetros devem voltar a marcar 30°C na capital paulista.

Há quatro estágios de avisos para riscos de incêndio: baixo (amarelo), alto (laranja), alerta (vermelho) e emergência (roxo).

MARCOS LIMONTI/ASSOCIATED PRESS

Incêndios em série no interior paulista na semana passada surgiram de forma quase simultânea

Os incêndios que afetam diferentes partes do Brasil podem estar ligados a uma falta de chuva histórica — a mais grave das últimas quatro décadas— que atinge 16 Estados e o Distrito Federal.

Os dados são do Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais), que considerou informações de maio a agosto para todas as unidades da federação desde 1981, ano de início dos registros.

Números preliminares do centro para agosto deste ano mostram que aproximadamente sete de cada dez municípios brasileiros estão afetados por algum tipo de seca: fraca, moderada, extrema ou severa.

Já o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ao governo federal que mobilize, em no máximo 15 dias, Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Força Nacional, Bombeiros Militares e agentes de fiscalização ambiental para atuar nas queimadas no Pantanal e na Amazônia — biomas que estão sofrendo com as queimadas dos últimos dias, com fumaças espalhadas pelo território nacional. Para o custeio das ações emergenciais, a União poderá abrir crédito extraordinário por meio de medida provisória. *(Com Folhapress)*

Paes se reúne com Lula em busca de solução para estádio do Flamengo

Renan Truffi
De Brasília

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), se reuniu ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), no Palácio do Planalto, para tentar encontrar uma solução para o terreno do antigo Gasômetro, no centro do Rio de Janeiro, onde o Flamengo pretende construir um estádio próprio.

O tema envolve o governo federal porque tem colocado em lados opostos a prefeitura do Rio de Janeiro e a Caixa Econômica Federal, proprietária da área antes da ação de desapropriação encaminhada pela prefeitura.

Após a reunião com Lula, Paes disse ter certeza de que a Caixa não sairá da disputa prejudicada. "A gente sabe que existe uma posição da Caixa Econômica Federal, né? Neste caso, [o banco] busca proteger ali o patrimônio do FGTS. E, portanto, eles estão tomando algumas medidas judiciais", disse o prefeito do Rio.

O terreno, localizado em São Cristóvão, pertencia ao Fundo de Investimento Imobiliário da Caixa Econômica Federal e foi desapropriado por Eduardo Paes em junho. O edital de licitação estipulou como obrigatoriedade a implementação de um estádio, o que amarrou o leilão a favor do Flamengo. A Caixa, por sua vez, conseguiu liminar na Justiça do Rio para suspender o leilão, sob o argumento de que a desapropriação favoreceu o clube em relação a outros possíveis licitantes.

Além de Lula e Eduardo Paes, participaram da reunião no Planalto o ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias; a ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck; o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira. Os órgãos formam uma câmara de conciliação sobre o tema.

Em nota, a Caixa afirmou que em nenhum momento se posicionou contrária à construção do estádio do Flamengo e destacou que, "por dever de fidúcia e gestora do Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FIII-PM), tem a obrigação de defender o interesse de seu cotista". O banco acrescentou que a atuação da Advocacia-Geral da União, por meio da câmara de conciliação, "poderá ser alternativa para a defesa de todos os interesses envolvidos".

No encontro, ficou acertado que haverá uma nova reunião sobre o assunto na quinta-feira, no Rio, para que possíveis problemas possam ser resolvidos entre prefeitura e governo federal.

Em tom de brincadeira, o prefeito lembrou que, apesar de Lula se declarar torcedor do Vasco no Rio, a primeira-dama Rosângela Janja da Silva é flamenguista. Por isso, segundo Paes, há uma "pressão doméstica" para que o presidente da ajude a resolver a controvérsia.

"Acho que os esclarecimentos necessários foram feitos ao presidente da República, que desde o início é muito simpático ao estádio do Flamengo", disse Paes. "Eu acho que tem toda boa vontade do presidente da República, acho que foi fundamental a entrada dele na história", afirmou.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Inovação Na categoria voltada a alunos de ensino médio, tema pode ter mais de uma linha de pesquisa

Cinco caminhos levam ao Prêmio Jovem Cientista

"O Globo"

Com o tema "Conectividade e Inclusão Digital", o Prêmio Jovem Cientista deste ano instiga os jovens a pesquisas para ampliar o acesso à internet no Brasil. Na categoria estudante do ensino médio, as ideias podem surgir a partir de cinco linhas de pesquisa: educação; sustentabilidade; ética aliada à inteligência artificial; democratização tecnológica; e letramento digital para o mercado de trabalho. As inscrições vão até 4 de outubro.

A sala de aula pode se tornar um objeto de estudo interessante para os jovens. Na primeira linha de pesquisa do prêmio, os participantes devem criar ferramentas que auxiliem na formação de alunos e de professores e ajudem a combater a evasão escolar. Projetos antibullying nos colégios também são bem-vindos.

Outra possibilidade é aliar meio ambiente e tecnologia em formas de conter o aquecimento global, as mudanças climáticas e o racismo ambiental. Segundo Jacobus Swart, coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Nano e Microeletrônica, é fundamental que os estudantes desenvolvam soluções para minimizar danos com o uso de tecnologia.

"O envolvimento dos alunos em busca de novas soluções, incluindo o uso de novas ferramentas digitais, pode motivá-los a aprender, absorver e ofertar à sociedade mais conhecimento."

A reflexão sobre os desafios éticos da popularização da inteligência artificial e do multiverso também é um ponto de partida rumo à premiação. Dados a serem investigados pela realidade virtual podem ser usados para aprofundar temas como a cultura do cancelamento, a deep web, as fake news e o mau uso das mídias digitais.

> "Envolvimento dos alunos em busca de novas soluções pode motivá-los a aprender"
> *Jacobus Swart*

Outra proposta é debater a inclusão e a democratização do uso de novas tecnologias. Os projetos podem ser voltados a pessoas com deficiência, ao enfrentamento da desigualdade social e de gênero, e do combate ao racismo nas mídias sociais. A quinta linha de pesquisa incentiva os estudantes e orientadores a apresentar projetos que estudam como a IA está moldando as competências e habilidades para diversas profissões, além de sugerir métodos para capacitar jovens para o mercado de trabalho.

Em sua 30ª edição, o Prêmio Jovem Cientista, iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em parceria com Fundação Roberto Marinho, conta com patrocínio da Shell e apoio de mídia da Editora Globo e do Canal Futura. As inscrições são feitas pelo site jovemcientista.cnpq.br. Entre as premiações previstas, estão laptops, bolsas do CNPq e valores em dinheiro que vão de R$ 12 mil a R$ 40 mil.

Disputa bilionária trava acesso de alunos à internet

Murillo Camarotto
De Brasília

Uma disputa empresarial está dificultando o cumprimento da lei que destinou R$ 3,5 bilhões para os Estados garantirem acesso à internet móvel para alunos e professores da rede pública de ensino. Enquanto operadoras de telecomunicações e provedores de serviços trocam acusações em agências reguladoras, tribunais de contas e nos tribunais, somente 25% do dinheiro disponibilizado foi executado, deixando estudantes e educadores off-line.

Ainda em meio à pandemia que deixou escolas fechadas por meses, a Lei 14.172 foi promulgada em junho de 2021. Seu objetivo é usar recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust) para garantir o acesso à internet móvel "com fins educacionais". Mais de três anos depois, R$ 2,6 bilhões ainda estão pendentes de execução pelos Estados, segundo informou ao **Valor** o Ministério da Educação.

Um dos principais entraves está no reconhecimento de quais serviços englobam "conectividade" e, consequentemente, quais empresas podem oferecê-lo. Em pelo menos cinco Estados (Amazonas, Alagoas, Bahia, Espírito Santo e Goiás), os processos licitatórios tiveram como vencedora a empresa Base Mobile, do Recife. Litígios com as operadoras, no entanto, impediram ou atrasaram a prestação dos serviços.

A Base Mobile é classificada como uma SVA, empresa que presta serviço de valor adicionado. Na prática, ela compra pacotes de dados das operadoras e os oferece ao mercado por meio de suas plataformas, que foram desenvolvidas com trilhas e filtros para garantir que alunos e professores acessem apenas conteúdos educacionais, como prevê a lei.

"Quando começaram a distribuir chips e tablets para os estudantes, sobretudo naquele contexto de pandemia, notou-se um desvio grande no uso dos dados, desde pornografia até jogos. Alguns chips, inclusive, foram parar em presídios", lembra Rivaldo Paiva, CEO da Base Mobile.

As operadoras de telecom, por sua vez, entendem que apenas empresas classificadas como SMP, prestadores de serviço móvel pessoal, é que podem oferecer conectividade. A partir desse entendimento, as operadoras se recusaram a vender para a Base Mobile os chamados "perfis elétricos", nome técnico para a linha de dados virtual, espécie de linha telefônica para dados.

Com o argumento de que o pacote de dados é o seu "insumo", a Base Mobile recorreu à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que abriu processos para analisar a disputa. A autarquia determinou, via cautelar, que as operadoras realizassem a venda dos perfis, sob pena de multa. Claro, Vivo e TIM, ainda assim, resistiram e após um acordo aceitaram fornecer apenas chips de plástico, e não a versão digital.

O chip eletrônico tem entre os seus diferenciais a possibilidade de trocar de operadora de forma automatizada. Isso poderia ser útil, por exemplo, em regiões onde o sinal de determinada companhia é melhor que o de outra. Procuradas, as operadoras argumentaram que alguns modelos de edital apresentaram "sérias irregularidades técnicas e regulatórias", justamente com a possibilidade de prestação do serviço sem a devida autorização.

"Além disso, esse modelo coloca em risco o controle da rede, o que pode comprometer sua segurança e a dos usuários. Nesse contexto, pelo fato de as associadas da Conexis estarem genuinamente atentas à expansão da conectividade, em alinhamento com Anatel, foram tomadas as medidas possíveis para que a conectividade fosse viabilizada", disse em nota a associação representativa das operadoras.

DIVULGAÇÃO

Retorno às aulas presenciais deve ter reforçado necessidade de conexão das escolas, segundo especialista

A resistência das grandes operadoras à adoção do chip digital surgiu como oportunidade para a criação das operadoras móveis virtuais, mais conhecidas como MVNOs. São empresas que oferecem serviços de telefonia móvel sem possuir infraestrutura própria de rede, ou seja, "alugando" a infraestrutura das principais operadoras do país.

Como também são classificadas como prestadores de serviço móvel pessoal (SMP), essas empresas ingressaram no Tribunal de Contas da União (TCU) com uma denúncia contra a "concorrência" da Base Mobile. "Isso ataca a espinha dorsal do nosso negócio. Eles (Base) não podem vender conectividade porque não são nem operadora nem operadora virtual", alega Olinto Sant'Ana, presidente da Abratual, entidade que representa as MVNOs que atuam no Brasil.

O processo no TCU deixou alguns Estados inseguros e algumas licitações acabaram não sendo concluídas — casos, por exemplo, de Alagoas e Amazonas. Em julho deste ano, a denúncia foi arquivada pelo tribunal.

Os atrasos nas licitações, a logística envolvida no uso de chips convencionais e as disputas ainda pendentes de decisão definitiva resultam na baixa execução do programa e, consequentemente, na desconexão de um grande contingente de alunos e professores. "Foi o impacto de uma segunda pandemia. O ensino híbrido não funcionou nem de perto o quanto era pra ter funcionado", lamenta o CEO da Mobile.

Diretora-executiva do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), Julia Sant'Anna lembra que a pandemia apenas escancarou a desigualdade na educação brasileira. Ela lembrou que somente 8% das escolas públicas do país utilizam a internet para fins pedagógicos.

Apesar de destacar a importância da oferta de conexão móvel para alunos e professores, ela disse que o retorno às aulas presenciais deve reforçar a necessidade de conexão das escolas.

O MEC lembrou que a lei foi alterada em julho do ano passado, para ampliar o prazo de execução dos recursos e para alterar o escopo do que poderia ser executado, permitindo, para além de conectividade móvel para estudantes e professores, também a conectividade das escolas.

DAVILYM DOURADO/VALOR

Situações mais desafiadoras de falta de creche estão no Norte e Centro-Oeste

44% das cidades do país têm fila por vaga em creche

Folhapress

O Brasil tem 632 mil crianças fora da escola por falta de vaga em creche. Há fila por vagas em 44% dos municípios brasileiros, segundo estudo realizado pelo Gaepe-Brasil (Gabinete de Articulação para a Efetivamente da Educação) e pelo MEC (Ministério da Educação).

O estudo mostra que 7 em cada 10 crianças na fila por creche têm até dois anos. As situações mais desafiadoras estão nas regiões Norte e Centro-Oeste.

A falta de vagas em creche é um dos grandes desafios da educação brasileira. Pesquisas internacionais e nacionais têm reforçado a importância da educação na primeira infância para o desenvolvimento educacional e sucesso na vida adulta.

A pesquisa questionou todos 5.569 municípios e o Distrito Federal, que responderam aos questionamentos. O levantamento ocorreu entre 18 de junho e 5 de agosto, considerado o Mês da Primeira Infância.

Todos os municípios de Acre, Amapá e Roraima, além do Distrito Federal, registram fila por falta de vagas. "O objetivo é contribuir para a elaboração de um plano de ação nacional efetivo para apoiar as redes no planejamento de expansão do atendimento às crianças na creche e na pré-escola", diz nota do Gaepe-Brasil.

Lei sancionada em maio deste ano traz a obrigação de que as redes de ensino divulguem, anualmente, a fila por creches. Também devem ter um planejamento de expansão da oferta, uma vez identificada essa necessidade.

A educação infantil é responsabilidade dos municípios, que muitas vezes encontraram dificuldades orçamentárias para essa oferta. Governos estaduais têm obrigação de colaborar com as prefeituras, mas isso não tem acontecido a contento — 12 governos estaduais nem sequer mencionam termos ligados à educação infantil em suas leis orçamentárias.

> Todos os municípios de Acre, Amapá e Roraima registram fila por falta de vagas

O governo federal também tem obrigação de apoiar as redes municipais, mas sucessivas gestões têm falhado nessa missão. O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) prometeu ano passado destravar obras de educação paradas, mas até agora nenhuma foi retomada — há 1.317 obras de creches e pré-escolas paradas, o equivalente a 35% do total.

De acordo com painel do governo sobre a retomada de obras voltadas para educação infantil (como construção de creches e escolas), somente 132 obras tinham registro de termo gerado entre União e prefeituras.

A legislação brasileira não prevê a obrigatoriedade da matrícula de crianças com menos de quatro anos, mas o Estado é obrigado oferecer a vaga quando houver demanda. O PNE (Plano Nacional de Educação) previu que o país garantisse até 2024 metade das crianças da idade matriculada, o que não foi alcançado.

Além disso, em 2022, o STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que o poder público precisa garantir vagas em creches e pré-escolas para crianças de até cinco anos.

De acordo com o levantamento divulgado nesta terça, a taxa de escolarização de crianças de até três anos é de 39%. No Norte, esse percentual é o mais baixo, de 21%, seguido de Centro-Oeste (32%), Nordeste (35%) e Sudeste e Sul (ambas regiões com 46%).

O Gaepe-Brasil é uma instância de diálogo e cooperação entre atores do setor público e sociedade civil envolvidos na garantia do direito à educação. Idealizada e coordenada pelo Instituto Articule, a iniciativa tem cooperação da Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) e do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa.

Demografia Projeção é que isso aconteça em 2042, e não mais em 2035, mas movimento se deve à queda maior que imaginada de jovens

País vai levar mais tempo para ter metade de idosos e crianças

Lucianne Carneiro
Do Rio

A chamada razão de dependência — a relação entre a soma das crianças (0-14 anos) e idosos (65 ou mais) frente à população em idade ativa (15-64 anos) — deve ultrapassar os 50% em 2042, ante 44,6% em 2023, mostram as projeções da população divulgadas na semana passada pelo IBGE. Esse percentual era de 90,2% pelo Censo Demográfico de 1960, caiu até 2017, manteve-se estável até 2021 e a partir daí, começou a subir.

Levantamento feito pelo economista Vitor Vidal, que hoje cursa doutorado na Universitat de Barcelona e já foi do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e do Bradesco, mostra que esse marco dos 50% na relação entre a população dependente e aquela em idade ativa foi postergado em sete anos, se comparadas as projeções do IBGE de 2018 e 2024.

Só que isso ocorreu pela queda de população projetada entre crianças e a população em idade ativa — o que sugere que teremos menos gente para trabalhar e capaz de gerar riqueza do que se imaginava anteriormente. Se a tendência de envelhecimento da população já era conhecida, a comparação das projeções aponta aceleração do ritmo, alerta Vidal:

“Esses 50% na relação entre crianças e idosos e a população em idade ativa são um marco na literatura, uma espécie de número mágico para indicar um contingente elevado da população inativa. A gente ganhou sete anos entre projeções de 2024 e 2018, mas o que explica é o decréscimo populacional nas idades mais novas e na população em idade ativa.”

O aumento constante da razão de dependência daqui para a frente reflete a queda de fecundidade, que começa a frear o crescimento da população em idade ativa — há menos crianças nascendo e, portanto, menos gente se tornando apto a trabalhar —, enquanto cresce o número de idosos por causa do aumento da longevidade.

O trabalho de Vidal faz uma série de comparações entre as seis últimas projeções de população (2000, 2004, 2008, 2013, 2018 e 2024). A cada rodada de estimativas, o IBGE atualiza os números a partir dos dados mais recentes de Censo Demográfico e com informações novas que afetem a demografia do país, como foi o caso da pandemia, por exemplo.

Com dados para o período de 2000 a 2070, o estudo Projeções da População 2024 renova, portanto, o cenário traçado pelo IBGE em 2018. Naquele ano, a expectativa era que a população de 0 a 14 anos fosse de 43,852 milhões em 2023. No novo panorama do instituto, este número chegou a 42,526 milhões, o que significa uma diferença de 1,32 milhão de crianças a menos.

Essa distância da população mais jovem observada entre as projeções de 2018 e 2023 vai se acumulando ao longo dos anos. Para 2050, o IBGE projeta 29,743 milhões de crianças de até 14 anos pelo cenário atual (2024), 6,23 milhões que o esperado em 2018.

Professor aposentado da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence), ligada ao IBGE, o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves diz que a taxa de dependência deve ficar abaixo dos 50% até meados da década de 2040, que é um bom momento do bônus demográfico, e aponta para as consequências econômicas de ultrapassar esse patamar dos 50%.

“Na segunda metade do século XXI, a razão de dependência vai aumentar muito e isto terá grande impacto econômico e em especial na Previdência”, afirma Alves.

Outra forma de observar o fenômeno é pelo contingente de pessoas em idade ativa. Pela projeção de 2018 do IBGE, esse número seria de 149 milhões em 2023, 2,6 milhões a mais que pela estimativa mais recente, de 2024. Para 2050, esse descolamento é maior: 146,9 milhões no dado esperado em 2018 e 139,2 milhões no panorama atual, quase 8 milhões a menos de pessoas aptas a trabalhar.

“O que mais mudou foi a aceleração [da queda] da população em idade adulta [ou ativa]. O que a gente vê nos dados das projeções populacionais é que o ritmo de envelhecimento só acelera em relação ao que se esperava anteriormente. De fato, tem que se discutir uma nova reforma da Previdência. Esse assunto não terá como ficar fora da pauta do próximo governo”, defende o economista.

O levantamento de Vidal também compara o cenário para 2050 da relação entre a população em idade ativa (15-64 anos) e os idosos (65 ou mais) nas últimas projeções populacionais do IBGE. Em 2000, acreditava-se que haveria 3,9 pessoas em idade ativa para cada idoso em 2050. Agora, a estimativa é que essa relação seja de 2,7.

Atualmente, a relação entre a população em idade ativa e a população em geral está na faixa dos 69%, nível observado desde 2014 e que se manterá até 2025, pela projeção do IBGE. Em 2026, cai para 68,9% e recua gradativamente a partir daí para 63,2% em 2050, 59,8% em 2060 e 57% em 2070.

O indicador é usado para caracterizar o bônus demográfico, quando há um contingente maior de pessoas em idade de trabalhar que aquelas dependentes, como crianças e idosos. Quanto maior a mão de obra, mais gente é capaz de gerar riqueza para o país e impulsionar o crescimento econômico, o que permite melhorar as condições de vida da população.

Pesquisadora sênior do FGV Ibre e coordenadora do Boletim Macro Ibre, a economista Silvia Matos destaca o efeito do crescimento mais forte do grupo em idade ativa que da população geral para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) per capita. Até agora, o bônus demográfico ajuda no crescimento do indicador, mesmo com evolução limitada da produtividade.

“A relação entre a PIA [população em idade ativa] e a população crescia 0,4% ao ano em média, o permitia ao PIB per capita crescer mais que a produtividade do trabalho. Sem bônus demográfico, será mais difícil o descolamento do PIB per capita e da produtividade do trabalho”, afirma Matos.

O desafio para o aumento mais elevado do potencial de crescimento no médio prazo, de acordo com a economista, é o fato de que a taxa de participação no mercado de trabalho não aumenta, mesmo com a escolaridade. “O Brasil já tem uma taxa de participação baixa para um país de renda média e ainda não tão envelhecido”, diz.

O retrato da transição demográfica

Os números que traduzem as mudanças na população

- Crianças de 0 a 14 anos mais idosos (65+) frente à população em idade ativa (15-64 anos), em %
- Parcela do grupo em idade ativa na população total, em %

80
70
60
50

64,1
68
69,1
66,6
70,0
75,4
56,1
47,1
44,6
50,3
58,8
57,0

2000
2010
2023
2042
2063
2070

Fonte: IBGE

DIVULGAÇÃO

> “50% na relação entre crianças e idosos e população adulta são marco de população inativa alta”
> *Vitor Vidal*

Conjuntura Com alta de 0,19% no mês, indicador fica dentro do esperado por analistas e traz boa notícias para a condução da política monetária pelo Banco Central

Após meses de pressão, serviços dão alívio na prévia da inflação de agosto

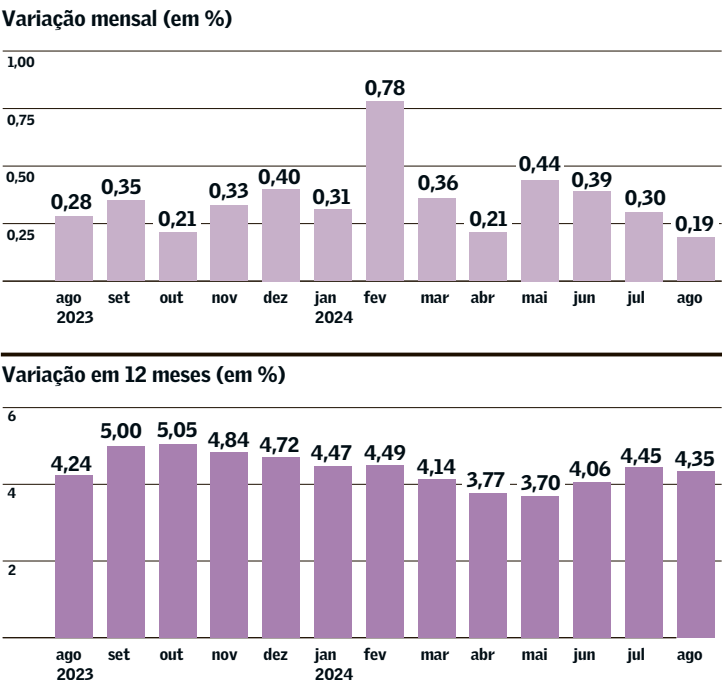
Marcelo Osakabe e Lucianne Carneiro
De São Paulo e do Rio

A prévia da inflação de agosto trouxe uma boa notícias para a condução da política monetária. Após várias leituras sinalizando pressão, os serviços mostraram alívio, em um movimento que parecer ter relação com as enchentes no Rio Grande do Sul e também com atividades sensíveis ao mercado de trabalho.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo -15 (IPCA-15) subiu 0,19% em agosto, após alta de 0,30% em julho. O resultado veio em linha com a mediana das 30 projeções colhidas pelo Valor Data. Em 12 meses, o indicador acumula alta de 4,35% e, em 2024, de 3,02%.

A gasolina foi a principal influência individual para a alta do IPCA-15 em agosto, com variação de 3,33% e impacto de 0,17 ponto percentual. Entre as classes de despesa, o destaque foi para alimentação e bebidas, cuja deflação alcançou 0,80%.

O chamado Índice de Difusão, que mede a proporção de bens e serviços que tiveram aumento de preços no período, subiu para 53,1% neste mês, vindo de 51,2% na prévia de julho. Já a média dos cinco núcleos do IPCA-15 monitorados pelo Banco Central desacelerou para 0,29% em agosto,

Prévia da inflação
IPCA-15 desacelera em agosto

Fonte: IBGE

vindo de 0,34% em julho, segundo cálculos da MCM Consultores.

"O dado veio acima do que esperávamos, mas o vemos com bons olhos. As surpresas altistas vieram concentradas em itens voláteis e que tiveram deflação menor que o esperado, como alimentação no domicílio e passagens aéreas. Já as aberturas de serviços mostraram surpresa benigna", comentou o economista da Parcitas Gustavo Maia.

Nos cálculos da Warren Investimentos, a média móvel de três meses dessazonalizada e anualizada da inflação de serviços subjacentes desacelerou de 5,15% na prévia de julho para 4,72% na de agosto. Já o serviços intensivos em mão de obra passaram de 4,94% para 4,43%, na mesma métrica.

"A gente não viu uma descompressão como essa neste ano e era até fácil justificar a tendência, se olharmos o comportamento do Caged e o crescimento dos salários reais. Então o novo dado é uma notícia positiva, ainda que seja cedo para comemorar", diz Andréa Angelo, estrategista de inflação da corretora.

Ela pondera, no entanto, que o movimento nos preços de serviços contou com ajuda da devolução de altas recentes em itens como seguro de automóvel, que podem ter tido relação com as enchentes no Rio Grande do Sul. Por outro, também foi ajudado pela desaceleração em áreas que costumam mostrar grande volatilidade, como cabeleireiro.

"A despeito do dado cheio um pouco pior, a parte da inflação que gostaríamos de ver cedendo mais, a de serviços intensivos em trabalho, veio abaixo da nossa projeção. Tínhamos 0,40% e veio 0,24%", disse Rafael Gonçalves Cardoso, economista-chefe do Departamento de Pesquisa Econômica do Banco Daycoval. "Foi também a menor variação desde novembro do ano passado, então é um refresco, levando em consideração que é a parte que o BC tem dado mais atenção."

Cardoso chamou atenção ainda para o comportamento dos bens industriais, cujos preços haviam subido mais que o esperado em julho, levantando um alerta sobre o repasse cambial. Na prévia de agosto esse temor arrefeceu, disse, dado que houve variações para ambos os lados, sendo que o principal vetor de alta — o etanol — tem menor sensibilidade ao câmbio.

João Fernandes, economista da Quantitas, também ressalta a boa leitura da inflação de serviços intensivos em mão de obra, que levaram a métrica mensal anualizada de 6,5% em julho para 3% na prévia de agosto. Ainda assim, uma alta da alta da Selic na próxima reunião ainda é o cenário-base, diz.

"Existem outros elementos em jogo que continuam majoritários, como as expectativas de inflação desancoradas e que voltaram a subir, a atividade forte e o comportamento dos preços de bens do câmbio, cuja trajetória ainda é incerta por causa das questões fiscais, de risco-país", afirmou. A Quantitas projeta elevação de 0,25 ponto na próxima reunião do Copom.

> "Dado veio acima do que esperávamos, mas o vemos com bons olhos"
> *Gustavo Maia*

Recurso contesta decisão do TCU

Murillo Camarotto
De Brasília

O Ministério Público de Contas ingressou ontem com recurso contra a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que deu aval para que conselheiros de agências reguladoras extrapolem o mandato limite de cinco anos caso sejam nomeados para a presidência ou diretoria-geral das autarquias.

Endereçado pela procuradora-geral do TCU, Ana Cristina Machado, o recurso faz um contraponto ao entendimento aprovado em plenário no último dia 7. Na ocasião, a maioria dos ministros decidiu que, ao interferir no mandato, o tribunal estaria invadindo as competências de quem nomeou e sabatinou os presidentes das agências.

"A jurisdição do tribunal para a correção de vícios de legalidade e a sustação de atos impugnados, na condição de órgão auxiliar do Congresso Nacional é ínsita à atividade de controle externo e não deve ser interpretada de forma restritiva, nem mesmo em razão do caráter complexo de nomeação dos membros de colegiados das agências reguladoras", sustenta a procuradora-geral.

Apesar do pedido de reconsideração, ela preserva o atual diretor-geral da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Carlos Baigorri, que seria o primeiro afetado pela eventual proibição de mandatos superiores a cinco anos. Machado diz no recurso que ele poderia ser mantido "em caráter excepcionalíssimo".

Em defesa da manutenção de Baigorri até o fim de 2026, totalizando mais de seis anos na Anatel, Machado argumentou que o "ineditismo do debate no TCU, associado à extensão das divergências que o assunto levantou no plenário da casa, assim como a importância da segurança jurídica para o regular funcionamento da Anatel" admitiria a permanência.

Ela também sugeriu que o tribunal recomende ao Executivo, via Casa Civil, que elabore e apresente ao Congresso um anteprojeto de lei para disciplinar regras e prazo "para investidura de ex-integrante no cargo de membro do Conselho Diretor de agência reguladora".

O caso, em tramitação desde janeiro de 2022, dividiu opiniões no TCU, o que resultou em uma sequência de pedidos de vistas e retiradas de pauta. A área técnica do tribunal entendeu que o prazo original dos mandatos deveria ser respeitado, independentemente do cargo. A maioria dos ministros, entretanto, decidiu de forma diferente.

O imbróglio é explicado por interpretações discrepantes da Nova Lei das Agências, aprovada em 2019. O texto diz que os diretores terão mandato de, no máximo, cinco anos, sem recondução. Há quem entenda, no entanto, que este limite não deve ser cumulativo quando o diretor é alçado ao posto de presidente da autarquia, ou diretor-geral.

Durante o julgamento, prevaleceu uma preliminar apresentada pelo ministro Jorge Oliveira. Segundo ele, ao interromper o mandato de um diretor-geral, o TCU estaria atravessando prerrogativas do Congresso Nacional, responsável pela sabatina e pela aprovação dos nomes para as autarquias.

O recurso do encaminhado pelo ministério Público ainda não teve um relator sorteado, o que deve acontecer nos próximos dias. Somente depois dessa etapa é que será possível ter uma ideia de quando o caso poderá voltar ao plenário.

> Imbróglio se deve a interpretações discrepantes da Nova Lei das Agências

Projeto orçamentário de 2025 é mais confortável que atual, diz Haddad

Estevão Taiar e Guilherme Pimenta
De Brasília

DIOGO ZACARIAS/MF

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2025 "me causa mais conforto do que" o PLOA de 2024. Segundo ele, o texto referente ao ano que vem, que será apresentado na sexta-feira, contará também com "programas sugeridos pelo setor privado". As afirmações foram feitas na Conferência Anual do Santander, na qual ele também disse que defendeu para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que o novo presidente do Banco Central (BC) seja apresentado até o início do mês que vem.

No evento, Haddad afirmou que o PLOA de 2024 "subestimava receitas ordinárias e superestimava receitas extraordinárias". Isso aconteceu, de acordo com ele, principalmente por questões técnicas, como o comportamento do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI).

"Meu feeling é que essa peça [de 2025] está bastante mais ajustada ao que vai acontecer na economia brasileira", disse. "Do ponto de vista técnico, [o texto] traz segurança ainda maior para nós de que estamos em trajetória consistente [de equilíbrio nas contas públicas]."

Haddad destacou as sugestões feitas "pelo setor privado, que está se unindo ao esforço da Fazenda para buscar fontes e alternativas de receita". Uma das propostas originárias do setor privado e que estarão no PLOA "vai ao encontro de um sistema tributário decente".

O ministro também afirmou que tem a "obsessão" de diminuir, por meio da queda dos "déficit primários bastante elevados", o "estímulo fiscal que vem sendo dado há dez anos".

A respeito da meta de resultado primário estabelecida para este ano, Haddad disse afirmou que acredita "que vamos conseguir" atingi-la, "ainda que dentro da banda". A meta de é de déficit zero para este ano, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB). A banda de 0,25 ponto percentual equivale a algo entre R$ 28,8 bilhões para cima ou para baixo.

> "Podemos aliviar esse montante, mas vai ficar em patamar elevado"
> *Fernando Haddad*

"Mas [o objetivo será cumprido] com uma composição mais benéfica do ponto de vista da arrecadação", disse.

De acordo com ele, o governo federal poderá diminuir o congelamento de R$ 15 bilhões de despesas da União anunciado no mês passado e realizado para cumprir tanto a meta de resultado do primário quanto o limite de despesas estabelecidos pelo arcabouço fiscal.

"Podemos aliviar esse montante, mas vai ficar em patamar elevado", afirmou. Mas, segundo o ministro, a redução vai "depender do Congresso", referindo-se a projetos em tramitação.

Por fim, Haddad ainda afirmou que ele e o presidente do BC, Roberto Campos Neto, concordaram em conversas entre os dois "que agosto era um bom mês" para anunciar o novo presidente da autoridade monetária.

"Levei ao presidente [Lula] que fim de agosto, começo de setembro seria uma boa data", disse. "O presidente está com essa informação na cabeça para fazer o anúncio em breve."

O atual diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, é o principal cotado para assumir a vaga. Ele é próximo de Lula e foi secretário-executivo do Ministério da Fazenda no primeiro semestre de Haddad à frente da pasta.

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jul/24	jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	fev/24	jan/24	dez/23	nov/23	out/23
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	1,37	0,41	0,32	-0,15	0,51	0,67	0,75	0,11	0,05
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	4,1	-1,5	-0,3	1,0	0,2	-0,8	0,9	0,8	0,0
Indústria de transformação	-	4,5	-2,5	0,4	0,9	0,6	0,2	0,5	0,1	0,2
Indústrias extrativas	-	2,5	3,4	-3,6	0,7	-1,3	-6,7	3,7	3,3	-0,4
Bens de capital	-	0,5	-2,2	3,1	-1,5	2,7	11,0	-1,9	-0,5	-0,3
Bens intermediários	-	2,6	-0,9	-1,1	1,2	-0,8	-2,7	1,7	1,7	0,7
Bens de consumo	-	6,8	-2,1	0,5	0,6	1,6	-0,7	1,2	0,1	-0,9
Faturamento real (CNI - %)	-	6,3	-4,8	2,3	-1,4	3,2	-0,7	2,6	0,8	-0,6
Horas trabalhadas na produção (CNI - %)	-	2,2	-2,4	2,4	-1,6	2,4	0,2	1,6	0,7	-0,2
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-0,1	1,1	0,3	1,3	1,3	1,1	0,4	1,0	0,1
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	-1,0	0,9	0,8	0,2	0,9	1,8	-0,7	0,4	-0,1
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	2,7	-1,0	0,8	1,7	-1,6	2,4	0,0	1,1	0,0
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	1,7	-0,4	0,4	0,3	-0,5	0,5	0,5	1,0	-0,5
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	-	6,9	7,1	7,5	7,9	7,8	7,6	7,4	7,5	7,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,1	0,1	0,0	0,3	0,4	0,6	0,1	0,2	0,6
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	2,2	0,5	-1,3	0,7	1,0	0,3	0,9	2,3	0,0	-1,4
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	30.919	29.044	30.255	30.455	27.723	23.429	26.704	28.786	27.886	29.682
Importações	23.279	22.333	21.851	21.886	20.492	18.225	20.512	19.463	19.097	20.501
Saldo	7.640	6.711	8.404	8.568	7.230	5.204	6.192	9.323	8.789	9.181

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

Mês	TR (1)	Poupança (2)	Poupança (3)	TBF (1)	Selic (4)	TJLP	TLP	FGTS (5)	CUB/SP	UPC	Salário mínimo
	Em %									Em R$	
jan/23	0,2081	0,7091	0,7091	1,0398	1,12	0,6142	0,4812	0,4552	-0,06	23,93	1.302,00
fev/23	0,0830	0,5834	0,5834	0,8536	0,92	0,5546	0,4931	0,3298	0,00	23,93	1.302,00
mar/23	0,2392	0,7404	0,7404	1,0912	1,17	0,6142	0,4986	0,4864	-0,18	23,93	1.302,00
abr/23	0,0821	0,5825	0,5825	0,8527	0,92	0,5873	0,4907	0,3289	0,29	24,06	1.302,00
mai/23	0,2147	0,7158	0,7158	1,0465	1,12	0,6070	0,4812	0,4619	1,44	24,06	1.320,00
jun/23	0,1799	0,6808	0,6808	1,0014	1,07	0,5873	0,4622	0,4270	0,64	24,06	1.320,00
jul/23	0,1581	0,6589	0,6589	0,9694	1,07	0,5843	0,4464	0,4051	0,09	24,17	1.320,00
ago/23	0,2160	0,7171	0,7171	1,0578	1,14	0,5843	0,4321	0,4632	0,05	24,17	1.320,00
set/23	0,1130	0,6136	0,6136	0,9039	0,97	0,5654	0,4194	0,3599	-0,05	24,17	1.320,00
out/23	0,1056	0,6061	0,6061	0,8964	1,00	0,5478	0,4186	0,3525	-0,05	24,29	1.320,00
nov/23	0,0775	0,5779	0,5779	0,8481	0,92	0,5301	0,4337	0,3243	0,12	24,29	1.320,00
dez/23	0,0690	0,5693	0,5693	0,8395	0,89	0,5478	0,4519	0,3158	0,00	24,29	1.320,00
jan/24	0,0875	0,5879	0,5879	0,8582	0,97	0,5462	0,4551	0,3343	0,00	24,35	1.412,00
fev/24	0,0079	0,5079	0,5079	0,7380	0,80	0,5109	0,4456	0,2545	0,10	24,35	1.412,00
mar/24	0,0331	0,5333	0,5333	0,7733	0,83	0,5462	0,4400	0,2798	0,10	24,35	1.412,00
abr/24	0,1023	0,6028	0,6028	0,7830	0,89	0,5395	0,4456	0,3492	0,05	24,38	1.412,00
mai/24	0,0870	0,5874	0,5874	0,7576	0,83	0,5576	0,4630	0,3338	1,22	24,38	1.412,00
jun/24	0,0365	0,5367	0,5367	0,7268	0,79	0,5395	0,4796	0,2832	0,79	24,38	1.412,00
jul/24	0,0739	0,5743	0,5743	0,8402	0,91	0,5770	0,4970	0,3207	0,41	24,44	1.412,00
ago/24	0,0707	0,5711	0,5711	0,8080	0,87	0,5770	0,5088	0,3175	-	24,44	1.412,00
2024	**0,50**	**4,59**	**4,59**	**6,46**	**7,09**	**4,48**	**3,80**	**2,50**	**2,70**	**0,62**	**6,97**
Em 12 meses*	**0,87**	**7,09**	**7,09**	**10,22**	**11,20**	**6,79**	**5,60**	**3,89**	**2,31**	**1,12**	**6,97**
2023	**1,76**	**8,04**	**8,04**	**12,01**	**13,04**	**7,15**	**5,65**	**4,81**	**2,31**	**2,02**	**8,91**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para agosto projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/24	4º Tri/23	2024 (1)	2023	2022	2021
PIB (R$ bilhões) *	2.714	2.831	10.987	10.856	10.080	9.012
PIB (US$ bilhões) **	556	571	2.233	2.174	1.952	1.670
Taxa de Variação Real (%)	0,8	-0,1	2,5	2,9	3,0	4,8
Agropecuária	11,3	-7,4	6,4	15,1	-1,1	0,0
Indústria	-0,1	1,2	1,9	1,6	1,5	5,0
Serviços	1,4	0,5	2,3	2,4	4,3	4,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	4,1	0,5	-2,7	-3,0	1,1	12,9
Investimento (% do PIB)	16,9	16,1	16,5	16,5	17,8	17,9

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. (1) 1º trim de 2024, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.412,00	7,50
De 1.412,01 até 2.666,68	9,00
De 2.666,69 até 4.000,03	12,00
De 4.000,04 até 7.786,02	14,00
Empregador doméstico	8,00

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data *Competência ago/24. **Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Faixas de contribuição

Base de cálculo* em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.259,20	0,0	0,00
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
***Valor considera o desconto simplificado de R$ 564,80**
Obs. Desconto por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

Discriminação	Janeiro-julho 2024	Janeiro-julho 2023	Var. %	julho 2024	julho 2023	Var. %
Receita Federal						
Imposto de renda total	**505,8**	**454,1**	**11,39**	**71,9**	**64,8**	**10,89**
Imposto de renda pessoa física	45,0	36,6	23,00	5,4	5,2	3,58
Imposto de renda pessoa jurídica	204,1	196,7	3,78	34,1	30,7	11,01
Imposto de renda retido na fonte	256,7	220,8	16,25	32,4	28,9	12,07
Imposto sobre produtos industrializados	43,9	34,5	27,26	6,7	4,9	37,19
Imposto sobre operações financeiras	37,4	34,7	7,81	5,5	5,1	7,65
Imposto de importação	40,1	31,2	28,59	6,7	4,4	52,45
Cide-combustíveis	1,7	0,1	-	0,3	0,0	-
Contribuição para Finsocial (Cofins)	234,8	188,3	24,67	35,7	27,9	28,33
CSLL	108,7	101,7	6,90	18,0	16,3	10,59
PIS/Pasep	64,5	52,7	22,42	9,5	7,7	24,05
Outras receitas	492,6	447,4	10,08	76,7	70,7	8,43
Total	**1.529,5**	**1.344,7**	**13,75**	**231,0**	**201,8**	**14,48**
	fev/24 Valor**	fev/24 Var. %*	jan/24 Valor**	jan/24 Var. %*	fev/23 Valor	fev/23 Var. %*
ICMS - Brasil	**51,2**	**-16,88**	**61,6**	**-5,42**	**50,7**	**-9,74**
	jun/24 Valor	jun/24 Var. %*	mai/24 Valor	mai/24 Var. %*	jun/23 Valor	jun/23 Var. %*
INSS	**49,7**	**1,33**	**49,1**	**-2,76**	**45,9**	**-3,85**

Fontes: Receita Federal, Previdência Social, Secretaria da Fazenda. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior. **preliminar

Inflação

Variação no período (em %)

	ago/24	jul/24	Acumulado em 2024	Acumulado em 2023	Acumulado em 12 meses	Número índice ago/24	Número índice jul/24	Número índice dez/23	Número índice ago/23
IBGE									
IPCA	-	0,38	2,87	4,62	4,50	-	6.967,89	6.773,27	6.683,28
INPC	-	0,26	2,95	3,71	4,06	-	7.159,57	6.954,74	6.893,93
IPCA-15	0,19	0,30	3,02	4,72	4,35	6.846,50	6.833,52	6.645,93	6.560,89
IPCA-E	-	-	2,52	4,72	4,06	-	-	6.645,93	6.560,89
FGV									
IGP-DI	-	0,83	1,95	-3,30	4,16	-	1.127,10	1.105,54	1.082,59
Núcleo do IPC-DI	-	0,32	2,30	3,48	3,75	-	-	-	-
IPA-DI	-	0,93	1,43	-5,92	4,10	-	1.312,82	1.294,35	1.262,45
IPA-Agro	-	0,72	2,17	-11,34	4,04	-	1.824,08	1.785,32	1.743,47
IPA-Ind.	-	1,01	1,15	-3,77	4,12	-	1.107,16	1.094,53	1.067,07
IPC-DI	-	0,54	3,01	3,55	4,12	-	755,73	733,67	724,28
INCC-DI	-	0,72	3,55	3,49	4,67	-	1.126,92	1.088,31	1.078,41
IGP-M	-	0,61	1,71	-3,18	3,82	-	1.143,31	1.124,07	1.099,71
IPA-M	-	0,68	1,16	-5,60	3,72	-	1.349,62	1.334,20	1.298,95
IPC-M	-	0,30	2,96	3,40	3,90	-	737,65	716,46	708,64
INCC-M	-	0,69	3,34	3,32	4,42	-	1.122,45	1.086,15	1.077,50
IGP-10	0,72	0,45	2,36	-3,56	4,26	1.170,28	1.161,97	1.143,35	1.122,49
IPA-10	0,84	0,49	1,90	-6,02	4,21	1.392,81	1.381,26	1.366,78	1.336,50
IPC-10	0,33	0,24	3,31	3,43	4,23	744,76	742,33	720,87	714,51
INCC-10	0,59	0,54	3,88	3,04	4,64	1.111,71	1.105,16	1.070,21	1.062,42
FIPE									
IPC	-	0,06	1,93	3,15	3,17	-	688,31	675,27	665,86

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre = 1,04%, IGP-M 2ª prévia ago/24 0,45% e IPC-FIPE 3ª quadrissemana ago/24 0,17%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2024

Quota	Vencimento	Valor da quota (Campo 7 do DARF)	Valor dos juros (Campo 9 do DARF)	Valor total (Campo 10 do DARF)
	No prazo legal			
1ª ou única	31/05/2024	Valor da declaração	-	Campo 7 + Campo 8 + Campo 9
2ª	28/06/2024		1,00%	
3ª	31/07/2024		1,79%	
4ª	30/08/2024		2,70%	
5ª	30/09/2024			
6ª	31/10/2024			
7ª	29/11/2024			
8ª	30/12/2024			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/24 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

Dívida líquida do setor público	jun/24 Valor	jun/24 % do PIB	mai/24 Valor	mai/24 % do PIB	jun/23 Valor	jun/23 % do PIB
Dívida líquida total	**6.946,2**	**62,21**	**6.897,1**	**62,08**	**6.096,5**	**57,92**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-12,8	-0,11	-19,7	-0,18	9,0	0,09
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-912,6	-8,17	-819,0	-7,37	-676,1	-6,42
Dívida fiscal líquida	**7.871,6**	**70,49**	**7.735,9**	**69,63**	**6.763,6**	**64,25**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	7.706,3	69,02	7.604,4	68,45	6.744,8	64,07
Dívida externa líquida	-760,1	-6,81	-707,3	-6,37	-648,3	-6,16
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	5.954,1	53,32	5.923,8	53,32	5.169,6	49,11
Governos Estaduais	872,3	7,81	859,1	7,73	821,8	7,81
Governos Municipais	64,4	0,58	61,5	0,55	42,6	0,40
Empresas Estatais	55,4	0,50	52,7	0,47	62,5	0,59
Necessidades de financiamento do setor público – Fluxos acumulados em 12 meses	**jun/24 Valor**	**jun/24 % do PIB**	**mai/24 Valor**	**mai/24 % do PIB**	**jun/23 Valor**	**jun/23 % do PIB**
Total nominal	**1.108,0**	**9,92**	**1.061,9**	**9,56**	**662,4**	**6,29**
Governo Federal**	875,9	7,84	871,2	7,84	528,1	5,02
Banco Central	149,3	1,34	107,3	0,97	55,2	0,52
Governo regional	72,6	0,65	73,5	0,66	71,1	0,68
Total primário	**272,2**	**2,44**	**280,2**	**2,52**	**24,3**	**0,23**
Governo Federal	-47,2	-0,42	-47,6	-0,43	-217,6	-2,07
Banco Central	0,6	0,01	0,5	0,00	0,5	0,00
Governo regional	-25,6	-0,23	-23,6	-0,21	-19,7	-0,19

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de junho*

Discriminação	Janeiro-junho 2024	Janeiro-junho 2023	Var. %	junho 2024	junho 2023	Var. %
Receita total	**1.320,2**	**1.216,9**	**8,49**	**203,0**	**187,7**	**8,16**
Receita Adm. Pela RFB**	854,4	768,9	11,12	128,1	116,6	9,84
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	302,5	289,1	4,65	49,7	47,9	3,88
Receitas Não Adm. Pela RFB	163,4	159,0	2,77	25,2	23,2	8,55
Transferências a Estados e Municípios	**259,3**	**239,2**	**8,41**	**42,5**	**36,0**	**18,11**
Receita líquida total	**1.060,9**	**977,7**	**8,51**	**160,5**	**151,7**	**5,80**
Despesa Total	**1.128,8**	**1.021,5**	**10,50**	**199,3**	**198,7**	**0,33**
Benefícios Precidenciários	501,9	461,9	8,66	94,6	101,8	-7,00
Pessoal e Encargos Sociais	174,7	171,5	1,89	28,9	28,2	2,62
Outras Despesas Obrigatórias	192,3	158,5	21,38	26,1	24,7	5,96
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	259,8	229,6	13,13	49,6	44,1	12,66
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-67,8**	**-43,8**	**55,02**	**-38,8**	**-47,0**	**-17,32**
Discriminação	**jun/24 Valor**	**jun/24 Var. %**	**mai/24 Valor**	**mai/24 Var. %**	**jun/23 Valor**	**jun/23 Var. %**
Ajustes metodológicos	-0,4	450,94	-0,1	-51,94	-0,2	-
Discrepância estatística	-1,0	-	0,1	-	-1,3	-
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-40,2**	**-34,02**	**-60,9**	**-**	**-48,4**	**7,71**
Juros Noniminais	**-86,4**	**29,56**	**-66,7**	**-3,99**	**-34,7**	**-44,21**
Result. Nominal do Gov. Central	**-126,6**	**-0,79**	**-127,6**	**110,45**	**-83,2**	**-22,42**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

AVISO DE RECOLHIMENTO DE PRODUTOS

A Dori Alimentos (CNPJ No. 52.123.916/0010-23) informa que iniciará o recolhimento voluntário dos seguintes produtos, distribuídos em âmbito nacional, fabricados em sua unidade fabril de Rolândia/PR, no período compreendido entre 21/06/24 e 10/07/24:

Bala Hortelã Recheada 30x600G	Bala Bolete Tutti Frutti 30x600G	Bala Hortelã Mint 30x600G
PRD 210624 VAL 21/06/2026	PRD 250624 VAL 25/06/2026	PRD 050724 VAL 05/07/2026
PRD 240624 VAL 24/06/2026	PRD 010724 VAL 01/07/2026	PRD 260624 VAL 26/06/2026
PRD 250624 VAL 25/06/2026	PRD 270624 VAL 27/06/2026	PRD 080724 VAL 08/07/2026
	PRD 020724 VAL 02/07/2026	PRD 270624 VAL 27/06/2026
	PRD 280624 VAL 28/06/2026	PRD 240624 VAL 24/06/2026
	PRD 030724 VAL 03/07/2026	PRD 280624 VAL 28/06/2026

Bala Morango Recheada 30x600G	Dori Regaliz Tijolo 16x60G	Bala Lua Cheia Chantilly 24x600G	Bala Yogurte100 Morango 24x600G	Bala Yogurte100 Morango 24x400G
PRD 080724 VAL 08/07/2026	PRD 185 VAL 03/11/2025	PRD 020724 VAL 02/07/2026	PRD 030724 VAL 03/07/2026	PRD 020724 VAL 02/07/2026
PRD 090724 VAL 09/07/2026	PRD 186 VAL 04/11/2025	PRD 030724 VAL 03/07/2026	PRD 040724 VAL 04/07/2026	PRD 010724 VAL 01/07/2026
PRD 100724 VAL 10/07/2026	PRD 187 VAL 05/11/2025	PRD 040724 VAL 04/07/2026	PRD 050724 VAL 05/07/2026	
			PRD 090724 VAL 09/07/2026	

Os produtos listados nesta notificação estão sendo recolhidos de forma voluntária devido a um potencial risco de contaminação com *Salmonella Muenchen*. A ingestão de *Salmonella Muenchen* pode causar infecção gastrointestinal, cujos sintomas mais comuns são: dor abdominal, diarreia, febre e vômito.

Os pontos de venda e estabelecimentos varejistas foram orientados a interromper imediatamente a venda desses produtos, e o processo de descontaminação, limpeza e higienização da planta fabril afetada já foi concluído.

Pedimos aos consumidores que tenham adquirido produtos desses lotes que não os consumam e entrem em contato com o serviço de atendimento ao cliente da Dori Alimentos, pelo telefone 0800 707 4077, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 17:00 e aos sábados das 8:00 às 12:00, ou por e-mail (sac@dori.com.br), para o esclarecimento de dúvidas sobre o recolhimento e/ou sobre o processo de reembolso, sem quaisquer custos aos consumidores.

Todos os outros produtos da Dori, incluindo produtos como os acima de outros lotes e datas de validade, são considerados seguros para consumo.

A Dori reforça seu compromisso contínuo com a qualidade, transparência e a saúde e segurança de seus consumidores.

Entrevista Em SP, candidata do PSB aposta em batalha jurídica contra Marçal e critica contratos de Nunes

‘Estou aqui para enfrentar a entrada do crime organizado na política’, diz Tabata

Cristiane Agostine e Fernanda Godoy
De São Paulo

Com um tom sério, a deputada e candidata do PSB à Prefeitura de São Paulo, Tabata Amaral, enumera problemas do influencer Pablo Marçal (PRTB), seu adversário na disputa eleitoral, como a prisão por participar de uma quadrilha de fraude bancária e supostas ligações com o crime organizado.

Assim como havia feito em vídeo divulgado em suas redes sociais horas antes desta entrevista, concedida ao **Valor** na noite de segunda-feira (26), no quartel-general de sua campanha, a candidata parte para o ataque. No vídeo, vestida de preto, com jaqueta de couro, num cenário de investigação criminal no qual liga pontos para construir a letra M, Tabata diz: “Uma pesquisa por seus aliados esbarra sempre nas mesmas letras: P de Pablo, C de ‘coach’ e C de criminoso”, diz a candidata, dando destaque à sigla PCC.

Tabata também lista operações do Ministério Público de São Paulo, como a “Fim de Linha”, que apura atuação do PCC no sistema de transporte, e a “Salus et Dignas”, que identificou a ação de agentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) em suposta milícia, para atacar o prefeito e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB).

Em desvantagem nas pesquisas mais recentes, como o Datafolha, em que aparece com 8%, a candidata, de 30 anos, aposta nos ataques a Marçal, nas redes sociais e em suas participações em debates e sabatinas para tornar-se mais conhecida. Diz ter a segunda maior rede social entre os postulantes, atrás de Marçal, e nesta quarta-feira (28) começará a usar a Inteligência Artificial (IA) pelo WhatsApp para falar com os eleitores.

A candidata apresenta algumas de suas propostas nas áreas de transportes e de combate à insegurança. Promete redesenhar linhas de ônibus e ampliar “de forma robusta” o uso de ciclovias e cicofaixas na cidade.

Esta é a primeira de uma série de entrevistas com os candidatos à Prefeitura de São Paulo mais bem posicionados nas pesquisas.

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Tabata Amaral: a candidata do PSB, deputada federal, aposta na exposição em debates e sabatinas para se fazer mais conhecida entre os eleitores

Valor: *A senhora tem travado uma batalha jurídica contra Pablo Marçal por suposto abuso do poder econômico e explorado a eventual ligação de pessoas do entorno dele com o PCC. Qual sua avaliação sobre a falta de apoio dos seus adversários para abordar essas questões na Justiça Eleitoral? Essa estratégia será central na sua campanha?*

Tabata Amaral: Tem uma mistura de medo, de covardia. Pablo Marçal não joga limpo. Falou do suicídio do meu pai para me atacar, disse que se eu não pude salvar meu pai não posso salvar 80 mil pessoas. Tem que ter muita certeza de quem você é, da sua história para ir para o confronto. O que vai usar contra mim? Com a minha bagagem, é muito difícil me derrubar. Esse cara atira em todo mundo, tenta desonrar a história de todos, sem o menor conteúdo. É tão natural e tão óbvio o perigo que representa para São Paulo. É um cara que em 2005 foi preso e condenado por participar de quadrilha que realizava fraude bancária, que responde a inúmeros processos, inclusive por homicídio. Tenho profundas diferenças tanto em relação a [Ricardo] Nunes e a [Guilherme] Boulos (candidato do Psol). Agora, é de outra ordem que a gente está falando. Tem um problema sério em São Paulo da infiltração do crime organizado na política e tem um candidato que em todos os cantos tem alguma conexão com alguém do crime organizado. É estranho os outros não reagirem.

Valor: *Marçal tem desobedecido as determinações eleitorais. A senhora avalia que a Justiça Eleitoral vai dar conta de barrar os abusos?*

Tabata: Vamos para cima. Vou destruir esse cara pela forma como ele está se financiando. Quem é que está financiando Marçal? De onde vem o dinheiro? De quem que é o interesse da candidatura dele? São essas as perguntas que importam.

> “É melhor ir para cima [de Marçal]. Não só é o que eu acredito que é certo, mas é uma estratégia importante”

Valor: *E de onde vem?*

Tabata: Espero que a Justiça possa resolver. Nós levamos as provas, mas quem faz a análise e dá o veredito é a Justiça Eleitoral. A ação não fala nada de conteúdo, mas diz que Marçal, ao que tudo indica, usa contas que foram beneficiadas por financiamento ilegal. Tanto que ele é autorizado a criar novas contas. Não é sobre ele não poder falar, ou sobre o que está falando. É sobre a forma de financiamento. Sempre é ‘follow the money’. Quer desmontar uma máfia, seja máfia digital, seja um sistema criminoso? A Cracolândia, o sistema de transporte? ‘Follow the money’. É o que estamos fazendo, reunindo provas de que ele não joga limpo, traz recursos de fora, não declarados. Em nenhum momento teve ação questionando um conteúdo. O que questiono é quem está financiando e quanto o financiamento ilegal distorce o jogo. É um cidadão que está há décadas conseguindo evadir o sistema.

Valor: *A senhora participará de todos os debates?*

Tabata: O debate é um direito do eleitor e ainda mais com a postura propositiva que tenho. As pessoas precisam saber quem é cada um, que propostas carrega. Vou a todos. E aí, quando começa a ouvir a covardia dos outros, que não é para dar palco para o Marçal, que é melhor fingir que ele não existe... A gente não aprendeu nada com a eleição do Bolsonaro? Bolsonaro não foi eleito porque não deram palco para ele, foi eleito porque não tinha um projeto que engajasse mais que o dele, que oferecesse alternativa. Marçal já tem uma presença de redes sociais muito grande, é conhecido. Não o estou apresentando a ninguém, estou dizendo para os que o consideram uma opção de voto que ele é um estelionatário, condenado, investigado. Na campanha para deputado, ele foi alvo de busca e apreensão da Polícia Federal por falsidade ideológica, apropriação indébita, lavagem de dinheiro. Eu acho que é melhor ir para cima, enfrentar. E não é só um enfrentamento pelo enfrentamento, estou constantemente apresentando um projeto. O que vai ser de São Paulo com alguém com esse histórico? Não só é o que eu acredito que é certo, mas é o que acredito ser estrategicamente importante. Nunes e Boulos vão se arrepender por essa covardia. Ou, no mínimo, estão cumprindo um grande desserviço para a cidade que eles querem liderar.

Valor: *A entrada do crime organizado na política e nas gestões públicas é um dos assuntos destas eleições. Em São Paulo, há investigações da atuação do PCC na segurança e no transporte. Que ações pretende tomar para barrar isso?*

Tabata: Tem um pano de fundo nacional, que afeta a região metropolitana de São Paulo, que é a infiltração cada vez maior do crime organizado na política. Nossa decisão de mostrar as relações de Marçal e aliados com o crime organizado vai nessa linha. Tivemos recentemente a Operação Fim de Linha que mostrou o envolvimento [do PCC] em duas empresas de ônibus. É a primeira vez, em muito tempo, que tem uma operação que dá nome aos bois. Duas empresas contratadas pela prefeitura estavam lavando dinheiro do crime organizado. Eu e qualquer outro prefeito romperíamos esses contratos e assumiríamos o serviço diretamente, diante da gravidade disso. A Cracolândia é outra realidade disso. Uma operação [do MP] mostra o envolvimento de agentes públicos [GCM]. São exceção, mas permeiam essa relação tão complicada de agentes públicos com o crime organizado. Jogando luz sobre o problema, vamos descobrir outros. Pensando na perspectiva de governo, vou precisar de muitos parceiros para fazer esse enfrentamento. Começando pelas polícias, pela GCM, com um trabalho coordenado, com tecnologia, dados e gestão. O governo federal tem que estar envolvido no combate ao tráfico de drogas e defendo o envolvimento da PF em operações.

Valor: *Como essa questão da infiltração do crime organizado na administração pública tem aparecido nas conversas com empresários, com investidores que tentam ter uma perspectiva de médio prazo?*

Tabata: Do grande empresário da Faria Lima, do investidor ou do pequeno comerciante do Brás, as pessoas sentem mais as consequências. Sentem medo de ir às ruas. Faz sentido abordar a questão do roubo de celulares, que é o impacto imediato [da sensação de insegurança]. Uma das nossas propostas é o programa de celular seguro, inspirado no que aconteceu no Piauí. É convocar as operadoras de telefone para rastrear os celulares, trabalhar com a polícia para saber como e quando uma nova linha é ativada. O mais importante é o trabalho de inteligência, de seguir o caminho do dinheiro para descobrir qual é a loja. Qual é o CNPJ que vende o celular? Tenho firmeza e convicção que vamos enfrentar esse sistema. Me valho muito da boa relação que tenho com o governador Tarcísio [de Freitas] e com o presidente Lula, porque isso vai ser fundamental.

> “Bolsonaro e Nunes delegam todo o trabalho legislativo porque não têm liderança política”

Valor: *A senhora defende a atuação da Polícia Federal em investigações do Ministério Público e da polícia. Tem informações de que o crime estaria mais enraizado agora do que no passado?*

Tabata: O que tenho de informação concreta é a operação Salus et Dignitas (do Ministério Público), que mostra o crescimento do crime não só na capital, mas na região metropolitana. Existe um sentimento da população de que a prefeitura vem perdendo o controle das coisas, do que acontece na Cracolândia, nas ruas. É um governo que semanalmente é alvo de denúncias, de máfia das creches, nos transportes. Espero que os órgãos de controle façam a sua parte, e que saibam que encontrarão uma prefeitura pronta para agir. Na prefeitura, não terei poder de investigação, nem de execução de pena, mas posso colocar câmera, iluminar, conectar informações, fechar hotel, ferro velho [usado pelo crime organizado], comércio que vende celular roubado. Vai ser uma prefeitura muito responsiva àquilo que os órgãos de controle nos trouxerem. Nunes tem um volume de obra sem licitação que é oito vezes maior do que o Bruno Covas, no auge da pandemia. A gente tem um histórico de gestores sérios. [José] Serra, [Fernando] Haddad, Marta [Suplicy], [Luiza] Erundina, Bruno Covas. Discordo deles, mas tenho respeito por essas figuras. O que vemos na gestão Nunes é uma anomalia.

Valor: *A senhora falou que romperia os contrato com as duas empresas de ônibus investigadas. O que deve fazer para melhorar os contratos e evitar que o crime organizado se infiltre na prefeitura?*

Tabata: Em relação aos contratos, a segurança jurídica é fundamental, mas diante de uma denúncia comprovada, temos legitimidade para romper um contrato e fazer nova licitação. Isso serve para tudo. Defendo fazer um pente-fino em todas as obras sem licitação do Nunes. Estamos falando de mais de 200 contratos que têm denúncia de combinação de preços.

Valor: *A ampliação da tarifa zero é tema recorrente no debate. Vai ampliar? E vai investir em corredores de ônibus e ciclovias?*

Tabata: Sobre a tarifa zero, manterei aos domingos, mas não vou ampliar. Em relação aos ônibus, é preciso redesenhar as linhas, que são muito antigas, as mesmas desde que meu pai era cobrador. O segundo passo é conectar os modais. Temos um programa robusto de expansão de ciclofaixa e ciclovia, priorizando as áreas em que os trabalhadores dependem desse modal. E temos um compromisso com a expansão das faixas exclusivas de ônibus. Nunes prometeu 40 km, não entregou nem 7 km.

Valor: *Sobre governabilidade, o PSB é pequeno na capital, com 2 dos 55 vereadores. Como manterá a governabilidade com a Câmara, com negociação de emendas e cargos?*

Tabata: Tenho ao meu lado pessoas que foram fundamentais para levar a governabilidade para o governo do Bruno Covas, como Orlando Faria, que foi secretário da Casa Civil, a Vivian [Satiro], que foi secretária de Planejamento. Tenho Geraldo Alckmin, Márcio França, que são craques. Mas vou além. Eu não nego a política, não acho que composição partidária seja algo negativo. Estou aqui para enfrentar a má política, estou aqui para enfrentar a entrada do crime organizado na política. Não estou aqui para enfrentar qualquer partido que queira governar junto. É claro que vou governar com outros partidos. Mas se você tem noção do seu tamanho... Isso é uma coisa que Bolsonaro e Nunes nunca tiveram, e eles têm isso em comum, delegam o todo o trabalho legislativo, porque não têm liderança política, porque não sabem fazer isso. Não vejo o menor problema que os vereadores tragam demandas. Isso é da política, é bom. Os exemplos que temos da má política são exceções. No Congresso a situação é mais grave. Mas a maioria ali quer levar melhoria para o seu bairro, para a sua cidade. Ele vai fazer isso por meio de um orçamento secreto, num governo fraco, ou ele vai fazer isso estando na inauguração, podendo ter uma prefeita que receba as demandas que ele tenha para levar. Há uma minoria que realmente não vai tem vida fácil no nosso governo, e não é por mim. É porque os órgãos de controle vão poder fazer seu trabalho.

Valor: *Que avaliação faz, como deputada, desde o orçamento secreto, das emendas pix, para capacidade do gestores nas esferas municipal, estadual e federal de realizar os projetos mais estruturantes?*

Tabata: Sobre orçamento secreto, fui uma das autoras da ação que fez com que o STF se posicionasse contra o orçamento secreto. Em todas as oportunidades, votei contra e acho que essa é uma grande chaga do país. É dinheiro que está sendo tirado cada vez mais de quem faz a política pública, seja uma prefeitura, seja um ministério, para ir para o varejo, para a corrupção. É uma grande lástima e temos que ter coragem de olhar para isso.

Marçal mostra que Bolsonaro é menor que o 'bolsonarismo'

Fernando Exman

O avanço de Pablo Marçal (PRTB) na disputa pela Prefeitura de São Paulo materializa um receio compartilhado por aliados de Jair Bolsonaro (PL) quando o ex-presidente ficou inelegível. "Uma diferença entre Lula e Bolsonaro", disse certa vez um deles, "é que Lula é maior que o PT, mas o bolsonarismo se tornou maior que Bolsonaro".

Por "bolsonarismo", deve-se considerar o fenômeno social, também visto no exterior, baseado em uma bandeira conservadora, antipetista, populista e impulsionada pelas plataformas digitais. Ele é visto como um movimento que vai além do ex-presidente Jair Bolsonaro e, também, dos candidatos que recebem seu apoio formal.

Na visão de influentes políticos de centro, esse tal bolsonarismo estabeleceu-se com um piso de 20% do eleitorado — a parcela da população mais identificada com a ultradireita e que agora, em um ambiente de polarização cristalizada, não tem mais acanhamento em se identificar como tal. E é justamente por isso que não deveria ser surpresa uma candidatura como a do influenciador Pablo Marçal subir na pesquisa Datafolha de 14% para 21%, empatando tecnicamente com Guilherme Boulos (23%) e Ricardo Nunes (19%).

No entanto, aparentemente a família Bolsonaro não levou muito a sério aquela previsão. Tanto que chegou a usar o lançamento da candidatura de Marçal como um instrumento para pressionar o prefeito Ricardo Nunes, que tenta a reeleição, a aceitar como vice o ex-coronel da Polícia Militar Ricardo Mello Araújo. O emedebista estava negociando com a cúpula da Câmara dos Vereadores a indicação, o que poderia destinar ao União Brasil a vaga, mas o grupo político de Bolsonaro foi mais rápido: deu corda à candidatura de Marçal, forçando a formalização do ex-comandante da Rota na chapa.

"Nunes não cedeu a vice. Tomaram de assalto ela", diz um correligionário do prefeito, segundo quem Nunes, em um primeiro momento, sequer pretendia dividir o palanque com o ex-presidente, para não afastar os eleitores de centro. Queria para si o bolsonarismo, mas, paradoxalmente, certa distância da figura de Bolsonaro.

Mas o cenário mudou. Com o barulho feito pela candidatura de Marçal nas ruas, ou melhor, nas redes, caiu a ficha dos Bolsonaro.

Na opinião de interlocutores, Marçal mira a eleição presidencial de 2026. Transportando seu modelo de negócios para a política, o influenciador usa o pleito na capital paulista como uma vitrine e não tem nada a perder.

Fez-se, então, uma calibragem emergencial no plano de voo. Bolsonaro logo tentou se descolar de Marçal, quando o candidato comentou nas redes sociais uma publicação sobre realizações na área de infraestrutura.

"Como você disse: eles vão sentir saudades de nós", escreveu o candidato do PRTB. A canelada de Bolsonaro, como costumava falar o ex-presidente no cercadinho do Palácio da Alvorada, veio na sequência. "Nós? Um abraço."

Em sua réplica, Marçal afirmou ter doado R$ 100 mil à candidatura de Bolsonaro à Presidência e ajudado na estratégia digital da campanha. Pediu o montante de volta, em caso de rompimento, mas poderia cobrar mais. Na verdade, segundo dados da Justiça Eleitoral, doou R$ 160 mil.

O embate prosseguiu com outros integrantes da família. O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) tentou desqualificar Marçal e seu partido, por suposto vínculo de dirigentes da sigla com o crime organizado.

Em outra frente, o vereador Carlos Bolsonaro (PL), do Rio de Janeiro, escreveu que cogitaria o voto em Marina Helena, do Novo. Depois de ameaçar processar Marçal, sinalizou que o apoiaria em um eventual segundo turno para derrotar Boulos e Lula. Outros apoiadores de Bolsonaro também entraram em campo, de forma articulada, emitindo a mensagem segundo a qual Marçal "estava mudado" e trocando de lado.

Sentindo o potencial dano, Marçal voltou às redes para assegurar que era diferente de outros antigos aliados que romperam com o ex-presidente e, na visão de apoiadores de Bolsonaro, passaram a ser vistos como traidores. Alguns não se reelegeram, outros depois tentaram uma reaproximação tática para recuperar terreno político no meio conservador. Restou ao influenciador bradar que não era mais um desse grupo.

Com suas técnicas de PNL, ou Programação Neurolinguística, o "influencer" promete "ressignificar" a política e a gestão pública, atraindo uma parcela do público paulistano. Com o discurso religioso, afaga outra parte da população que também está contida no chamado bolsonarismo. Porém, a pecha de traidor pode afastá-lo de muitos outros eleitores de Bolsonaro, em São Paulo e além.

Em contrapartida, agora ele tenta assumir o figurino de candidato antissistema com o qual um dia Bolsonaro conseguiu se apresentar. E tem feito viralizar vídeos em que pede a Bolsonaro para romper com o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e vai para cima do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

"Nós colocamos você na Presidência da República acreditando que você ia de fato lutar contra o sistema. Está preocupado com o quê, Bolsonaro?", diz, depois de mandar um recado para Tarcísio: "Você quer ser candidato a presidente da República e sua candidatura vai acabar agora se você não tomar uma posição". Com Bolsonaro inelegível, as peças no tabuleiro do bolsonarismo estão se movimentando em São Paulo.

Fernando Exman é chefe da redação, em Brasília. Escreve às quartas-feiras
E-mail fernando.exman@valor.com.br

Eleições Candidato do PRTB adotou tática popularizada pelo americano Andrew Tate, que foi banido das redes pela atuação violenta e misógina e está detido na Romênia

Pirâmide digital de Pablo Marçal é inspirada em influencer preso

Lucas Ferraz e César Felício
De São Paulo e Brasília

Alvo de questionamentos de adversários e ainda sob análise na Justiça Eleitoral, a pirâmide digital desenvolvida pelo candidato à Prefeitura de São Paulo Pablo Marçal (PRTB), com o pagamento de seguidores-influenciadores pelos cortes que tiverem melhor desempenho nas redes, foi livremente inspirada no influencer Andrew Tate, um americano que cresceu na Inglaterra e hoje está preso na Romênia e investigado por crimes diversos como tráfico de mulheres, estupro e formação de quadrilha.

Tate é um ex-lutador que se tornou influencer digital. Ele fez sucesso e dinheiro vendendo cursos ensinando como se tornar rico, mas começou a ser banido das redes em função de misoginia extremada. Nesse momento, postagens citando seu nome começaram a viralizar em velocidade exponencial. As publicações, segundo noticiou o jornal britânico "The Guardian" em 2022, partiam de contas usando do seu nome e foto, feitas por seguidores seus que assinavam sua plataforma paga "The Real World", em troca de incentivos financeiros a depender da propagação que conseguiam. Seus seguidores eram orientados a fazer publicações controversas. Em julho de 2022, Tate tornou-se a figura mais buscada no Google do Reino Unido, superando figuras como Donald Trump e Kim Kardashian.

Segundo a representação do PSB, o candidato do PRTB desenvolveu estratégia de cooptação de colaboradores para disseminar nas redes conteúdos e serviços de "streaming" de caráter eleitoral, o que seria "ilícito e abusivo". A representação cita o sistema de corte, no qual o usuário se cadastra, aprende a fazer as publicações e "passa a obter visualizações e, a depender da quantidade, passa a ser remunerado por ele ou suas empresas". Ainda segundo o pedido do partido, haveria um "concurso de cortes e de premiações", o que foi dito abertamente por Marçal e sua equipe nas redes.

"Tem 4 mil pessoas que estão num campeonato de corte e eu pago um dinheiro até relevante por visualizações. Eu falei, vamos fazer isso aqui, porque eu modelei um americano que fez isso e explodiu na internet", disse Marçal numa entrevista em março deste ano ao programa "Pânico", da Jovem Pan, em que ele demonstra a influência de Tate, mesmo sem citá-lo expressamente. Segundo Marçal, "ele foi o cara mais pesquisado do mundo na internet". "Aí eu falei, 'vamos fazer esse rolê'. Comecei a pagar as primeiras competições, só que só tinha vídeo bonzinho. Não viraliza, mas eu estava aparecendo em tudo, com pouco comentário e pouca curtida. Aí a galera começou a me perguntar: 'Marçal, você vai pagar a gente por conta dessas visualizações de coisas negativas?'. 'O que é negativo?', falei. Aí comecei a ver, a pancadaria, né. Chamei meu time e falei, é isso aqui que tenho que pagar, quero isso aqui, não o que estou bonzinho". Procurado pelo **Valor**, o candidato do PRTB não se manifestou.

ALEXANDRU DOBRE/AP

O influencer Andrew Tate em frente ao tribunal de Bucareste (Romênia)

> "Marçal surfou numa onda que tem política, autoajuda e fanatismo"
> *Rafaela Lotto*

A tática usada por Marçal é um padrão internacional já analisado em livros como "A máquina do caos — Como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo", do jornalista americano Max Fisher. Nesse modelo, o ódio e a repulsa a alguém ou a algum tipo de conteúdo provocam muito mais engajamento do que coisas positivas ou "bonitinhas", por isso Marçal recorre a ataques e baixarias.

Atualmente, segundo especialistas do universo digital consultados pelo **Valor**, há inclusive cursos para os usuários aprenderem como produzir cortes para empresas ou marcas e serem remunerados por isso.

"O modelo dos cortes já existe, mas era segmentado. O Marçal surfou numa onda que tem política, autoajuda, fanatismo, com toques da teologia da prosperidade. Ele usou uma fórmula que já existe para se alavancar", disse Rafaela Lotto, diretora e uma das sócias da Youpix, uma consultoria sobre o mercado de criadores de conteúdo.

Esse mercado, segundo a Goldman Sachs, movimentou no ano passado, em todo o mundo, cerca de US$ 250 bilhões. No mercado brasileiro, muitas empresas e marcas recorrem a esse modelo de criadores de conteúdo para criar engajamento nas redes sociais. A sigla em inglês para descrever esse material é UGC (de "user generated content", ou conteúdo gerado pelo usuário).

Segundo comentou em reserva um integrante do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), a aplicação desta técnica permite fazer com que seres humanos, em suas redes sociais, ajam de forma robotizada, driblando as ferramentas de controle das plataformas que valorizam a movimentação orgânica. "Aquele conteúdo entra num canal no qual, se ele fosse pagar pelo impulsionamento para a plataforma, não teria dinheiro", comentou.

Formar uma pirâmide de engajamento, contudo, só configura crime se for comprovado pagamento em período eleitoral.

As regras do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vedam expressamente a "remuneração, a monetização ou a concessão de outra vantagem econômica como retribuição à pessoa titular do canal ou perfil, paga pelas(os) beneficiárias(os) da propaganda ou por terceiros", conforme resolução do tribunal modificada com a atual redação em fevereiro passado.

Ao julgar a ação do PSB, o juiz Antonio Zorz não atendeu ao pedido de produção antecipada de provas (quebra de sigilos e requisição de informações às plataformas). E também não impediu que Marçal criasse outras contas em redes sociais.

TRE-SP nega recursos de 'coach' contra Boulos

Gabriela Guido*
De São Paulo

O Tribunal Superior Eleitoral (TRE) de São Paulo negou, na terça-feira (27), os recursos interpostos pela campanha de Pablo Marçal (PRTB) para barrar a publicação dos conteúdos de direito de resposta de Guilherme Boulos (Psol), relativos a pelo menos quatro vídeos publicados nas redes sociais do ex-coach nos quais ele chamava o candidato do Psol de usuário de cocaína.

A seção do TRE julgou dois processos que Boulos moveu contra o postulante do PRTB. O primeiro é referente a falas e gestos do ex-coach, durante o debate promovido pela Rede Bandeirantes, com acusações de que o deputado federal é usuário de cocaína.

O segundo é sobre a continuidade das ofensas de Marçal contra Boulos nas redes sociais, quando o primeiro fez, após o debate realizado na Faap, três publicações de mesmo teor das acusações anteriores. Nesse caso, o direito de resposta havia sido concedido em primeira instância a dois dos posts veiculados.

No dia 21 de agosto, após recurso impetrado por Marçal, o TRE havia suspendido a publicação dos vídeos de direito de resposta produzidos pelo postulante do Psol.

A campanha do influenciador alegava que uma maior duração dos vídeos de resposta em relação à dos conteúdos ofensivos poderia ser desproporcional para um direito de resposta. No fim de um dos vídeos havia um pedido de Boulos para que as pessoas fossem conhecê-lo em suas redes sociais, junto do número de urna e do logotipo da campanha, o que também motivou o recurso de Marçal.

Boulos entrou com recurso para a concessão de direito de resposta à terceira publicação de Marçal. O TRE também deu provimento a esse pedido com o entendimento de que, apesar de o vídeo abordar manifestações de apoiadores do influenciador, é possível fazer a conexão com o uso de drogas por Boulos, segundo o desembargador Encinas Manfré.

As redes sociais de Marçal foram suspensas pela Justiça Eleitoral no sábado (24). A defesa de Boulos, feita pelo advogado Fernando Prado Filho, alertou o tribunal sobre essa situação e pediu que a publicação dos conteúdos de direito de resposta feita nas novas contas criadas pelo influenciador.

O TRE-SP determinou que os conteúdos sejam veiculados por 48 horas nas redes sociais do candidato do PRTB, o dobro do tempo que as ofensas ficaram no ar.

** Estagiária sob supervisão de Fernanda Godoy*

Poderes Texto define o que são obras em andamento e ações para atendimento de calamidade pública, as exceções abertas pelo STF

Governo publica portaria para destravar pagamento de emendas

Edna Simão
De Brasília

RENATO ARAÚJO/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Padilha: ministro antecipou medida depois de reunião entre Lula e líderes

O governo publicou na segunda-feira (27) uma portaria para tentar destravar o pagamento de parte das emendas parlamentares ao Orçamento suspensas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O texto define o que são obras em andamento e ações para atendimento de calamidade pública — duas das exceções abertas pela decisão da Corte que interrompeu a execução das chamadas emendas impositivas, que o governo é obrigado a pagar.

Os planos para editar o texto haviam sido antecipados na véspera pelo ministro da Secretaria das Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha, após reunião entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e parlamentares da base aliada. Além da SRI, participaram da elaboração da medida os ministérios da Fazenda, do Planejamento e Orçamento, da Gestão e Inovação e a Controladoria Geral da União (CGU).

Há duas semanas, o ministro Flávio Dino, do STF, suspendeu os repasses das emendas impositivas — individuais e de bancada — até que sejam tomadas medidas para melhorar a transparência no uso dessas verbas. No entanto, a decisão, posteriormente confirmada pelo colegiado da Corte, permitiu que recursos para obras já em execução e para combater calamidade fossem liberados antes disso. Faltava, no entanto, definir tecnicamente essas duas exceções. É essa a lacuna que a portaria editada ontem busca preencher.

O texto é editado ao mesmo tempo em que Legislativo e Executivo tentam chegar a um acordo para editar uma regulamentação mais ampla, que trata ainda das emendas de comissão. As diretrizes para essas regras foram estabelecidas durante um almoço entre lideranças dos três Poderes semana passada.

Segundo a portaria conjunta, no caso da execução orçamentária das emendas impositivas para atender obras efetivamente iniciadas, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal deverão levar em consideração a data da primeira Ordem de Serviço (OS) ou da Autorização de Início de Obra (AIO) que caracterizará o início da obra. “Devem ser consideradas iniciadas e em andamento todas as obras com AIO ou OS e que não estejam com status de paralisada”, informa.

É classificada como obra paralisada aquelas que foram iniciadas e que estejam sem apresentação de boletim de medição por período igual ou superior a 90 dias; declarada como paralisada pelo órgão ou entidade da administração pública federal, independentemente do prazo; cuja empresa executora tenha declarado que não dará continuidade à obra, independentemente do prazo; ou que tenha sido interrompida por decisão judicial ou determinação de órgão de controle interno ou externo.

Para o caso das ações para atendimento de calamidade pública, a execução orçamentária das emendas parlamentares classificadas com RP 6 (individuais) ou RP 7 (bancada) é permitida quando destinadas aos entes federados durante o período em que o reconhecimento de calamidade pública estiver válido. Pela portaria conjunta, é permitida a execução financeira das despesas, mesmo cessado o estado de calamidade pública.

A execução da despesa, conforme o texto, só poderá ser efetivada pelos órgãos e entidades responsáveis pela execução se atendidos os procedimentos estabelecidos.

O órgão ou a entidade responsável pela execução deve avaliar se a execução dos recursos orçamentários e financeiros atende ao disposto na decisão do Supremo.

Além disso, ao solicitar a autorização de liberação de limite financeiro à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República para pagamento de emendas impositivas, o órgão deverá declarar ciência de que a despesa está em consonância ao estabelecido pela Corte.

Caso considere que a despesa esteja apta a ser paga, deverá registrar no campo “descrição” da ordem bancária que o ato administrativo atende ao estabelecido na portaria conjunta.

O texto destaca ainda que as definições previstas não afastam as demais prescrições relativas à legislação eleitoral, que restringe o pagamento de emendas durante o período de campanha.

O impasse em torno das emendas tem causado atritos entre os três Poderes. Na reunião de segunda-feira, Padilha afirmou que espera que parlamentares tenham “maturidade” para avançar na regulamentação do acordo firmado na semana passada.

Ao comentar a elaboração do texto que seria publicado no Diário Oficial da União (DOU), defendeu a importância de não paralisar obras já em andamento.

“O nosso foco nesse momento é você não paralisar obras, você não paralisar serviços, você não deixar que compromissos que já existem com estados e municípios sejam descumpridos”, disse o ministro a jornalistas na segunda, após o encontro com parlamentares.

Pacheco recebe Lira para discutir novos critérios

Julia Lindner, Caetano Tonet, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

Os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tiveram um encontro reservado por cerca de duas horas, na terça-feira (27), para discutir os novos critérios para a distribuição das emendas parlamentares. A reunião, que não constava na agenda das autoridades, ocorreu na residência oficial da presidência do Senado, em Brasília.

De acordo com pessoas próximas à cúpula do Congresso, o principal impasse no momento envolve as emendas de comissão, que, pelo entendimento entre os três Poderes, anunciado na semana passada, passariam a ser destinadas a projetos de “interesse nacional ou regional”.

As emendas de comissão (RP8) atualmente são abastecidas com parte dos recursos das emendas de relator (RP9), do antigo orçamento secreto. Neste ano, elas ultrapassaram a casa dos R$ 15 bilhões.

O valor atual contrasta com o de anos anteriores. Em 2023, por exemplo, a quantia autorizada era cerca de R$ 7 bilhões. Em 2022, foram R$ 329,4 milhões.

Os chefes do Legislativo resistem ao formato de divisão que consta na nota divulgada depois do encontro no Supremo Tribunal Federal (STF), na semana passada. Eles consideram que a priorização de obras estruturantes e de caráter regional fortaleceria o governo em detrimento do Congresso.

A ideia agora é tentar encontrar um “meio termo”, que ainda não foi definido, para que nem todo o montante tenha que ser destinado para este fim e dê mais flexibilidade aos parlamentares na destinação das verbas.

Ao ser questionado sobre os recursos de emendas serem destinados a ações sugeridas pelo Executivo, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), negou que os parlamentares percam a discricionariedade, ou seja, liberdade nas indicações.

“Ele [parlamentar] indica dentro de um cardápio. Não é que ele perdeu a discricionariedade, mas essa discricionariedade está dentro de um cardápio. Quem vai faturar [politicamente] é o parlamentar”, disse o líder do governo a jornalistas.

Wagner afirmou que o governo não tem problema com o volume total de emendas, e sim com a “pulverização” dos recursos das bancadas e comissões, que acabam ficando com o mesmo perfil das individuais.

“Antes, emenda de bancada era discutida com o governador de cada Estado. Mas o aumento exagerado das emendas acabou gerando uma distorção.”

No caso das emendas de bancada, segundo a nota conjunta dos Três Poderes, os recursos passam a ser destinados a projetos de infraestrutura em cada estado e no Distrito Federal. A definição tem que ser feita pela bancada e não mais por um parlamentar individualmente.

Pelo entendimento da reunião entre Legislativo, Executivo e Judiciário, os congressistas teriam um prazo de dez dias para apresentar a formalização do acordo. Técnicos do Parlamento têm trabalhado em uma nova redação.

Ainda assim, a avaliação é de que não será possível concluir o material nesta semana. Um dos motivos é que as votações são semipresenciais e a maior parte dos líderes está fora de Brasília.

Após acordo, Senado retira proposta que anula decreto de armas

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Em acordo com o governo, o Senado decidiu, na terça-feira (27), retirar de pauta o projeto que anula parcialmente um decreto do presidente Lula (PT) sobre o porte e a posse de armas. O texto já foi aprovado pela Câmara, mas depende do aval dos senadores para entrar em vigor.

Para evitar uma derrota, o governo comprometeu-se a editar um texto ‘corretivo’, até segunda-feira (2), para ajustar pontos da versão original do decreto, entre eles o que proíbe clubes de tiro esportivos a menos de um quilômetro de distância de estabelecimentos de ensino.

O governo fez um compromisso para deixar claro que a restrição só valerá a partir da data de publicação do decreto (23 de julho de 2023). Na versão original, os estabelecimentos teriam 18 meses para se adequar.

Relator do projeto de decreto legislativo (PDL), o senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) afirmou que a matéria não busca “desconstruir todo o decreto que foi elaborado pelo governo”, e sim corrigir distorções.

“Nós chegamos a um entendimento de que o governo fará um novo decreto corrigindo essas distorções e, com isso, preservará não somente os clubes de tiro, mas milhares de empregos pelo nosso país”, anunciou o relator.

Ele acrescentou que o entendimento foi costurado com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Flávio, em seguida, fez agradecimentos até mesmo ao líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA).

“Eu fico satisfeito. Parabéns a todos. É um acordo de pessoas sensatas, ponderadas, tratando de um assunto pacífico para quem leu o PDL”, declarou Flávio.

“O problema desse tema, eu falava há pouco com o senador Flávio, é que, quando ele virou polarizado demais, perdeu-se o espaço principal da democracia, que é o da negociação, do bom senso e do equilíbrio”, disse Jaques Wagner.

Ao comentar o projeto, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deixou claro que “tem muitas restrições à política de armas de fogo”, mas que alguns ajustes ao decreto poderiam ser feitos sem que isso representasse um “libera geral”.

Pacheco ponderou que muitos estabelecimentos não teriam condição de fazer esse tipo de adaptação sem um prejuízo muito considerável. Dados obtidos pelos senadores indicam que 94% dos clubes de tiro estão perto de instituições de ensino.

No novo decreto, será retirada proibição de destinar armas de fogo para fins diferentes daqueles declarados no momento da compra. Outro trecho que será revogado é o que prevê um número mínimo de treinamentos e competições disputadas no ano por atiradores esportivos.

Também será modificado o trecho que determina que as armas de fogo de acervo de coleção teriam que ser declaradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A responsabilidade continuará com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército.

O novo decreto irá remover, ainda, as restrições ao uso de armas de gás comprimido ou por ação de mola com calibre superior a seis milímetros.

VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Marcel van Hattem: "Essa é uma proposta absolutamente equilibrada"

Congresso Textos devem voltar à pauta da CCJ na semana de esforço concentrado em setembro

Análise de projetos que limitam Supremo é adiada

Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto
De Brasília

Pedidos de vista de parlamentares da base aliada do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) adiaram na terça-feira (27) a análise de projetos do pacote de medidas que visam limitar os poderes do Supremo Tribunal Federal (STF). Os textos devem voltar à pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na semana de esforço concentrado da Câmara em setembro.

As proposições já contavam com o apoio de parlamentares da oposição, aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), e ganharam a simpatia de deputados do Centrão após a Corte suspender o pagamento das emendas parlamentares ao Orçamento.

Logo após a decisão do ministro Flávio Dino, do STF, sobre os recursos, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que vinha segurando as propostas, as despachou para o colegiado comandado por Caroline De Toni (PL-SC), aliada do ex-presidente e adepta dos ataques ao Supremo.

Antes dos pedidos de vista, todas as matérias tiveram os requerimentos de retirada de pauta derrotados com o apoio da oposição e do Centrão, o que alimentou a percepção de que o governo está isolado na defesa do Judiciário.

Apesar de Lira, os ministros do STF, o governo e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), terem fechado, na semana passada, um acordo para dar mais transparência à execução das emendas e com isso liberar o seu pagamento, De Toni manteve as discussões dos projetos.

A proposta de emenda constitucional (PEC) que restringe as decisões monocráticas dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de outros tribunais superiores, como do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foi o primeiro item da pauta e teve a apreciação adiada após pedido de vista.

A pedido do líder da oposição na Câmara, Filipe Barros (PL-SC), que foi designado relator na semana passada, o deputado Marcel van Hattem (Novo-RS) o substituiu na função. Barros abriu mão por estar em agenda com Bolsonaro.

"Essa é uma proposta absolutamente equilibrada. Quisera eu até que fosse um pouco além. Ela mantém espaço para outras decisões monocráticas. É a medida mínima necessária para que relações entre os poderes sejam realmente republicanas", avaliou Van Hattem após ler seu parecer.

Também foi adiada a votação de projeto que prevê novas hipóteses de crime de responsabilidade para magistrados, entre elas, a manifestação, por qualquer meio de comunicação, de opinião sobre processo pendente de julgamento.

Relatada por Luiz Philippe de Orléans e Bragança (PL-SP), a PEC que permite ao Congresso Nacional revogar decisões do STF também teve a apreciação interrompida. A proposição retoma uma possibilidade que vigorou durante a ditadura do governo Vargas: que o Congresso suste a eficácia de julgamentos do STF na análise do controle constitucional em caráter concreto ou abstrato.

Para isso, a PEC apresentada pelo deputado Reinhold Stephanes (PSD-PR) com apoio de 184 deputados determina que será preciso o voto favorável de 2/3 dos deputados e senadores — ou seja, 342 dos 513 deputados e 54 dos 81 senadores. O placar é igual ao exigido em processos de impeachment do presidente da República.

Na última votação do dia, a CCJ adiou a análise do texto que estabelece um prazo de 15 dias úteis para que a Mesa Diretora do Senado coloque em votação ou arquive pedidos de impeachment de magistrados. Esse limite não existe atualmente.

Após a reunião da comissão, De Toni afirmou a jornalistas que pretende voltar a pautar os projetos entre 10 e 11 de setembro, quando haverá a última semana de esforço concentrado da Câmara antes das eleições municipais. Ela não acredita que a consolidação do acordo entre os Poderes sobre as emendas — o texto está sendo elaborado e deve ser finalizado nos próximos dias — desmobilizará o apoio do Centrão às medidas.

---

zilor Energia e Alimentos

AÇUCAREIRA QUATÁ S.A.
CNPJ nº 60.855.574/0001-73

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO E 31 DE MARÇO DE 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora 30/06/24	Controladora 31/03/24	Consolidado 30/06/24	Consolidado 31/03/24
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.136.780	1.878.541	1.457.594	2.273.746
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.948	-	2.948
Clientes	248.966	222.450	122.134	96.446
Contas a receber - Cooperativa	341.389	52.132	341.970	52.613
Dividendos a receber	27.222	329	27.222	329
Estoques	703.004	404.072	817.123	526.996
Ativos biológicos	346.354	280.060	346.354	280.060
Impostos a recuperar	53.491	40.543	55.229	42.164
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	30.945	19.052	44.044	23.103
Adiantamentos a fornecedores	23.204	4.543	23.347	4.644
Despesas antecipadas	12.576	4.758	14.991	5.683
Total do ativo circulante	**2.923.931**	**2.909.428**	**3.250.008**	**3.308.732**
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras	26.157	25.612	99.835	109.523
Clientes	3.434	8.229	3.435	8.387
Partes relacionadas	721	939	721	939
Depósitos judiciais	565.881	445.584	801.709	623.360
Impostos a recuperar	63.793	67.089	63.793	67.089
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	5.493	-	20.604
Total do realizável a longo prazo	**659.986**	**552.946**	**969.493**	**829.902**
Investimentos	426.557	464.880	223.958	254.405
Outros investimentos	18.296	18.300	18.363	18.368
Imobilizado	2.348.879	2.380.230	2.358.800	2.390.456
Direito de uso	2.206.569	2.057.187	2.206.569	2.057.187
Intangível	34.730	34.127	34.796	34.213
Total do ativo não circulante	**5.695.017**	**5.507.670**	**5.811.979**	**5.584.531**
Total do ativo	**8.618.948**	**8.417.098**	**9.061.987**	**8.893.263**

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 30/06/24	Controladora 31/03/24	Consolidado 30/06/24	Consolidado 31/03/24
Circulante				
Fornecedores	372.718	299.665	387.527	313.475
Instrumentos financeiros derivativos	30.119	757	30.119	757
Empréstimos, financiamentos e debêntures	700.103	883.541	735.929	907.566
Passivo de arrendamento	282.965	291.281	282.965	291.281
Impostos e contribuições a recolher	7.585	6.818	7.180	2.108
Tributos parcelados	6.674	11.421	6.674	11.421
Obrigações com a Cooperativa	3.693	25.119	3.693	30.276
Salários e contribuições sociais	84.619	97.029	91.629	104.988
Dividendos e juros sobre o capital próprio	81.980	144.131	81.980	144.131
Outros passivos	25.971	18.038	28.539	21.255
Total do passivo circulante	**1.596.427**	**1.777.800**	**1.656.235**	**1.827.258**
Não circulante				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.542.566	2.409.622	2.587.321	2.467.416
Passivo de arrendamento	1.914.136	1.806.367	1.914.136	1.806.367
Tributos parcelados	596	633	596	633
Dividendos e juros sobre o capital próprio	39.716	18.532	39.716	18.532
Obrigações com a Cooperativa	113.989	113.207	128.682	127.889
Provisões para contingências	600.407	593.873	837.098	830.074
Provisão para perdas com investimentos	51.675	35.060	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	41.060	-	24.305	-
Total do passivo não circulante	**5.304.145**	**4.977.294**	**5.531.854**	**5.250.911**
Total do passivo	**6.900.572**	**6.755.094**	**7.188.089**	**7.078.169**
Patrimônio líquido				
Capital social	460.805	460.805	460.805	460.805
Ajustes de avaliação patrimonial	34.205	37.603	34.205	37.603
Reservas de lucros	1.163.596	1.163.596	1.163.596	1.163.596
Lucros acumulados	59.770	-	59.770	-
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	**1.718.376**	**1.662.004**	**1.718.376**	**1.662.004**
Participação de não controladores	-	-	155.522	153.090
Total do patrimônio líquido	**1.718.376**	**1.662.004**	**1.873.898**	**1.815.094**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**8.618.948**	**8.417.098**	**9.061.987**	**8.893.263**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - PERÍODO DE 3 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora 30/06/24	Controladora 30/06/23	Consolidado 30/06/24	Consolidado 30/06/23
Receita operacional líquida	738.605	843.311	762.035	865.002
Variação no valor justo do ativo biológico	60.945	(104.114)	60.945	(104.114)
Custos dos produtos vendidos	(546.316)	(578.916)	(597.087)	(584.157)
Lucro bruto	**253.234**	**160.281**	**225.893**	**176.731**
Despesas de vendas	(26.023)	(17.439)	(32.240)	(23.131)
Despesas administrativas e gerais	(48.759)	(46.653)	(59.263)	(51.440)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(13.935)	1.275	(14.755)	855
Resultado antes das financeiras líquidas, participação nos resultados de empresas investidas e impostos	**164.517**	**97.464**	**119.635**	**103.015**
Receitas financeiras	31.586	58.218	39.692	64.304
Despesas financeiras	(103.598)	(105.527)	(105.026)	(106.968)
Variações cambiais líquidas	15.877	(4.307)	15.741	(5.300)
Financeiras líquidas	**(56.135)**	**(51.616)**	**(49.593)**	**(47.964)**
Participação nos resultados de empresas investidas	(20.468)	5.068	10.127	2.784
Lucro antes dos impostos	**87.914**	**50.916**	**80.169**	**57.835**
Imposto de renda e contribuição social corrente	16.981	(2.773)	20.337	(8.374)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(46.553)	(527)	(39.732)	(3.900)
Lucro líquido do período	**58.342**	**47.616**	**60.774**	**45.561**
Resultado atribuído aos:				
Acionistas controladores	58.342	47.616	58.342	47.616
Acionistas não controladores	-	-	2.432	(2.055)
Lucro líquido do período	**58.342**	**47.616**	**60.774**	**45.561**
Lucro básico e diluído por ação			**0,0002**	**0,0001**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES - PERÍODO DE 3 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora 30/06/24	Controladora 30/06/23	Consolidado 30/06/24	Consolidado 30/06/23
Lucro líquido do período	**58.342**	**47.616**	**60.774**	**45.561**
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Outros componentes do resultado abrangente do período				
Variação cambial de investidas no exterior	6.105	(5.448)	6.105	(5.448)
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas - reflexo	(8.075)	9.196	(8.075)	9.196
Resultado abrangente total do período	**56.372**	**51.364**	**58.804**	**49.309**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PERÍODO DE 3 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora 30/06/24	Controladora 30/06/23	Consolidado 30/06/24	Consolidado 30/06/23
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	**87.914**	**50.916**	**80.169**	**57.835**
Ajustes de:				
Depreciação e amortização	187.134	163.846	188.513	164.629
Depreciação da planta portadora	66.414	50.673	66.414	50.673
Consumo do ativo biológico	(5.349)	(14.132)	(5.349)	(14.132)
Variação no valor justo do ativo biológico	(60.945)	104.114	(60.945)	104.114
Resultado na venda e baixa de ativos imobilizados e intangíveis	31	2.557	31	2.558
Participação nos resultados de empresas investidas	7.297	(5.068)	(10.127)	(2.784)
Perdas em investimentos	5.606	-	5.606	-
Provisão para perdas em investimentos	13.171	-	-	-
Resultado com derivativos	30.119	(25.569)	30.119	(25.569)
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável dos estoques	(9.618)	1.642	(15.323)	279
Variações cambiais imobilizados e intangíveis	-	-	(1.054)	2.642
Juros e variações com direito de uso	85.707	25.598	85.707	25.598
Realização de ajuste a valor presente	-	(233)	-	(233)
Apropriação de encargos financeiros	82.113	104.446	82.317	104.740
Constituição de provisões para contingências	7.351	1.558	7.218	2.216
Variações monetárias de contingências	562	2.196	1.185	2.619
Investimento não controladas	5	414	6.110	(5.035)
Variações em:				
Clientes	(21.721)	4.482	(20.736)	10.111
Instrumentos financeiros derivativos pagos	2.191	11.842	2.191	11.842
Contas a receber - Cooperativa	(309.901)	(721)	(315.147)	(516)
Dividendos a receber	(27.222)	(48.087)	(27.222)	(48.087)
Estoques	(289.314)	(230.634)	(274.804)	(241.998)
Adiantamentos a fornecedores	(18.661)	(171)	(18.703)	(153)
Impostos a recuperar	(9.652)	7.127	(9.769)	7.141
Imposto de renda e contribuição social	5.088	(6.102)	4.573	(9.575)
Despesas antecipadas	(7.818)	7.631	(9.308)	6.374
Depósitos judiciais	(120.297)	(2.082)	(178.349)	(2.312)
Fornecedores	73.053	24.201	74.052	18.287
Impostos e contribuições a recolher	767	8.066	6.796	9.609
Tributos parcelados	(2.012)	(4.004)	(2.012)	(4.004)
Salários e contribuições sociais	(12.410)	(2.819)	(13.359)	(4.760)
Reversão de provisão para contingências, liquidações	(1.379)	(2.542)	(1.379)	(2.542)
Outros passivos	7.933	(725)	7.284	(922)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**(233.843)**	**228.420**	**(315.301)**	**218.645**
Juros pagos	(2.772)	(228)	(2.772)	(228)
Juros pagos em empréstimos e financiamentos	(101.481)	(145.336)	(101.481)	(145.336)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(3.328)	(1.724)	(4.497)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(338.096)**	**79.528**	**(421.278)**	**68.584**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Dividendos propostos da investida	27.222	48.087	27.222	48.087
Aplicações financeiras	-	-	(2.806)	(935)
Rendimento/Aquisição de cota "FIDC"	(545)	(1.582)	(28.423)	(1.582)
Gastos com plantio e tratos culturais	(76.578)	(83.015)	(76.578)	(83.015)
Aquisição de ativo imobilizado	(50.093)	(57.407)	(50.093)	(58.088)
Aquisição de ativo intangível	(2.034)	-	(2.034)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	**(102.028)**	**(93.917)**	**(132.712)**	**(95.533)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Mútuo financeiro	218	86	218	86
Pagamento de arrendamento	(229.762)	(159.840)	(229.762)	(159.840)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	491.962	387.439	493.003	383.489
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	(523.088)	(427.322)	(525.571)	(435.684)
Empréstimos e financiamentos "FIDC"	-	-	40.917	3.040
Dividendos pagos	(6.618)	(27.595)	(6.618)	(27.595)
Juros sobre o capital próprio	(34.349)	(1.500)	(34.349)	(1.500)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	**(301.637)**	**(228.732)**	**(262.162)**	**(238.004)**
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	**(741.761)**	**(243.121)**	**(816.152)**	**(264.953)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.878.541	1.295.197	2.273.746	1.546.761
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**1.136.780**	**1.052.076**	**1.457.594**	**1.281.808**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PERÍODO DE 3 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

Controladora e Consolidado

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial: Própria	Ajustes de avaliação patrimonial: Reflexa	Reservas: Reserva legal	Reservas: Reserva de integralidade	Reservas: Reserva de lucros	Lucro acumulado	Total	Participação de não controladores	Total
Saldo em 1º de abril de 2023	**376.774**	**54.197**	**(17.978)**	**58.240**	**301.419**	**494.537**	**-**	**1.267.189**	**104.967**	**1.372.156**
Realização do custo atribuído	-	(928)	-	-	-	-	928	-	-	-
Realização de custo atribuído em investida	-	-	242	-	-	-	(242)	-	-	-
Variação cambial de investidas no exterior	-	(5.448)	-	-	-	-	-	(5.448)	-	(5.448)
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	-	-	9.196	-	-	-	-	9.196	-	9.196
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	47.616	47.616	(2.055)	45.561
Saldo em 30 de junho de 2023	**376.774**	**47.821**	**(8.540)**	**58.240**	**301.419**	**494.537**	**48.302**	**1.318.553**	**102.912**	**1.421.465**

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial: Própria	Ajustes de avaliação patrimonial: Reflexa	Reservas: Reserva legal	Reservas: Reserva de integralidade	Reservas: Reserva de lucros	Lucro acumulado	Total	Participação de não controladores	Total
Saldo em 1º de abril de 2024	**460.805**	**45.663**	**(8.060)**	**84.039**	**368.644**	**710.913**	**-**	**1.662.004**	**153.090**	**1.815.094**
Realização do custo atribuído	-	(1.477)	-	-	-	-	1.477	-	-	-
Realização de custo atribuído em investida	-	-	49	-	-	-	(49)	-	-	-
Variação cambial de investidas no exterior	-	6.105	-	-	-	-	-	6.105	-	6.105
Ajustes de avaliação patrimonial em investidas	-	-	(8.075)	-	-	-	-	(8.075)	-	(8.075)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	58.342	58.342	2.432	60.774
Saldo em 30 de junho de 2024	**460.805**	**50.291**	**(16.086)**	**84.039**	**368.644**	**710.913**	**59.770**	**1.718.376**	**155.522**	**1.873.898**

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS - PERÍODO DE 3 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Controladora 30/06/24	Controladora 30/06/23	Consolidado 30/06/24	Consolidado 30/06/23
Receitas	**1.059.647**	**1.176.266**	**1.083.077**	**1.197.957**
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	794.649	896.102	818.079	917.793
Receitas referentes a construção de ativos próprios	264.998	280.164	264.998	280.164
Insumos adquiridos de terceiros	**(567.763)**	**(646.708)**	**(622.460)**	**(655.474)**
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(387.646)	(468.487)	(434.125)	(467.087)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(179.117)	(178.221)	(187.335)	(188.387)
Perda/recuperação de valores ativos	(1.000)	-	(1.000)	-
Valor adicionado bruto	**491.884**	**529.558**	**460.617**	**542.483**
Depreciação e amortização	(187.134)	(163.846)	(188.513)	(164.629)
Ativos biológicos colhidos	60.945	(104.114)	60.945	(104.114)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**365.695**	**261.598**	**333.049**	**273.740**
Valor adicionado recebido em transferência	**8.619**	**71.908**	**47.123**	**75.744**
Resultado de equivalência patrimonial	(20.468)	5.068	10.127	2.784
Receitas financeiras	31.586	58.218	39.692	64.304
Outras	(2.499)	8.622	(2.696)	8.656
Valor adicionado total a distribuir	**374.314**	**333.506**	**380.172**	**349.484**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**128.383**	**107.463**	**135.107**	**113.601**
Remuneração direta	77.995	71.082	83.333	76.669
Benefícios	44.511	31.140	45.897	31.691
FGTS	5.877	5.241	5.877	5.241
Impostos, taxas e contribuições	**90.231**	**60.459**	**80.072**	**69.466**
Federais	67.915	35.356	57.745	44.330
Estaduais	22.316	25.103	22.327	25.136
Remuneração de capitais de terceiros	**97.358**	**117.968**	**104.219**	**120.856**
Juros	103.598	105.527	105.026	106.968
Aluguéis	2.875	787	2.875	787
Variações cambiais	(15.877)	4.307	(15.741)	5.300
Outros	6.762	7.347	12.059	7.801
Remuneração de capitais próprios	**58.342**	**47.616**	**60.774**	**45.561**
Lucros retidos do período	58.342	47.616	58.342	47.616
Participação dos não controladores nos lucros retidos	-	-	2.432	(2.055)
Valor adicionado distribuído e retido	**374.314**	**333.506**	**380.172**	**349.484**

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas da
Açucareira Quatá S.A.
Lençóis Paulista -SP

Introdução: Revisamos os balanços patrimoniais individuais e consolidados da Açucareira Quatá S.A. ("Companhia"), em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. **Responsabilidade da diretoria sobre as demonstrações financeiras intermediárias:** A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão. **Alcance da revisão:** Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. **Conclusão:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia, em 30 de junho de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações financeiras intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidada tomadas em conjunto.

Campinas, 27 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-027623/F

José Antonio de A. Navarrete
Contador
CRC SP-198698/O

Diretoria Executiva

Diretores
Fabiano José Zillo — Denise Araújo Francisco

Contador Responsável
Paulo Souza de Oliveira Junior - CRC: SP-253903/O-2

---

zilor Energia e Alimentos

COMPANHIA AGRÍCOLA QUATÁ
CNPJ nº 45.631.926/0001-13

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 30 DE JUNHO E 31 DE MARÇO DE 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	30/06/24	31/03/24
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	142.991	141.364
Clientes	27.047	-
Adiantamentos a fornecedores	7	-
Impostos a recuperar	1.418	990
Despesas antecipadas	-	3
Imposto de renda e contribuição social	3.361	5.912
Total do ativo circulante	**174.824**	**148.269**
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Outras contas a receber	1.254	2.990
Depósitos judiciais	659	666
Total do realizável a longo prazo	**1.913**	**3.656**
Outros investimentos	52	52
Propriedades de investimentos	793.218	793.309
Imobilizado	2.280	2.280
Total do ativo não circulante	**797.463**	**799.297**
Total do ativo	**972.287**	**947.566**

Passivo e patrimônio líquido	30/06/24	31/03/24
Circulante		
Fornecedores	33	26
Empréstimos e financiamentos	27.638	26.160
Tributos a recolher	79	59
Tributos parcelados	429	514
Salários e contribuições sociais	69	135
Dividendos e juros sobre o capital próprio	20.998	22.907
Outros passivos	1.126	22.651
Total do passivo circulante	**50.372**	**72.452**
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos	22.974	24.300
Tributos parcelados	1.299	1.354
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.909	-
Provisão para contingências	7.983	7.528
Imposto de renda e contribuição social diferidos	260.642	260.751
Total do passivo não circulante	**294.807**	**293.933**
Total do passivo	**345.179**	**366.385**
Patrimônio líquido		
Capital social	77.932	77.932
Ajustes de avaliação patrimonial	498.982	498.982
Reserva de lucros	4.267	4.267
Lucros acumulados	45.927	-
Total do patrimônio líquido	**627.108**	**581.181**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**972.287**	**947.566**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - PERÍODO DE 3 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	30/06/24	30/06/23
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos impostos	**69.568**	**17.664**
Ajustes de:		
Depreciação e amortização	91	137
Constituição de provisão para contingências	374	528
Apropriação de encargos financeiros	1.674	4.139
Variações monetárias de contingências	108	83
	71.815	**22.551**
Variações no capital circulante:		
Clientes e outras contas a receber	(25.311)	(47)
Adiantamentos a fornecedores	(7)	(5)
Impostos a recuperar	(428)	(722)
Imposto de renda e contribuição social	167	61
Despesas antecipadas	3	(14)
Depósitos judiciais	7	(60)
Fornecedores	7	(18)
Impostos e contribuições a recolher	20	131
Tributos parcelados	(56)	(95)
Salários e contribuições sociais	(66)	(30)
Reversão de provisão para contingências, liquidações	(27)	(35)
Outros passivos	(21.525)	1.866
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**24.599**	**23.583**
Juros pagos	(84)	(20)
Juros pagos em emprestimos e financiamentos	(231)	(399)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(21.366)	(17)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**2.918**	**23.147**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos bancários pagos	(1.291)	(2.239)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	**(1.291)**	**(2.239)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1.627**	**20.908**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	141.364	104.711
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	**142.991**	**125.619**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - PERÍODO DE 3 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	30/06/24	30/06/23
Receita operacional líquida	69.222	18.896
Custos das vendas	(91)	(137)
Lucro bruto	**69.131**	**18.759**
Despesas administrativas e gerais	(752)	(67)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(762)	(465)
Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos	**67.617**	**18.227**
Receitas financeiras	3.828	3.807
Despesas financeiras	(1.877)	(4.370)
Financeiras líquidas	**1.951**	**(563)**
Lucro antes dos impostos	**69.568**	**17.664**
Imposto de renda e contribuição corrente	(23.750)	(19)
Imposto de renda e contribuição diferido	109	(5.979)
Lucro líquido do período	**45.927**	**11.666**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - PERÍODO DE 3 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	30/06/24	30/06/23
Lucro líquido do período	45.927	11.666
Resultado abrangente total do período	**45.927**	**11.666**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PERÍODO DE 3 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de investimentos	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de abril de 2023	**77.932**	**498.982**	**-**	**-**	**(28.903)**	**548.011**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	11.666	11.666
Em 30 de junho de 2023	**77.932**	**498.982**	**-**	**-**	**(17.237)**	**559.677**
Em 1º de abril de 2024	**77.932**	**498.982**	**1.471**	**2.796**	**-**	**581.181**
Lucro líquido do período	-	-	-	-	45.927	45.927
Em 30 de junho de 2024	**77.932**	**498.982**	**1.471**	**2.796**	**45.927**	**627.108**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - PERÍODO DE 3 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

	30/06/24	30/06/23
Receitas	**69.222**	**18.944**
Vendas brutas de mercadorias, produtos e serviços prestados	69.222	18.944
Insumos adiquiridos de terceiros	**(113)**	**(17)**
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(91)	(137)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(22)	120
Valor adicionado bruto	**69.109**	**18.927**
Depreciação e amortização	(91)	(137)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**69.018**	**18.790**
Valor adicionado recebido em transferência	**3.928**	**3.937**
Receitas financeiras	3.928	3.807
Outras	100	130
Valor adicionado total a distribuir	**72.946**	**22.727**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**68**	**35**
Remuneração direta	66	43
Benefícios	(3)	(12)
FGTS	5	4
Impostos, taxas e contribuições	**24.212**	**6.061**
Federais	23.657	6.058
Estaduais	555	3
Remuneração de capitais de terceiros	**2.739**	**4.965**
Juros	1.877	4.370
Outros	862	595
Remuneração de capitais próprios	**45.927**	**11.666**
Lucros retidos do período	45.927	11.666
Valor adicionado distribuído e retido	**72.946**	**22.727**

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretores
Fabiano José Zillo — **Denise Araújo Francisco**

Contador Responsável
Paulo Souza de Oliveira Junior - CRC: SP-253903/O-2

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e acionistas da **Companhia Agrícola Quatá**
Lençóis Paulista - SP

Introdução: Revisamos o balanço patrimonial da Companhia Agrícola Quatá ("Companhia"), em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. **Responsabilidade da diretoria sobre as demonstrações financeiras intermediarias:** A diretoria é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão. **Alcance da revisão:** Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. **Conclusão:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia, em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* As demonstrações financeiras intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias.

Campinas, 27 de agosto de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-027623/F

José Antonio de A. Navarrete
Contador
CRC SP-198698/O

INÊS 249

Poderes Três frentes foram abertas nos últimos meses, com foco em São Paulo, Maranhão e Tocantins

Com ajuda do Judiciário, PF avança em investigações sobre venda de sentenças

Isadora Peron
De Brasília

Nos últimos meses, a Polícia Federal (PF) deflagrou três operações com foco na venda de sentenças por parte de magistrados de diferentes Estados do país. As investigações colocaram sob suspeita integrantes do Poder Judiciário de São Paulo, Maranhão e Tocantins. A ofensiva não é inédita, mas a quantidade de operações, em tão pouco tempo, chama a atenção.

Segundo uma fonte a par das investigações, hoje há um firme propósito em combater a corrupção em todos os Poderes, inclusive no Judiciário, que sempre foi considerado o mais blindado dos três. Essa mudança passa por uma postura mais aberta em relação ao assunto nas cortes superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), instância competente para julgar esse tipo de caso. Há ainda uma maior atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da corregedoria do órgão.

Suspeitas em relação a conduta de magistrados sempre estiveram no radar da PF, mas muitas vezes as investigações não iam para frente. Agora, no entanto, a avaliação é que há maior confiança no trabalho da corporação, o que cria um "clima favorável" para o avanço das apurações.

A operação mais recente foi no Tocantins e mirou integrantes do Tribunal de Justiça e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Na esteira da ação, o desembargador Helvécio de Brito Maia Neto e o juiz José Maria Lima foram afastados. O filho de Maia Neto foi preso. O caso é relatado pelo ministro João Otávio de Noronha, do STJ.

No Maranhão, a Operação 18 minutos também teve como alvo magistrados do Tribunal de Justiça, sob a suspeita de fraudar decisões judiciais para desviar recursos de instituições, como o Banco do Nordeste. O esquema, apontam os investigadores, envolve a manipulação na distribuição da relatoria dos processos, correções monetárias calculadas sem justificativa, aceleração seletiva dos processos e expedição de alvarás milionários.

No mesmo dia da ação da PF, o então corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, instaurou um pedido de providências para que o tribunal informasse as medidas adotadas no caso. Ele destacou que alguns dos investigados já respondiam a processos de natureza disciplinar no CNJ.

Dois dias depois, o Tribunal de Justiça do Estado comunicou que havia cumprido a decisão judicial e afastado cinco integrantes, entre eles a desembargadora Nelma Sarney Costa, cunhada do ex-presidente José Sarney (MDB).

Em junho, a PF deflagrou uma operação para investigar um esquema de venda de decisões judiciais no gabinete do desembargador Ivo de Almeida, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). A operação foi batizada de "churrascada", porque diálogos interceptados mostraram os investigados usando o termo "churrasco" para indicar o dia do plantão do magistrado.

A Polícia Federal chegou a pedir a prisão de Almeida, mas o pedido foi negado pelo ministro Og Fernandes, relator do processo no STJ, que determinou o afastamento do desembargador.

Até então, o caso mais famoso de venda de sentenças judiciais envolvia o Poder Judiciário da Bahia. As investigações apontaram para a existência de um grupo de magistrados e outras autoridades que integravam um esquema de grilagem de terras no oeste do Estado. A primeira fase da Operação Faroeste foi deflagrada em 2019, mas o caso continua com repercussões até hoje — em julho, a Polícia Federal cumpriu novas diligências.

Após as novas suspeitas, Salomão determinou a realização de uma inspeção no Tribunal de Justiça baiano, devido aos "gravíssimos achados". Nos últimos anos, magistrados envolvidos no caso também passaram a responder processos no CNJ.

Em abril, a Corte Especial do STJ recebeu uma denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago, que foi presidente da corte baiana. Um mês depois, a desembargadora Maria da Graça Osório Pimentel Leal também se tornou ré. As duas estão afastadas dos cargos.

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) tem acompanhado os casos, mas diz repudiar tentativas de descredibilizar o Poder Judiciário a partir do que considera as "condutas de alguns de seus membros" que, se comprovadas, "representarão exceções em um sistema de Justiça que passa por constante aperfeiçoamento e que prima pela integridade e independência da magistratura".

"Como quaisquer cidadãos, magistrados se submetem a apurações, conforme a Constituição e as leis. É fundamental que, nesses casos — como em todos os outros —, tenham garantido o direito à ampla defesa e à apresentação do contraditório, dentro do devido processo legal", disse a entidade em nota.

Procurados, os Tribunais de Justiça do Tocantins e do Maranhão afirmaram, em linhas gerais, que acataram as decisões e estavam colaborando com as investigações. Já o TJ-SP disse que não se manifesta sobre apurações em andamento. Questionado sobre o procedimento do CNJ, o Tribunal de Justiça da Bahia afirmou que não comenta questões relacionadas a processos que tramitam em outros órgãos ou investigações em curso.

ZECA RIBEIRO/CNJ

Salomão: o então corregedor nacional da Justiça instaurou pedido de providências para que o Tribunal de Justiça do Maranhão informasse as medidas tomadas

Eleição nos EUA Política econômica de candidata democrata toma forma, com foco na mudança de quem deve pagar mais impostos

Plano de Kamala prevê arrecadar US$ 63 tri em 10 anos taxando ricos

Richard Rubin
Dow Jones, de Washington

As propostas fiscais da vice-presidente Kamala Harris retomam os projetos inacabados por Joe Biden, mas pressionam o governo por aumentos de impostos para empresas e famílias de alta renda, deixando a taxação da maioria dos americanos inalterada ou menor.

Kamala, a candidata do Partido Democrata à Presidência, aumentaria impostos em cerca de US$ 5 trilhões ao longo da próxima década e reduziria outras taxas em mais de US$ 4 trilhões. A arrecadação total do governo federal — projetada em US$ 63 trilhões em dez anos — pouco mudariam, mas a agenda de Kamala mudaria quem paga.

Kamala não discutiu seus planos fiscais em detalhes, mas sua campanha indicou que ele está em linha com o apoio aos aumentos de impostos propostos por Biden.

Segundo o plano da candidata, os impostos aumentariam acentuadamente para algumas famílias de alta renda e as alíquotas máximas atingiriam seu ponto mais alto desde 1986. Os investidores e fundadores de empresas mais ricos sofreriam com grandes cobranças de impostos sobre ganhos de capital, que não enfrentam sob a legislação atual.

A política tributária representa uma das maiores diferenças entre os dois grandes partidos americanos, e mesmo pequenas maiorias no Congresso podem gerar enormes diferenças nos lucros corporativos e nas finanças domésticas — especialmente para os americanos mais ricos.

Uma conquista dos democratas da Casa Branca e das maiorias no Senado e na Câmara dos Deputados poderia permitir a Kamala promulgar muitos de seus planos fiscais, embora desacordos intra partidários e margens de voto apertadas possam impedir que toda a agenda se transforme em lei.

Uma maioria democrata no Senado em 2025 não incluiria Joe Manchin, da Virgínia Ocidental, e Kyrsten Sinema, do Arizona, que estão se aposentando e bloquearam muitos dos planos fiscais de Biden em 2021 e 2022.

Mesmo que os democratas não obtenham o controle total do Congresso, um governo de Kamala Harris seria colocado à prova logo no início do mandato com uma difícil negociação em 2025 com os republicanos, pois as principais partes da lei tributária de 2017 vencem no fim do ano que vem, caso o Congresso não atue para aumentar a duração da proposta.

Essa é uma perspectiva que os políticos dos dois partidos querem evitar. O vencimento da proposta poderia dar a Kamala vantagem para exigir apoio para algumas de suas prioridades no campo fiscal. Se o presidente e o Congresso não fizerem nada, cerca de 63% das famílias verão seus impostos subirem em 2026, segundo a Tax Foundation.

O ex-presidente Donald Trump, o candidato republicano, quer estender todos os cortes de impostos que vão vencer, para um total de US$ 4 trilhões ao longo de uma década. Além disso, ele propõe faixas de cortes adicionais — uma taxa de imposto corporativo mais baixa e isenções fiscais para gorjetas e benefícios da previdência social — e seu colega de chapa, o senador republicano J.D. Vance, mencionou que poderia apoiar um crédito tributário infantil maior.

> Maior alíquota sobre ganho de capital para pessoa física subiria de 23% para 44,6%

Trump também quer impor tarifas que recuperariam parte da receita perdida, mas elevariam os custos para os consumidores.

Kamala apoia as propostas de aumento de impostos de Biden. Ela quer fazer muito mais do que lidar com cortes de impostos que estão acabando, e sua campanha apoiou todos os aumentos de impostos propostos no orçamento mais recente de Biden.

De acordo com esse plano, a maior alíquota de imposto de renda para pessoa física subiria para 44,6% em quase todos os tipos de renda, comparado com as alíquotas máximas mais baixas de hoje (23% sobre os ganhos de capital, 29,6% sobre as receitas de algumas empresas e 39% sobre os salários). Quem recebe uma renda mais alta ainda pagaria alíquotas mais baixas sobre parte de sua renda, mas essas alíquotas marginais no topo são importantes porque podem afetar decisões sobre investimentos.

Ao adotar o plano de Biden, Kamala também criaria um novo sistema que taxaria os ganhos de capital não realizados de pessoas com patrimônio que excedam os US$ 100 milhões. Hoje, os ganhos de capital não são taxados até que os ativos sejam vendidos, e eles estão isentos do imposto de renda na morte, o que dá às pessoas o incentivo para manter ativos e passá-los para os herdeiros.

Sob o plano de Kamala, essa fatia superior das famílias (cerca de 0,01%) pagaria um imposto mínimo anual de 25% de sua renda – usando uma definição mais ampla de renda que inclui ganhos não realizados.

Em um evento em um restaurante de Las Vegas na semana passada, Trump disse que os democratas acabarão tentando aumentar qualquer imposto sobre ganhos não realizados. "Ele será aplicado em breve a proprietários de pequenas empresas e vocês serão forçados a vender imediatamente seu restaurante", disse ele.

Segundo o plano de Kamala, os ganhos de capital para famílias que ganham pelo menos US$ 1 milhão por ano seriam tributados como renda comum. Ganhos de capital não realizados, acima de uma faixa de exclusão de US$ 5 milhões por pessoa, seriam tributados na morte. Esse imposto teria algumas isenções para empresas familiares e propriedades pessoais.

As corporações teriam uma taxa de imposto de 28%, acima dos 21% atuais, e as grandes empresas pagariam um mínimo de 21%, em vez dos atuais 15%. Elas também pagariam impostos maiores sobre os lucros no exterior. Não haveria nenhum aumento para as famílias que ganham menos de US$ 400 mil, estendendo a maioria dos cortes de impostos de Trump que estão para acabar. Para esse propósito, os democratas ignoram os efeitos dos aumentos dos impostos corporativos sobre trabalhadores de renda média e acionistas.

Essa política efetivamente prenderia Kamala à extensão da maior parte da lei fiscal de 2017 contra a qual ela e todos os outros democratas do Congresso votaram. Durante a campanha presidencial de 2020, ela propôs revogar a lei fiscal de Trump.

Kamala propôs cortes de impostos adicionais além dessas extensões. Ela reativaria o crédito fiscal infantil ampliado que vigorava em 2021, que concedia às famílias US$ 3 mil para a maioria dos filhos e US$ 3,6 mil para aqueles com menos de 6 anos. Como presidente, Kamala criaria outra faixa de isenção, voltada para recém-nascidos, com o crédito fiscal do ano em questão estimado em US$ 6 mil.

Robert Kennedy Jr. diz que integrará transição de Trump

STEFAN JEREMIAH/AP

Robert F. Kennedy Jr. (foto) disse ter sido convidado a fazer parte da equipe de transição de Donald Trump, caso o ex-presidente seja eleito na eleição presidencial do dia 5 de novembro. Em entrevista ao canal do jornalista americano Tucker Carlson, vinculado à direita americana, Kennedy Jr., também conhecido como RFKJr., disse ter sido chamado para "ajudar Trump a escolher as pessoas que atuarão como líderes do governo". Membro de uma família que se tornou um símbolo dos democratas — filho de Robert Kennedy e sobrinho do presidente John F. Kennedy, ambos assassinados nos anos 60 —, RFKJr. desistiu de sua candidatura presidencial como independente na sexta-feira e declarou apoio a Trump horas depois. Antes, ele já tinha explicitado sua intenção de ocupar um cargo em um eventual governo do ex-presidente Trump. Além de RFKJr., Trump convidou para sua equipe de transição Tulsi Gabbard, ex-deputada democrata que vem se alinhando com os republicanos nos últimos meses.

Riscos distintos estão diante de Trump e Kamala, diz analista

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

A democrata Kamala Harris tem o desafio de mostrar até que ponto poderá superar barreiras de hierarquia racial e de gênero no EUA, enquanto o republicano Donald Trump terá de controlar impulsos durante a campanha para não esbarrar em uma imagem de afronta a minorias, acredita a cientista política americana Christina Wolbrecht. Professora da Universidade Notre Dame, ela é uma estudiosa das questões de gênero na política americana e escreveu três livros sobre o tema. Wolbrecht estará em São Paulo e em Belo Horizonte entre 16 e 20 de setembro para palestras sobre as eleições americanas, a convite da Embaixada e dos consulados dos EUA. A seguir alguns trechos da entrevista ao **Valor**:

Valor: *Após semanas de muita projeção pública e convenção de seu partido na semana passada, Kamala Harris consegue manter o embalo da campanha e o ritmo nas pesquisas de intenção de voto?*

Christina Wolbrecht: As últimas quatro semanas foram um dos períodos mais incomuns da história eleitoral americana. Nunca tínhamos visto, já tão perto da eleição, um candidato renunciar para passar a candidatura para o próprio vice-presidente. Nesse caso, houve a empolgação inicial com Kamala, depois a questão de quem ela escolheria para vice e, agora, houve a convenção. Então, de certa forma, nas últimas três semanas, os democratas conseguiram dominar a cobertura. Agora há uma nova fase em que os democratas talvez não controlem a narrativa da maneira que têm conseguido fazer. Se Kamala pode continuar com esse impulso positivo, ainda não se sabe. Um dos pontos positivos, e acho que isso acabou sendo um benefício para os democratas ao mudar para Kamala, é que de repente há algo novo. O governador Tim Walz é alguém que era realmente desconhecido fora de seu Estado até uma semana e meia atrás. Portanto, a novidade, o diferente tende sempre a ser mais notícia. Para a chapa democrata, acho que isso continua sendo uma vantagem.

Valor: *Quais são os maiores riscos para a campanha democrata?*

Wolbrecht: Acho que o maior risco para os democratas é a incerteza. De certa forma, desde que se tornou a candidata à vice-presidência em 2020, a vice-presidente Kamala tem sido muito bem avaliada. Portanto, não há muitas surpresas nisso, embora estar no topo da chapa seja um jogo totalmente diferente. Quanto ao governador Walz, embora eu tenha certeza de que a campanha fez a devida due diligence em todos os possíveis candidatos a vice-presidente, ele é relativamente desconhecido. Então, será que existe um ex-aluno, um colega ou alguém que queira contar uma história negativa sobre ele? Uma das vantagens do processo muito longo dos Estados Unidos é que realmente conseguimos examinar nossos candidatos. Não acho que seja provável que haja uma bomba à frente, Mas vale dizer: em toda campanha, muita coisa pode acontecer em pouco mais de dois meses.

Valor: *E no caso de Trump, a pouco mais de dois meses da eleição, qual parece ser o maior risco para a campanha dele?*

Wolbrecht: Acho que para a campanha de Trump, a preocupação é com algumas coisas. Até agora, o presidente Trump tem sido muito light em termos de sua própria campanha. Muitos dias ele não tem um evento sequer. Ele não está fazendo discursos, indo a comícios, reunindo-se com grupos, etc., e, portanto, um risco para ele é que Kamala domine a cobertura apenas porque está muito mais ativa. Acho que o outro evento próximo realmente arriscado para ele são os debates, ou, pelo menos, um debate. Será a primeira vez que ele estará em um palco com Kamala Harris. Quando ele debateu com Hillary Clinton em 2016, ele trouxe como convidadas mulheres que haviam acusado Bill Clinton de abuso sexual. Depois disse ela não parecia presidenciável. Sabe, todas essas formas de depreciá-la. Será que faria algo nessa linha com Kamala Harris? Será que ele ficará confuso por ter uma mulher afro-americana e asiática confrontando-o e desafiando-o? Ele não está acostumado a ser desafiado. Kamala tem experiência como promotora e, portanto, ser direta e desafiadora é algo que ela é bastante treinada para fazer.

Valor: *O cenário de que no intervalo de 20 anos, os EUA poderão ter um homem negro e uma mulher negra como presidentes, diz o que sobre a sociedade americana? Que virou a página do racismo? E que o machismo não define mais tanto o comportamento do eleitor?*

Wolbrecht: Não digo que viramos a página. Mas as coisas estão mudando. Muitos países tiveram mulheres como líderes e continuaram a ser lugares bastante patriarcais e até misóginos. Ainda existe uma enorme segregação sexual e de profissões nos Estados Unidos em muitos aspectos. Em relação ao racismo, alguns dos americanos mais famosos são mulheres e homens negros. Mas isso não significa que, em geral, as oportunidades sejam iguais para mulheres e homens negros. Há ainda outro aspecto. Depois de oito anos de Barack Obama, este país elegeu Trump e, de certa forma, a eleição de Trump foi uma resposta, uma reação a Barack Obama. Vimos o surgimento do movimento Tea Party. Vimos pessoas dizendo: "Meu Deus, um homem negro pode ser presidente, e esse é um momento para se orgulhar". E outros dizendo: "Como pode uma mulher negra ser a primeira-dama?" A eleição de Kamala seria um grande passo à frente novamente. Se ela for eleita , além de quatro anos de Trump e quatro anos de Biden, teremos duas décadas de presidentes negros. E isso seria impressionante. Por outro lado, acho que haverá bons motivos para se preocupar, caso Kamala seja eleita, de que surja outra onda de reação a isso. Ela é vista como alguém que desafia a hierarquia de gênero e a hierarquia racial nos Estados Unidos.

Curtas

Refém resgatado em Gaza

O exército de Israel resgatou ontem um refém de 52 anos mantido pelo Hamas desde o dia 7 de outubro, o primeiro cativo israelense a ser recuperado da rede de túneis construída pelo grupo terrorista. Kaid Farhan Al-Qadi, um cidadão israelense beduíno de Rahat, foi resgatado de um túnel no sul de Gaza pelas forças israelenses, segundo comunicado.

Onda russa de ataques

A Rússia lançou nova onda de ataques aéreos contra a Ucrânia. De acordo com a Agence France-Presse, pelo menos quatro pessoas foram mortas, duas no sudeste de Zaporizhzhia e duas na cidade central de Kryvyi Rih, após um míssil atingir um hotel.

Maduro altera Gabinete e reforça linha dura

Agências internacionais

Sob pressão da oposição, que o acusa de ter fraudado as eleições de 28 de julho, o presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, anunciou ontem uma grande mudança em seu Gabinete, com alterações em cargos-chave. Uma das mudanças mais significativas foi na liderança da estatal Petróleos de Venezuela S.A. (PdVSA).

As mudanças — que ampliam o poder de conhecidos políticos de linha dura do chavismo — foram feitas em entrevista coletiva dias depois de o Tribunal Superior de Justiça (STJ) ter ratificado o resultado da eleição presidencial anunciado pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) — que declarou Maduro como o vencedor da disputa, sem apresentar as atas eleitorais.

Maduro anunciou que a vice-presidente, Delcy Rodríguez, assumirá o Ministério do Petróleo em paralelo à função atual, enquanto um dos principais aliados e considerado um dos homens-fortes do regime, o deputado Diosdado Cabello, será o novo ministro do Interior e Justiça.

O Ministério do Interior é responsável pela Polícia Nacional Bolivariana (PNB), o Corpo de Investigações Científicas, Penais e Criminalísticas (CICPC), o Serviço Administrativo de Identificação, Migração e Estrangeiros (Saime, que emite passaportes e documentos de identidade) e o Serviço Autônomo de Registros e Notarias (Saren). A indicação de Cabello ao cargo indica que as forças de segurança devem continuar a ser usadas para reprimir protestos que buscam questionar o resultado eleitoral anunciado pelo CNE.

O Ministério das Finanças e Comércio passará ao controle de Anabel Pereira Fernández.

O atual ministro do Petróleo, Pedro Tellechea, que também presidia a PdVSA, foi transferido para o Ministério da Indústria e Produção. A PdVSA será comandada por Héctor Obregón.

As mudanças foram anunciadas no mesmo dia em que a organização internacional Human Rights Watch (HRW) divulgou carta criticando as posições dos presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, da Colômbia, Gustavo Petro, e do México, Andrés Manuel López Obrador, em relação à eleição presidencial da Venezuela.

A HRW disse que as propostas defendidas pelos presidentes de realizar nova eleição, confiar no Supremo Tribunal da Venezuela para resolver o impasse político e conceder uma "anistia geral" para os líderes chavistas são vistas pela entidade com preocupação.

A ONG qualificou a proposta de realizar novas eleições de um "escárnio" e ressaltou as dificuldades eleitorais impostas pelo regime aos candidatos da oposição no dia da eleição.

O comando que reúne os líderes da oposição no país convocou para hoje mais um grande protesto nacional em defesa do respeito à vontade das urnas. Para a oposição, resultados paralelos com base em atas eleitorais fotografadas por seus fiscais no dia da votação indicam que o opositor Edmundo González Urrutia venceu a disputa por mais de 60% dos votos.

"Continuamos firmes e nos mobilizaremos em toda a Venezuela para demonstrar mais uma vez que vencemos a eleição e vamos cobrar o respeito ao resultado eleitoral porque ata vale mais do que sentença", disse o comando, em uma convocação pela internet.

INÊS 249

Valor ECONÔMICO

Intervenção no gás gera despesa e insegurança jurídica

O preço do gás natural pago pelos usuários no Brasil é alto. A Lei do Gás, aprovada em 2021 pelo governo de Jair Bolsonaro, prometia um "choque de energia barata", segundo o então ministro da Economia Paulo Guedes. Não deu certo, e o governo Lula faz agora nova tentativa de reduzir preços, com espírito bem diferente da lei anterior, intervindo nos preços nos setores da infraestrutura do insumo e na produção do gás natural. As medidas interferem nos planos das empresas e têm ingredientes suficientes para deslanchar batalhas judiciais à frente.

O problema do preço do gás é real e um peso para a indústria. O preço doméstico é de US$ 21 por milhão de BTUs, quase dez vezes os US$ 2,50 pagos pelos consumidores nos EUA e mais do que o dobro dos US$ 9 cobrados dos europeus (dados da CNI; **Valor**, ontem). Cerca de 70% da oferta de gás natural é proveniente da Petrobras, e um estudo do governo indicou que 46% do custo pedido pelo insumo decorre da cobrança da estatal pelo uso de gasodutos marítimos de escoamento e tratamento do gás. A extração compõe apenas 14% do custo total e o transporte e a distribuição, 20%.

Grande parte do gargalo de custos e oferta, então, se concentra na Petrobras e suas práticas monopolistas. A Lei do Gás, que apostava na "promoção da livre iniciativa para exploração de atividades concorrenciais", conseguiu alguma abertura nas atividades periféricas do gás, mas não prosperou na redução dos preços e tampouco no aumento da oferta. Para um governo que desde seu início imiscuiu-se nos assuntos da Petrobras a ponto de demitir seu presidente, o petista Jean Paul Prates, seria natural que buscasse a saída para os problemas em negociação com a empresa. No entanto, o presidente Lula e seu ministro da Energia, Alexandre Silveira, foram por outro caminho.

O objetivo dos decretos que compõem o Plano de Transição Energética, mas que de imediato tratam apenas de petróleo e gás, é o maior controle sobre as atividades. Um decreto revogou a criação do Comitê Técnico para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, que, entre outras atribuições, tratava do processo de venda dos ativos de refino da estatal, já definitivamente sepultada.

Um dos pontos centrais do decreto 12.153, publicado ontem, e que modifica o decreto 10.712, que regulamentou a Lei do Gás, refere-se aos percentuais de injeção de gás na exploração de petróleo. Pelo menos 50% do gás natural, subproduto da exploração, é reinjetado. A reinjeção aumenta a eficiência e a velocidade da extração do óleo. A meta é ampliar a oferta de gás que sai dos poços diminuindo seu uso no processo de obtenção do petróleo.

Ao influir na eficiência e na velocidade da produção de petróleo, o decreto interfere nos planos de desenvolvimento empresariais já firmados com multinacionais e empresas domésticas. O decreto é taxativo, ao dar poderes à Agência Nacional do Petróleo (ANP) de, após ouvir empresas e examinar viabilidade técnica-econômica, determinar "a redução da reinjeção de gás natural ao mínimo necessário, inclusive com o estabelecimento do volume máximo de gás natural a ser reinjetado". O Ministério de Minas e Energia disse que o decreto vale só para novos contratos, mas não há uma linha sobre isso no dispositivo legal. Ao contrário. Registra o decreto que "quando identificar a possibilidade de aumento do volume de produção de gás natural, a ANP determinará, aos atuais operadores dos respectivos campos, a revisão dos planos e projetos de desenvolvimento". Além disso, "caso o operador do campo não atenda ao disposto ... a ANP adotará as medidas legais e contratuais cabíveis".

O decreto estende a atribuição da ANP à fixação de regras para a exploração dos serviços de transporte, distribuição, processamento e todas as etapas necessárias para que o gás chegue ao consumidor. Estabelecerá para elas uma tarifa máxima e outra mínima, esta correspondente ao retorno pretendido pelo investidor para a remuneração do capital investido, com correção monetária e amortização de longo prazo. Dado o viés estatista do governo Lula, há o temor de que a intervenção no sistema de produção recaia mais sobre as empresas privadas do que sobre a Petrobras monopolista.

Houve tempo suficiente, desde que o pré-sal foi descoberto, em 2006, para se encontrar uma solução para ampliar a oferta de gás natural, sem a necessidade de canetadas como a dos decretos desta semana. O presidente Lula aproveitou a ocasião para anunciar que estenderá a compra subsidiada de gás dos atuais 5,6 milhões de famílias que têm direito a um preço menor para 20,8 milhões de famílias. O custo, de R$ 102 pago bimestralmente por família, saltará de R$ 3,4 bilhões para R$ 13,6 bilhões em 2026, ano em que Lula tentará a reeleição.

O presidente age como se houvesse fartos recursos disponíveis e nenhuma restrição fiscal. Conseguiu ao mesmo tempo ampliar o intervencionismo estatal, criar insegurança jurídica sobre contratos em um setor que colhe esplêndidos resultados, gerar mais despesas e dificultar ainda a missão do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de encontrar receitas para financiar gastanças que parecem não ter fim.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho

Vice-presidentes:
José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A

Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar

Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)
Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)
Sucursal de Brasília
Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Sucursal do Rio
Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Política e Internacional
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Finanças
Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)
Editora do Núcleo de Empresas
Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Editora de Tendências & Tecnologia
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Editor de Brasil
Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Editor de Agronegócios
Patrick Cruz
patrick.cruz@valor.com.br

Editor de S.A.
Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Editora de Carreira
Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Editor de Cultura
Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Editor de Legislação & Tributos
Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Editora Visual Multiplataformas
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)
Editora Valor Online
Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Editora Valor PRO
Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Coordenador Valor Data
William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)
Editora de Projetos Especiais
Célia Rosemblum(celia.rosemblum@valor.com.br)
Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)
Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)
Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

VALOR INVESTE
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

PIPELINE
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

VALOR INTERNATIONAL
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

NOVA GLOBO RURAL
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
cassianor@edglobo.com.br

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Beceveli Jr. (tarcisio.junior@valor.com.br)
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Av. 9 de Julho, 5229 – Jd. Paulista – CEP 01407-907 – São Paulo - SP. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333.
Legal SP 0 xx 3767 1323
Redação 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
BA/SE/PB/PE e Região Norte Canal Chetto Comun. e Rep. Tel./Fax: (71) 3043-2205
MG/ES - Sat Propaganda Tel./Fax: (31) 3264-5463/3264-5441
PR - SEC - Soluções Estratégicas em Comercialização Tel./Fax: (41) 3019-3717
RS - HRM Representações Tel./Fax: (51) 3231-6287 / 3219-6613
SC - Marcucci & Gondran Associados Tel./Fax: (48) 3333-8497 / 3333-8497

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, whatsapp e telegram: **(21) 4002 5300.** Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br.** Para assinaturas corporativas e-mail: **corporate@valor.com.br**
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço de nova assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: **R$ 1.738,80 ou R$ 144,90 mensais.** Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel: 0800 7018888.** Carga tributária aproximada: 3,65%

CARBON FREE

Normas sobrepostas e contraditórias transformaram sistema em labirinto regulatório. Por **Marcos da Costa Cintra**

Coordenar para evoluir e integrar o setor elétrico

O setor elétrico brasileiro enfrenta desafios que revelam uma incapacidade estrutural de encontrar soluções eficazes e coerentes tanto para seus segmentos quanto para os consumidores. Como resultado, apesar da abundância de fontes de energia e dos preços competitivos na geração, pagamos uma das contas de luz mais caras do mundo, inflada por disfunções sistêmicas e subsídios que somam R$ 40 bilhões ao ano.

A falta de um mercado bem estruturado e de leilões planejados que integrem uma visão centralizada e direcionem investimentos para o mix adequado de fontes e locais impede a otimização conjunta dos investimentos em geração e transmissão. Essa coordenação é essencial para garantir a segurança e flexibilidade do sistema, além de reduzir os custos para o consumidor.

A inadimplência pressiona as margens das distribuidoras, que também enfrentam o desafio de integrar fontes renováveis, cuja intermitência exige adaptações técnicas e operacionais. Esse cenário é agravado pela judicialização das disputas tarifárias e pela pressão para reduzir tarifas, o que frequentemente impede os investimentos necessários na modernização da rede, crucial para enfrentar eventos climáticos extremos.

A expansão da infraestrutura de transmissão necessária para escoar a energia eólica e solar de áreas remotas tem elevado a conta de luz. Esse custo pode aumentar ainda mais se o "sinal locacional" — um mecanismo que ajusta o custo da transmissão com base na localização geográfica da geração e do consumo — não for implementado. A transmissão precisa refletir de forma mais justa os custos reais e evitar que todo o ônus seja repassado uniformemente aos consumidores, incentivando investimentos em locais mais próximos dos centros de carga e, assim, reduzindo os custos gerais do sistema.

A agenda do SEB inclui o planejamento de leilões de capacidade de potência, a expansão do mercado livre e a remuneração de atributos de geração, como flexibilidade operacional, serviços ancilares, segurança energética e disponibilidade. Também abrange a renovação de ativos de distribuição, geração e transmissão, além do crescimento da geração renovável a custo marginal zero, o que pode inviabilizar novos investimentos, que são essenciais para garantir os serviços fundamentais do sistema.

Essas questões exigem superar o cenário de normas sobrepostas e contraditórias que transformaram o SEB em um labirinto regulatório. Além da complexidade burocrática, a fragmentação institucional e a dependência de uma matriz energética vulnerável agravam o quadro, tornando urgente uma reforma. Em vez de adicionar novas camadas de regulação, é necessário simplificar as regras e fortalecer a coordenação estatal.

Um modelo que combine rigor e simplicidade, revisando e consolidando normas, e criando um código regulatório único para o setor, surge como uma solução viável e necessária. Esse código deve ser claro, acessível e estruturado para reduzir a dependência do sistema judiciário, sobrecarregado com disputas que poderiam ser resolvidas administrativamente. Tal abordagem facilitaria a compreensão e a aplicação das normas, promovendo um ambiente regulatório mais eficiente e seguro.

RICARDO BOTELHO/MME

Fortalecer a coordenação é crucial. Ampliar o papel do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) seria um passo nessa direção. O CMSE poderia evoluir para se tornar um coordenador central das políticas de energia, integrando as áreas de petróleo, gás, biocombustíveis e eletricidade. Esse novo CMSE faria o gerenciamento operacional de alto nível, articulando a ação conjunta de órgãos reguladores, autarquias e empresas públicas. Ao mediar os interesses dos segmentos — geração hídrica, eólica, solar, termoelétrica, nuclear, transmissão e distribuição — o comitê poderia garantir um equilíbrio entre segurança energética e sustentabilidade.

No âmbito estratégico, a redução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) — de 18 para três ministérios, concentrando-se em Minas e Energia (MME), Meio Ambiente e Casa Civil — poderia trazer agilidade e alinhamento constante. A proposta é inspirada no Plano Real, que reduziu o Conselho Monetário Nacional (CMN) para aumentar a eficiência das decisões e reduzir o risco de conflitos de interesse e diluição da governança. O novo CNPE coordenaria e otimizaria as políticas, enquanto o atual assumiria um papel consultivo, garantindo que diferentes perspectivas continuem sendo consideradas.

Outro aspecto vital é a diversificação da matriz. A incorporação significativa de fontes eólica e solar, aliada à dependência das hidrelétricas, coloca o país em uma posição de vulnerabilidade, sobretudo em períodos de seca. Para garantir a estabilidade do sistema, é fundamental desenvolver de forma controlada a energia nuclear e termoelétrica com baixa emissão, para complementar as fontes intermitentes e mitigar os riscos climáticos. Além disso, é crucial aprimorar a integração entre a gestão hídrica e energética.

É fundamental fortalecer a ANEEL como mediadora de conflitos, o que poderia reduzir a judicialização excessiva. A criação de um tribunal administrativo especializado, que funcionaria como uma instância intermediária cujas decisões seriam vinculativas salvo em casos excepcionais, seria capaz de resolver conflitos rapidamente e com base em conhecimento técnico, evitando que questões sejam prolongadas no sistema judiciário.

Há mérito tanto em uma abordagem de mercado quanto em um planejamento centralizado no setor elétrico. Um modelo híbrido, que combine a flexibilidade e a capacidade de inovação do mercado com a previsibilidade e a segurança do planejamento centralizado, pode atrair investimentos em inovação, ao mesmo tempo em que organiza e direciona os investimentos para otimizar a transmissão e a geração de energia.

A reforma do SEB deve ser abrangente, com o objetivo de simplificar as regras, fortalecer e renovar as instituições, além de garantir transparência e independência nas decisões. A tarefa exige um esforço conjunto, tanto político quanto técnico, para alinhar interesses diversos e implementar mudanças estruturais que tornem o setor mais eficiente e resiliente, capaz de posicionar o Brasil na vanguarda de uma nova era energética, marcada pela sustentabilidade e pela segurança no fornecimento.

Marcos da Costa Cintra, executivo do setor de petróleo, gás e energia, é jornalista, mestre em políticas públicas (IE-UFRJ) e doutor em energia (IEE-USP). É presidente do Instituto Pensar Energia, um think thank do setor (www.pensarenergia.org.br)

Gestão monetária enfrenta enormes desafios

Nilson Teixeira

O simpósio do banco central americano (Fed) em Jackson Hole na semana passada tratou da reavaliação da eficácia da transmissão da política monetária. Esse tema é muito relevante, apesar do consenso de que a magnitude e a defasagem dessa transmissão se tornaram mais incertas após a pandemia, com desequilíbrios originados por políticas fiscais muito expansionistas, mudanças na oferta de mão de obra e problemas nas cadeias de suprimentos. Isso sem mencionar a invasão da Ucrânia pela Rússia.

A discussão fornece um arcabouço para análise da piora do balanço de riscos para a inflação no Brasil, originada no aumento da inflação corrente e na deterioração das expectativas de inflação em um ambiente com forte crescimento e mercado de trabalho robusto. O debate enseja o questionamento sobre se a política monetária é, de fato, contracionista, ainda mais quando membros do Copom explicitaram a probabilidade de alta da taxa Selic em setembro para conter a elevação da inflação corrente e da sua projeção para os anos seguintes. Duas justificativas para a alta de juros são razoáveis:

- A gestão monetária após a pandemia tornou mais complexa a modelagem dos canais de transmissão de alterações da taxa Selic, dadas as propagações não lineares de grandes variações dos juros. Novas estimativas do BC podem sinalizar que a política contracionista conduzirá à convergência da inflação para a meta em prazo mais longo do que o previsto anteriormente por conta da maior defasagem ou da menor magnitude na transmissão monetária. Nesse sentido, uma taxa Selic mais alta garantiria a convergência da inflação e a ancoragem das expectativas em prazo menor do que se mantida em 10,50%.
- O BC eleva a previsão da taxa de juros neutra devido ao menor desemprego em mais de 10 anos ou à expectativa de manutenção de desequilíbrio fiscal por mais tempo. A estimativa do hiato do produto também se mostra superestimada, com a expectativa de crescimento nos próximos anos sendo maior ou o crescimento potencial sendo menor. Em termos mais claros, a política monetária não estaria no campo contracionista, e sim expansionista, exigindo novo aperto monetário para garantir a convergência da inflação para a meta.

Por outro lado, uma eventual maior defasagem do impacto do aperto monetário pode simplesmente ter postergado a desaceleração da economia, que ainda viria. Do mesmo modo, a calibração da taxa Selic baseada em considerações sobre o hiato do produto ou a taxa de juros neutra é arriscada. Se por um lado as reformas da última década contribuíram para ampliar o crescimento potencial, por outro, os repetidos desequilíbrios fiscais reduzem seu valor. O maior crescimento por alguns anos pode ser um mero ruído, criando distorções que reduzem o crescimento nos anos seguintes. Ao mesmo tempo, a estimativa dos juros neutros é precária, de forma que as atuais projeções do BC podem estar corretas e a inflação corrente talvez só esteja sendo influenciada por fatores reversíveis no curto prazo.

Perspectivas não são claras o suficiente para o Copom ter forte convicção sobre a resposta apropriada

Nesse sentido, a assimetria do balanço de riscos pode ser circunstancial, com a resposta correta de política monetária sendo a de postergar a decisão para angariar mais informações, ainda mais em um cenário em que a maioria dos bancos centrais de regiões desenvolvidas inicia seu afrouxamento monetário. Qualquer movimento nos juros básicos no Brasil no momento pode se provar contraproducente ao agregar indesejável volatilidade à atividade.

Como o presidente do Fed Jerome Powell menciona, ninguém tem uma leitura clara sobre os fundamentos em prazos mais longos, ainda mais depois da pandemia. Em Jackson Hole, Powell sugeriu que um diagnóstico exato sobre a transmissão da política monetária só será possível após alguns anos quando houver avaliação precisa sobre o crescimento potencial e os juros neutros.

Nesse ambiente, é difícil ter convicção sobre a resposta adequada de política monetária no Brasil neste momento. O ambiente é incerto e requer parcimônia. Isso exige que a comunicação do BC seja ainda mais precisa e transparente para garantir perfeita compreensão da leitura do Copom sobre os cenários prospectivos e as respostas mais prováveis de política monetária.

Essa interlocução tem sido falha mais recentemente, com as manifestações de alguns diretores destoando de documentos do Copom recém-divulgados e dos comentários do presidente da instituição. Os ruídos precisam ser eliminados o mais rápido possível com uma comunicação mais estruturada em todas as frentes.

Ao contrário do Fed, onde os discursos são lidos e distribuídos no início da manifestação, diretores do BC muitas vezes optam por não se ater a textos preparados. Todavia, exposições na forma de conversas ou de apresentações livres são, em geral, difíceis de calibrar. Esses ruídos seriam facilmente eliminados com a simples leitura de documentos elaborados de antemão. Do mesmo modo, a participação em conferências de forma indiscriminada e sem objetivos de divulgação da atuação e de decisões do BC deveria ser evitada, pois a disseminação de uma boa comunicação é diferente de estar presente em todo tipo de encontro.

Em suma, o afrouxamento monetário de 13,75% para 10,50% no Brasil pode ter sido prematuro ou, ao menos, excessivo. Com o benefício do olhar em retrospecto, a política monetária deveria ter permanecido mais apertada por mais tempo para ampliar a chance da convergência final da inflação para 3% e da ancoragem na meta das projeções para prazos mais longos.

Essa percepção confirma que a decisão do BC em setembro precisa de parcimônia, pois as perspectivas para os fundamentos não são claras o suficiente para o Copom ter forte convicção sobre a resposta monetária apropriada. A opção de manutenção da taxa Selic em setembro é prejudicada, porém, pela comunicação falha sobre a possível alta dos juros, interpretada como sinal de início do aperto monetário. Uma decisão a favor de postergar a alta de juros exigiria melhor comunicação ou assunção do risco de forte variação dos preços dos ativos financeiros.

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço.

RPPN abre espaço para que pessoas e empresas atuem na preservação. Por **Marcia Hirota**

A natureza precisa das pessoas

Imagine se pessoas comuns tivessem o poder de preservar áreas naturais e espécies ameaçadas, atuando diretamente na garantia de que as futuras gerações herdem um planeta mais verde e saudável? Isso, na verdade, já é possível desde 1990, com a promulgação do decreto que criou as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A partir daí, a conservação da natureza deixou de ser exclusividade do Estado.

Categoria prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação, as RPPNs são criadas por decisão voluntária de proprietários de terras e reconhecidas pelos órgãos ambientais (federal no ICMBio, estaduais ou municipais) sem a necessidade de desapropriação. Isso significa que todo proprietário de terra pode ser também o guardião de um santuário ecológico, contribuindo de forma ativa e concreta para a proteção do nosso patrimônio natural.

O advento das RPPNs possibilitou uma grande transformação. Ao abrir espaço para que pessoas e empresas pudessem dedicar partes de suas propriedades à conservação ambiental, o Brasil ampliou sua rede de áreas protegidas e, mais do que isso, fortaleceu a participação social nessa gestão. Hoje, esse modelo colaborativo é essencial para enfrentarmos os desafios ambientais contemporâneos.

Dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) mostram que 41,3% da vegetação nativa no Brasil está em áreas privadas — sendo que na Mata Atlântica esse percentual praticamente dobra (80%). Portanto, manter de pé o que resta da Mata Atlântica, bioma em que vive a maior parte da população brasileira, é uma tarefa na qual as pessoas, especialmente aquelas que são proprietárias de terras, grandes ou pequenas, têm uma importância primordial.

As 1.877 reservas privadas existentes hoje em todos os biomas brasileiros protegem 836.522 hectares, sendo que mais de 72% (1.358) estão na Mata Atlântica, segundo a Confederação Nacional de RPPNs. Essas reservas representam verdadeiros repositórios de biodiversidade, conectam fragmentos florestais preservados ou em recuperação e estabelecem corredores ecológicos que permitem a movimentação e a sobrevivência de diversas espécies animais e vegetais. Contribuem ainda para a proteção da água e outros serviços de grande valor ao próprio negócio e à sociedade e muitas delas atraem visitantes, hóspedes, estudantes, professores, pesquisadores e proporcionam experiências inesquecíveis.

Na Mata Atlântica, Tesouro, 80% da vegetação nativa está em áreas privadas. Manter de pé o que resta do bioma, onde vive a maior parte da população, é uma tarefa na qual as pessoas, especialmente as que possuem terras, têm importância primordial

A vida que floresce e se multiplica nesses espaços é algo que percebemos a olho nu. Já visitei várias reservas. Uma delas foi o Refúgio do Canto, RPPN estabelecida pelo professor universitário Rui Rocha e sua esposa Faura em Serra Grande, Ilhéus, na costa sul da Bahia, região reconhecida como uma das mais importantes para a conservação da biodiversidade arbórea global. Com a criação da RPPN, o casal abriu uma pousada, que contribui para ampliar o ecossistema do turismo sustentável regional ao passo que valoriza a cultura local, trabalhando em parceria com a comunidade. Essa é uma das muitas histórias de pessoas, organizações ou empresas de diferentes setores que abraçaram essa causa.

Muitas RPPNs surgem de uma forte conexão familiar. Alguns proprietários começam a preservar uma área porque querem manter a vegetação e a fauna intacta nas terras que seus pais ou avós cuidaram com tanto carinho. Essa ligação emocional, transmitida através das gerações, tem sido uma poderosa motivação para a expansão das RPPNs no Brasil e, principalmente, na Mata Atlântica — e acaba se transferindo para a natureza em si. É ela, afinal de contas, o nosso ancestral mais antigo.

O que nasce do afeto e da memória, além de repercutir positivamente na saúde do planeta, também abre as portas para oportunidades econômicas. Ou seja, combina benefícios significativos tanto para o meio ambiente e a sociedade, quanto para os proprietários em si. As RPPNs agregam ainda valor às propriedades: podem promover, como no caso de Rui e Faura, o ecoturismo e, paralelamente, atividades econômicas sustentáveis ou a produção de vegetais orgânicos. Na Mata Atlântica, são mais de 200 reservas corporativas de diferentes setores, como agropecuário, energia, florestal, papel e celulose, mineração, imobiliário, turismo, hoteleiro, transporte, cosméticos, bem como de organizações da sociedade civil.

Para criar uma RPPN não existe restrição do tamanho das áreas. Algumas são menores de um hectare — tamanho médio de um campo de futebol. Boa parte dessas "pequenas" RPPNs ficam em Curitiba (PR), município com maior número de reservas criadas no país (64), estimuladas por uma legislação municipal e uma política pública que permite a comercialização do potencial construtivo de áreas verdes certificadas como RPPN e pela Apave, a Associação dos Protetores de Áreas Verdes do Paraná, que atuou fortemente na capital e região metropolitana.

Proprietários de RPPNs podem ainda se beneficiar de incentivos como ICMS-Ecológico em alguns municípios, de isenção de impostos como o ITR e do programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a exemplo dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Alagoas — algo que poderia ser estendido aos demais com políticas mais robustas.

Há também uma nova legislação em tramitação no Congresso Nacional que promete fortalecer ainda mais as RPPNs (PL 784/2019), oferecendo, além do ITR e PSA, outros incentivos adicionais para os proprietários, como prioridade na obtenção de empréstimos junto aos bancos oficiais de crédito para melhoria e conservação, possibilidade de acesso facilitado a financiamentos e outras formas de apoio financeiro e técnico. Essas e outras medidas vêm sendo aprofundadas também no âmbito dos créditos de carbono e de biodiversidade, biocréditos, títulos de cota de reserva ambiental, certificação e outros mecanismos que são muito importantes para expandir a criação e consolidação de RPPNs e garantir a preservação da biodiversidade no país.

Não podemos esquecer a relevância das RPPNs na promoção da pesquisa, da educação ambiental e da construção de uma população cada vez mais consciente e engajada. Muitas reservas recebem visitas de escolas e realizam programas educativos que sensibilizam pessoas de todas as idades sobre a importância da conservação dos nossos biomas.

Com o apoio adequado e o entendimento correto de todas as potencialidades das RPPNs, cada vez mais proprietários podem se juntar a essa causa, garantindo um futuro mais saudável e longevo a todos nós. Assim como precisamos da natureza, a natureza precisa, e muito, das pessoas.

Marcia Hirota é presidente do Conselho da Fundação SOS Mata Atlântica, que desde 2002 oferece suporte técnico e financeiro para a criação e manutenção de RPPN.

Frase do dia

"O PLOA 2024 subestimava receitas ordinárias e superestimava receitas extraordinárias".

Do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ao afirmar que o esforço fiscal no segundo semestre permitirá cumprir a meta fiscal

Cartas de Leitores

Transição energética

Longe de perseguir o equilíbrio fiscal, com inflação em alta, e grandes programas como PAC que seguem em marcha-lenta por falta de boa gestão, o presidente Lula, buscando recuperar imagem com o eleitor, anuncia mais um mega plano de transição energética, para o qual estima investimentos de R$ 2 trilhões em 10 anos, e criação de 3 milhões de empregos.

Nada contra que se estimule avanços nesta importante área energética, como eólica, solar, hídrica, combustível sustentável para aviação, hidrogênio verde, etc. Porém, pelo que estamos assistindo até aqui, é muito barulho para a baixa capacidade que o Planalto tem demonstrado para administrar grandes empreitadas. Ainda mais que também, o investidor, hoje, está mais preocupado com as contas públicas, que o governo tem desprezado.

Paulo Panossian
paulopanossian@hotmail.com

Crescimento

Não há como negar que a economia brasileira está pujante. Existe um clima de otimismo aparente, somado ao mercado de trabalho aquecido, recordes nas vendas de imóveis e veículos, estimativas de crescimento do PIB, recorde do Ibovespa em razão do desempenho das empresas, e tantos outros indicadores positivos. Faltando ainda cumprir 58% do mandato do presidente Lula, o mundo poderá se surpreender com a recuperação e avanços na economia do Brasil".

Jorge de Jesus Longato
cestadecompras@hotmail.com

COP30

Os ambientalistas, nacionais e internacionais, inclusive a atual ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, culpavam o então presidente Jair Bolsonaro pela falta de combate aos incêndios na Amazônia. No governo Lula, desde janeiro 2024 até agora, foram mais de 59 mil focos de incêndios amazônicos, o pantanal em chamas e Marina Silva alega falta de recursos para o combate.

É uma vergonha que no Brasil à véspera do COP30, em 2025 em Belém do Pará, hostess de 198 países, ativistas, defensores do meio ambiente, sociedade civil e empresas objetivando sustentabilidade do nosso planeta, a floresta amazônica e Pantanal estejam sendo consumidas por incêndios.

Humberto Schuwartz Soares
hs1971tc@gmail.com

•

Às vésperas do Brasil, sediar importante evento mundial, que é o G20, e também da COP30 da ONU, em Belém, é no mínimo suspeito tantos casos de incêndios em matas pelo país afora. Será que a oposição política do governo, não satisfeita com o golpe de 8/01/23, ainda atenta contra a pátria e o meio ambiente para manchar a imagem do Brasil no exterior?

Célio Borba
celioborbacwd@gmail.com

Correspondências para Av. 9 de Julho, 5229 - Jardim Paulista - CEP 01407-907 - São Paulo - SP, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

INÊS 249

Especial

Show continua Menos de um mês após fim da Olimpíada, capital francesa abre hoje Jogos Paralímpicos e espera aproveitar evento para melhorar acessibilidade

Com meta de mais inclusão, Paris retoma festa com Paralimpíada

Luiza Palermo
De São Paulo

Após o encerramento da Olimpíada, Paris retoma a festa com a chegada de seus primeiros Jogos Paralímpicos de Verão. A cerimônia de abertura, nesta noite, marca o início da competição que se estende até o dia 8, prometendo um legado de inclusão e acessibilidade sem precedentes na cidade.

Assim como na abertura inédita da Olimpíada no Rio Sena, as 184 delegações, incluindo o comitê de refugiados, desfilarão em um espetáculo ao ar livre na simbólica avenida Champs-Elysées até a Praça La Concorde, no coração de Paris. Além do desfile, o protocolo oficial e as apresentações artísticas estarão mais concentrados em quatro palcos instalados na praça, onde são esperados cerca de 65 mil espectadores em arquibancadas instaladas nos arredores.

Dada a largada para o evento, nos próximos 12 dias, as ruas de Paris serão tomadas novamente por 4,4 mil atletas que competirão em 22 esportes, além de 549 provas com disputa de medalha. Essa é uma oportunidade única para assistir partidas de esportes que só existem na Paralimpíada, como bocha e goalball.

Diferentemente das competições olímpicas, cada esporte paralímpico tem seu próprio sistema de classificação, em que os atletas são classificados dependendo do grau de sua deficiência e impacto dela em seu desempenho, o que ajuda a garantir uma competição justa e igualitária.

As disputas ocorrerão em 18 locais diferentes espalhados pelos cartões postais de Paris, incluindo algumas arenas que também foram usadas na Olimpíada, como a Arena Bercy, o Grand Palais, Stade de France, Palácio de Versalhes e até o polêmico Rio Sena.

Mas ao contrário da Olimpíada, os ingressos para assistir a Paralimpíada foram colocados a preços mais acessíveis de cerca de €15. Mais de 1,75 milhão de ingressos foram vendidos faltando uma semana para o inicio dos Jogos, sendo 92% compradores franceses

Com a expectativa de receber 350 mil pessoas com deficiência, os holofotes sobre Paris não estarão apenas voltados para as competições, mas também para a própria cidade — suas conquistas em acessibilidade e as brechas que ainda precisam ser preenchidas.

Desde que Paris se candidatou para sediar os Jogos, a organização colocou a inclusão e a acessibilidade no centro das suas metas, tomando como desafio transformar a infraestrutura de uma cidade tão antiga não só para os eventos esportivos, mas como legado positivo para as 12 milhões de pessoas na França – 17% da população – que têm deficiências motoras, sensoriais ou cognitivas.

"A cidade aproveitou essa oportunidade única para acelerar as reformas, permitindo que famílias, pessoas com deficiência e idosos tenham acesso às competições e festividades", diz Lamia El Aaraje, vice-prefeita responsável pela acessibilidade em Paris. "Queremos tornar toda a experiência dos Jogos acessível a todos. Desde o transporte até as instalações esportivas".

Para isso, Paris investiu cerca de € 125 milhões em diversas iniciativas. Entre os destaques, estão a criação de 17 "zonas de acessibilidade aumentada" em bairros de toda a cidade. Nessas áreas, as ruas, instalações públicas e lojas foram adaptadas com rampas, faixas táteis e vagas de estacionamento para pessoas com deficiência.

> "Cidade aproveitou oportunidade para acelerar reformas de acessibilidade"
> *Lamia El Aaraje*

Nos locais de competição, áreas foram dedicadas para acompanhantes, cadeiras de rodas e cães-guia, além de instalações adaptadas para pessoas com deficiências auditivas e visuais. Voluntários também forma treinados para recepcionar, orientar e acompanhar os espectadores.

Além disso, a cidade investiu quase 22 milhões de euros em dois anos para tornar mais de 95% da rede de ônibus de Paris acessível. A rede de bondes e trens é igualmente "totalmente acessível", e a frota de táxis inclusivos foi ampliada com a adição de mais mil veículos.

Apesar desses importantes progressos, o transporte público continua sendo o calcanhar de Aquiles da acessibilidade na cidade, principalmente o sistema de metrô, um dos mais antigos do mundo.

Apenas a linha 14 do metrô, que conecta o centro de Paris ao Aeroporto de Orly, é totalmente acessível. Em preparação para os Jogos, foram realizadas reformas nas linhas 4, 11 e 12, aumentando o número de estações acessíveis para 32 em 2024. No entanto, isso ainda representa apenas 10% da rede de metrô da cidade.

Embora a Paralimpíada tenha impulsionado melhorias significativas em uma cidade que, anteriormente, não era considerada acessível, o presidente do Comitê Paralímpico Internacional (CPI), o brasileiro Andrew Parsons, enfatiza que ainda há muito a ser feito no futuro, segundo o site do comitê.

"Para a cidade de Paris, as melhorias feitas nos últimos sete anos foram fantásticas. No entanto, elas devem ser consideradas como o ponto de partida de uma jornada de acessibilidade, em vez do fim, e espero que o grande progresso que vimos levando aos Jogos continue após o encerramento", disse.

Mais do que um legado para a cidade, as autoridades francesas esperam que os próximos dias sirvam para destacar o trabalho dos atletas paralímpicos, inspirando pessoas pelo mundo inteiro, além de servir de plataforma para promover mudanças significativas na forma como a sociedade vê e apoia a inclusão e acessibilidade.

"Os Jogos oferecem uma perspectiva única sobre a deficiência, mostrando as performances dos atletas e inspirando pessoas em todo o mundo a se envolverem em esportes", afirma Aaraje.

Jogos Paralímpicos

Evento do dia 28 de agosto a 8 de setembro fará história como a primeira Paralimpíada realizada em Paris

Retaliação
Limites da China à exportação de gálio e germânio ameaçam indústria de chips
B6

Valor B
Quarta-feira, 28 de agosto de 2024

Empresas

Sucessão Atual CFO, Gustavo Pimenta participou de seleção com dois executivos e assumirá em janeiro

Escolhido CEO, Pimenta marca novo ciclo na Vale

Francisco Góes
Do Rio

O próximo CEO da Vale, o mineiro Gustavo Pimenta, 46 anos, foi escolhido para o cargo na noite de segunda-feira (26) a partir de uma lista tríplice de candidatos, da qual constavam dois executivos ligados à Anglo American, ambos também com origens em Minas Gerais: Ruben Fernandes, diretor da empresa para as Américas, e Marcelo Bastos, conselheiro da companhia britânica. "Pimenta foi o melhor candidato que avaliamos", disse ao **Valor** o presidente do conselho da Vale, Daniel Stieler.

Stieler não revelou os nomes de Fernandes e Bastos, alegando questões de sigilo, mas a informação foi confirmada por este jornal com fontes a par do tema. Procurada, a Anglo American respondeu: "A Anglo American no Brasil e seus executivos não vão comentar o assunto." Stieler conversou com o **Valor** na sede da Vale, em Botafogo, Zona Sul do Rio, na tarde desta terça-feira (27), um dia depois de o colegiado da mineradora ter se reunido, por cerca de oito horas, para avaliar os candidatos finais ao cargo de CEO da companhia.

A escolha de Pimenta se deu por unanimidade no conselho. Na votação, os conselheiros usaram cédulas colocadas em envelopes e não puderam usar celulares durante a reunião, segundo relatos.

O trio finalista foi entrevistado pelo colegiado na própria segunda-feira. O conselho da Vale possuía vasta informação sobre os candidatos, a partir de trabalho feito pela empresa de seleção de executivos Russell Reynolds, contratada pela mineradora para conduzir o processo de sucessão do CEO, marcado por polêmicas e tentativas de interferência política.

Ao **Valor**, Stieler negou que parte do conselho da Vale tenha sido mandatado pelo governo no processo sucessório. Disse que o colegiado não avaliou nenhum nome para CEO antes da contratação da Russell Reynolds, em 23 de maio. Só depois dessa data a consultoria passou a considerar candidatos e formou-se uma lista longa, com 15 nomes, e depois uma curta, com cinco postulantes, antes de chegar ao trio final.

Nos bastidores, ficou evidente, desde 2023, a intenção do governo de fazer o ex-ministro Guido Mantega CEO da Vale. Diante da reação negativa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mentor da indicação, recuou. Stieler afirmou: "O nome de Mantega nunca foi avaliado no conselho da Vale." Outros nomes simpáticos ao governo também circularam nos meios políticos. Stieler disse que na segunda-feira, depois do anúncio, conversou com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, com o "Palácio" [do Planalto] e com ministros. "A reação do governo foi positiva, não pedimos benção, mas comunicamos [a decisão]", afirmou.

O futuro presidente da Vale é a continuidade de Eduardo Bartolomeo, atual CEO, mas representa um novo ciclo na companhia, avaliou Stieler. Ele negou que a indicação de Pimenta seja vitória de Bartolomeo, que tentou ser reconduzido para mais um mandato, mas não teve apoio da maioria do conselho da empresa, que é a quem cabe eleger o CEO. "A vencedora do processo [sucessório] é a Vale", disse Stieler. Foi Bartolomeo quem levou Pimenta para a Vale, depois do jovem executivo, torcedor do Atlético Mineiro, ter feito carreira na AES.

> "Reação do governo foi positiva. Não pedimos benção, mas comunicamos"
> *Daniel Stieler*

Stieler disse que Pimenta está sendo contratado para cumprir mandato de três anos, renovável. E negou que o executivo esteja sendo eleito como CEO "transitório", versão que circulou no mercado. A previsão é que Pimenta faça a transição com Bartolomeo até o fim do ano. A posse do novo CEO, pelo cronograma divulgado anteriormente pela companhia, deve ser em 1º de janeiro de 2025.

Na seleção de executivos, a Vale definiu competências e experiências necessárias ao novo CEO que serviram como base para a Russell Reynolds buscar profissionais no mercado. "Queríamos alguém com energia e capacidade de destravar valor da empresa", disse Stieler. Ele reconheceu que a definição do novo CEO foi acelerada, como forma de estancar dúvidas que surgiram no mercado sobre a governança da empresa. Afirmou que todo o processo foi feito seguindo os ritos previstos na governança e no estatuto da companhia: "O processo foi planejado e dá tempo para que o atual CEO prepare o sucessor", disse Stieler.

INÊS 249

Sucessão Gustavo Pimenta participa das negociações para acordo relativo à tragédia de Mariana (MG)

Novo CEO da Vale terá segurança entre desafios

Francisco Góes
Do Rio

O próximo presidente da Vale, Gustavo Pimenta, tem uma série de prioridades definidas para quando assumir o cargo, o que está previsto para janeiro de 2025. "A segurança continuará sendo um pilar, um preceito, com Pimenta", disse ontem ao **Valor** Daniel Stieler, presidente do conselho de administração da Vale.

No ano que vem, a Vale vai completar dez anos do caso de Mariana (MG), quando uma barragem da Samarco, empresa da qual é sócia junto com a anglo-australiana BHP Billiton, se rompeu causando mortes e uma das maiores tragédias socioambientais do país. Vale, BHP e Samarco vêm costurando um acordo com o governo federal e com os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, para encerrar de vez as pendências de Mariana.

Em junho, as autoridades públicas encaminharam uma contraproposta de acordo no caso de Mariana, no valor de R$ 109 bilhões. Na ocasião, as empresas disseram que avaliariam o tema. A proposta original das mineradoras era de R$ 72 bilhões, segundo divulgação feita pela Advocacia-Geral da União (AGU).

Como CFO da Vale, Pimenta participa das negociações. A ideia da empresa é fazer um acordo semelhante ao que a Vale fez para pôr um ponto final em outra tragédia, a de Brumadinho (MG), de 2019. As negociações sobre Mariana continuam. Stieler, o chairman da Vale, disse, porém, que a missão principal de Pimenta não é fechar o acordo de Mariana: "O principal papel dele [Pimenta] é criar valor para a companhia."

A criação de valor passa, por sua vez, por garantir estabilidade de produção à companhia, disse Stieler. Depois de Brumadinho, a Vale tem enfrentado dificuldades de cumprir metas estabelecidas para atingir volumes de extração de minério de ferro. No níquel e no cobre, metais importantes para a transição energética, a mineradora também tem sofrido restrições de produção.

A criação de valor se justifica, uma vez que a Vale viu aumentar o desconto das ações da companhia em relação às principais competidoras australianas, a própria BHP e a Rio Tinto. Ontem a ação da Vale fechou com alta de 3,01%, cotada a R$ 59,80. No ano, porém, o papel perde 16,59% e a cotação atual é inferior à do fim de 2023, de R$ 71,69, segundo dados do **Valor Data**.

Stieler disse que Pimenta é focado em resultado e sabe de onde pode tirar os melhores desempenhos. O chairman da Vale afirmou ainda que o novo CEO da mineradora precisará dar mais atenção às relações institucionais, agenda que inclui, segundo ele, não só os governos nas três esferas (federal, estadual e municipal), mas todos os públicos de interesse ("stakeholders"). Pimenta fala em "reconstruir" relações com as diferentes esferas governamentais.

Stieler disse ainda que Pimenta poderá avaliar eventuais mudanças na diretoria-executiva da Vale. Um cargo que terá que ser preenchido é o de CFO, uma vez que Pimenta não poderá acumular essa função com a presidência-executiva da mineradora. "Encontrar um CFO para a Vale é mais fácil do que achar um CEO para a empresa", comparou Stieler.

Pimenta quer ter "time" de classe mundial e terá, entre os demais desafios, reduzir custos, reavaliar ativos na área da Vale Base Metals (VBM) e fazer a mineradora voltar a pertencer aos índices de sustentabilidade, o que abre oportunidades para ter mais investidores.

R$ 109 bi
é a contraproposta para Mariana

ARTHUR MASSAO FELIPPE DE TOLEDO

Gustavo Pimenta terá como missão principal a de criar valor para a mineradora, e não fechar o acordo de Mariana (MG)

Mercado vê continuidade e reduz temor de interferência na mineradora

Victoria Netto, Rafael Rosas, Alessandra Saraiva e Felipe Laurence
Do Rio e de São Paulo

A indicação do atual vice-presidente executivo de finanças e relações com investidores da Vale, Gustavo Pimenta, para substituir Eduardo Bartolomeo na presidência da mineradora, na noite de segunda feira (26) trouxe para o mercado a sensação de continuidade na gestão da companhia. Com histórico profissional sempre no setor privado, inclusive em bancos, o nome de Pimenta afastou temores de uma guinada ou possível interferência governamental nas operações da empresa.

Na esteira da indicação do novo presidente, as ações da companhia subiram 3,01% no pregão de terça-feira da B3, cotadas a R$ 59,80, impulsionadas também pela alta do minério de ferro. Analistas consultados pelo **Valor** consideraram que a mineradora "se livrou" do peso dos ruídos de interferência política.

"Pimenta está na Vale já há algum tempo", diz Rafael Passos, sócio da Ajax Asset. "Então, traz alívio para os papéis e para a empresa, muito pelo afastamento do risco de interferência maior do governo e de possíveis mudanças estratégicas", acrescenta.

Na companhia desde 2021, Pimenta tem experiência nos setores financeiro, de energia e mineração. Atuou na AES por 12 anos e foi vice-presidente de Estratégia, Fusões e Aquisições (M&A) no Citigroup em Nova York.

Passos lembra que, desde o começo do ano, a menção de nomes como o do ex-ministro da Fazenda Guido Mantega para o alto escalão da companhia gerou um "susto" no mercado. À época, o governo teria tentado levar Mantega ao comando da Vale ou à presidência do conselho de administração por meio da articulação com acionistas, já que hoje a mineradora é uma "corporation", sem bloco de controle definido. O movimento não avançou, mas foi suficiente para estremecer os ânimos.

O cenário de desconfiança com possíveis interferências também foi acelerado pela renúncia de dois membros do conselho de administração neste ano. No começo de julho, a Vale anunciou a renúncia da conselheira independente Vera Marie Inkster. Em março, o também independente José Penido já havia renunciado.

O analista da Ativa Investimentos, Ilan Arbetman, acredita que, neste aspecto, não há muito espaço para surpresas, com a expectativa de que sejam escolhidos novos membros independentes para o conselho. "Agora, você tem o movimento que denota a continuidade do processo. Havia o medo de uma ruptura grande no trabalho feito na gestão de Bartolomeo, que tem essa noção de não crescer a qualquer custo, de crescer com qualidade, e a escolha de alguém que mantenha esse princípio é algo muito bom", observa.

Diversos bancos e casas de análise divulgaram relatórios ontem nos quais afirmam que Pimenta dará continuidade à atual gestão da Vale, além de reduzir temores a respeito de interferência estatal.

Leonardo Correa e Caio Greiner, analistas do BTG Pactual, afirmam em relatório que a indicação de Pimenta é vitória importante para os processos de governança da mineradora, em meio à pressão do governo por mais voz na empresa.

O J.P. Morgan também afirma que a nomeação de Pimenta encerra longo período de incertezas envolvendo o processo sucessório na mineradora. Os analistas Rodolfo Angele e Tathiane Martins Candini escrevem que a escolha afasta a possibilidade de intervenção do governo federal nos negócios da Vale, situação que pressionava as ações da companhia.

O Itaú BBA foi mais um a frisar que o novo CEO não deverá causar mudanças significativas na condução da mineradora. Para os analistas Daniel Sasson, Edgard Souza, Marcelo Palhares e Barbara Soares, a substituição de Bartolomeo por alguém que já está na mineradora "suaviza a transição" e limita as mudanças na estratégia da empresa.

3,01%
foi a alta da ação da companhia ontem

Lula critica privatização de empresas públicas e defende presença do Estado

Fabio Murakawa
De Brasília

Em visita ao Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P) da Telebras, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou na terça-feira (27) a privatização de empresas públicas. Segundo Lula, "tem coisas que têm que ser inexoravelmente do Estado".

A Telebras foi uma das empresas retiradas pela atual gestão da lista do programa de privatizações. Em sua fala, o presidente citou exemplos como a Vale, a Eletrobras e a Sabesp. Segundo Lula, as privatizações de empresas que considera estratégicas representam "um Estado que não se respeita, pessoas que não pensam no Brasil".

"Tem coisas que têm de ser inexoravelmente do Estado. É assim na Alemanha, na França e nos Estados Unidos", disse Lula.

"Muita gente foi levada neste país pela famosa teoria de que tem de abrir o mercado para todo mundo, que importante é o livre acesso ao comércio. Livre acesso ao comércio quando é para vender o produtor deles aqui dentro. Quando é para vender os nossos lá fora, a gente sabe a dificuldade que é."

Desde o início do terceiro mandato, Lula tem retirado companhias listadas pela gestão anterior, de Jair Bolsonaro, no programa de desestatização. Especialistas costumam destacar que há casos bem-sucedidos de desestatização, como o que universalizou o acesso à telefonia no Brasil, no fim dos anos 1990. Mas cada caso deve ser analisado individualmente.

No mês passado, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) informou, em relatório, que 44 estatais tiveram lucro líquido de R$ 197,9 bilhões em 2023, queda de 28% em relação ao ano anterior. O resultado, disse a pasta, foi influenciado principalmente pelo recuo da cotação internacional do petróleo.

O presidente iniciou seu discurso tratando da Petrobras, que, de acordo com ele, tem defensores de sua privatização "desde Getúlio Vargas", que criou a empresa em 1953. Integrantes do governo Bolsonaro chegaram a defender a privatização da petroleira no passado, mas a ideia não avançou.

"Eu fico sempre lembrando quantas vezes tentaram privatizar a Petrobras, em vez de tratar a Petrobras como uma empresa orgulho do país", disse. "Desde Getúlio Vargas, aparece alguém achando que tem de privatizar. E quando acham dificuldade para privatizar, eles tentam vender ativos separados. Quando você percebe, tem uma empresa desmontada."

Lula criticou a privatização da Eletrobras, que ele havia chamado na véspera de "crime de lesa-pátria", e da Sabesp pelo governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos), em São Paulo. Segundo o presidente, os empresários "só querem fazer [privatização] onde está dando certo, onde está dando lucro".

"O que está certo. Empresário não tem de investir para fazer política social e de inclusão social", afirmou Lula.

Um dia após a definição do novo presidente da Vale, Lula afirmou que a privatização da mineradora dificulta a negociação de indenizações relativas à barragem de Mariana. "A Vale, que tinha uma diretoria, eu sabia quem era o presidente, a gente sabia quem era. Hoje, nessa discussão que a gente está, de fazer um acordo para receber dinheiro de Mariana, o dinheiro que prometeram para o povo, você não tem dono. Uma tal de 'corporate' que não tem dono, monte de gente com 2%, monte de gente com 3%", disse Lula.

"É que nem cachorro de muito dono, morre de fome, morre de sede, porque todo mundo pensa que colocou água, todo mundo pensa que deu comida e ninguém colocou." Procurada, a Vale disse que não comentaria as declarações do presidente.

Para Lula, é preciso "pensar um pouco no que o Estado pode oferecer para o bem-estar da sociedade". Assim, defendeu a manutenção da Telebras no governo. "Uma empresa como essa garante que a gente pode discutir inteligência artificial sem ficar subordinado a apenas duas ou três nações, que já estão na frente."

28%
foi a queda no lucro das estatais em 2023

Humildade e determinação para deixar um legado

Gestão

Wellington Vitorino

Em 2001, o escritor e consultor americano Jim Collins publicou na Harvard Business Review um ensaio que rapidamente se tornaria um clássico. Intitulado "Liderança de Nível 5: o triunfo da humildade e da determinação implacável" (em tradução livre), o texto se apoiava em anos de pesquisa para descrever um perfil ideal de liderança, capaz de tirar qualquer organização da mediocridade. Collins iria desenvolver essa ideia também no livro "Good to Great".

Mais de duas décadas se passaram desde a publicação daquele artigo. Será que as ideias lá defendidas continuam a valer para o mundo corporativo de hoje?

Collins descreve cinco perfis profissionais, compatíveis com diferentes espaços na hierarquia de uma empresa. O "nível 1" é o indivíduo altamente capaz, que oferece seu talento, conhecimento, habilidade e maneira única de trabalhar.

Em seguida, vem o membro contribuinte da equipe, que trabalha prioritariamente em prol dos outros, para a realização de objetivos do grupo. No "nível 3" está o gerente competente, bom gestor de pessoas e recursos, seguido pelo líder eficaz, aquele que catalisa o comprometimento de todos, propõe uma visão clara e convincente, melhora o desempenho da empresa.

No topo dessa hierarquia – ou seja, no "nível 5" – está o executivo. Cabe a ele construir grandeza duradoura, por meio de uma combinação de traços de personalidade à primeira vista paradoxal: o bom executivo tem humildade pessoal e muita determinação profissional.

Curiosamente, essas características se complementam. O executivo humilde é aquele que evita elogios públicos, que assume a responsabilidade pelos resultados negativos e que sabe reconhecer a contribuição de todos na hora de comemorar os resultados positivos.

Sua ambição está direcionada ao sucesso da empresa, não à busca de alguma glória pessoal. Exatamente por isso, ele tem a mentalidade necessária para construir um legado que ultrapassa gerações.

Mas o processo de construção desse legado é cheio de dificuldades. Entra em cena a determinação feroz do executivo "nível 5": sua clareza de objetivos lhe dá resiliência para enfrentar qualquer tormenta. Essa atuação implacável no âmbito profissional, que motiva a equipe a buscar um padrão de excelência, é pautada por uma combinação de serenidade frente aos contratempos e disposição para fazer o que for preciso.

Como toda teoria da liderança, a ideia dos cinco "níveis" merece ressalvas. Collins dá ênfase excessiva ao papel individual do líder, por exemplo. Ele também idealiza seus perfis, limitando a aplicabilidade prática do modelo. No mundo real, encontraremos bons profissionais, gerentes, líderes e executivos com as mais variadas combinações de talentos e traços de personalidade. Os níveis descritos por Collins funcionam melhor como "norte" teórico do que como modelo descritivo para um corpo de colaboradores.

Mas é inegável que ele tocou em algo atemporal com o par humildade-determinação. Apesar de todas as mudanças vividas pelo universo corporativo nesses últimos 20 anos, lideranças capazes de trabalhar em equipe, ouvir conselhos, delegar tarefas, mas igualmente capazes de perseguir um objetivo grandioso de forma implacável, continuam indispensáveis para uma empresa que pretende deixar sua marca no mundo.

Wellington Vitorino é diretor-executivo do Instituto Four
E-mail wvitorino@institutofour.org

Logística Após diversas tentativas frustradas, concessão da BR-381, entre BH e Governador Valadares, será licitada nesta quinta-feira

Leilão da ‘Rodovia da Morte’ atrai Opportunity e 4UM

Taís Hirata
De São Paulo

Após diversas tentativas frustradas, o governo federal deverá tirar do papel a concessão da rodovia BR-381 entre Belo Horizonte e Governador Valadares (MG), que ficou conhecida como “Rodovia da Morte”. O leilão deverá ser realizado na quinta-feira (29).

Segundo fontes, deverão disputar o contrato duas gestoras de investimentos, que são novidades para o setor rodoviário: a Opportunity e a 4UM, formada pelas famílias Malucelli, Salazar e Federmann — acionistas das empresas MLC, Aterpa e Senpar.

A Opportunity já possui outros ativos de infraestrutura no país, como a operadora portuária Santos Brasil e uma participação minoritária na Equatorial Energia, porém, nenhum investimento no setor de rodovias. Trata-se de um segmento que o grupo vem sondando. No ano passado, a gestora já demonstrou interesse em comprar parte da Monte Rodovias — a operadora, que tem concessões no Nordeste, inclusive fez uma parte dos estudos da BR-381 para a Opportunity, mas não chegou a compor o consórcio, afirmou uma fonte.

Já o segundo concorrente da licitação, a gestora 4UM (antiga J. Malucelli Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), afirma que concluiu neste mês a captação de um fundo de investimento em participações para atuar nos próximos leilões de rodovias, e a BR-381 será o primeiro alvo. Embora as famílias que compõem a gestora venham de empresas ligadas à construção e concessões de infraestrutura — a Aterpa, por exemplo, tem fatia minoritária na operação de saneamento do Amapá, em sociedade com a Equatorial, e a Senpar é uma das sócias do consórcio Way, que opera concessões rodoviárias do Mato Grosso do Sul —, a companhia diz que não há consórcio com as construtoras.

> Obras devem somar R$ 5,5 bi; vencerá grupo que oferecer maior desconto de tarifa

Procuradas, Opportunity e Monte não se manifestaram.

O contrato deverá ter 30 anos e gerar investimentos de R$ 5,5 bilhões. As obras incluem a conclusão de 28 km de duplicações já iniciadas, além de mais 106,4 km de duplicação de novos trechos, 83 km de faixas adicionais e 9,7 km de vias marginais.

Entre 2021 e 2022, o governo Bolsonaro tentou fazer a concessão do trecho, em lote com a BR-262, mas o projeto não atraiu interessados. No ano passado, a atual gestão também tentou fazer a concessão, já excluindo o trecho da BR-262, mas a licitação tampouco teve sucesso. Desde então, foram feitas diversas mudanças no edital para viabilizar o interesse do setor privado.

Uma das medidas determinantes foi a decisão do governo federal de assumir, por meio do Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), as obras em um trecho de 30 km, de Belo Horizonte a Caeté (MG), considerado muito complexo pelo setor privado devido à necessidade de desapropriações na região.

Outra mudança foi o maior compartilhamento de riscos nos trechos em que há maior instabilidade geológica. Além disso, foi ampliada de forma significativa a taxa interna de retorno do contrato — de 9,9% para 11,97%.

Para Lucas Sant'anna, sócio do Machado Meyer, no cenário atual, é natural que projetos como esse, com maior risco, atraiam novos atores. “Quando você é um grupo mais novo no setor, a tendência é que a entrada seja feita em um ativo com competição menor, é mais difícil competir com os operadores tradicionais. E com as mudanças na matriz de risco do projeto, se abriu a possibilidade de uma concessão razoável, que tem a vantagem de ser federal, então com regulação madura.”

A leitura dos analistas é que os operadores mais tradicionais se concentrarão nos leilões com menor risco, dado que já têm contratos adquiridos recentemente em fase de investimentos intensivos e que há outros leilões, de ativos mais consolidados, no radar.

Rodrigo Campos, sócio do Vernalha Pereira, destaca que nem mesmo a EPR, operadora da Equipav e da Perfin que tem participado dos últimos leilões e cujo portfólio é concentrado em Minas Gerais, entrou no projeto. “Por um lado, nenhum dos grandes operadores acabou participando. Por outro, isso demonstra que o mercado está aquecido e que há alguns grupos com mais apetite para risco”, afirma.

Mesmo com os ajustes no projeto, para torná-lo mais atrativo, a percepção no setor privado é que se trata de uma concessão de alta complexidade. “É um trecho muito desafiador, sinuoso, com alto índice de acidentes, o que dificulta a operação da rodovia e gera dificuldade para fazer os investimentos”, resume Sant'anna.

Na concorrência, que será realizada na sede da B3, em São Paulo, vencerá o grupo que apresentar o maior desconto sobre a tarifa de pedágio. Tal como nos últimos leilões do governo federal, caso o vencedor ofereça um deságio superior a 18%, terá que pagar também um aporte, que aumenta conforme a agressividade da oferta, e vai de R$ 62 milhões a R$ 93 milhões por ponto percentual de desconto proposto.

Nova concessão

Governo faz leilão da BR-381 em Minas Gerais

R$ 5,5 bilhões é o investimento (capex) previsto para as obras

R$ 3,7 bilhões são as despesas operacionais estimadas para os 30 anos de concessão

303 km é a extensão do trecho rodoviário da concessão

Fontes: Ministério dos Transportes e ANTT

Curta

2W recorre a cautelar

A empresa do setor elétrico 2W pediu à Justiça uma cautelar de “stay period” para poder negociar com seus credores. O pedido foi de proteção contra cobranças de vencimentos por 60 dias. Em decisão, a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais determinou que a companhia junte ao pedido, em até 15 dias, o termo de posse de seu vice-presidente jurídico e a ata da assembleia geral que autorizou a iniciativa, entre outras informações. Com dívida consolidada de R$ 1,94 bilhão em 30 de setembro de 2023 (dado financeiro mais recente), a empresa estava alavancada por conta da execução de dois grandes empreendimentos eólicos. A 2W Ecobank cogitou abrir capital em bolsa (IPO), mas acabou tendo de buscar um investidor na tentativa de ajustar seu balanço. Nos últimos dias, presidente e membros do conselho renunciaram. A 2W também trocou de CEO duas vezes nos últimos três meses.

CONTEÚDO PATROCINADO POR

Gestão focada em eficiência impulsiona resultado da Vibra

Números positivos, modelo bem-sucedido de negócio e planejamento para o futuro da companhia serão apresentados no Vibra Investor Day

É nos momentos desafiadores que as empresas mais sólidas e inovadoras se sobressaem. Essa máxima fica clara quando se olha para os resultados recentes da Vibra, a maior distribuidora de combustíveis e uma das maiores empresas de energia do Brasil.

Como apontam os resultados divulgados no segundo trimestre, que se somam a uma sequência de 12 meses de resultados expressivos, a companhia tem sido recompensada pela aposta em uma gestão consistente, com foco em eficiência e na busca por otimizar margens e reduzir a volatilidade em meio a um controle rigoroso sobre custos, num cenário de crescente demanda por produtos e serviços.

“Em um mercado cada vez mais competitivo, a gestão consistente é o nosso diferencial. Temos agilidade para reagir às mudanças do mercado, antecipá-las e transformá-las em oportunidades. Melhoramos nesse trimestre porque temos um modelo capaz de garantir patamares consistentes de margem e menor volatilidade dos resultados”, afirma Ernesto Pousada, CEO da Vibra.

Para compartilhar detalhes da estratégia bem-sucedida da companhia, assim como o planejamento para os próximos anos, será realizado o Vibra Investor Day no próximo dia 29, com transmissão ao vivo para todos os inscritos, direto do Rio de Janeiro.

O encontro é focado no relacionamento com o mercado financeiro, incluindo corretoras de investimento, agências de risco, analistas financeiros e bancos, entre outros.

> “Em um mercado cada vez mais competitivo, a gestão consistente é o nosso diferencial. Temos agilidade para reagir às mudanças do mercado, antecipá-las e transformá-las em oportunidades”
> **ERNESTO POUSADA**, CEO da Vibra

DIVULGAÇÃO

“Conforme entregamos resultado nesse nosso modelo de gestão, acreditamos que não só achamos um bom modelo que serve para a Vibra, mas que também é replicável para futuros investimentos”, diz Pousada.

Líder de mercado, a Vibra proporciona a melhor alternativa energética e de mobilidade aos clientes, alinhada às melhores práticas de ESG. No setor automotivo, a companhia detém a licença de uso da marca Petrobras, com uma rede de 8,2 mil postos de combustíveis pelo país.

O Brasil vem de Vibra

Líder em distribuição de combustíveis e lubrificantes

8,2 mil postos de combustíveis (licença de uso da marca Petrobras)

9 mil clientes corporativos em **26,7 mil pontos** de consumo

Abastece **6** em cada **10 aeronaves** em mais de **90 aeroportos**

R$ 4 bilhões investidos em **transição energética**

Com uma estrutura logística que garante sua presença em todas as regiões do país, a empresa atende mais de nove mil clientes em 26,7 mil pontos de consumo em todo o Brasil. Em evolução permanente, a companhia já investiu em torno de R$ 4 bilhões em projetos que visam à transição energética, por meio de investimentos ou constituição de parcerias.

Um dos investimentos foi feito na Comerc. A Vibra assumiu 100% do controle da plataforma de soluções de energia agora em agosto, investindo R$ 3,525 bilhões.

“Vamos continuar com o nosso propósito: mover o Brasil com a sua melhor energia”, conclui Pousada.

ACESSE E INSCREVA-SE NO VIBRA INVESTOR DAY

PRODUZIDO POR GLAB.GLOBO.COM

Auditoria Chefe global da companhia esteve no país e indicou que quer avançar na região com mais serviços e potenciais aquisições

Baker Tilly vê oportunidade de crescimento no Brasil e na AL

Rodrigo Rocha
De São Paulo

Tema comum entre as gigantes do setor de auditoria, a necessidade de diversificação dos serviços oferecidos pelas firmas que têm presença global também é questão recorrente entre quem busca espaço no chamado "middle market", empresas com faturamento milionário, mas que nem sempre têm acesso ao mercado de capitais. É o caso da Baker Tilly International, com sede na Inglaterra, que quer reforçar sua presença globalmente, incluindo no Brasil e na América Latina.

Após visita ao Brasil, a presidente Francesca Lagerberg indicou que vê muitas oportunidades para crescimento do escritório no país. Com foco principalmente para além dos clientes gigantes, mas com presença global, a empresa vê chance de crescimento orgânico e também para aquisições.

"Passei um tempo com os líderes sêniores da empresa, e o objetivo era nos reunirmos para falar sobre crescimento. Isto é, sobre crescimento sustentável e lucrativo no país, grandes oportunidades para o Brasil. Para nós, é um mercado prioritário", afirmou Lagerberg ao **Valor**. "Estamos buscando crescer ainda mais, tanto em termos de receita total, quanto em termos de oferta."

No grupo que fica atrás das "Big 4", as quatro gigantes da auditoria – Deloitte, PwC, EY e KPMG –, a Baker Tilly é a décima no mundo, com receita no ano passado de US$ 5,2 bilhões e atuação em 141 territórios. No Brasil, a companhia teve um crescimento médio anual de 20% nos últimos cinco anos e projeta um avanço entre 10% e 15% nos próximos cinco anos. Atualmente com escritórios em cinco Estados (Bahia, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo), a companhia tem como próximos alvos Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco.

"Nos dedicamos a fornecer serviços para empresas que têm vocação para crescer. Às vezes, essas empresas são muito grandes. Às vezes, são startups", disse Alexandre Labetta, presidente da Baker Tilly Brasil. O executivo destaca o foco em empresas médias com interesse no mercado de capitais.

Em serviços, a reforma tributária é vista como um grande movimento para expansão da oferta, além de ajustes regulatórios às normas ESG. "Todas as empresas, independentemente do tamanho, precisam ter acesso ao impacto da reforma tributária e adaptar sua estrutura e o negócio para as novas exigências", acrescentou Labetta.

A executiva global da Baker Tilly vê, além de novos clientes, chances de aquisições no país e na América Latina, em uma combinação que equilibre crescimento orgânico e inorgânico. "No crescimento orgânico, com serviços para imposto e adições dentro da oferta que já temos, mas estamos olhando também para a atividade de fusão e aquisição", disse Lagerberg. "Somos bastante conscientes sobre com quem nós fundimos. Queremos adições de ótima qualidade, não estamos procurando apenas crescer por crescer. Temos várias oportunidades em toda a região. Tivemos algumas aquisições este ano e esperamos ter mais algumas antes do fim do ano também."

Lagerberg enxerga que o futuro da firma caminha para um equilíbrio em que o peso de auditoria, consultoria e assistência tributária seja praticamente o mesmo, com consultoria crescendo mais rapidamente nos próximos anos.

A Baker Tilly defende um modelo que associe padrão global e a possibilidade de seus clientes atuarem praticamente em todo o mundo, mas com um "toque local". "Nosso mercado escolhido é principalmente o mercado médio, que é o motor de quase todas as economias. Você obtém ótimos relacionamentos com essas empresas. Você as ajuda nos momentos bons e ruins, e eles crescem. E é sobre esse relacionamento humano. E, claro, a reputação da sua marca e a qualidade que você traz. Essa combinação é extremamente poderosa para nós."

A executiva também comentou sobre outras possibilidades de organização das firmas, como o caso da rival Grant Thornton, cujo escritório nos Estados Unidos foi adquirido por um fundo que agora planeja comprar as operações do Reino Unido e da Irlanda.

Na maioria dos casos, as auditorias e consultorias são "partnerships" comandadas por sócios sêniores e suas redes globais são constituídas por firmas nacionais que são entidades legalmente separadas, propriedade de sócios locais, mas que utilizam uma marca comum.

"Acho que é um momento extraordinário para firmas de serviços profissionais. Estamos vendo muitas organizações se consolidando ou se conectando em diferentes grupos, pois todos reconhecem que o tamanho é realmente muito valioso", afirmou Lagerberg. "Quando se tem clientes internacionais, você precisa ter tamanho suficiente para poder atender a esses clientes onde eles gostariam que você estivesse. Mas bem no centro de tudo isso está a qualidade. E também se trata de construir fundações realmente fortes, para que acreditemos que estamos globalmente unidos. Então, se trata de estabelecer essa reputação, garantir que você a cumpra e garantir que você esteja se diferenciando no mercado."

US$ 5,2
bilhões em receita em 2023

DIVULGAÇÃO

Lagerberg, da Baker Tilly, defende qualidade e reputação como estratégia

"Nos dedicamos a empresas que têm vocação para crescer"
Alexandre Labetta

Avanço das 'bets' e endividamento freiam alta maior no consumo, avalia varejo

Varejo

Adriana Mattos
De São Paulo

O ganho de renda e a expansão do emprego neste ano não estão conseguindo levar a um aumento tão veloz do consumo como no passado, quando as empresas foram capazes de acelerar as vendas rapidamente, e de forma mais constante, após períodos de crise.

Há um mapeamento de fatores sendo feito dentro de varejistas e indústrias para entender porque, apesar da receita superior a 2023, alta mais acelerada ainda não foi totalmente destravada neste ano.

Ontem, esse tema da retomada foi abordado na conferência anual do Santander, em São Paulo, e empresários e executivos afirmam que o endividamento ainda elevado das famílias é o fator número um que explica esse cenário. Somado a isso, a manutenção da taxa de juros (Selic) em patamar elevado e a alta exponencial dos gastos com jogos virtuais e apostas esportivas entram nesse cálculo.

"A essa altura, poderíamos, como setor, estar crescendo mais. O primeiro trimestre foi bom, depois maio piorou, julho também não foi legal, e agosto melhorou. Anda meio irregular", disse a jornalistas Jorge Faiçal, presidente da Plurix, grupo supermercadista do Pátria Investimentos, com 180 lojas e R$ 10 bilhões em venda anual.

De janeiro a março, o comércio avançou 5,9%, depois, até abril, a alta caiu para 4,9%. Então, atingiu 5,2% no acumulado até maio e, ao fim de junho, o ano crescia um pouco mais, 5,5%.

"O nível de comprometimento de renda da população com dívida ainda tem um impacto. Mas esse tema [das apostas tirando recursos do consumo] também entra, e é o debate principal que está ocorrendo nas associações, como na Abras [associação dos supermercados]. Está todo mundo tentando entender o que está acontecendo", disse Faiçal, após plenária na 25ª Conferência Anual do Santander.

No GPA, dono da rede Pão de Açúcar, a empresa diz que tem acelerado vendas após a sua reestruturação, mas há um nível de endividamento da população ainda relevante, que pode explicar esse cenário de retomada abaixo do real potencial do setor, afirmou Marcelo Pimentel, presidente do grupo.

Segundo ele, também há uma preocupação maior do varejo com o avanço dos jogos virtuais e apostas esportivas, e esse debate está na Abras e no IDV, o principal instituto do varejo, com cerca de 70 redes associadas. "É preciso avançar na regulação dessas empresas, para atuarem de forma mais transparente, até para entendermos melhor esses impactos". Ele reforçou que o GPA é mais resiliente a esse movimento, porque os usuários dos jogos, segundo pesquisas, são chefes de família do sexo masculino e das classes C e D, e o GPA é mais focado nas classes A e B.

Segundo pesquisa de 2023 do Instituto Locomotiva, 30% pertencem às camadas C, D e E, e na A e B, são 24%. Dados do Banco Central apontam para movimentação total em torno de R$ 70 bilhões em 2023. O Itaú calcula R$ 23,9 bilhões líquidos em 12 meses, entre gastos e ganhos em prêmios, e pesquisa da PwC, antecipada pelo **Valor** neste mês, estima de R$ 120 bilhões a R$ 130 bilhões em apostas neste ano, o equivalente a 8% da receita projetada pelo varejo em 2024 (R$ 1,5 trilhão).

O **Valor** apurou que, no último fim de semana, o avanço das "bets" foi tópico de um almoço com lideranças do IDV. Empresários do setor já se encontraram com o vice-presidente, Geraldo Alckmin, quando se falou sobre esse tema.

Na rede Assaí, a direção fez uma campanha interna para conscientizar funcionários sobre as "armadilhas" nos jogos, e cita a questão do endividamento das famílias, diz o material enviado.

"Há uma preocupação enorme, há funcionários em empresas zerando o contracheque com empréstimos para usar recursos nas bets e nos joguinhos. Há um caminho sendo estudado, que é tratar disso em Brasília, discutir limitações em cartão ou holerite, para impedir um desequilíbrio maior", diz um membro do IDV.

Associações do setor têm destacado que as empresas passaram a reforçar mais o trabalho de esclarecimento e campanhas de participação responsável. Além disso, dizem que os investimentos publicitários geram renda ao setor.

No governo, a projeção é que, com a lei que regulamenta os jogos, válida após 2025, a arrecadação irá alcançar cerca de R$ 3 bilhões, por conta da cobrança de 12% de impostos. Isso ajudará o Ministério da Fazenda nos cálculos do ajuste fiscal.

O texto ainda define obrigação de atendimento aos apostadores e ouvidoria, e "ações de promoção ao jogo responsável e prevenção aos transtornos de jogo patológico". Mas a lei é generalista, e não especifica quais ações seriam obrigatórias.

Ontem, perguntado sobre o tema da retomada econômica e das "bets" em plenária do evento, o CEO do Magazine Luiza, Frederico Trajano, disse que está otimista com o país e afirmou que "aquilo que travava muito a agenda era o juro americano", mas há sinalização de queda na taxa.

"O juro aqui não ia descer se lá não descesse. E estou otimista com o Magalu. Juros têm uma relevância, porque somos líder em duráveis. Já melhoramos nosso resultado, cresceu 60% do lucro operacional. Precisava, agora, dar uma ajudinha dos juros para as categorias discricionárias poderem crescer".

Sobre as apostas, diz que é problema de saúde pública por conta dos descontroles nos jogos, e crê que a regulação é fraca. Porém, não vê efeito no curto prazo. "No primeiro semestre, não diria que teve algo que afetou consumo. Não vejo impacto no curto prazo, mas o crescimento [das apostas] será exponencial. Não há regulação, é muito frouxa. E 'bet' é um problema de saúde pública. O Hospital das Clínicas está lotado."

30%
dos apostadores são das classes C, D e E

"O juro aqui não ia descer se lá [nos Estados Unidos] não descesse."
Frederico Trajano

Química Pela primeira vez, uma mulher está à frente da subsidiária brasileira

Dow tem novo comando na AL e no Brasil

Stella Fontes
De São Paulo

A Dow anunciou mudanças relevantes em seu comando na América Latina e no Brasil. O executivo Matías Campodónico, que respondia pela presidência da Dow Argentina e da região sul da América Latina, além de liderar a diretoria de Assuntos Públicos e Governamentais para a região, foi escolhido do novo presidente da multinacional na América Latina. Ele sucede a Javier Constante, que se aposentará no fim deste ano, após quase 35 anos de carreira construída na Dow, dos quais 5 na liderança da operação latino-americana.

Na nova posição, a missão de Campodónico será conduzir os projetos estratégicos da multinacional da área química na região, com foco em impulsionar o crescimento, "potencializando o talento humano e fortalecendo a cultura corporativa da Dow em inclusão, inovação, sustentabilidade e foco no cliente".

35 anos
é o tempo de casa de Javier Constante

Para a cadeira de líder regional no Brasil, a Dow escalou Mariana Orsini, que assumiu recentemente a diretoria de Assuntos Institucionais para a América Latina. "Estou animada com o desafio de liderar a Dow no Brasil, um país em que temos operações bem consolidadas e que são estratégicas para pautas prioritárias na empresa, como economia circular, descarbonização e mudanças climáticas", afirmou, em nota.

Conforme a companhia, neste cargo recém-criado, a executiva "trabalhará para avançar com a agenda externa da empresa no país", representando-a junto às agências governamentais brasileiras e em fóruns e associações industriais, com o objetivo de proteger sua licença de operação e "possibilitar novas oportunidades de crescimento, em áreas como circularidade, biodiversidade e descarbonização da base de ativos".

"Fizemos um progresso significativo em nossas ambições para a região. Estou entusiasmado com a oportunidade de liderar essa equipe, à medida que continuamos a construir nossa cultura de crescimento inclusivo e sustentável. A região apresenta desafios, mas também oferece oportunidades únicas de transformação e crescimento", disse Campodónico.

Constante, que será sucedido por Campodónico, se destacou à frente da Dow, entre outras iniciativas, pela agenda de diversidade, com avanços importantes na inclusão de pretos e pardos na multinacional, além de reforçar a relevância da operação regional na agenda global da Dow e para suas metas de sustentabilidade. Na nota, o CEO da Dow, Jim Fitterling, classifica Javier como "um líder apaixonado, um pensador estratégico e um excelente colega".

Há mais de 60 anos na região, a Dow tem fábricas na Argentina, no Brasil, na Colômbia e no México.

DIVULGAÇÃO

"A região apresenta desafios, mas também oportunidades"
M. Campodónico

Vitru avalia fatores para menos matrícula

Ensino

Beth Koike
De São Paulo

A Vitru, maior grupo de educação a distância do país, está analisando os impactos das apostas esportivas on-line. Isso porque o perfil de jogadores é o mesmo dos alunos de cursos EAD e o preço das mensalidades também é muito parecido com o valor gasto nos jogos, por mês.

"Levantamos alguns dados. Dos alunos que usam nossos aplicativos, 64% têm um ou dois aplicativos de apostas instalados em seus celulares. E, entre aqueles que acessam nosso site, 25% também têm bets nos computadores", disse William Matos, presidente da Vitru.

Tantos os jogadores como os alunos de EAD são da base da pirâmide. A mensalidade varia de R$ 200 a R$ 250, mesmo valor apostado nas bets por mês. "Ao contrário do varejo, em que o consumidor deixa de comprar algo porque jogou, em educação, há um gasto recorrente. Estamos acompanhando e queremos entender seus impactos", afirmou.

O setor de ensino a distância vem sentindo uma queda em novas matrículas. Esse movimento vem chamando atenção, porque em geral é um mercado que acompanha indicadores de renda e emprego, que subiram.

Segundo especialistas, há outras razões para essa queda, como a inflação ainda estar afetando a camada mais pobre da população, a migração a outras modalidades de aprendizado, como híbrido e presencial, além de o EAD ter atingido seu limite de tamanho, após anos de forte expansão.

Nesse contexto, o mercado de EAD passa por uma nova regulamentação, que será mais rigorosa. "O marco regulatório precisa ser bom para todos. A legislação do ensino a distância é de 2007, quando o mercado era totalmente diferente e havia certa frouxidão. Agora, é preciso colocar um freio, ter uma legislação mais cuidadosa, atenta à qualidade", disse Adilson Santana, secretário de ensino superior do Ministério da Educação, que participou da Conferência Anual do Santander.

Segundo o secretário, a argumentação do setor, de que muitas cidades ficarão sem oferta de ensino superior com regras mais rígidas, não é plausível. "Entre ter um curso ruim e não ter nada, é melhor a segunda opção. Mas, não é o caso. O curso é a distância e é possível fazer as atividades presenciais numa cidade próxima", disse.

Carlos Lisboa será presidente da Ambev

Bebidas

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

Carlos Eduardo Klutzenschell Lisboa, diretor-presidente da divisão Zona América Central da AB Inbev, será o novo diretor-presidente da Ambev a partir de 1º de janeiro. O atual diretor-presidente da companhia, Jean Jereissati, assumirá o lugar de Lisboa nas operações da controladora na divisão de negócios que abrange América Central, México e parte da América do Sul, como Peru e Equador. Com a posse na presidência da Ambev, Lisboa deixará sua cadeira no conselho de administração da companhia no próximo ano.

A Ambev destaca que, desde 1993, Carlos Lisboa ocupou diversos cargos na cervejaria brasileira e em sua controladora, como vice-presidente de marketing da Ambev, diretor-presidente da cervejaria canadense Labatt, diretor-presidente da divisão América Latina Sul, dentre outros.

"Jean e Lisboa estão finalizando ciclos de sucessos em suas respectivas funções e são as pessoas certas para entregar todo o potencial de cada zona, mantendo a nossa estratégia de negócio e a mentalidade de crescimento compartilhado. Esses novos desafios dão a oportunidade para ambos continuarem desenvolvendo suas habilidades junto com seus novos times", afirmou, por meio de nota, o presidente do conselho de administração da Ambev e diretor-presidente da AB InBev, Michel Doukeris.

A Ambev teve lucro líquido de R$ 2,45 bilhões no segundo trimestre de 2024, queda de 5,6% na comparação anual, enquanto a receita líquida cresceu 6,1%, para R$ 20,04 bilhões. O Brasil foi responsável por grande parte da alta de faturamento. As operações brasileiras somaram 28,77 milhões de hectolitros, avanço de 4,1%. O segmento de bebidas não alcoólicas teve o maior crescimento, de 7,7%, enquanto os volumes de cerveja no país avançaram 2,9%, para 21,4 milhões de hectolitros.

Outra divisão de negócios que contribuiu foi a América Central e Caribe (CAC), com alta de 3,4% nos volumes, após sucessivos trimestres de crise na República Dominicana. No recorte da controladora AB Inbev, a região geográfica de Middle Americas — que Jereissati deverá assumir — registrou volume de 38,4 milhões de hectolitros no segundo trimestre, crescimento orgânico de 1,3%.

Tecnologia Restrições para exportar germânio e gálio começaram no segundo semestre de 2023 e já preocupam fabricantes ocidentais

China segura insumos para produzir chips

Harry Dempsey e Edward White
Financial Times, de Londres e Xangai

Os controles chineses à exportação de materiais semicondutores cruciais impactam as cadeias de suprimento e alimentam temores de que a produção de empresas ocidentais de chips avançados e de aparelhos ópticos militares não dê conta da demanda.

As restrições para exportar germânio e gálio, usados na produção de chips e de componentes para equipamentos militares e de comunicações, fizeram os preços dos minerais quase dobrarem nos últimos 12 meses na Europa.

As restrições, que segundo o governo protegem seus "interesses e a segurança nacional", foram adotadas pelos chineses em 2023, como resposta aos controles impostos por países encabeçados pelos Estados Unidos sobre as vendas à China de chips avançados e equipamentos para produção de chips.

A China produz 98% do suprimento mundial de gálio e 60% do de germânio, segundo a Agência de Inspeção Geológica dos EUA. "A situação com a China é crítica. Estamos dependendo deles", disse uma fonte que trabalha em um grande comprador de materiais semicondutores.

Segundo analistas, os controles deixam claro que o presidente chinês Xi Jinping está disposto a direcionar suas miras aos interesses econômicos ocidentais para contra-atacar os controles ao acesso da China a chips de ponta e outras tecnologias avançadas.

A fonte na empresa afetada disse que embora ainda estejam sendo feitas algumas remessas chinesas grandes de gálio, as exportações como um todo caíram pela metade desde a aplicação dos controles. "Se a China reduzir as exportações de gálio como fez no primeiro semestre do ano, então nossas reservas se esgotarão e haverá falta", disse.

Segundo Jan Giese, gerente sênior de metais na comercializadora Tradium, de Frankfurt, o gálio e o germânio que sua empresa conseguiu obter por meio do novo programa chinês de exportações é uma pequena "fração" do que compravam no passado.

Os dois materiais são essenciais para a produção de microprocessadores avançados, produtos de fibra óptica e óculos de visão noturna, de forma que a manutenção dos controles às exportações por Pequim poderia desestabilizar a produção desses bens.

Em agosto, Pequim anunciou restrições à exportação de antimônio, um mineral usado em munições perfurantes de blindagens, óculos de visão noturna e óptica de precisão. A medida veio na esteira da imposição de controles pela China às exportações de grafite e de tecnologias usadas na extração e separação de terras-raras.

Desde o início de junho, os preços do germânio subiram 52%, para US$ 2.280 por quilo na China, segundo dados da Argus. "Os chineses agora nem estão oferecendo germânio no exterior", disse Terence Bell, gerente da Strategic Metal Investments, uma comercializadora de metais menores, cuja sede fica em Vancouver.

Pelos termos dos controles sobre o gálio e germânio, cada envio precisa de uma aprovação que leva de 30 a 80 dias e que, dadas as incertezas, torna inviáveis contratos de fornecimento de longo prazo, segundo as comercializadoras. As solicitações precisam especificar o comprador e o uso pretendido.

Cory Combs, diretor da consultoria Trivium China, de Pequim, disse que a principal motivação de Pequim é "enviar sinais" de que poderia retaliar contra a pressão liderada pelos EUA sobre empresas e setores vitais chineses. "Em última análise, a maior razão [para os controles] é que, se algum dia eles quiserem bloquear exportações para determinado lugar, eles podem negar as licenças", disse Combs.

As comercializadoras atribuem o aumento do preço do germânio, que é usado para fabricar chips avançados, cabos de fibra óptica, painéis solares e câmeras de imagem térmica militar, aos estoques acumulados pelos chineses.

Segundo Giese, a quantidade de germânio sendo acumulada é uma questão de especulação de mercado, mas "o que é quase certo [...] é que o volume total em questão representa uma parte significativa da produção anual da China".

Combs, da Trivium, disse que Pequim vê os controles à exportação, em parte, como uma forma de garantir o próprio suprimento dos materiais usados em tecnologias de fontes de energia limpa, que estão no cerne do plano de modernização industrial do país.

A China está usando as restrições para ajudar em seus esforços para tentar equiparar-se aos EUA e outros líderes na tecnologia dos semicondutores, disse a fonte da empresa que é uma grande consumidora de materiais para semicondutores.

"Presumindo que a situação global e a relação entre EUA e China permaneçam como estão, não vejo nenhuma motivação para a China relaxar os controles de exportação", disse a fonte.

O ministério das Relações Exteriores da China não quis se pronunciar. *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Controle de insumos na produção de chips
Dados da China sobre exportações de germânio e gálio - em kg

Germânio
— Média antes das restrições às exportações
Controle das exportações entra em vigor
60.000 / 50.000 / 40.000 / 30.000 / 20.000 / 10.000
2019 1º Sem. — 2023 2º Sem.

Gálio
— Média antes das restrições às exportações
Controle das exportações entra em vigor
60.000 / 50.000 / 40.000 / 30.000 / 20.000 / 10.000
2019 1º Sem. — 2023 2º Sem.

Fonte: Alfândega da China/Financial Times

COSTFOTO/NURPHOTO VIA AP

China está reduzindo as exportações de insumos usados para fabricar chips

Mais um problema para um mercado pressionado

Daniela Braun
De São Paulo

As restrições impostas pela China à exportação de matérias-primas essenciais para a produção de semicondutores de alta performance, acrescentam mais um problema a um mercado já pressionado pela corrida da inteligência artificial (IA) generativa.

Componentes como gálio e germânio, que têm a China como seu principal fornecedor, são usados na produção de componentes essenciais para suportar as aplicações de IA em serviços de computação em nuvem, como unidades de processamento gráfico (GPUs, na sigla em inglês), unidades de processamento computacional (CPUs) e memórias, disse Pietro Delai, diretor de pesquisa da IDC América Latina.

"Já temos uma limitação tecnológica para elevar a produção global de semicondutores avançados como as GPUs", explica Delai. "A escassez de matéria-primas tende a agravar o cenário".

As medidas tomadas pelo governo chinês, desde o segundo semestre de 2023, impactam a americana Nvidia, que surfa na onda da IA e equilibra os pratos para atender seus clientes de GPUs, e também as gigantes globais de semicondutores como a taiwanesa TSMC e a sul-coreana Samsung, que abastecem boa parte do mercado global.

A demanda global também cresce em componentes para computadores pessoais e celulares com recursos de IA, o que tende a escalar os preços.

No segundo trimestre, as vendas globais da indústria de semicondutores somaram US$ 149,9 bilhões, alta de 18,3% em relação ao segundo trimestre de 2023, segundo dados da Associação da Indústria de Semicondutores (SIA) divulgados no início de agosto.

Somente em junho, a receita do setor alcançou US$ 50 bilhões, alta de 1,7% em base anual. Neste intervalo, a China faturou US$ 15,1 bilhões, alta de 21,6%; a região Americas gerou receita de US$ 14,8 bilhões, avanço de 42,8%; e a região Ásia-Pacífico cresceu 12,7%. Já Europa e Japão recuaram 11,6% e 5%, respectivamente.

Para o gerente de desenvolvimento de negócios da taiwanesa MediaTek para o Cone Sul, Decio Farias, os reflexos mais graves da política chinesa devem demorar a aparecer para uma boa parte do mercado devido ao longo ciclo de produção de chips. "Já temos pelo menos seis meses de produção prevista", disse. A empresa, que desenvolve chips para celulares, TVs e roteadores, tem a TSMC como principal fabricante.

Skydance está perto de comprar Paramount

Entretenimento
Dow Jones, de Nova York

O empresário Edgar Bronfman Jr. saiu da disputa pela Paramount, abrindo caminho para que a empresa de entretenimento comandada por Shari Redstone seja vendida à Skydance Media.

Bronfman informou ao comitê especial da Paramount na noite de segunda-feira que estava se retirando do processo "go shop" — uma janela durante a qual o comitê pode pedir e revisar propostas. "Continuamos acreditando que a Paramount Global é uma empresa extraordinária, com uma coleção incomparável de marcas, ativos e pessoas de destaque", disse Bronfman, em nota. O empresário, de 69 anos, se orgulha de ajudar a conduzir empresas por grandes transformações. Sua família foi dona da fabricante de bebidas Seagram.

Na semana passada, o empresário apresentou uma proposta revisada de US$ 6 bilhões para a National Amusements e a participação minoritária na Paramount, conforme publicado pelo "The Wall Street Journal". Ele entrou formalmente na disputa na esperança de impedir que o negócio fosse vendido para a Skydance. O grupo de investidores de Bronfman incluía Fortress Investment Group e BC Partners Credit.

Os esforços do empresário foram suficientes para que a Paramount estendesse o período do "go shop" até 5 de setembro.

A Skydance, de David Ellison, reagiu. Enviou uma carta ao comitê especial na semana passada pedindo que a Paramount encerrasse as negociações com Bronfman, alegando que estas violavam os termos das negociações. O grupo de investidores de Bronfman incluía Fortress Investment Group e BC Partners Credit.

A oferta de cerca de US$ 8 bilhões de Ellison envolve a compra da National Amusements e a fusão da Skydance com a Paramount. O acordo colocaria US$ 1,5 bilhão no balanço da Paramount, que poderiam ser usados para pagar dívidas. Além disso, proporciona mais de US$ 4 bilhões para comprar cerca de 50% das ações não votantes da Paramount a US$ 0,15 cada ou permitir que essas ações fossem incorporadas à nova empresa.

Como fabricar e consumir roupas sem prejudicar o ambiente

Live do Valor

Natália Flach
De São Paulo

Produzir roupas sem impactar negativamente o mundo é, em última instância, o intuito da moda sustentável, que compreende um ecossistema de fornecedores, empresas, cooperativas, estilistas e, claro, consumidores. O mundo ainda está longe de alcançar esse objetivo, mas caminha nessa direção — com mais brasileiros aderindo a brechós e mais companhias preocupadas com o uso de água na fabricação das peças.

Para entender as vantagens e os empecilhos que envolvem o consumo consciente, o **Valor** e a área de responsabilidade social da Globo, chamada de Valor Social, convidaram a jornalista e consultora de moda Alexandra Farah e a supervisora de figurinos do canal televisivo Vivian Andrade para um bate-papo nesta terça-feira (27).

Andrade contou que a Globo busca fornecedores com viés mais sustentável para criar as roupas usadas nas novelas. É o caso das empresas que produzem botões com resíduos de sobras de comida, osso e até leite em pó. "Antes, o preço [desses componentes] era bem mais alto, mas eles ainda oneram o produto final. De qualquer forma, acho que está nas nossas mãos mudar esse jogo. Quanto mais a gente insistir e procurar novos fornecedores, melhor vai ser para o processo deles e para a própria economia", disse Andrade, acrescentando que em um ano a Globo produz uma média de 6 mil figurinos, fora os usados nas novelas.

A TV também está adotando o tingimento natural de tecidos. São usados frutos, folhas e flores, dependendo das cores necessárias para o tratamento dos figurinos.

Farah observou que o consumidor deve ler as etiquetas e escolher os materiais menos poluentes. "Hoje somos reféns do poliéster, que é feito a partir da exploração do petróleo. Também priorizamos o algodão, e eu tenho minhas dúvidas se o material é realmente sustentável, vide o número de queimadas que estão acontecendo em todo o Brasil."

O ideal, disse a consultora, é evitar o impacto, através do subconsumo que, em última instância, prega o novo minimalismo, ou seja, viver bem com o que a pessoa já tem. Os brechós são uma opção para quem precisa comprar algo, mas não quer provocar impacto no meio ambiente. A troca de peças já era comum entre pessoas mais simples, mas agora consumidores das classes A e B também estão consumindo dessa forma.

LEO PINHEIRO/VALOR

Vivian Andrade (no centro) e Alexandra Farah (à dir.) falam de sustentabilidade

Movimento falimentar

Falências Requeridas

Requerido: **Comercial Iluminim Ltda. -** CNPJ: 23.429.903/0001-98 - Endereço: Av. Dos Estados, 1825/1829, Depósitos 09 e 10, Bairro Anchieta, Porto Alegre/rs - Requerente: Carlos Basso - Vara/Comarca: 2a Vara de Presidente Prudente/SP - Observação: Pedido redistribuído.

Requerido: **Rgl Engenharia e Consultoria Ltda. Epp -** CNPJ: 15.649.751/0001-00 - Endereço: Rua Barão de Airuoca, 686, Bairro João Pinheiro - Requerente: Josiele Bernardo de Lima Barbosa - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG

Falências Decretadas

Empresa: **Baidu Brasil Internet Ltda. -** CNPJ: 19.222.185/0001-07 - Endereço: Av. Cláudio Soares, 72, 9º Andar, Cjto. 923, Bairro de Pinheiros - Administrador Judicial: Preserva Ação Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Bruno Rezende - Vara/Comarca: 3a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Tpl Engenharia e Projetos Ltda. -** CNPJ: 03.661.742/0001-56 - Endereço: Av. Luís Viana Filho, 13223, Edifício Hangar Business Park, Hangar 07, Sala 301, Bairro São Cristóvão - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Castro Oliveira Advogados - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Salvador/BA - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Vivano Estofados Ltda. -** CNPJ: 32.538.443/0001-27 - Endereço: Rua Andorinha do Rio, 1130, Parque Industrial Iii - Administrador Judicial: Não Citado No Despacho - Vara/Comarca: 1a Vara de Arapongas/PR

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Connectparts Comércio de Peças e Acessórios Automotores S/A -** CNPJ: 08.677.036/0001-16 - Requerente: Rufato Importadora e Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda. - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Sr Implementos e Máquinas Agrícolas Ltda. -** CNPJ: 23.711.905/0001-75 - Endereço: Rua Carlos Galli, 332, Bairro Nova Cidade - Requerente: Br Steel Indústria e Comércio de Aço Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Matão/SP - Observação: Julgado cumprido o acordo homologado entre as partes.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **A2 Agropecuária Ltda. -** CNPJ: 55.607.278/0001-13 - Endereço: Fazenda Santa Paula, S/nº, Sala 03, Bairro Água do Boi, Taciba/sp - Administrador Judicial: Anz Brasil Administração Judicial Ltda., Representada Pela Dra. Natália Zanata Prette - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Alzira Domingos de Morais, Produtora Rural, Nome Fantasia Fazenda Estância Rodeio -** CNPJ: 55.871.587/0001-04 - Endereço: Rodovia Mt 020, Km 138, À Margem Direita, S/nº, Fazenda Estância Rodeio, Zona Rural, Campinápolis/mt - Administrador Judicial: Caio Almeida Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Caio Benedito Freitas de Almeida - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Antonio Rezende Morais, Produtor Rural, Nome Fantasia Fazenda Estância Rodeio -** CNPJ: 55.871.698/0001-02 - Endereço: Rodovia Mt 020, Km 138, À Margem Direita, S/nº, Fazenda Estância Rodeio, Zona Rural, Campinápolis/mt - Administrador Judicial: Caio Almeida Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Caio Benedito Freitas de Almeida - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Avanço Agropecuária Ltda. -** CNPJ: 55.608.071/0001-63 - Endereço: Fazenda Santa Paula, S/nº, Sala 02, Bairro Água do Boi, Taciba/sp - Administrador Judicial: Anz Brasil Administração Judicial Ltda., Representada Pela Dra. Natália Zanata Prette - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Gisberto Avanço Neto e Outros -** CNPJ: 13.847.992/0001-39 - Endereço: Fazenda Santa Paula, S/nº, Sala 02, Bairro Água do Boi, Taciba/sp - Administrador Judicial: Anz Brasil Administração Judicial Ltda., Representada Pela Dra. Natália Zanata Prette - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Irma Cristina Agropecuária Ltda. -** CNPJ: 55.610.168/0001-00 - Endereço: Fazenda Santa Paula, S/nº, Sala 01, Bairro Água do Boi, Taciba/sp - Administrador Judicial: Anz Brasil Administração Judicial Ltda., Representada Pela Dra. Natália Zanata Prette - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Lício Silva de Moraes, Produtor Rural, Nome Fantasia Fazenda Izabel Iv -** CNPJ: 55.875.308/0001-72 - Endereço: Rodovia Mt 020, Km 138, À Margem Direita, S/nº, Fazenda Izabel Iv, Zona Rural, Campinápolis/mt - Administrador Judicial: Caio Almeida Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Caio Benedito Freitas de Almeida - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Empresa: **Lucas Silva de Moraes, Produtor Rural -** CNPJ: 55.869.185/0001-67 - Endereço: Rodovia Mt 020, Km 21, Sentido Vila Milagrosa, S/nº, Fazenda Santa Fé I, Zona Rural, Canarana/mt - Administrador Judicial: Caio Almeida Sociedade Individual de Advocacia, Representada Pelo Dr. Caio Benedito Freitas de Almeida - Vara/Comarca: 4a Vara de Rondonópolis/MT

Recuperações Judiciais Indeferidas

Empresa: **Gr8 Holding Empresarial e Participações Ltda. -** CNPJ: 33.264.054/0001-13 - Endereço: Sia Trecho 02, Nº 1580, Zona Industrial, Guará - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Empresa: **Gr8 Motors Auto Parts Ltda. -** CNPJ: 40.615.314/0001-13 - Endereço: Sia Trecho 02, S/nº, Lote 1610, Zona Industrial, Guará - Vara/Comarca: Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Distrito Federal, Brasília/DF

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Financiamentos Banco vai emprestar R$ 160 milhões à empresa, que negocia créditos de carbono

BNDES apoia Mombak no 'Arco da Restauração'

Camila Souza Ramos
De São Paulo

O BNDES concedeu um empréstimo de R$ 160 milhões à startup Mombak, que vende créditos de carbono a partir de reflorestamento, para ampliar sua operação na Amazônia. Esse é o segundo financiamento a uma empresa privada no projeto "Arco da Restauração", iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e do banco de fomento para barrar o desmate.

Metade do recurso sairá do Fundo Clima, com taxa de 2,5% ao ano (já incluso spread do BNDES) e prazo de 25 anos. A outra metade da captação será via Finem, com taxa perto de 10,5% e vencimento em 15 anos.

"Estamos tratando não de uma ação filantrópica, mas de economia", afirmou Tereza Campello, diretora socioambiental do BNDES, ao **Valor**. A operação baseia-se na premissa de que o restauro vai gerar créditos de carbono que serão vendidos no mercado internacional.

Com essa tese, a Mombak, que nasceu há três anos, já captou dívida até no exterior. Em julho, a companhia acertou uma captação com o Banco Mundial, que emitiu mais de US$ 200 milhões em bonds comprados por gestoras internacionais. Desse total, a Mombak recebeu US$ 36 milhões.

LEO PINHEIRO/VALOR
Tereza Campello, do BNDES: projeto 'não é ação filantrópica, mas economia'

Até então, a startup havia captado apenas via negociação de fatias do negócio em seu primeiro fundo com investidores, o Fundo de Reflorestamento da Amazônia. Ela atraiu US$ 120 milhões da francesa AXA, do fundo de pensão canadense CPPIB, da Bain Capital e da Fundação Rockefeller.

A primeira operação do BNDES no âmbito do Arco da Restauração foi com a re.green, que também se propõe a vender créditos de carbono a partir da atividade. Em janeiro, a empresa captou R$ 187 milhões com o banco.

Segundo a diretora do BNDES, o banco quer transformar a atividade de restauração florestal em uma indústria nacional estabelecida. "É uma frente inovadora e próspera, que tornará o Brasil referência em restauro", defendeu. Atualmente, o Fundo Clima tem um orçamento de R$ 400 milhões para apoiar não só restauro, mas também de manejo florestal, produtos da bioeconomia e sistemas agroflorestais.

A injeção do recurso na Mombak permitirá à companhia dar escala às suas operações, além de equilibrar sua estrutura de capital para os próximos voos. "Por sermos um projeto de capital intensivo, demandamos uma parcela relevante de dívida, e é isso que estamos construindo com o BNDES", afirmou Luiz Barros Filho, diretor financeiro da Mombak.

O capital servirá tanto para a compra de fazendas com pastos degradados como para aplicar no reflorestamento. De acordo com Peter Fernandes, cofundador e principal executivo da Mombak, em geral o volume de dinheiro para se adquirir uma área na Amazônia é similar ao que é necessário para se investir no plantio e trato de vegetação nativa. Para recuperar as áreas, a companhia utiliza espécies nativas e diversas, podendo chegar a 100 espécies diferentes.

Até o momento, a Mombak já anunciou dois acordos de fornecimento de crédito de carbono, um com a Microsoft, que vai até 2032, e outro com a McLaren. No acerto com a Microsoft, a empresa fechou a venda de 1,5 milhão de créditos de carbono por US$ 100 milhões. A startup não informa o valor do contrato com a McLaren, apenas que cada crédito de carbono saiu por US$ 50.

12 mil
hectares é a meta de reflorestamento

O fundo tem como objetivo reflorestar de 10 mil a 12 mil hectares. Até o momento, o fundo tem dez fazendas compradas ou em processo de aquisição, todas no Pará, que têm, somadas, mais de 7 mil hectares — alguns já receberam plantios há mais de um ano.

Segundo Fernandes, um hectare das fazendas gera cerca de 700 toneladas de crédito de carbono ao ano. O cálculo considera o sequestro que ocorre em florestas nativas próximas às áreas que a Mombak refloresta.

As metas do "Arco da Restauração" mostram que será preciso muito mais projetos como o da Mombak e da re.green. O projeto tem como objetivo restaurar 6 milhões de hectares em um faixa que pega as faixas sul e leste do bioma, do Acre ao Maranhão, e de capturar 1,65 bilhão de toneladas de carbono até 2030.

"O BNDES, como um banco inovador do desenvolvimento, está à frente dessa iniciativa, assim como também liderou os investimentos em energia renovável, em eólica e solar, quando ninguém ainda acreditava. O Brasil pode ser uma potência em restauro de florestas", disse, em nota, o presidente do banco, Aloizio Mercadante.

valor.com.br

Comércio
México quer aves de exibição do Brasil

O México abriu seu mercado à importação de aves brasileiras de exibição e reprodução. Segundo o Ministério da Agricultura, o Brasil poderá embarcar aves de zoológico, reproduzidas em ambiente controlado e destinadas à pesquisa científica e ao turismo.

valor.com.br/agro/

Bioinsumos
Acordo sobre produção "on farm"

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Pedro Lupion (PP-PR), disse que produtores e indústria de defensivos fecharam acordo para regulamentar a produção de bioinsumos nas fazendas, também conhecida como "on farm".

valor.com.br/agro

Ranking
'Rei do ovo' entra em lista de bilionários

Ricardo Castellar de Faria, fundador da Granja Faria, a maior produtora de ovos comerciais do país, entrou na lista de bilionários brasileiros publicada pela revista "Forbes". O empresário tem patrimônio avaliado em R$ 17,45 bilhões, segundo a publicação.

valor.com.br/agro

INÊS 249

Agronegócios

Por GLOBO RURAL

Clima Governo federal deve criar linhas de crédito para financiar recuperação das áreas atingidas

Perdas com queimadas em canaviais de SP já alcançam R$ 500 milhões

A partir da esquerda, Guilherme Piai, Carlos Fávaro e Guilherme Campos, no 11º Congresso Brasileiro de Fertilizantes

Gabriella Weiss, Nayara Figueiredo e Rafael Walendorff
De São Paulo e Brasília

Os prejuízos com as queimadas no Estado de São Paulo para o setor de cana-de-açúcar já somam R$ 500 milhões, segundo nova estimativa da Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil (Orplana).

No começo da semana, a entidade havia projetado perdas de R$ 350 milhões, com 59 mil hectares afetados, mas alertara que os números iriam subir. Segundo a última contagem, foram 80 mil hectares de áreas atingidas pelo fogo. "Os prejuízos foram tanto na rebrota quanto na cana em pé", disse ao **Valor** o CEO da Orplana, José Guilherme Nogueira.

Ontem, o secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, Guilherme Piai, informou que cerca de 5.200 propriedades em 150 municípios foram atingidas. Um total de 50 cidades entrou em estado de emergência, afirmou Piai, durante o 11º Congresso Brasileiro de Fertilizantes.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, que também participou do evento, disse, em entrevista coletiva, que linhas de crédito serão criadas especificamente para a recuperação das áreas atingidas, embora ainda seja necessário dimensionar a necessidade dos produtores.

Segundo ele, o ministério e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "estão abertos a construir uma proposta com taxas de juros e carência para que esse recomeço seja feito por todos que foram afetados" pelo fogo. Sem dar detalhes, falou em medidas similares às implementadas após as chuvas no Rio Grande do Sul.

O secretário de Política Agrícola do ministério, Guilherme Campos, e Piai devem se reunir nesta quarta-feira para alinhar as medidas de apoio aos produtores em níveis estadual e nacional, acrescentou Fávaro.

Segundo o secretário de Agricultura paulista, o governo estadual disponibilizará crédito sem juros e com carência de dois anos pelo Fundo de Expansão Agropecuário Paulista (FEAP) para os produtores afetados pelos incêndios.

Fazendo coro a várias declarações nos últimos dias sobre as queimadas, Carlos Fávaro afirmou que os incêndios são criminosos e que "têm que ser tratados com rigor". Segundo ele, as investigações em andamento para encontrar os autores proporcionarão segurança jurídica aos produtores. Piai acrescentou que um quinto suspeito de atear fogo em áreas rurais foi detido.

Além do plano do governo federal de criar linhas de crédito para apoiar a recuperação das áreas rurais afetadas pelos incêndios, Fávaro anunciou que o governo deve investir R$ 200 milhões no Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). "Em tempos de mudanças climáticas, não podemos ser vulneráveis com as previsões do tempo", disse.

Segundo ele, o instituto deve investir em uma rede de radares, algoritmos de inteligência artificial para previsões mais eficientes, o que, consequentemente, irá facilitar o seguro rural.

Em reunião, em Brasília, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) definiu ontem apoio integral à aprovação de um pacote de propostas legislativas para endurecer as punições a incêndios criminosos, principalmente aqueles que devastam plantações e áreas de vegetação natural.

> "O maior e único prejudicado pelas queimadas é o agronegócio"
> *Pedro Lupion*

A bancada também cobrou um plano de ação estruturado do governo federal, em conjunto com os executivos estaduais e municipais, para conter o fogo de forma imediata e eficaz.

O presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (PP-PR) criticou a postura adotada pelo governo federal e as acusações de envolvimento do próprio setor agropecuário na origem do fogo. O alvo principal foram as declarações da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que comparou as queimadas em São Paulo ao "Dia do Fogo", ocorrido em 2019 no Pará, uma ação de grileiros e produtores para incendiar áreas da Amazônia.

" Isso não tem absolutamente nada a ver com a gente", afirmou Lupion em conversa com jornalista após a reunião. Segundo ele, o "maior e único prejudicado" pelas queimadas é o agronegócio.

"Onde teremos algum envolvimento com isso? Quem mais está combatendo esses incêndios são as brigadas dos produtores de cana, das usinas, produtores de eucalipto. Para nós, é o pior cenário possível", comentou. "Temos que descobrir quem está fazendo, pois não é acaso. Não consigo entender que seja acaso".

Levantamento do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), divulgado ontem, mostra que dos 2,6 mil focos de calor registrados no Estado de São Paulo de 22 a 24 de agosto, 81,29% se concentravam em áreas de uso agropecuário como as ocupadas por cana e pastagem.

"Não é natural surgirem tantos focos de calor em um curto período, ainda mais em uma região como São Paulo. É como se fosse um Dia do Fogo exclusivo para a realidade do Estado, evidenciado pela cortina de fumaça simultânea que surge visualmente a oeste", disse, em comunicado, Ane Alencar, diretora de Ciência do Ipam. ***(Colaborou Paulo Santos)***

Alta do açúcar pode aliviar efeito do fogo para usinas

Cibelle Bouças e Nayara Figueiredo
De Belo Horizonte e São Paulo

Os bancos de investimento começaram a calcular os impactos dos recentes incêndios em canaviais paulistas para as usinas listadas na B3, como a São Martinho e a Raízen. Apesar das perdas causadas pelo fogo, a percepção inicial é de que os preços mais altos de açúcar e etanol — um dos impactos esperados — podem trazer alguma compensação financeira.

As áreas afetadas pelos incêndios não necessariamente se traduzem em perdas de produção, já que a cana queimada ainda deve ser moída, disseram Gustavo Troyano e Bruno Tomazetto, analistas do Itaú BBA.

"O impacto é, portanto, limitado à cana-de-açúcar que exigiria tempo adicional para amadurecer, mas provavelmente será processada em um estágio sub ótimo", acrescentaram.

Embora seja cedo para avaliar o impacto total dos incêndios, há expectativa de redução na produção de açúcar do Brasil, levando a preços futuros mais altos. "Isso poderia potencialmente ajudar as empresas a compensar parcialmente os impactos financeiros", ressaltaram.

No caso da São Martinho, com base nas informações reportadas pela empresa, Troyano e Tomazetto acreditam que o efeito será de R$ 110 milhões, sendo R$ 70 milhões em investimentos adicionais no canavial e perda de R$ 40 milhões no resultado operacional da safra 2024/25, "o que poderia ser facilmente compensado pela tendência ascendente nas curvas futuras de açúcar para o próximo ano safra também".

Também na visão dos analistas do J.P. Morgan, os impactos financeiros para a São Martinho e, eventualmente, para a Raízen, devem ser parcialmente mitigados por preços mais altos para açúcar e etanol, reflexo da esperada redução na oferta.

O J.P. Morgan manteve recomendação neutra (equivalente à manutenção das ações) para a Adecoagro, com preço-alvo de R$ 10,65, e para a São Martinho, com preço-alvo de R$ 30,40. Em relação à Raízen, o banco manteve recomendação de compra, com preço-alvo de R$ 3,30.

O BTG Pactual manteve recomendação de compra para as ações da São Martinho, com preço-alvo de R$ 29,35, e para Raízen, com preço-alvo de R$ 3,27.

"Se a cana-de-açúcar afetada for processada rapidamente, não devemos ver uma redução significativa de Açúcar Total Recuperável (ATR) extraído. A principal preocupação com esses incêndios é a necessidade de colher e processar rapidamente a cana, o que pode levar ao aumento dos volumes de processamento e à redução da eficiência industrial", afirmaram em relatório os analistas do BTG Thiago Duarte, Guilherme Guttilla, Pedro Soares e Henrique Pérez.

Na avaliação de Leonardo Alencar, Pedro Fonseca e Samuel Isaak, analistas da XP, o mercado reagiu de forma exagerada às notícias, já que ainda é cedo para avaliar os impactos finais sobre a produção de açúcar.

"O aumento dos preços do açúcar levou as ações da São Martinho a subirem, sem o mesmo impacto para a Raízen. Nós antecipamos que um aumento nos preços do açúcar era provável no curto prazo. (...) Vemos riscos baixistas para as estimativas de consenso, uma vez que modelamos os preços do açúcar acima das curvas futuras", escreveram.

No relatório, a XP reduziu as estimativas de lucro ajustado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) da São Martinho em 1,5% e baixou em 0,6 ponto percentual a previsão de rendimento do fluxo de caixa livre para 2024/25, com o maior mix de etanol e de investimento.

Usinas de cana na B3

Cotação dia a dia, em R$/ação

São Martinho ON

Variações	
Dia	-3,49
Mês	0,96
Ano	2,79
12 Meses	-17,46

Raízen PN

Variações	
Dia	-0,61
Mês	10,07
Ano	-17,95
12 Meses	-9,69

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Commodity sobe mais uma vez em Nova York

Paulo Santos
De São Paulo

Pelo segundo dia, os preços futuros do açúcar subiram na bolsa de Nova York, refletindo os temores acerca do impacto dos incêndios em canaviais de São Paulo sobre a oferta da commodity. Com o risco de queda na produção do maior exportador de açúcar do mundo, os contratos com vencimento em outubro fecharam em alta de 2,94% ontem, a 19,60 centavos de dólar por libra-peso.

Para Carlos Murilo Barros de Mello, head de açúcar para as Américas da Hedgepoint Global Markets, os incêndios nos canaviais paulistas são a "cereja do bolo" para mudar a tendência de preços para o açúcar no mercado internacional.

"O rendimento da safra de cana do Brasil vem decepcionando devido à seca, e isso ficará mais evidente na última quinzena deste mês após as queimadas. Como consequência, teremos impacto no superávit global de açúcar", afirmou Mello.

Em meio às notícias negativas para a produção de açúcar brasileira, o analista acredita que a partir de agora as cotações em Nova York podem se estabelecer numa faixa entre 19 e 21 centavos de dólar por libra-peso até o fim do ano.

"As perdas para o açúcar estão em torno de 150 mil toneladas pelas estimativas atuais. Não acredito que será uma quantidade tão expressiva. Mas como alguns números ainda são desencontrados, até que se tenha a real dimensão, o mercado ficará nervoso", disse.

PF abriu 5,6 mil inquéritos sobre crimes ambientais

De Brasília

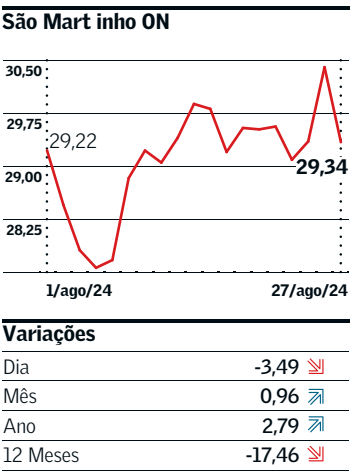
A Polícia Federal informou que tem 5.589 inquéritos em trâmite sobre temáticas ambientais no país, abertos desde o ano passado. Desses, 32 são relacionados a incêndios na Amazônia, no Pantanal e no Estado de São Paulo, onde o fogo atingiu áreas rurais e, principalmente, lavouras de cana.

Em nota, a instituição disse que está empenhada em descobrir os autores e os mandantes desses crimes e que criou grupos especiais de investigação que se dedicam exclusivamente aos inquéritos nos Estados mais afetados.

"A PF está empenhada em identificar não apenas os autores materiais, mas também os possíveis mandantes, buscando correlacionar esses crimes ambientais a outros delitos conexos, para que todos os envolvidos respondam por todos os crimes praticados, garantindo assim a devida responsabilização", afirmou em nota.

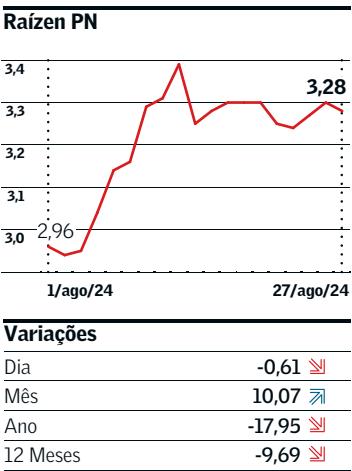
A instituição informou ainda que tem evoluído no campo das perícias ambientais, não apenas com avaliação do dano direto causado pelos incêndios e o custo de recuperação das áreas afetadas, mas também com cálculos dos serviços ecossistêmicos que deixam de ser prestados.

Segundo a PF, as investigações usam imagens de satélite para monitorar focos de incêndio e determinar as causas. Os próximos passos da investigação incluem o envio de peritos especializados aos locais afetados e o uso de tecnologia avançada para identificar a origem dos incêndios. ***(RW)***

Financiamento
BNDES empresta R$ 160 milhões à startup Mombak, que vende créditos de carbono
B7

INÊS 249

Investimentos Salles, da Legend, diz que empresa pretende buscar expansão via aquisições C6

Mercados Ativos locais têm sessão mais negativa após divulgação do IPCA-15 C2

Dívida Eventual alta da Selic pode afetar planos de captação das companhias C6

Cenário Banqueiros se mostram relativamente otimistas, apesar de incertezas C5

Política monetária Discussão sobre necessidade de alta dos juros tem pautado o mercado recentemente

Incerteza sobre próximos passos da Selic aumenta

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

O aumento da incerteza sobre os rumos da política monetária tem sido relevante nas últimas semanas. A percepção de uma atividade econômica que resiste em desacelerar se uniu à escalada do dólar contra o real neste ano para dar apoio a uma visão crescente de que o Banco Central (BC) será obrigado a retomar, em setembro, o processo de aperto das condições monetárias.

Aliada a essa percepção está a comunicação recente de alguns dirigentes do Banco Central, em especial os diretores Gabriel Galípolo (política monetária) e Diogo Guillen (política econômica).

Antes da decisão de juros de julho, poucas casas já projetavam novas altas da Selic, como XP Asset Management e Novus Capital. Após a reunião, porém, o cenário ganhou adeptos entre gestoras relevantes, como Legacy Capital, Itaú Asset Management e ASA, enquanto, mais recentemente. Mais recentemente, algumas equipes do "sell side" aderiram a esse cenário — casos de XP e BTG Pactual.

Há, porém, alguma incerteza que permanece no radar. Não por acaso, embora a curva de juros e o mercado de opções digitais de Copom continuem a indicar chance majoritária de início de um ciclo de aperto da Selic em setembro, o consenso dos economistas de mercado do Focus segue indicando o juro básico parado em 10,5%, embora a média das projeções tenha subido.

Nos últimos dias, alguns bancos como Barclays, J.P. Morgan e Morgan Stanley reafirmaram a visão de Selic parada em 10,5%.

A melhora do câmbio desde o pico do estresse, quando o dólar alcançou R$ 5,86, e a expectativa de desaceleração da atividade econômica mais à frente são alguns dos fatores usados por aqueles que rejeitam a visão de que uma elevação da taxa se mostra necessária. Além disso, uma iminente flexibilização da política do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) também entraria na conta.

O **Valor** ouviu dois participantes do mercado com visões distintas sobre a exigência — ou não — de um processo de elevação da Selic com início em setembro, como está precificado há algum tempo nas taxas de mercado.

O economista-chefe da Genoa Capital, Igor Velecico, adota há um cenário em que o juro básico começa a ser elevado em setembro, com uma alta de 0,25 ponto percentual e chega a 12% no início de 2025. Para ele, a retomada do aperto é necessária, já que o contexto abarca uma economia que não está em equilíbrio. "E isso gera inflação", diz, ao projetar o IPCA em 4,3% neste ano e em 4,2% em 2025.

"O BC vai ganhar credibilidade se fizer a coisa certa, e a coisa certa a se fazer no momento é subir os juros para endereçar os desequilíbrios domésticos que estão hoje no cenário, e fazer a inflação voltar a se aproximar da meta de 3%", argumenta o economista, ao ver uma atividade "sobreaquecida" no país.

Do lado oposto, o estrategista-chefe da Warren Investimentos, Sérgio Goldenstein, não vê necessidade de um aperto adicional dos juros e projeta a manutenção da Selic em 10,5% por mais tempo.

"Se o BC promover um ciclo de alta de 1,5 ponto percentual a 2 pontos [na Selic], o modelo dele, no horizonte relevante, vai apontar uma projeção de IPCA de 2,7%. Em vez de fazer um ciclo de alta para logo ter que fazer um ciclo de cortes, parece muito mais coerente manter a Selic estável, com um discurso duro", argumenta o profissional, que já chefiou o Departamento de Mercado Aberto do BC.

Leia mais na página C2

Ibovespa
Em pontos

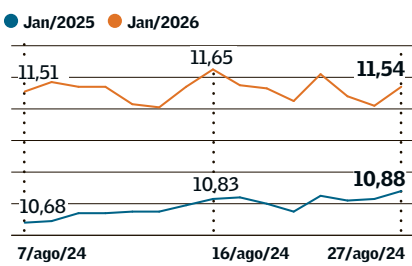
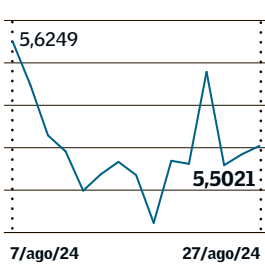
136.776
127.514
7/ago/24 27/ago/24

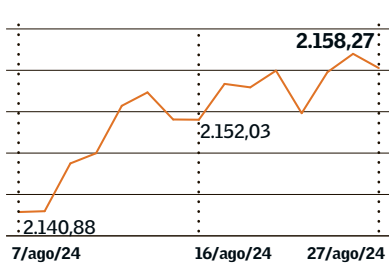
queda de **0,08%**

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bolsas internacionais
Variações no dia 27/ago24 - em %

Bolsa	%
Dow Jones	0,02
S&P 500	0,16
Euronext 100	0,08
DAX	0,35
CAC-40	-0,32
Nikkei-225	0,47
SSE Composite	-0,24

Juros
DI-Over futuro - em % ao ano

Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$

Alta de **0,18%** em relação ao real

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Mercados Indefinição sobre rumo da Selic impulsiona juros futuros; Ibovespa cai e dólar tem leve alta

Ativos locais têm sessão negativa após IPCA-15

Gabriel Roca, Gabriel Caldeira, Maria Fernanda Salinet e Eduardo Magossi
De São Paulo

A leitura do IPCA-15 de agosto não foi suficiente para trazer alívio às expectativas de que a Selic deve voltar a subir na reunião de setembro do Comitê de Política Monetária (Copom). Ainda que a leitura tenha apontado desaceleração em alguns itens mais ligados à atividade econômica, os juros futuros subiram no pregão de ontem, o que acabou pressionando o Ibovespa, que fechou em leve queda, apesar da forte alta nas ações da Vale. O dólar exibiu leve alta e voltou à faixa dos R$ 5,50.

O Ibovespa fechou em ligeira queda de 0,08%, aos 136.776 pontos. O dólar comercial subiu 0,18%, negociado a R$ 5,5021 no segmento à vista. No mercado de juros, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 saltou de 11,425% para 11,58%.

Em meio às incertezas sobre a trajetória da política monetária no curto prazo, os dados do IPCA-15 não foram capazes de apontar uma direção mais clara para os rumos da Selic. O índice subiu 0,19% em agosto contra julho, em linha com a mediana das estimativas.

Assim, na visão do profissional de tesouraria de um banco, em um dia em que o cenário externo estava pressionado, somente um IPCA-15 muito favorável poderia evitar a abertura das taxas locais.

"O número não trouxe nenhum alívio em relação à necessidade de ajuste da política monetária e, portanto, os participantes acabaram operando de acordo com ele. Ao longo do dia, a elevação das taxas se intensificou em resposta à ampliação das taxas externas e também em resposta à deterioração das moedas, especialmente do peso mexicano", diz esta fonte.

Na visão de Felipe Sichel, economista-chefe da Porto Asset, o dado de inflação foi "marginalmente positivo", mas não o suficiente para trazer qualquer alívio ao BC, o que mantém viva a probabilidade de um aumento da Selic em setembro. "Dada a recente desvalorização da moeda, o repasse cambial ainda trará desconforto para a dinâmica inflacionária. Ademais, métricas como a média dos núcleos no trimestre anualizado sugerem um processo de inflação que se intensifica. Mantemos a projeção de alta da Selic em setembro", diz ele.

> **3%**
> **foi a alta das ações da Vale após o anúncio do novo presidente**

No mercado de opções digitais de Copom, a probabilidade de manutenção dos juros básicos em setembro caiu de 34% para 28%. A probabilidade de uma alta de 0,25 ponto se manteve ao redor de 45%, enquanto a chance de uma elevação de 0,5 ponto na Selic é de 25%.

A elevação dos juros futuros acabou pressionando o Ibovespa, que fechou o dia em queda mesmo com a forte alta nas ações da Vale. Os papéis saltaram 3,01% após a nomeação de Gustavo Pimenta como presidente da companhia.

De acordo com os analistas do BTG Pactual, o momento da nomeação foi uma grande surpresa, já que o mercado esperava que a escolha do novo presidente fosse realizada apenas em dezembro. "O que significa que o processo foi significativamente acelerado como forma de reduzir o risco (em nossa opinião). Uma vitória importante para a governança da Vale e para o país", afirma a equipe do banco em relatório enviado a clientes.

Sem um direcionamento claro do noticiário econômico local, o câmbio doméstico acabou seguindo a tendência de desvalorização de moedas latino-americanas, a despeito da queda do dólar contra boa parte das moedas de países desenvolvidos e emergentes de outras regiões do globo.

Em relatório, os estrategistas do banco espanhol BBVA comentam que as moedas latino-americanas passam por um momento de transição e, por ora, seguem o sentimento de risco do mercado global, ainda que com "grandes desvios" devido a fatores internos. Com o peso mexicano e o peso colombiano ainda "esticados" por um nível elevado de posições compradas (que apostam na valorização das moedas), os profissionais afirmam que preferem o real e o peso chileno em caso de um recuo mais amplo dessas duas divisas. No geral, contudo, eles definem a postura do BBVA no mercado cambial latino-americano como "defensiva".

Em Wall Street, o dia foi marcado por uma postura de maior parcimônia, à medida que os agentes financeiros aguardam a divulgação do balanço trimestral da Nvidia. O índice Dow Jones subiu 0,02%, em nova máxima histórica; o S&P 500 teve ganho de 0,16%; e o índice eletrônico Nasdaq avançou 0,16%.

Para Jim Reid, estrategista do Deutsche Bank, os resultados da Nvidia são observados com atenção porque recentemente eles levaram a reações de mercado semelhantes às registradas quando dados do mercado de trabalho ou de inflação trouxeram surpresas em relação às estimativas de consenso.

'BC não precisa elevar juro para ganhar credibilidade'

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

Com a melhora do cenário externo e das perspectivas para o real desde o último encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) o Banco Central não deveria, à luz dos dados disponíveis hoje, elevar a Selic na próxima reunião. Na visão do estretagista-chefe da Warren Investimentos e ex-chefe do Departamento de Mercado Aberto (Demab) do BC, Sérgio Goldenstein, um ciclo de aperto da ordem de 1,5 ponto ou 2 pontos na taxa colocaria as projeções do Copom no horizonte relevante abaixo do centro da meta de inflação.

CAROL CARQUEJEIRO/VALOR

> "Não é um pingue-pongue para ficar jogando a Selic de um lado para outro"
> *Sérgio Goldenstein*

Valor: *Por que o BC não deveria voltar a aumentar a Selic?*

Sérgio Goldenstein: É um conjunto. A projeção de inflação no horizonte relevante, no cenário em que a Selic se mantém constante em 10,5%, estava em 3,2% no último Copom, muito próxima da meta. O que aconteceu de lá para cá? Uma reversão do "overshooting" [desvalorização exagerada] do real, que agora passou a ter uma perspectiva mais favorável. Por muito tempo o BC sublinhou que o cenário externo estava adverso e a grande novidade é que ficou mais favorável. O Fed [Federal Reserve, banco central americano] já anunciou que vai cortar [os juros] em setembro e isso tende a favorecer um maior fluxo para emergentes e um real mais apreciado. Também caíram riscos de um "hard landing" [pouso forçado da economia], algo que tende a aumentar o apetite a risco. O processo do desmonte de operações de "carry trade" [em que o investidor capta recursos num país com juros mais baixos e aplica em outro com taxas mais elevadas] já se esgotou em boa medida. As perspectivas para o real são mais favoráveis.

Valor: *Como o Copom deve analisar este cenário?*

Goldenstein: O câmbio vai levar a um recuo da projeção de 3,2%, que já estava próxima da meta. O BC precisa ver onde o real vai se acomodar. Nas últimas comunicações, havia um sinal de desconforto com a trajetória do real e é preciso ver se esse melhor comportamento vai contribuir para um processo de desinflação e se este cenário vai se traduzir em um real mais apreciado.

Valor: *E isso deveria impedir uma elevação da Selic?*

Goldenstein: Se o BC promover um ciclo de alta de 1,5 ponto percentual a 2 pontos, o modelo dele, no horizonte relevante, vai apontar uma projeção de IPCA de 2,7%. Em vez de fazer um ciclo de alta para logo ter que fazer um de cortes, parece muito mais coerente manter a Selic estável com um discurso duro. Mas não é só a questão do cenário externo. O IPCA-15, divulgado ontem, já veio melhor, na margem, pelas medidas de serviços subjacentes e intensivos em trabalho. Do último Copom para cá, não vejo nenhum fato que justifique uma preocupação maior do BC. Ele, inclusive, deveria ficar menos desconfortável. Não é um pingue-pongue para ficar jogando a Selic de um lado para outro.

Valor: *Ainda há a rolagem do horizonte relevante…*

Goldenstein: Na meta contínua, quando olhar 18 meses à frente, vai levar a uma projeção de inflação ainda menor. Vão sair meses de 2025 e entrar os de 2026, que devem ter inflação mais baixa. Pela apreciação do câmbio e pelas expectativas, tudo mais constante, a projeção do BC também deve cair.

Valor: *Como avalia a comunicação recente do BC?*

Goldenstein: Na ata, o Copom foi claro em deixar as duas possibilidades em aberto, a de manter ou a de subir os juros. Mesmo com o Galípolo [Gabriel Galípolo, diretor de política monetária do BC] sendo "hawk" [pró-aperto], ele nunca garantiu uma alta de juros. Entre um Copom e outro, se tornou mais necessário um aperto adicional? Os dados me dizem que não.

Valor: *A atividade econômica permanece bastante aquecida. Isso não deveria gerar mais cautela?*

Goldenstein: A situação seria diferente se a Selic estivesse em território neutro ou expansionista. Você pode argumentar que a atividade está aquecida. Mas isso é, em grande parte, devido a um enorme impulso fiscal, que vai ser menor no ano que vem e deve gerar desaceleração. Não parece um argumento suficiente para subir a Selic, dado que é algo que está no retrovisor. Mas é preciso manter o discurso duro. Caso as expectativas, o câmbio ou o cenário externo piorem, aí sim o aperto monetário deve ser retomado.

Valor: *Há o argumento de que o real se apreciou por conta do discurso mais duro do BC. E que não aumentar a Selic poderia gerar uma reversão desse movimento…*

Goldenstein: Esse é o argumento de que o BC precisa subir a Selic para ganhar credibilidade. Primeiro fato, o governo manteve a meta em 3%, algo de que o mercado duvidava e garantiu que uma mudança da meta só pode ocorrer após 36 meses. Se o governo estivesse buscando uma leniência com a inflação, não teria feito isso. A própria interrupção do ciclo a 10,5%, patamar bem superior ao que o mercado esperava, foi uma demonstração técnica de autonomia. Se fosse evidente que o BC teria que subir os juros em setembro, não haveria ninguém duvidando. Ele não precisa subir só para mostrar que pode subir. Tecnicamente, acho difícil defender a alta, já que algumas coisas melhoraram do Copom para cá. Mostraria uma fraqueza do BC, que precisaria se provar aumentando os juros. Se ele fizer um ciclo de 1,5 a 2 pontos, a projeção de inflação dele ficaria abaixo da meta. E se fizer um ciclo muito pequeno, só reforçaria que ele é desnecessário. Boa parte do mercado fala em subir a Selic para depois logo cortar. Não consigo ver muita coerência nisso.

Valor: *Espera decisão unânime?*

Goldenstein: É natural que existam decisões divididas, mas, neste momento, é preciso um esforço máximo para ter união.

'A coisa certa a se fazer no momento é subir a Selic'

Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

Adepto de um cenário base que contempla, há algum tempo, uma retomada do ciclo de aperto monetário pelo Banco Central, o economista-chefe da Genoa Capital, Igor Velecico, vê um processo de elevação da Selic como necessário "para endereçar os problemas e os desequilíbrios domésticos que estão hoje no cenário". Ao **Valor**, o economista projeta os juros a 12% no início de 2025, diante de um ambiente de atividade econômica sobreaquecida e desancoragem das expectativas inflacionárias.

ANA PAULA PAIVA/VALOR

> "Quem vai ditar o jogo, em última instância, é a evolução da atividade econômica"
> *Igor Velecico*

Valor: *O mercado tem discutido a chance de alta de juros. Por quê?*

Igor Velecico: Eu discordo da avaliação de que o BC deveria subir juros só para 'comprar' credibilidade, para provar que tem autorização para elevar os juros. O BC vai ganhar credibilidade se fizer a coisa certa e a coisa certa a se fazer no momento é subir os juros para endereçar os desequilíbrios domésticos que estão hoje no cenário, e fazer a inflação voltar a se aproximar da meta de 3%. Temos uma alta de 1,5 ponto no cenário hoje e isso deve ajudar a desacelerar um pouco a economia nos próximos trimestres.

Valor: *Até pouco tempo, a discussão era sobre queda de juros e, agora, vemos uma chance de alta, de aperto monetário. Por quê?*

Velecico: A economia não está equilibrada e isso gera inflação, acima do compatível com a meta de 3%. No ano passado, alguns fatores trouxeram a inflação para baixo sem custo no PIB, mas esses movimentos de queda da inflação de alimentos e de bens industriais acabaram. Inclusive, estão até surpreendendo um pouco para cima. A inflação está reagindo muito mais aos fundamentos do que aos choques externos. A inflação anualizada de três meses está acima de 4% em todas as leituras de 2024, com exceção do mês de janeiro. Estamos em agosto já... É uma inflação que não mostra uma convergência para a meta.

Valor: *Há uma expectativa por cortes de juros do Fed, o que poderia dar algum alívio às pressões inflacionárias, não?*

Velecico: Claro, o cenário externo tem relevância, mas o nosso principal desequilíbrio é doméstico. Torcer para a China desacelerar ou para o Fed ser 'dovish' [suave] são coisas que não vão resolver o sobreaquecimento da economia no curto prazo. Até pode gerar menos inflação nos próximos meses, mas não resolve o fundamento da inflação subjacente. Projetamos um IPCA de 4,3% neste ano e, com alta de juros de 1,5 ponto, vemos uma inflação de 4,2% em 2025.

Valor: *Quase sem desinflação…*

Velecico: Quem vai ditar o jogo, em última instância, é a evolução da atividade. Já temos uma política monetária que, nas palavras do próprio BC, é contracionista. Isso significa que a ociosidade deveria aumentar, mas não é o que temos visto. O PIB do segundo trimestre vai crescer 1%, mas o nosso potencial não é 4%... Vai ser difícil precisar o fim do ciclo. Acreditamos que será em 12%, mas o momento ideal será quando o BC sentir que a atividade está respondendo ao juro mais restritivo e que, assim, poderá ficar mais tranquilo de que a projeção dele vai se concretizar. Se olharmos para o histórico de revisões do hiato que o BC fez nos últimos dois anos, dá para perceber um movimento recorrente de revisão para um hiato [medida de ociosidade da economia] mais inflacionário. Esse movimento ainda não terminou, e deveria requerer muito mais atenção por parte do BC a respeito da assimetria de sua projeção de inflação para os próximos dois anos. Para este ano, estimamos um crescimento de 2,8%, o que é acima do potencial, e, para o ano que vem, vemos um PIB de 1,8%, o que indicaria uma desaceleração tímida.

Valor: *Desde o último Copom, o dólar teve uma melhora e as expectativas de inflação pararam de piorar. Isso não poderia levar o BC a não precisar elevar a Selic?*

Velecico: Alguns indicadores devem apontar para o BC que a economia está sobreaquecida e ele deve incorporar isso nos modelos, o que deixará o hiato mais pressionado, e que, por sua vez, deve jogar as projeções de inflação para cima. Com relação ao dólar, as falas do diretor [de política monetária do BC] Gabriel Galípolo foram importantes no sentido de dar um certo 'downplay' [minimizar] nos movimentos de câmbio e o impacto na decisão de juros. A economia está resiliente, a inflação prospectiva está desancorada, então será preciso fazer algum aumento de juros que tem a ver com os fundamentos. Óbvio que o real apreciar um pouco ajuda nas projeções, mas isso é temporário. Não dá para endereçar nosso desequilíbrio doméstico — como crescimento e salário fortes — ancorado em algo não permanente. A decisão de subir juros foi 'desplugada' do câmbio e entendo que isso é acertado. Além disso, um dos motivos para o câmbio ter apreciado foi pelo fato de a autoridade monetária ter sinalizado que fará alta de juros. Portanto, uma surpresa influenciaria o mercado e o comportamento benigno que o câmbio apresentou seria desfeito, já que seria gerada uma incerteza enorme de novo.

Valor: *No cenário de vocês, o ciclo começaria com uma alta de 0,25 ponto. Por quê?*

Velecico: O desafio de controlar a inflação vai se apresentar ao BC ao longo do tempo. Se ele soubesse já de partida que o ciclo teria de ser de 1,5 ponto ou de 2 pontos, talvez fizesse sentido começar em um ritmo mais tempestivo, mas ele será convencido ao longo do segundo semestre. Por isso achamos que a curva de resposta do BC tende a ser uma alta de 0,25 ponto em setembro, seguida de duas de 0,5 ponto, e mais uma de 0,25 ponto no início de 2025.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 27/08/24

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1*	16.154,6389860	0,01	0,71	6,24
IRF-M	1+**	20.598,7808620	-0,15	1,49	3,30
IRF-M	Total	18.685,6302730	-0,10	1,23	4,14
IMA-B	5***	9.435,4791510	-0,02	0,81	5,11
IMA-B	5+****	11.579,6896880	-0,15	1,78	-0,22
IMA-B	Total	10.123,6179840	-0,10	1,20	2,19
IMA-S	Total	6.846,2843360	0,04	0,77	7,13
IMA-Geral	Total	8.338,3549260	-0,03	1,04	4,89

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data. * Prazo menor ou igual a 1 ano ** Prazo maior que 1 ano *** Prazo menor ou igual a 5 anos **** Prazo maior que 5 anos

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	13/08	12/08	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	31,49	32,58	33,96	29,63	33,58	34,68
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	24,67	26,17	25,13	24,96	26,27	27,20
Conta garantida pré - a.a.	42,26	40,94	38,38	38,67	46,97	47,57
Desconto de duplicata pré - a.a.	21,67	21,55	21,69	21,70	21,70	27,49
Vendor pré - a.a.	18,31	18,45	15,22	15,28	17,98	18,10
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	16,85	14,85	17,44	16,30	18,69	20,39
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,07	19,65	18,43	18,30	18,57	18,20
Conta garantida pós - a.a.	24,56	24,56	24,36	24,76	24,38	27,64
ACC pós - a.a.	8,86	8,46	8,24	8,30	8,50	8,81
Factoring - a.m.	3,21	3,22	3,25	3,25	3,22	3,53

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	27/08/24	26/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	5,3400	5,3200	5,3800	5,3500	5,3000
1 mês	-	5,3458	5,3502	5,3512	5,3498	5,3040
3 meses	-	5,3681	5,3675	5,3612	5,3602	5,1685
6 meses	-	5,3945	5,3939	5,3905	5,3897	5,0305
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	3,6650	3,6640	3,6530	3,6630	3,6520
1 mês	-	3,6687	3,6689	3,6681	3,6673	3,5938
3 meses	-	3,7300	3,7414	3,7943	3,8061	3,4043
6 meses	-	3,8425	3,8507	3,8781	3,8849	3,1201
1 ano	-	3,9125	3,9120	3,9106	3,9070	2,2001
Euribor ***						
1 mês	-	3,583	3,587	3,630	3,621	3,620
3 meses	-	3,523	3,538	3,647	3,655	3,788
6 meses	-	3,401	3,407	3,579	3,591	3,935
1 ano	-	3,116	3,159	3,390	3,426	4,045
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50	8,50
Federal Funds	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa de Desconto	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50	5,50
T-Bill (1 mês)	5,33	5,33	5,32	5,37	5,38	5,39
T-Bill (3 meses)	5,09	5,14	5,18	5,27	5,29	5,49
T-Bill (6 meses)	4,84	4,89	4,93	5,09	5,13	5,56
T-Note (2 anos)	3,90	3,94	3,99	4,26	4,38	5,08
T-Note (5 anos)	3,66	3,67	3,69	3,91	4,08	4,44
T-Note (10 anos)	3,83	3,82	3,81	4,03	4,19	4,24
T-Bond (30 anos)	4,12	4,11	4,06	4,31	4,45	4,29

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	ago/24*	jul/24	Mês jun/24	mai/24	abr/24	mar/24	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	0,75	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,97	11,50
CDI	0,75	0,91	0,79	0,83	0,89	0,83	6,97	11,50
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	0,73	0,75	6,04	10,12
Poupança (2)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
Poupança (3)	0,57	0,57	0,54	0,59	0,60	0,53	4,59	7,24
IRF-M	1,23	1,34	-0,29	0,66	-0,52	0,54	4,14	8,37
IMA-B	1,20	2,09	-0,97	1,33	-1,61	0,08	2,19	4,38
IMA-S	0,77	0,94	0,81	0,83	0,90	0,86	7,13	11,71
Renda Variável								
Ibovespa	7,15	3,02	1,48	-3,04	-1,70	-0,71	1,93	4,68
Índice Small Cap	7,17	1,47	-0,39	-3,38	-7,76	2,15	-7,40	-13,36
IBrX 50	6,96	3,15	1,63	-3,11	-0,62	-0,81	3,58	6,82
ISE	7,93	2,84	1,10	-3,61	-6,02	1,21	-0,26	-4,44
IMOB	9,37	4,82	1,06	-0,73	-11,56	1,10	-4,66	-8,60
IDIV	5,99	1,90	1,99	-0,99	-0,56	-1,20	4,33	11,06
IFIX	0,56	0,53	-1,04	0,02	-0,77	1,43	2,19	5,25
Dólar Ptax (BC)	-2,92	1,86	6,05	1,35	3,51	0,26	13,54	19,42
Dólar Comercial (mercado)	-2,69	1,18	6,46	1,09	3,54	0,86	13,39	19,56
Euro (BC) (4)	0,10	2,92	4,73	2,89	2,37	0,07	14,64	17,29
Euro Comercial (mercado) (4)	0,58	2,23	5,07	2,79	2,43	0,71	14,61	17,68
Ouro (BC)	0,69	5,98	5,97	2,87	7,18	8,62	38,12	46,76
Inflação								
IPCA	-	0,38	0,21	0,46	0,38	0,16	2,87	4,50
IGP-M	-	0,61	0,81	0,89	0,31	-0,47	1,71	3,82

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 27/ago. ** Até jul/24. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês (2) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (4) Variação sobre o Real

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 22/08/24

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2024	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	3.687.921,60					-3.457,25	65.896,66	326.112,52	284.580,10
RF Indexados (2)	145.768,43	-0,08	0,72	4,17	7,80	-433,73	-1.406,66	-11.084,52	-16.413,78
RF Duração Baixa Soberano (2)	698.107,95	0,03	0,58	6,30	10,45	-4.847,03	9.408,77	49.090,54	36.531,17
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	896.893,94	0,04	0,66	7,20	11,92	-195,14	21.993,86	88.285,43	88.724,69
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	191.316,19	0,04	0,05	7,27	11,99	381,77	4.651,98	82.011,96	86.283,18
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	170.013,76	0,01	0,68	5,96	9,39	2,09	-893,11	-4.875,09	-5.493,16
RF Duração Livre Soberano (2)	213.678,41	0,02	0,65	5,97	10,06	-623,24	-6.537,06	-17.929,58	-35.099,25
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	671.923,55	0,04	0,69	6,49	10,77	5.165,97	17.010,58	-14.698,29	-37.019,66
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	396.992,27	0,01	0,82	6,67	11,32	611,88	9.408,13	105.127,88	145.607,77
Ações	647.737,95					115,57	-2.155,33	1.609,31	45.458,80
Ações Indexados (2)	10.877,58	-0,97	5,89	0,73	15,81	-30,19	168,78	287,91	-846,42
Ações Índice Ativo (2)	31.166,62	-1,25	5,42	-0,75	11,98	-13,45	-931,59	-6.241,45	-5.630,78
Ações Livre	234.967,89	-1,22	4,94	1,83	12,13	194,72	-1.259,63	-947,22	-5.113,83
Fechados de Ações	124.963,39	-0,88	1,14	-3,73	-1,18	3,73	4,78	-2.024,41	29.550,45
Multimercados	1.606.368,55					-1.411,44	-43.433,89	-149.965,71	-281.634,94
Multimercados Macro	138.004,00	-0,24	0,68	2,86	6,99	-127,81	-4.822,65	-41.543,42	-62.249,64
Multimercados Livre	622.618,48	-0,03	0,97	6,00	10,62	-1.644,25	-3.183,01	-17.487,15	-81.082,08
Multimercados Juros e Moedas	48.953,27	0,05	0,65	6,29	10,87	291,25	34,06	-9.513,81	-14.972,46
Multimercados Invest. no Exterior (2)	713.941,88	0,38	0,46	7,31	12,60	96,97	-35.714,06	-82.898,74	-119.410,30
Cambial	6.342,67	2,04	-0,37	19,52	20,19	-35,36	-1,47	-682,52	-1.237,14
Previdência	1.468.537,22					42,89	3.237,60	26.340,31	40.907,15
ETF	43.552,33					-28,93	-920,27	-3.240,35	-3.788,32
Demais Tipos	2.100.377,73					-3.543,76	15.611,87	88.536,40	85.945,21
Total Fundos de Investimentos	**7.460.460,32**					**-4.774,51**	**22.623,30**	**200.173,56**	**84.285,65**
Total Fundos Estruturados (3)	**1.750.482,44**					**101,89**	**14.302,94**	**108.022,37**	**171.596,65**
Total Fundos Off Shore (4)	**49.457,77**					-	-	-	-
Total Geral	**9.260.400,53**					**-4.672,62**	**36.926,23**	**308.195,94**	**255.882,30**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de julho de 2024 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	27/08/24	26/08/24	Há 1 semana	No fim de julho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	10,50	10,50	10,50	10,50	10,50	13,25
Selic - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
Selic - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
Selic - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
Selic - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDI - taxa over ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,15
CDI - taxa over ao mês	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,1781	1,4711
CDI - taxa efetiva ao ano	10,40	10,40	10,40	10,40	10,40	13,19
CDI - taxa efetiva ao mês	0,8675	0,8675	0,8675	0,9071	0,9071	1,1375
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	11,58
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9175
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	12,37
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	0,9768
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	10,69	10,65	10,60	10,50	10,53	12,65
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	11,06	11,05	11,04	10,83	10,86	12,07
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	10,49	10,47	10,45	10,42	10,44	13,01
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	10,58	10,55	10,52	10,45	10,47	12,86
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	10,69	10,66	10,60	10,50	10,53	12,66
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	10,85	10,80	10,74	10,59	10,63	12,45
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	11,13	11,06	11,01	10,81	10,84	12,10
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	11,50	11,39	11,46	11,38	11,43	11,03

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 27/08/24

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	99.843,03	10,403	77.908	10,402	10,410	10,402
Vencimento em out/24	99.015,25	10,490	221.162	10,476	10,492	10,488
Vencimento em nov/24	98.101,62	10,586	7.604	10,570	10,592	10,588
Vencimento em dez/24	97.330,23	10,714	74.419	10,680	10,720	10,710
Vencimento em jan/25	96.458,32	10,878	584.535	10,820	10,885	10,880
Vencimento em fev/25	95.541,54	11,014	5.681	10,970	11,030	11,020
Vencimento em mar/25	94.688,75	11,159	13.990	11,110	11,170	11,150
Vencimento em abr/25	93.890,05	11,252	100.411	11,150	11,265	11,260
Vencimento em mai/25	93.056,23	11,328	640	11,245	11,350	11,350
Vencimento em jun/25	92.194,69	11,381	1.537	11,300	11,405	11,405
Vencimento em jul/25	91.362,90	11,449	322.650	11,325	11,475	11,470

Dólar comercial	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	5.503,08	0,24	261.935	5.479,00	5.521,50	5.509,00
Vencimento em out/24	5.519,78	0,24	3.260	5.504,00	5.533,50	5.530,00
Vencimento em nov/24	5.539,65	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/24	5.556,53	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em jan/25	5.576,55	-	0	0,00	0,00	0,00

Euro	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em set/24	6.156,13	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/24	6.183,49	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em nov/24	6.214,65	-	0	0,00	0,00	0,00

Ibovespa	Ajuste do dia	Var. no dia em %	Contratos negociados	Cotação - pontos do índice Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em out/24	138.725	-0,09	60.180	138.455	139.065	138.605
Vencimento em dez/24	140.973	-	0	0	0	0
Vencimento em fev/25	143.097	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 27/08/24

Indicador	Compra	Venda	Variações % No dia	No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,4963	5,4969	0,09	-2,92	13,54	12,71
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,5015	5,5021	0,18	-2,69	13,39	12,86
Dólar Turismo (R$/US$)	5,5296	5,7096	0,22	-2,54	13,12	12,77
Euro (BC) - (R$/€)	6,1339	6,1351	0,06	0,10	14,64	16,59
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	6,1533	6,1539	0,41	0,58	14,61	16,86
Euro Turismo (R$/€)	6,2197	6,3997	0,36	0,58	14,13	16,58
Euro (BC) - (US$/€)	1,1160	1,1161	-0,03	3,11	0,97	3,45
Ouro*						
Banco Central (R$/g)	443,9661	444,0145	-0,07	0,69	38,12	48,39
Nova York (US$/onça troy)[1]	-	2.524,47	0,35	3,21	22,24	31,82
Londres (US$/onça troy)[1]	-	2.510,30	0,40	3,75	21,72	30,89

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. [1] Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	27/08/24	26/08/24	No fim de jul/24	No fim de dez/23	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	178.261,96	178.813,88	164.489,50	173.997,89	-0,31	8,37	2,45
Valor-Coppead Mínima Variância	105.257,78	105.798,45	101.224,36	93.533,91	-0,51	3,98	12,53

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
BTG Pactual	08/04/24	08/04/29	60	500	6,25	-	-
Nexa	09/04/24	09/04/34	120	600	6,75	-	-
Movida	11/04/24	11/04/29	60	500	-	7,85	-
Aegea (1) (3)	25/06/24	20/01/31	79	300	9,0	8,375	-
República Federativa do Brasil (2)	27/06/24	22/01/32	91	2.000	6,125	6,375	212,8
Vale	28/06/24	28/06/54	360	1.000	6,4	6,458	210,0
XP	04/07/24	04/07/29	60	500	-	7	-

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 27/08/24. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Desenvolvimento sustentável (sustainabillity linked bond). (2) Títulos sustentáveis (green bonds). (3) Reabertura

ADR - Índices

Em 27/08/24

Índice	27/08/24	26/08/24	Em 31/07/24	Em 29/12/23	Em 27/08/23	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	187,85	186,85	185,23	165,54	153,64	0,53	1,42	13,48	22,27
S&P BNY Emergentes	354,10	353,07	350,11	312,75	290,13	0,29	1,14	13,22	22,05
S&P BNY América Latina	198,73	200,15	189,19	225,28	199,85	-0,71	5,04	-11,79	-0,56
S&P BNY Brasil	202,28	202,85	186,11	232,95	198,64	-0,28	8,69	-13,17	1,83
S&P BNY México	284,67	291,34	295,36	331,67	325,50	-2,29	-3,62	-14,17	-12,54
S&P BNY Argentina	246,91	243,61	223,58	178,27	155,18	1,35	10,44	38,51	59,11
S&P BNY Chile	141,75	143,48	139,05	162,12	164,97	-1,20	1,94	-12,56	-14,08
S&P BNY Índia	3.144,10	3.122,53	3.096,48	2.923,01	2.773,14	0,69	1,54	7,56	13,38
S&P BNY Ásia	217,67	216,16	218,49	189,60	174,02	0,70	-0,37	14,81	25,08
S&P BNY China	292,80	293,22	306,01	336,11	329,97	-0,14	-4,32	-12,89	-11,26
S&P BNY África do Sul	203,70	203,88	221,65	199,87	196,02	-0,09	-8,10	1,91	3,92
S&P BNY Turquia	32,83	31,62	36,85	22,45	24,23	3,82	-10,91	46,19	35,46

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
10/08 a 10/09	0,0670	0,5673	0,5673	0,7713
11/08 a 11/09	0,0707	0,5711	0,5711	0,8082
12/08 a 12/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
13/08 a 13/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8451
14/08 a 14/09	0,0744	0,5748	0,5748	0,8445
15/08 a 15/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8085
16/08 a 16/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
17/08 a 17/09	0,0673	0,5676	0,5676	0,7736
18/08 a 18/09	0,0710	0,5714	0,5714	0,8107
19/08 a 19/09	0,0759	0,5763	0,5763	0,8477
20/08 a 20/09	0,0751	0,5755	0,5755	0,8466
21/08 a 21/09	0,0745	0,5749	0,5749	0,8454
22/08 a 22/09	0,0708	0,5712	0,5712	0,8091
23/08 a 23/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7729
24/08 a 24/09	0,0672	0,5675	0,5675	0,7732
25/08 a 25/09	0,0709	0,5713	0,5713	0,8102
26/08 a 26/09	0,0755	0,5759	0,5759	0,8472

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 27/08/24

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	136.776	-0,08	7,15	1,93	18,08
IBrX	57.748	-0,13	7,13	2,30	18,46
IBrX 50	23.012	-0,08	6,97	3,58	20,14
IEE	92.558	-1,01	3,78	-2,53	6,63
SMLL	2.179	-0,60	7,15	-7,40	-2,00
ISE	3.754	-0,42	7,94	-0,26	9,57
IMOB	964	-0,01	9,38	-4,66	3,77
IDIV	9.466	-0,57	6,00	4,33	21,32
IFIX	3.384	-0,09	0,57	2,19	5,84
Variação % em dólares					
Ibovespa	24.882	-0,17	10,37	-10,23	4,76
IBrX	10.506	-0,21	10,35	-9,90	5,11
IBrX 50	4.186	-0,17	10,18	-8,77	6,59
IEE	16.838	-1,09	6,90	-14,15	-5,39
SMLL	396	-0,68	10,37	-18,45	-13,05
ISE	683	-0,51	11,19	-12,16	-2,78
IMOB	175	-0,09	12,67	-16,03	-7,93
IDIV	1.722	-0,66	9,18	-8,12	7,65
IFIX	616	-0,17	3,59	-10,00	-6,09

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Prêmio de risco do EMBI+*

Spread em pontos base **

País	Spread 30/07/24	Spread 29/07/24	Variação - em pontos No dia	No mês	No ano
Geral	412	408	4,0	9,0	67,0
África do Sul	328	323	5,0	1,0	2,0
Argentina	1.558	1.558	0,0	103,0	-349,0
Brasil	228	225	3,0	-3,0	33,0
Colômbia	314	312	2,0	8,0	49,0
Filipinas	83	81	2,0	15,0	25,0
México	190	186	4,0	4,0	23,0
Peru	108	106	2,0	6,0	6,0
Turquia	258	251	7,0	5,0	-18,0
Venezuela	19.547	19.429	118,0	978,0	-4.545,0

Fonte: JP Morgan. Elaboração: Valor Data. *Calculado pelo JP Morgan. **Sobre o título do tesouro americano. Obs.: último dado disponível pelo fornecedor em 30/07/24

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
dez/23	355.034	15/08/24	366.347
jan/24	353.563	16/08/24	366.858
fev/24	352.705	19/08/24	367.652
mar/24	355.008	20/08/24	368.375
abr/24	351.599	21/08/24	368.997
mai/24	355.560	22/08/24	368.187
jun/24	357.827	23/08/24	369.504
jul/24	363.282	26/08/24	369.756

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	27/08/24	26/08/24	23/08/24	22/08/24	21/08/24	20/08/24
Índice	2.158,27	2.159,99	2.157,77	2.152,82	2.157,96	2.155,94
Var. no dia	-0,08%	0,10%	0,23%	-0,24%	0,09%	-0,02%
Var. no mês	1,29%	1,37%	1,27%	1,04%	1,28%	1,18%
Var. no ano	4,51%	4,59%	4,48%	4,24%	4,49%	4,39%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 27/08/24

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	34,0000	34,0300	0,16150	0,16170
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,4963	5,4969
Bolívar Soberano (Venezuela)	36,4719	36,5633	0,1503000	0,1507000
Boliviano (Bolívia)	6,8600	6,9900	0,7863	0,8013
Colon (Costa Rica)	519,9800	532,0000	0,010330	0,010570
Coroa (Dinamarca)	6,6845	6,6850	0,8222	0,8223
Coroa (Islândia)	136,8600	137,1400	0,04008	0,04016
Coroa (Noruega)	10,4831	10,4872	0,5241	0,5244
Coroa (Rep. Tcheca)	22,4070	22,4190	0,2452	0,2453
Coroa (Suécia)	10,1821	10,1842	0,5397	0,5399
Dinar (Argélia)	133,6524	134,2031	0,04096	0,04113
Dinar (Kuwait)	0,3052	0,3053	18,0029	18,0108
Dinar (Líbia)	4,7493	4,7716	1,1519	1,1574
Direitos Especiais de Saque ***	1,3495	1,3495	7,4173	7,4181
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6726	3,6732	1,4963	1,4967
Dirham (Marrocos)	9,6410	9,6560	0,5692	0,5702
Dólar (Austrália)***	0,6778	0,6779	3,7254	3,7263
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,4963	5,4969
Dólar (Belize)	1,9982	2,0332	2,7033	2,7509
Dólar (Canadá)	1,3454	1,3461	4,0831	4,0857
Dólar (Cayman)	0,8250	0,8350	6,5824	6,6629
Dólar (Cingapura)	1,3028	1,3036	4,2162	4,2193
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,4963	5,4969
Dólar (Hong Kong)	7,8025	7,8026	0,7044	0,7045
Dólar (Nova Zelândia)***	0,6233	0,6237	3,4258	3,4284
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7393	6,8260	0,8052	0,8156
Euro (Comunidade Européia)***	1,1160	1,1161	6,1339	6,1351
Florim (Antilhas Holandesas)	1,7845	1,8200	3,0199	3,0804
Franco (Suíça)	0,8439	0,8440	6,5122	6,5137
Guarani (Paraguai)	7626,2700	7627,8300	0,0007206	0,0007208
Hryvnia (Ucrânia)	41,2600	41,3600	0,1329	0,1332
Iene (Japão)	144,2600	144,2800	0,03809	0,03810
Lev (Bulgária)	1,7513	1,7515	3,1381	3,1388
Libra (Egito)	48,6500	48,7500	0,1127	0,1130
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000061	0,000061
Libra (Síria)	13000,0000	13003,0000	0,00042	0,00042
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3234	1,3235	7,2738	7,2751
Naira (Nigéria)	1565,0000	1615,0000	0,00340	0,00351
Lira (Turquia)	34,0203	34,0263	0,1615	0,1616
Novo Dólar (Taiwan)	31,9070	31,9370	0,17210	0,17230
Novo Sol (Peru)	3,7408	3,7444	1,4679	1,4694
Peso (Argentina)	948,5000	949,0000	0,00579	0,00580
Peso (Chile)	906,6900	907,3600	0,006058	0,006063
Peso (Colômbia)	4043,9400	4046,8700	0,001358	0,001359
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2290	0,2290
Peso (Filipinas)	56,2900	56,3100	0,09761	0,09765
Peso (México)	19,6501	19,6601	0,2796	0,2797
Peso (Rep. Dominicana)	59,4500	59,8500	0,09183	0,09246
Peso (Uruguai)	40,2400	40,2700	0,13650	0,13660
Rande (África do Sul)	17,7447	17,7473	0,3097	0,3098
Rial (Arábia Saudita)	3,7522	3,7524	1,4647	1,4650
Rial (Irã)	42000,0000	42105,0000	0,0001305	0,0001309
Ringgit (Malásia)	4,3450	4,3500	1,2635	1,2651
Rublo (Rússia)	91,4955	91,5045	0,06007	0,06008
Rúpia (Índia)	83,9100	83,9300	0,06549	0,06551
Rúpia (Indonésia)	15490,0000	15500,0000	0,0003546	0,0003549
Rúpia (Paquistão)	278,2000	278,4000	0,01974	0,01976
Shekel (Israel)	3,6724	3,6754	1,4954	1,4968
Won (Coréia do Sul)	1330,5500	1331,6200	0,004128	0,004131
Yuan Renminbi (China)	7,1244	7,1251	0,7714	0,7716
Zloty (Polônia)	3,8401	3,8415	1,4308	1,4314

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	2512,00	0,01238	443,9661	444,0145

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	27/08/24	26/08/24	Variações % No dia	No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	41.250,50	41.240,52	0,02	1,00	9,45	20,10	32.417,59	41.250,50
EUA	Nova York	Nasdaq-100	19.581,52	19.516,44	0,33	1,13	16,38	31,05	14.109,57	20.675,38
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	17.754,82	17.725,77	0,16	0,88	18,28	30,64	12.595,61	18.647,45
EUA	Nova York	S&P 500	5.625,80	5.616,84	0,16	1,87	17,95	27,69	4.117,37	5.667,20
Canadá	Toronto	S&P/TSX	23.259,96	23.348,97	-0,38	0,65	10,98	17,26	18.737,39	23.348,97
México	Cidade do México	IPC	52.474,31	53.171,31	-1,31	-1,25	-8,56	-1,35	48.197,88	58.711,87
Colômbia	Bogotá	COLCAP	1.341,19	1.343,93	-0,20	-0,34	12,21	21,74	1.046,70	1.441,68
Venezuela	Caracas	IBVC	92.596,44	93.151,24	-0,60	2,67	60,11	147,72	37.379,87	94.746,62
Chile	Santiago	IPSA	6.379,46	6.442,19	-0,97	-0,95	2,93	5,50	5.407,50	6.810,91
Peru	Lima	S&P/BVL General	28.246,22	28.387,16	-0,50	-4,37	8,81	23,15	21.451,73	30.891,77
Argentina	Buenos Aires	Merval	1.616.134,16	1.593.002,53	1,45	7,19	73,83	156,06	514.073,77	1.715.609,97
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.483,96	1.482,71	0,08	-0,36	6,34	10,91	3.425,66	4.149,65
Alemanha	Frankfurt	DAX-30	18.681,81	18.617,02	0,35	0,94	11,52	19,51	14.687,41	18.869,36
França	Paris	CAC-40	7.565,78	7.590,37	-0,32	0,46	0,30	4,65	6.795,38	8.239,99
Itália	Milão	FTSE MIB	33.778,80	33.604,80	0,52	0,04	11,29	19,75	27.287,45	35.410,13
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	4.117,07	4.131,65	-0,35	-0,32	11,04	13,66	3.290,68	4.142,40
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	2.710,77	2.704,40	0,24	-1,48	18,71	25,49	2.059,59	2.952,52
Espanha	Madri	IBEX-35	11.326,90	11.265,50	0,55	2,37	12,12	21,29	8.918,30	11.444,00
Grécia	Atenas	ASE General	1.432,46	1.437,68	-0,36	-3,09	10,77	10,21	1.111,29	1.502,79
Holanda	Amsterdã	AEX	907,94	907,49	0,05	-1,38	15,39	23,80	714,05	944,91
Hungria	Budapeste	BUX	73.315,37	73.467,13	-0,21	-0,99	20,94	28,82	55.055,60	74.051,15
Polônia	Varsóvia	WIG	84.134,48	83.988,00	0,17	-0,25	7,23	24,26	63.776,83	89.414,00
Portugal	Lisboa	PSI-20	6.746,06	6.715,81	0,45	0,56	5,47	10,21	5.824,40	6.971,10
Rússia	Moscou	RTS*	940,23	948,67	-0,89	-12,66	-13,22	-9,93	915,64	1.211,87
Suécia	Estocolmo	OMX	2.556,75	2.567,12	-0,40	-2,02	6,61	19,00	2.049,65	2.641,47
Suíça	Zurique	SMI	12.296,72	12.354,35	-0,47	-0,17	10,41	12,23	10.323,71	12.365,18
Turquia	Istambul	BIST 100	9.748,75	9.565,76	1,91	-8,36	30,50	26,33	7.260,44	11.172,75
Israel	Tel Aviv	TA-125	2.064,19	2.066,74	-0,12	3,31	10,05	10,27	1.608,42	2.069,46
África do Sul	Joanesburgo	All Share	84.553,56	84.193,94	0,43	2,16	9,96	14,52	69.451,97	84.553,56
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	38.288,62	38.110,22	0,47	-2,08	14,42	21,07	30.526,88	42.224,02
Austrália	Sidney	All Ordinaries	8.297,10	8.311,50	-0,17	-0,28	5,97	13,15	6.960,20	8.343,80
China	Shenzhen	SZSE Composite	1.493,43	1.512,50	-1,26	-7,29	-18,74	-20,67	1.433,10	1.981,63
China	Xangai	SSE Composite	2.848,73	2.855,52	-0,24	-3,06	-4,24	-7,03	2.702,19	3.177,06
Coréia do Sul	Seul	KOSPI	2.689,25	2.698,01	-0,32	-2,94	1,28	6,75	2.277,99	2.891,35
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	17.874,67	17.798,73	0,43	3,06	4,85	-0,46	14.961,18	19.636,22
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	81.711,76	81.698,11	0,02	-0,04	13,11	25,93	63.148,15	81.867,55
Indonésia	Jacarta	JCI	7.597,88	7.606,20	-0,11	4,72	4,47	10,19	6.642,42	7.606,20
Tailândia	Bangcoc	SET	1.364,31	1.364,81	-0,04	3,29	-3,64	-12,56	1.274,01	1.576,67
Taiwan	Taipé	TAIEX	22.185,00	22.240,12	-0,25	-0,06	23,73	34,60	16.001,27	24.390,03

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid, Moscou e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Cenário Instituições afirmam que dados de atividade estão bons e que corte de juros nos EUA pode aliviar pressão sobre Copom

Bancos estão relativamente otimistas, apesar de incertezas

Álvaro Campos e Mariana Ribeiro
De São Paulo

Banqueiros reunidos ontem em evento promovido pelo Santander se mostraram relativamente otimistas com a economia brasileira, apesar das incertezas. A visão é de que os dados de atividade atuais estão bons e que o início de um ciclo de redução de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) poderia aliviar a pressão sobre o Banco Central brasileiro, que já sinalizou a possibilidade até de uma alta da Selic. Enquanto isso, o cumprimento das metas fiscais segue sub judice.

O CEO do BTG Pactual, Roberto Sallouti, disse que o país vive um momento curioso, no qual os números da economia estão bons, mas há muita preocupação com o futuro. De acordo com ele, apesar das boas sinalizações, ainda há incertezas, por exemplo, quanto ao cumprimento do arcabouço fiscal e à manutenção da autonomia do Banco Central (BC). "Eu pessoalmente acho que o arcabouço fiscal vai ser cumprido, mas os agentes financeiros querem pagar para ver", afirmou.

Segundo Sallouti, o cenário não é tão benigno quanto se imaginava no final do ano passado, mas também não é tão preocupante quanto se vislumbrou em algum momento do segundo trimestre, quando o dólar bateu R$ 5,70. "Acho que agora vamos ter um cenário externo muito positivo e o governo querendo recuperar a credibilidade do arcabouço e BC independente."

O CEO do Santander Brasil, Mario Leão, disse que pode acontecer de o Fed cortar os juros e o Comitê de Política Monetária (Copom) subir. Esse, no entanto, não é o cenário base do banco. "Acho que podemos ter um cenário de acomodação que permita ao BC não subir juros. Estamos em momento de inflexão lá fora e potencial inflexão aqui."

De acordo com ele, os dados mostram que a economia brasileira está sólida, mas não superaquecida, ou seja, não há uma pressão tão alta sobre a inflação. "Por enquanto, está tudo na faixa esperada, o que pode ser uma grande oportunidade." O CEO global do Santander, Héctor Grisi, que veio ao Brasil para participar do evento, disse que toda vez que visita o país fica impressionado com o dinamismo da economia. "O Brasil não tem outra direção para ir a não ser para frente".

O vice-presidente de Finanças e Controladoria da Caixa, Marcos Brasiliano, reafirmou que a instituição tem conversado com o BC para a redução de compulsório no crédito habitacional, em meio à queda na poupança, que dificulta o funding. "O BC já tomou medidas nesse sentido, quando há desabastecimento em alguma linha, ele atua. A última vez foi no depósito à vista, na parte que é direcionada a microfinanças". Para ele, na questão da moradia popular não há problemas, a dificuldade está na classe média, que depende de linhas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), onde os juros são limitados a 12% ao ano.

O diretor financeiro e de mercado de capitais do BNDES, Alexandre Abreu, afirmou que hoje o banco não dá mais crédito subsidiado, sendo que seu principal diferencial é em termos de prazos mais longos. Segundo ele, a única exceção, ou seja, com subsídios, é uma linha para inovação.

> "Acho que podemos ter uma acomodação que permita ao BC não subir juros"
> *Mario Leão*

Wagner pede 'esforço concentrado' para sabatinar nomes do BC

Julia Lindner e Caetano Tonet
De Brasília

Apesar da resistência de parlamentares, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), acredita que a eventual indicação e sabatina do próximo presidente do Banco Central (BC) ainda pode ocorrer na segunda semana de setembro.

Oficialmente, o Senado fará um "esforço concentrado" — quando os parlamentares são convocados para sessões presenciais — na próxima semana.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Vanderlan Cardoso (PSD-GO), já descartou uma sabatina no colegiado neste período. "Chance zero. Pera aí, ninguém sabe nem quem é [o indicado]. Aqui não é pastelaria", declarou o senador ontem.

Wagner, entretanto, afirma que poderia haver um "esforço extra" na semana seguinte, entre os dias 9 e 13 de setembro.

O senador deixou claro que, caso a indicação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o comando do BC ocorra nos próximos dias, o governo não quer deixar o escolhido à espera da sabatina por tempo indeterminado. O favorito é o atual diretor de política monetária do BC, Gabriel Galípolo. No Senado, ele é dado como certo.

Embora o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), resista à ideia, o intuito de Wagner é convencê-lo a viabilizar a aprovação antes das eleições municipais.

Um dos movimentos do governo para ajudar a destravar a sabatina ocorreu ontem, com o acordo costurado pelo governo para retirar de pauta o projeto que buscava sustar parcialmente um decreto de Lula sobre porte e posse de armas.

Em troca, o governo se comprometeu a editar um texto "corretivo", na próxima segunda (2), para sustar e ajustar pontos da versão original do decreto, entre eles o que trata a restrições a localização dos clubes de tiro esportivos perto de escolas.

O acordo foi feito diretamente com Vanderlan Cardoso, que, além de presidente da CAE, é relator do PDL. O tema é importante para Vanderlan especialmente porque ele disputa a eleição municipal em Goiânia (GO).

"Tudo que distensiona ajuda", respondeu Wagner ao ser indagado se a movimentação contribui para o eventual avanço da sabatina do BC.

Outro ponto de tensão, de acordo com Wagner, envolve a questão das emendas parlamentares ao Orçamento, cujo modelo de liberação está sob discussão entre os Três Poderes. Nesta terça, o governo publicou uma portaria com regras para pagamento de emendas impositivas destinadas a obras já iniciadas e que estão em andamento ou para execução de ações voltadas para atendimento de calamidade pública. Na visão de Wagner, não tinha cabimento suspender o pagamento de obras desse tipo.

Curta

Fundo de infraestrutura

O Banco Safra levantou R$ 250 milhões no seu primeiro fundo de investimento em participações (FIP) de infraestrutura, via Safra Asset. O fundo Copérnico investirá em usinas solares. Segundo a instituição, a demanda ficou 40% acima do limite máximo da oferta, com participação de mais de 3,5 mil investidores. O objetivo é investir em ativos do setor de energia solar, mais especificamente no subsetor de geração distribuída. Atualmente, as usinas em operação do fundo geram aproximadamente 31 MWp de energia, megawatt peak, a unidade de medida usada em energia solar *(Álvaro Campos)*

INÊS 249

Alta renda Empresa já está em negociações com oito casas de perfil 'private'; plano é chegar a total de R$ 10 bilhões a R$ 15 bilhões em aquisições

Legend vai às compras para até 2027 dobrar de tamanho e virar DTVM

FELIPE GABRIEL REIS

Salles, da Legend, diz que empresa agora pode buscar expansão via aquisições por já ter sua cultura consolidada

Liane Thedim
Do Rio

A Legend Capital, holding estrelada, que tem Roberto Justus entre seus sócios e cujo braço de fortunas no início deste ano fez uma joint-venture com a SPA Invest, de Elie Horn, fundador da Cyrela, está iniciando um processo de expansão por meio da compra de escritórios menores com perfil de alta renda ("private"), ao menos R$ 1 bilhão sob gestão e equipes reduzidas, com no máximo 15 pessoas. Segundo o sócio Pedro Salles, a empresa já iniciou conversas com oito casas que conseguiram montar um bom portfólio de clientes, mas agora enfrentam dificuldades para crescer por falta de recursos para investir em estrutura.

Os dois primeiros acordos, com um escritório em Miami e outro em São Paulo, devem sair até o fim do ano. Com a união à SPA, a Legend atingiu R$ 33 bilhões sob gestão. Agora, com as aquisições, a ideia é chegar a R$ 75 bilhões até 2027. Salles conta que a estratégia nasceu a partir de uma reflexão sobre o futuro da indústria de gestão de fortunas no país, em meio às muitas mudanças em andamento, como a taxação dos fundos exclusivos fechados ou restritos, a reforma tributária e o redesenho das regras da indústria por meio da Resolução 175, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

"Depois que nos dissociamos de quem estava na 'arrebentação', na faixa entre R$ 5 bilhões e R$ 15 bilhões, partimos para a formulação de estratégias de crescimento." O CEO da Legend lembra que era contrário à ideia de buscar expansão via aquisições, por se preocupar em manter a cultura da empresa intacta. "Mas chegamos a um tamanho que permite esse passo, já somos 76 funcionários falando a mesma língua", avalia.

A equipe, então, mapeou o mercado ao longo do último mês e encontrou algumas oportunidades. "As casas têm boas carteiras de clientes e o sentimento comum de que não conseguem aumentar o 'share of wallet' [fatia nos investimentos totais do cliente] porque os clientes querem mais estrutura, mas elas não têm dinheiro para investir e crescer." Salles diz que a empresa vai procurar outras opções de casas, com uma meta de aquisições total de R$ 10 bilhões a R$ 15 bilhões.

De acordo com o executivo, a Legend teve um perfil de atuação ousado na largada. "Tinha um 'boom' de casas naquele momento e como nos diferenciamos? Fomos para a Faria Lima desde o início, investimos alto para trazer pessoal sênior. Agora estamos fazendo tudo de maneira muito segura, ampliando aos poucos." Hoje são 16 pessoas na equipe comercial e 60 nas outras áreas, como, por exemplo, jurídico, "backoffice", gestão e compliance. "Agora que chegamos à maturidade não precisamos crescer esse arranjo."

> "As casas têm boas carteiras de clientes, mas não têm dinheiro para investir e crescer" *Pedro Salles*

O modelo de compra não envolve pagamento ou troca de ações inicialmente. Os donos dos escritórios comprados receberão ações da Legend após três anos no valor correspondente ao que geraram para a empresa, a uma cotação congelada no momento da assinatura do contrato. Em contrapartida, a Legend oferece toda a sua estrutura.

A estratégia faz parte de um movimento da Legend para se tornar uma Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) em 2027. Fundada em novembro de 2020, a gestora saiu este ano do seu modelo original de gestão de fortunas (Legend Wealth) e assessoria de investimentos para o público private (Legend Invest, plugada ao BTG Pactual) com a criação da área de "special assets", que inclui, por exemplo, estruturação de crédito e fusões e aquisições.

A divisão é comandada por Daniella Marques, ex-presidente da Caixa Econômica Federal — ela assumiu o comando do banco após denúncias de assédio sexual contra seu antecessor, Pedro Guimarães. Muito próxima a Paulo Guedes, a sócia ocupa também a presidência do conselho de administração da Legend, cargo que o ex-ministro assumiu de julho de 2023 a março deste ano. De acordo com Salles, diante do forte crescimento do mercado de crédito privado neste ano, a área vem crescendo e a equipe, sendo ampliada. "Está sendo um ano difícil de captação mas bom de receita, porque fizemos bons negócios para clientes", avalia.

Ele revela que outro passo que a Legend pretende dar é o de criação de fundos de investimento. Mas, segundo ele, fora das classes mais povoadas, como multimercados e crédito. Uma ideia, afirma, é entrar em ativos "estressados", ou seja, de empresas que passam por problemas de crédito, liquidez, recuperação judicial ou falência. "Mas neste caso precisaremos elaborar a estratégia com cuidado para não parecer que estamos perdendo o alinhamento com o cliente", diz.

A casa tem como sócios fundadores, além de Salles (que também é CEO da Legend Invest) e Justus, Sergio Eraldo Salles, que é CEO da holding, Tulio Lopez, que atua na Legend Invest, e Sergio Marini, CEO da Legend Wealth.

Alta da Selic pode esfriar emissão de dívida em 2025, diz gestor

Rita Azevedo
De São Paulo

Um eventual aumento da taxa Selic na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em setembro, pode ter efeito nos planos de captação com dívida das companhias em 2025. A avaliação é de Alexandre Muller, sócio e responsável pela área de crédito da JGP Asset.

"É esperado um arrefecimento na demanda das empresas por crédito [com a alta da Selic], com o pessoal dando uma segurada em capex", afirmou Muller durante painel na Conferência Anual do Santander.

Com um número menor de ofertas de debêntures na rua e a continuidade da entrada de recursos nos fundos de crédito, é provável que os spreads sejam ainda mais comprimidos, afirmou.

LEO PINHEIRO/VALOR

Muller: mercado está mais disperso

Atualmente, as taxas de remuneração estão mais baixas principalmente para os emissores frequentes. Por outro lado, empresas com "situações complexas de balanço" emitem papéis com um spread maior. "O mercado está mais disperso", disse Muller.

Também no próximo ano, o mercado deve ver emissões de debêntures de infraestrutura. Os novos títulos foram criados no início de 2024, mas ainda não deslancharam devido a incertezas regulatórias.

"Acho que ainda falta uniformização em relação a vários ministérios. O que temos hoje de estrutura jurídica para esses papéis é um decreto que unifica as condições para o papel. Ele fala que não é necessária nenhuma portaria ministerial, mas o que acontece hoje é que, quando você olha os vários ministérios, cada um tem sua abordagem", disse Renata Cardoso, sócia na área de direito bancário, operações financeiras e mercado de capitais do Lefosse, no mesmo painel.

Entre os ministérios, o de Minas e Energia é um dos mais avançados no estabelecimento de regras claras, mas outras pastas, como educação e saúde, não se manifestaram sobre os papéis.

Essas incertezas podem fazer com que companhias optem por emitir títulos que já têm um mercado consolidado. A Cosan, por exemplo, que acessa frequentemente o mercado de dívida, deve esperar a redução das incertezas para planejar uma captação com os títulos de infraestrutura.

"Nós vemos um momento bastante propício para operações, mas qualquer mínima incerteza desestimula a tomar risco", disse Rodrigo Araujo, diretor financeiro da Cosan, ao ser questionado sobre o interesse nos novos papéis. "Já estamos vendo avanços e acho que é questão de tempo para o mercado digerir [as debêntures de infraestrutura]."

Ofertas de Fiagro têm segundo melhor mês do ano em julho

Do Rio

As ofertas de fundos de investimento em cadeias agroindustriais (Fiagros) atingiram em julho o segundo maior volume do ano, totalizando R$ 465,1 milhões, segundo dados divulgados ontem pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). O resultado ficou atrás apenas de abril, quando foram captados R$ 497,7 milhões.

A captação líquida no mês, no entanto, ficou negativa pela primeira vez no ano, com os resgates superando os aportes em R$ 147,5 milhões. Os Fiagros-FIP (fundos de investimento em participações) foram os únicos com captação líquida positiva (R$ 2 milhões), enquanto os Fiagros-FII (fundos imobiliários) registraram R$ 108,4 milhões negativos e os Fiagros-FIDC (fundos de investimento em direitos creditórios), R$ 41,1 milhões negativos.

O patrimônio líquido atingiu R$ 39,7 bilhões em julho, o que corresponde a um aumento de 126,8% frente ao mesmo mês de 2023. A categoria Fiagro-FII é a mais representativa, com 44% (R$ 17,5 bilhões) do total, quase empatada com a dos Fiagros-FIP, com 43% (R$ 17,1 bilhões). Já os Fiagros-FIDC respondem por 12,9% (R$ 5,1 bilhões). O número de fundos subiu 48,7%, para 113, e o de cotas teve crescimento de 64,6%, para 789,8 mil.

Nas emissões, os principais subscritores foram os fundos de investimento (86%), seguidos das pessoas físicas (14%). No acumulado de 2024, o instrumento totaliza R$ 1,8 bilhão em 32 ofertas. *(LT)*

Eleição nos EUA: pontos para o investidor observar

Palavra do gestor

Alex Silva

Os americanos vão às urnas no início de novembro para escolher quem irá comandar o país a partir de janeiro de 2025 pelos próximos quatro anos. Trata-se de uma disputa que começou com fortes emoções — como o atentado sofrido por Donald Trump, a desistência de Joe Biden em concorrer à reeleição e a entrada da vice-presidente Kamala Harris representando o partido dos Democratas — e, pelos próximos dois meses, tudo pode acontecer. Independentemente de quem vencer a eleição e assumir o comando da maior economia do planeta, há impactos para o Brasil e, consequentemente, para o investidor brasileiro.

Toda mudança de gestão, seja no âmbito público ou privado, representa um momento sensível que pode provocar mudanças nos rumos da organização e nas decisões de investimentos e despesas de forma significativa. No que se refere a uma mudança na chefia de Estado ou governo, mais ainda.

O investidor brasileiro deve se atentar para eventuais mudanças nas políticas macroeconômicas (fiscal, monetária, comercial e de rendas), além de alterações regulatórias que podem ocorrer com a troca de presidente e, portanto, de eventuais mudanças quanto a maior ou menor intervenção do Estado no ambiente econômico.

Questões como taxas de juros, políticas fiscais, acordos comerciais e regulamentações específicas para setores como tecnologia, saúde e energia podem ser afetadas. Além disso, o investidor deve monitorar a volatilidade do mercado, que tende a aumentar durante os períodos eleitorais. Como suas propostas são bem antagônicas, a depender de quem vença o pleito presidencial nos EUA, pode haver continuidade das políticas atuais (caso de vitória de Kamala Harris) ou uma mudança significativa (caso de vitória de Donald Trump). É preciso analisar com atenção os respectivos planos de governo e acompanhar os desdobramentos da corrida eleitoral.

A economia americana é resiliente e pode continuar a crescer, especialmente se houver estímulos econômicos e políticas favoráveis ao crescimento. A inflação e as taxas de juros também serão fatores críticos a serem monitorados. No entanto, é possível que a economia do país enfrente volatilidades devido à incerteza política com a eleição, além de possíveis mudanças nas políticas fiscais e monetárias. Por isso, é recomendado cautela aos investidores, sugerindo-se uma postura mais conservadora aos investimentos nos EUA.

Investir em ativos na terra do Tio Sam antes do resultado da eleição presidencial pode envolver riscos devido à incerteza política e volatilidade do mercado e uma estratégia prudente pode ser diversificar os investimentos, alocando recursos em outros mercados internacionais além dos EUA.

Países com economias estáveis, como aqueles da União Europeia, que possuem políticas econômicas e sociais mais previsíveis, podem ser boas opções para reduzir o risco. Economias como Alemanha e França oferecem estabilidade e setores robustos, como tecnologia, manufatura e saúde. Destaco também Canadá e Austrália, que oferecem estabilidade econômica e são ricos em recursos naturais, além de terem setores de tecnologia e saúde em expansão; China, que, apesar das tensões comerciais, tem crescimento contínuo da economia e o desenvolvimento tecnológico torna o país uma opção atrativa; e Índia, que possui uma economia em rápido crescimento e um mercado consumidor crescente.

Independentemente do país escolhido, quem quer investir no exterior precisa estar atento a estes cinco pontos: 1) Diversificação: espalhe os investimentos por diferentes países, setores e tipos de ativos para reduzir riscos; 2) Pesquisa: estude os mercados e economias dos países nos quais pretende investir, compreendendo os riscos e as oportunidades; 3) Consultoria: considere buscar orientação de consultores financeiros ou profissionais com experiência em investimentos internacionais que já atuam nesse mercado há anos; 4) Acompanhamento: mantenha-se informado sobre as condições econômicas, políticas e regulatórias dos mercados nos quais está investindo; 5) Planejamento de longo prazo: invista com uma perspectiva de longo prazo, evitando reações impulsivas às volatilidades de curto prazo (elas existem e vão continuar existindo, infelizmente).

Por fim, independentemente de Donald Trump, Kamala Harris, país A, país B ou país C, faça escolhas de investimento que reflitam seus valores e garantam um futuro próspero e sustentável para você e sua família.

Alex Silva é sócio da gestora de patrimônio Aware Investments
E-mail alqsilva@awaregestao.pt

TRT-SP
Negado pedido de penhora de doações feitas por filhos de devedora
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
Cálculo da Cide-Royalties e a inclusão do IRRF
E2

TRF-4
Compra de vinhos sem pagar impostos gera condenação
valor.globo.com/legislacao

Tributário Exclusão do ISS do PIS e da Cofins está na pauta da sessão plenária de hoje do Supremo

Teses sobre base de cálculo de tributos no STF podem custar R$ 118,9 bilhões à União

Marcela Villar
De São Paulo

Quatro discussões sobre exclusão de tributos do cálculo de outros impostos a serem definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) podem trazer um impacto fiscal de R$ 118,9 bilhões para a União. A estimativa é da Receita Federal e consta no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2025. Uma delas, que trata da retirada do ISS da base do PIS e da Cofins, está pautada para hoje e pode comprometer a arrecadação em R$ 35,4 bilhões.

As quatro controvérsias estão em repercussão geral, ou seja, a decisão impactará todas as ações semelhantes do Judiciário. No caso do ISS, os contribuintes estão confiantes pela similaridade com a "tese do século" — a exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins. Porém, o placar nas chamadas "teses filhotes", julgadas no STF e Superior Tribunal de Justiça (STJ), é desfavorável.

Levantamento feito pelos escritórios Machado Associados e BVZ Advogados, a pedido do **Valor**, mostra que os contribuintes foram derrotados em quatro teses sobre tributos na base de tributos e venceram três nas Cortes superiores. Outros seis temas ainda serão julgados.

A principal vitória veio com a tese do século, em 2017. Os ministros definiram o conceito constitucional de faturamento e decidiram que o tributo estadual não deve ser inserido no cálculo para a cobrança das contribuições sociais por não configurar receita da empresa. Para a maioria, os valores do ICMS são meramente transitórios no caixa das companhias e têm como destino os cofres públicos (Tema 69).

As empresas tentam emplacar esse argumento na discussão do ISS, que é basicamente a mesma, mas trata do imposto municipal. O processo começou a ser julgado no Plenário Virtual em 2021, mas recomeçará do zero por um pedido de destaque do ministro Luiz Fux. Os votos dos ministros aposentados serão preservados, o que faz o placar oficial iniciar em três votos a zero contra a União. Os demais integrantes podem mudar de entendimento.

No Plenário Virtual, o placar estava empatado em quatro a quatro. Uma primeira linha adotada pelo relator, o ministro aposentado Celso de Mello, foi a favor dos contribuintes. Ele foi acompanhado pelas ministras Cármen Lúcia, Rosa Weber e pelo ministro Ricardo Lewandowski. Já outra corrente, inaugurada por Dias Toffoli, foi a favor da Fazenda Nacional. Seguiram o voto dele os ministros Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Luís Roberto Barroso.

Faltavam apenas os votos de três ministros: Gilmar Mendes, André Mendonça e Luiz Fux. Como Fux votou com os contribuintes e Mendes com a União na tese do século, em 2017, a decisão estaria, segundo tributaristas, nas mãos de Mendonça. Nunes Marques, embora não vote no julgamento de mérito porque sucedeu o antigo relator, assume a relatoria de eventuais embargos de declaração (Tema 118).

Em nota, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) diz que "tem trabalhado nessa temática, de forma muito séria" e "entende que o substancioso voto do ministro Toffoli tratou adequadamente a questão, fazendo uma correta distinção entre os Temas 118 e 69".

Para Marcelo Montalvão, sócio do Ayres Britto Advocacia, que representa a Confederação Nacional do Serviços (CNS) na ação do ISS no STF, o raciocínio entre as teses é a mesma. "Esse caso, inclusive, ficou sobrestado por algum tempo, porque o ministro relator, Celso de Mello, havia indicado a conexão entre eles", afirma.

"Tudo passa pelo conceito de receita ou faturamento, que ficou definido como ingresso de riqueza na pessoa jurídica que se incorpora ao seu patrimônio. O ISS, assim como o ICMS, não passa por essa categoria de riqueza porque são valores transitórios", diz ele, acrescentando ser preciso garantir "segurança jurídica".

DIVULGAÇÃO
Advogado Marcelo Montalvão: caso do ISS ficou sobrestado

Além desse caso, a tese que pode trazer o maior impacto para os cofres públicos é a da exclusão do PIS e da Cofins da sua própria base de cálculo. Um resultado negativo pode custar R$ 65,7 bilhões para a Fazenda. O argumento dos contribuintes é similar, buscando não enquadrar os tributos no conceito de faturamento. Ainda não há previsão de ele ser incluído em pauta (Tema 1067).

Outro tema de relevância é a exclusão do PIS e da Cofins dos créditos presumidos do ICMS, tipo de benefício fiscal concedido pelos Estados. Ele pode custar R$ 16,5 bilhões à União.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu tema semelhante, em abril de 2023: a exclusão do IRPJ e da CSLL dos benefícios, de forma desfavorável aos contribuintes. A Lei nº 14.973/2023, porém, mudou a forma de tributação das subvenções para investimento, o que fez a decisão dos ministros ter efeito até o fim do ano passado. Juízes e desembargadores, contudo, têm afastado a eficácia da nova lei (Tema 1182).

Quando o STJ julgou esse tema, inclusive, uma liminar do ministro André Mendonça, relator da ação do PIS e da Cofins no Supremo, interrompeu a sessão e quase suspendeu o julgamento. Ao conceder a cautelar, Mendonça mencionou a "intrínseca relação" entre os casos, o que justificava a suspensão ou ineficácia do julgamento no STJ, pois eventual decisão na Corte poderia ficar em "dissonância" com o que o Supremo decidisse.

Cerca de uma semana depois, Mendonça reconsiderou a liminar pelo "montante pecuniário discutido". O processo foi destacado e não há previsão de inclusão na pauta (Tema 843).

Já a outra discussão é relativa à exclusão do PIS e da Cofins da base de cálculo da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), com impacto de R$ 1,3 bilhão. Também não há previsão de julgamento (Tema 1186). Tanto o STF quanto o STJ julgaram casos similares, mas envolvendo o ICMS na base da CPRB. O desfecho foi desfavorável às empresas (Temas 1048 e 994).

"Embora a CPRB incida sobre a receita, prevaleceu o entendimento que não poderia ser aplicado o mesmo racional do Tema 69 [tese do século] por ausência de previsão legal", afirma o tributarista Renato Silveira, sócio do Machado Advogados.

Segundo ele, as discussões têm muito em comum o conceito constitucional de faturamento, que é a base de cálculo do PIS/Cofins. "São discussões que acabam tendo alguma relação com a tese do século, porque foram desenvolvidas a partir de premissas fixadas no Tema 69, mas não necessariamente terão o mesmo desfecho porque são matérias absolutamente controvertidas", diz. "O Supremo foi criando alguns distinguish", completa.

As estimativas de impacto da Receita são contestadas pelos contribuintes. Pelo próprio anexo de riscos fiscais, as previsões, na maioria das vezes, consideram a perda total de arrecadação para aquele ano e cinco anos retroativos, período no qual eventuais beneficiados podem pleitear na Justiça o reembolso dos tributos pagos a maior. Os números, diz o documento, representam "o máximo de impacto ao erário, que pode não se concretizar em sua totalidade".

Um estudo da Tendências Consultoria, por exemplo, previu impacto de R$ 2,8 bilhões para a tese do ISS. Segundo João Leme, consultor em finanças públicas da consultoria, as estimativas fiscais só são concretizadas quando há o trânsito em julgado das ações (quando não cabe mais recurso). Eventual modulação, que limita o efeito do julgamento para o futuro, também pode reduzir esse rombo.

Ao contrário dos riscos macroeconômicos, as ações tributárias são riscos fiscais que o governo não tem tanta gerência. "Para riscos específicos, acaba não dependendo da atuação da União."

De acordo com ele, a Portaria nº 6, de 2022, da Advocacia-Geral da União (AGU), é usada como parâmetro para medir os impactos, estimados pela Receita. "Se considera o número total de contribuintes e se faz uma estimativa de devolução dos últimos cinco anos. Então, sempre coloca na pior das hipóteses", afirma. Essa estimativa para cima, acrescenta, pode ser usada como argumentação para com os ministros, "o que gera pressão no órgão julgador".

Para Frederico Bastos do BVZ Advogados, o entendimento que prevalecer no caso do ISS provavelmente irá influenciar o julgamento dos demais temas ainda pendentes, tendo em vista a similaridade das discussões. "Há, ainda, grande expectativa dos contribuintes se haverá modulação dos efeitos da decisão e quais critérios que serão adotados no julgamento, tendo em vista o alto impacto tanto para os contribuintes como para os cofres públicos."

Procurada pelo **Valor**, a Receita Federal não deu retorno até o fechamento da edição.

STJ valida prescrição de multa aduaneira

Laura Ignacio
De São Paulo

Uma decisão da 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu como válida a prescrição intercorrente de multa aduaneira aplicada à Air France. Essa espécie de prescrição acontece quando o processo administrativo passa três anos sem andamento e acaba por impedir a cobrança da penalidade.

No caso, a Air France e a Intercontinental Transportation foram multadas pela Receita Federal por, supostamente, não terem enviado no prazo todos os dados sobre a exportação de mercadorias. No caso da companhia de origem francesa, o valor original da causa é de cerca de R$ 360 mil.

Na primeira instância e no Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) a companhia aérea obteve decisão favorável, mas a União recorreu. A discussão jurídica era se a prescrição intercorrente se aplica a casos tributários e se a multa aduaneira tem natureza tributária.

O relator dos recursos, o ministro Francisco Falcão, havia votado contra as empresas, mas retificou seu voto. O ministro Mauro Campbell também alterou o voto em favor das companhias e os ministros Afrânio Vilela e Teodoro Silva Santos votaram no mesmo sentido dos demais (REsp 2002852).

A 1ª Turma do STJ já havia decidido, por unanimidade, a favor da aplicação da prescrição intercorrente nos casos de multa aduaneira (REsp 1999532).

Agora, segundo Paulo Ricardo Stipsky, sócio do escritório Di Ciero Advogados, que representou a Air France no processo, embora não haja uma decisão em recurso repetitivo, esta é a jurisprudência dominante da Corte. "Desde a decisão da 1ª Turma, os magistrados das instâncias inferiores já estavam decidindo nessa linha, de que a multa aduaneira não tem natureza tributária", diz o advogado.

De acordo com Tatiana Torres Zeller, sócia da área aduaneira do escritório Rolim, Goulart, CardosoAdvogados, o STJ está correto em aplicar a prescrição intercorrente ao julgamento das multas aduaneiras. Para ela, "há indubitável natureza administrativa e não tributária" nessa penalidade.

A advogada explica que, embora a aplicação da multa decorra, muitas vezes, do descumprimento de obrigações acessórias, que auxiliam na fiscalização e arrecadação de tributos, ela decorre do poder de polícia da aduana. "E o controle aduaneiro não tem caráter arrecadatório, o bem tutelado é muito mais amplo e diz respeito à segurança da sociedade", afirma.

Para a especialista, ao contrário do que defende a Fazenda Nacional nos processos administrativos que discutem a aplicação de multas aduaneiras, se aplica a previsão contida na Lei nº 9.873, de 1999, e não as disposições da Súmula nº 11 do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Essa legislação estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela administração pública federal, enquanto a súmula do Carf prevê não ser aplicável a prescrição intercorrente no processo administrativo fiscal.

Procurada pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não respondeu até o fechamento da edição. Não foi encontrado representante da Intercontinental Transportation para comentar a decisão.

Corte mantém taxa de conveniência

Laura Ignacio
De São Paulo

A 2ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por maioria, cancelou multa aplicada pelo Procon-SP contra a T4F Entretenimento por práticas consideradas abusivas na venda de ingressos. Na prática, a decisão autoriza a empresa a cobrar taxa de conveniência na comercialização pela internet, promover pré-venda para um público seleto e aceitar, na venda on-line, apenas cartão de crédito.

A penalidade havia sido imposta no ano de 2012, após a comercialização de ingressos para o show da cantora Madonna. O Procon-SP autuou a T4F em R$ 330,9 mil (valor original) por cobrança da taxa de conveniência de 20%, abertura de pré-venda exclusiva para clientes do Banco do Brasil e por não aceitar pagamento com cartão de débito ou boleto no site.

A empresa contestou a cobrança no Judiciário e a multa foi anulada na primeira instância. Contudo, o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) restabeleceu a multa. Inconformada, a T4F propôs recurso ao STJ (REsp 1984261).

O relator, ministro Mauro Campbell, e a ministra Assusete Magalhães (aposentada) votaram para cancelar a penalidade porque nenhuma prática seria abusiva. Porém, os ministros Herman Benjamin e Francisco Falcão divergiram e votaram pelo provimento parcial. Para eles, a taxa de conveniência seria ilegal porque não haveria serviço prestado que justificasse a cobrança.

Ontem, antes do desempate, a advogada Monica Filgueiras da Silva Galvão, apresentou a defesa da T4F na sessão. Sobre a cobrança da taxa de conveniência, ela afirmou que essa disponibilização de ingressos online impõe grande ônus e risco ao fornecedor e que a T4F informa de maneira clara e objetiva que é uma opção — já que o ingresso pode ser comprado na bilheteria. "A própria Corte já se manifestou validando a cobrança dessa taxa", disse.

Quanto à pré-venda, Monica destacou que, após o período beneficiando patrocinadores, a venda é aberta a todos pelos mesmos preços e condições de pagamento. "Portanto não há violação ao princípio da isonomia", afirmou. Já a respeito do meio de pagamento, a advogada aponta que a obrigação legal é dispor a venda por dinheiro.

O ministro Afrânio Vilela definiu o placar, que ficou em três votos a dois a favor da empresa. Em seu voto, ele apontou outra decisão da própria turma favorável à venda pela internet. Também destacou que não há ofensa em realizar a pré-venda de ingressos, se depois foram disponibilizadas entradas para todos. "Nada melhor do que o consumidor poder pagar pelo ingresso à distância", disse Vilela.

Para Ricardo Motta, sócio responsável pela área de relacionamento com o mercado no Viseu Advogados, a decisão da 2ª Turma é significativa para o setor de entretenimento, "pois reafirma o direito das empresas de ingressos on-line de estabelecer suas próprias políticas de venda e cobrança, desde que respeitem os princípios de transparência e equidade nas relações com os consumidores".

O advogado lembra que podem ser propostos embargos de declaração no próprio STJ para esclarecimentos ou, se houver alguma alegação constitucional, recurso no Supremo Tribunal Federal (STF).

Por meio de nota enviada ao **Valor**, o Procon-SP diz que "aguarda a publicação integral do referido acórdão com os vários aspectos pertinentes para avaliar quais procedimentos adotar".

Cálculo da Cide-Royalties e a inclusão do IRRF

Opinião Jurídica

Leonardo Lucci

A Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-Royalties) foi instituída pela Lei nº 10.168/2000 com o propósito de financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação. Desde a sua criação, surgiram diversas questões relativas à sua aplicação, especialmente no que concerne à possibilidade de incidência dessa contribuição sobre o valor pago ao fornecedor no exterior, acrescido ou não do IRRF sobre a remessa. Tal situação gera insegurança jurídica às empresas tomadoras de serviços no Brasil, expondo-as a riscos adicionais e aumentando sua carga tributária.

A legislação estabelece que a Cide incide sobre os valores pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos ao exterior a título de remuneração, aplicando-se uma alíquota de 10%. A base de cálculo dessa contribuição é, portanto, o valor remetido ao prestador de serviços como remuneração, conforme disposto no artigo 2º, parágrafo 3º da Lei nº 10.168/2000.

A questão central é se a base de cálculo aqui analisada deve incluir ou não o IRRF incidente sobre a remessa quando realizado o gross up, ou seja, quando a fonte pagadora assume o ônus financeiro do imposto retido.

O termo "remuneração" é crucial para essa definição, pois se refere ao pagamento feito ao prestador de serviços no exterior. A análise da legislação aplicável revela que ela não prevê a incidência da Cide-Royalties também sobre o gross up para fins de IRRF, mas apenas sobre a remuneração contratual paga ao prestador de serviços no exterior.

Importante ressaltar que a incidência tributária é um fenômeno jurídico, e a base de cálculo de um tributo deve ser definida pela lei. O artigo 150, I da CF/88 e o artigo 97, IV, do CTN estabelecem o princípio da legalidade tributária, segundo o qual a base de cálculo de um tributo só pode ser determinada por lei. Logo, conclui-se que a inclusão do IRRF na base de cálculo dessa contribuição não encontra respaldo legal.

Além disso, a legislação não prevê a precedência de um tributo sobre o outro, nem que um deva incidir sobre o outro. Portanto, não cabe ao intérprete utilizar considerações econômicas para concluir que o valor do IRRF deve ser adicionado à base de cálculo dessa contribuição, majorando-a. Como dito, a base de cálculo aqui analisada deve incidir apenas sobre a remuneração contratual paga ao prestador de serviços no exterior.

E o IRRF, seja assumido ou não pelo contribuinte, não se enquadra no conceito de remuneração decorrente das remessas ao exterior. Trata-se de um valor destinado aos cofres públicos do Brasil e não uma contraprestação paga ao prestador de serviços no exterior. Ademais, embora o artigo 786 do Decreto nº 9.580/2018 preveja a inclusão dos valores retidos na base de cálculo do IRRF, não há tal previsão para a Cide-Royalties e, portanto, não há que equiparar ambas as bases de cálculo.

Não obstante, a Receita Federal do Brasil (RFB) tem se manifestado no sentido de que a base de cálculo da contribuição aqui analisada, em relação aos royalties, deve ser equivalente a base utilizada para o IRRF, inclusive quando há o gross up na base de cálculo desse imposto. A interpretação da RFB é que, quando há reajustamento da base do IRRF, o contribuinte deve realizar o mesmo reajustamento na base de cálculo das contribuições. Contudo, como dito, essa interpretação não encontra respaldo legal.

O tema também foi debatido nos tribunais administrativos. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) possuía, até 2019, precedentes que indicavam a ausência de previsão legal para autorizar a adição do IRRF à base de cálculo da Cide (acórdãos 3402-004.391, 3401-006.620, 3401-003.801). Contudo, o tema chegou à Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF) do Carf, a qual começou a decidir desfavoravelmente aos contribuintes.

A divergência prosseguiu até que o tema acabou sendo chancelado por meio da Súmula 158, que determina que o IRRF compõe a base de cálculo das contribuições, ainda que a fonte pagadora assuma o ônus financeiro do imposto retido.

No âmbito do Poder Judiciário, os Tribunais Regionais Federais têm proferido decisões desfavoráveis aos contribuintes, incluindo o IRRF na base de cálculo da Cide-Royalties. Essas decisões argumentam que o valor do IRRF está inserido na obrigação contratual e deve ser considerado na base de cálculo das contribuições. No entanto, essa interpretação não diferencia claramente os distintos sujeitos passivos e as diferentes naturezas das obrigações tributárias. Vale ressaltar que não há orientação jurisprudencial vinculante e obrigatória dos tribunais superiores acerca do tema aqui analisado.

Diante desse cenário, a inclusão do IRRF na base de cálculo da Cide-Royalties carece de previsão legal específica, violando o princípio da legalidade tributária, já que a legislação vigente determina especificamente qual é a sua base de cálculo, sem incluir o IRRF. Portanto, a interpretação administrativa e jurisprudencial que inclui o IRRF na base de cálculo dessa contribuição é questionável e não encontra respaldo sólido na legislação.

Assim sendo, a Cide-Royalties deve incidir apenas sobre os valores pagos ao prestador de serviços no exterior, conforme estipulado na legislação específica. A inclusão do IRRF na base de cálculo dessa contribuição é indevida e não deve ser aplicada. E até que a questão seja definida de forma vinculante e obrigatória pelos tribunais superiores, o tema permanece totalmente passível de questionamento pelos contribuintes.

Leonardo Lucci é advogado da área tributária do escritório Gaia Silva Gaede Advogados

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 95ª EMISSÃO (IF 22L1035737) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 95ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 95ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 08 de dezembro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 95ª Emissão – (IF 22L1035737), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 13ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF CRA018001E1) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 13ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 13ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 04 de abril de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:10 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 13ª Série da 1ª Emissão – (IF CRA018001E1), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 220ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19G0026749) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 220ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 220ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 05 de julho de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:30 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de outubro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 220ª Série da 1ª Emissão – (IF 19G0026749), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 261ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20A0977906) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 261ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 261ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 23 de janeiro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de outubro de 2024, às 11:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 261ª Série da 1ª Emissão – (IF 20A0977906), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 212ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19G0000001) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 212ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 212ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 28 dejunho de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 212ª Série da 1ª Emissão – (IF 19G0000001), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 108ª EMISSÃO (IF 22L1474446) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 108ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 108ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 20 de dezembro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de outubro de 2024, às 11:40 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 108ª Emissão – (IF 22L1474446), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 296ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20K0010253) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 296ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 296ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 03 de novembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **20 de setembro de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de outubro de 2024, às 11:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 296ª Série da 1ª Emissão – (IF 20K0010253), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 185ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19A0698738) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 03 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 185ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 185ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de setembro de 2018, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **03 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 185ª Série da 1ª Emissão – (IF 19A0698738), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 123ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO (IF 19L0909256) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 10 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 123ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 123ª Série da 4ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 27 de dezembro de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **10 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 123ª Série da 4ª Emissão – (IF 19L0909256), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 313ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 20L0710860) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 19 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 313ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 313ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 17 de dezembro de 2020, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **19 de setembro de 2024, às 14:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:30 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 313ª Série da 1ª Emissão – (IF 20L0710860), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 30ª EMISSÃO (IF CRA0220020B) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 07 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 30ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 30ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 18 de fevereiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **07 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 30ª Emissão – (IF CRA0220020B), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRA com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 36ª EMISSÃO (IF 22G0897549) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 04 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 36ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 36ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de julho de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **23 de setembro de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **04 de outubro de 2024, às 11:50 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 1ª Série da 36ª Emissão – (IF 22G0897549), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 26 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 210ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 19C0216515) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 210ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 210ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de março de 2019, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 14:50 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:10 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 210ª Série da 1ª Emissão – (IF 19C0216515), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

COMUNICADO

DESPACHO DO SENHOR CHEFE DE GABINETE 27/08/2024
024.00066484/2024-58
INTERESSADO: COORDENADORIA RECURSOS HUMANOS
ASSUNTO: Proposta de Contratação de Serviço Técnico Especializado-Seleção Pública RM-2025

Trata-se de procedimento visando à contratação direta por dispensa de licitação embasada no artigo 75, inciso XV, da Lei Federal nº 14.133/2021, do "Instituto Quadrix" para prestar serviço especializado em planejamento, organização e execução de seleção pública para o Programa de Residência Médica desta Pasta.

À vista das manifestações constantes dos autos, destacada a Informação 0037341121, considerando o valor estimado da contratação pretendida **referente à DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 29/2024**, de acordo com o artigo 75, inciso XV da Lei 14.133/2021 e atualizações, bem como **AUTORIZO** a Contratação de Serviço Técnico Especializado-Seleção Pública RM-2025, por intermédio do **INSTITUTO QUADRIX CNPJ: 08.412.130/0001-43,** no valor total de **R$ 1.720.000,00 (um milhão, setecentos e vinte mil reais).**

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 471ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 22A0695877) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 02 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 471ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 471ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de janeiro de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **18 de setembro de 2024, às 15:00 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **02 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 471ª Série da 1ª Emissão – (IF 22A0695877), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e agentefiduciario@vortx.com.br e rzf@vortx.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 27 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Cury Construtora e Incorporadora S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 08.797.760/0001-83 - NIRE 35.300.348.231 - Código CVM nº 02510-0

Ata de Reunião do Conselho Fiscal

Data, Hora e Local: 05/08/2024, às 11h30, na sede social na Rua Funchal, nº 411, 13º andar, conjunto 132-D, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04551-060. **Convocação:** Dispensadas todas as formalidades para a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho Fiscal, nos termos do item 5.3.3 do Regimento Interno do Conselho Fiscal ("Regimento Interno"). **Instalação e Presença:** Constatada a presença da totalidade dos membros do Conselho Fiscal, a reunião foi devidamente instalada. Participaram também da reunião, João Carlos Mazzuco e Marcos Rosa Junior, CFO e Contador da Companhia respectivamente, além de Raphael Tadeu Escudeiro Fornari, Thais L. Rodrigues e Gabriella D. Ferreira, representantes da KPMG Auditores Independentes, atual firma de auditoria independente da Companhia. **Composição da Mesa**: Presidência da Mesa, **Luiz Augusto Marques Paes** e, Secretário, **Luciano de Almeida Prado Neto**. **Ordem do Dia e Deliberações:** Após o exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou comentários, deliberaram por manifestar-se favoravelmente à aprovação do 2º ITR/2024, concluindo que os respectivos documentos refletem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Companhia, conforme o parecer nos termos do **Anexo I**. **Encerramento:** Nada havendo mais para tratar e deliberar, o Presidente da Mesa providenciou o encerramento da reunião, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os conselheiros presentes. A presente é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 05/08/2024. **Mesa:** Luiz Augusto Marques Paes - Presidente da Mesa, Luciano de Almeida Prado Neto - Secretário da Mesa. **Conselheiros Fiscais Presentes:** Luiz Augusto Marques Paes, Marcos Sampaio de Almeida Prado, Luciano de Almeida Prado Neto. **Participantes:** João Carlos Mazzuco, Marcos Rosa Júnior, Raphael Tadeu Escudeiro Fornari, Thais L. Rodrigues, Gabriella D. Ferreira. **JUCESP** nº 305.429/24-3 em 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

(Procura Imóvel Comercial Andar Térreo na Região de Mauá /SP para Locação)

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial andar térreo na região de MAUÁ /SP para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC MAUÁ. O imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 253,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, com laje na cobertura, próximo aos comércios da região. Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse: Praça São Benedito; Rua Faustino Pereira Rito; Avenida Governador Mario Covas Júnior; Rua Japão; Avenida Barão de Mauá; Rua do Comércio; Avenida Antônia Rosa Fioravante; Rua Rio Branco; Rua General Osório; Praça vinte e dois de novembro Rua Vito Pedro Dell'Antônia; Rua Luis Lacava; e outras ruas e avenidas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT. Informamos aos interessados que entrem em contato com Edimarques Macedo, e-mail edimarques@correios.com.br, telefone (11) 4313-8568.

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações

CNPJ nº 61.529.343/0001-32 – NIRE 35.300.053.800

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 7.6.2024

Aos 7 dias do mês de junho de 2024, às 17h, reuniram-se, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, Prédio Vermelho, 4º andar, e por videoconferência, os membros do Conselho de Administração. Confirmada a existência de "quórum" legal de instalação, assumiu a presidência dos trabalhos o senhor Luiz Carlos Trabuco Cappi que convidou o senhor Antonio Campanha Junior para assumir a função de secretário. Dando início aos trabalhos, o Secretário informou que foram cumpridas as formalidades legais de convocação por meio de cartas expedidas em 5.6.2024, que ficarão arquivadas, juntamente com esta Ata, na sede da Companhia, para os devidos fins de direito. Em seguida, os senhores conselheiros tomaram, por unanimidade de votos, as seguintes deliberações: 1) em conformidade com o disposto no "caput" do Artigo 13 do Estatuto Social, para compor a Diretoria da Sociedade: 1.1) reelegeram: ***Diretor-Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi***, brasileiro, viúvo, em união estável, bancário, RG 5.284.352-X/SSP-SP, CPF 250.319.028/68; ***Diretor Vice-Presidente: Milton Matsumoto***, brasileiro, casado, bancário, RG 29.516.917-5/SSP-SP, CPF 081.225.550/04; ***Diretores: Denise Aguiar Alvarez***, brasileira, divorciada, educadora, RG 5.700.904-1/SSP-SP, CPF 032.376.698/65; e ***Rubens Aguiar Alvarez***, brasileiro, casado, empresário, RG 13.129.521-4/SSP-SP, CPF 136.527.778/08; e 1.2) elegeram: ***Diretores: Alexandre da Silva Glüher***, brasileiro, casado, bancário, RG 57.793.933-6/SSP-SP, CPF 282.548.640/04; e ***Maurício Machado de Minas***, brasileiro, casado, bancário, RG 7.975.904-X/SSP-SP, CPF 044.470.098/62. Em seguida, disse o senhor Secretário que todos os Diretores reeleitos e eleitos: I. têm endereço profissional no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; II. terão mandato de 3 (três) anos, estendido até a posse dos Diretores que serão eleitos na 1ª Reunião do Conselho de Administração que se realizar após a Assembleia Geral Ordinária de 2027; e III. arquivaram na sede da Sociedade as respectivas declarações, sob as penas da lei, de que atendem as condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/76. ....

Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos conselheiros presentes, será encaminhada para assinatura eletrônica, ficando registrada a ausência da senhora Maria Angela Aguiar. aa) Luiz Carlos Trabuco Cappi, Milton Matsumoto, Denise Aguiar Alvarez, Alexandre da Silva Glüher, Maurício Machado de Minas, Rubens Aguiar Alvarez, Octavio de Lazari Junior, Marcelo de Araújo Noronha, Cassiano Ricardo Scarpelli, Rogério Pedro Câmara e Moacir Nachbar Junior. Declaramos que a presente é cópia fiel de trecho da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações**. a) Antonio Campanha Junior - Secretário. **Certidão** - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob número 302.913/24-5 em 13.8.2024. a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A.

CNPJ/MF nº 21.384.741/0001-93 – NIRE 35.300.472.632

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de agosto 2024

1. Data, Horário e Local: Realizada aos 14 (quatorze) dias do mês de agosto de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 09:00 horas, de forma digital, considerando-se, portanto, realizada na sede social da BRK Ambiental – Projetos Ambientais S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar – parte, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 21.384.741/0001-93 ("**Companhia**" ou "**Emissora**"). **2. Convocação:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, na forma do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"). **3. Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **4. Mesa:** Verificado o quórum para instalação da Assembleia Geral Extraordinária ("**Assembleia**"), os acionistas, nos termos do art. 8 do Estatuto Social da Companhia em consonância com o art. 128 da Lei das Sociedades por Ações, aprovaram a seguinte composição da mesa: (i) Presidente – Rodolfo Duarte Bruscain, brasileiro, casado, analista jurídico, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.918.860-1-SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("**CPF/MF**") sob o nº 217.831.318-37; e (ii) Secretário(a) – Gabriela Velloso Tavares, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/RJ sob o nº 176.975 e no CPF/MF sob o nº 129.549.577-51 ambos com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 7º andar, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.794-000. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre e aprovar: (i) **(a)** a outorga de garantia real, na forma de alienação fiduciária, para garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão) do "*Instrumento Particular de Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública pelo o Rito de Registro Automático de Distribuição, da BRK Ambiental – Cachoeiro de Itapemirim S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de garantidora, a BRK Ambiental – Cachoeiro de Itapemirim S.A., na qualidade de emissora ("**Emissora**" ou "**BRK Cachoeiro**"), a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.954, 10º andar, Conjunto 101, bairro Jardim Paulistano, CEP 01.451-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0003-08 ("**Agente Fiduciário**") e a BRK Ambiental Participações S.A., sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14. 401, 7º andar – parte, Torre Corporativa B2 – Paineira, Setor B, Vila Gertrudes, CEP 04794-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.396.489/0001-20, na qualidade de garantidora ("**BRK Participações**" e, quando em conjunto com a Companhia, as "**Garantidoras**", e "**Escritura de Emissão**", respectivamente), no âmbito da realização, pela Emissora, de sua 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R$220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) ("**Debêntures**" e "**Emissão**", respectivamente), mediante distribuição pública, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 160**"), e demais leis e regulamentações aplicáveis ("**Oferta**") , em favor da comunhão de titulares das debêntures a serem emitidas no âmbito da Emissão("**Debenturistas**"), (a) da totalidade das ações que compõem o capital social da Emissora, detidas pela Companhia, que, nesta data, representam 0,00003% (três centésimos de milésimos por cento) do capital social da Emissora ("**Ações**"); (b) de todos os direitos econômicos, patrimoniais e/ou políticos inerentes e oriundos das Ações e das Ações Adicionais (conforme definido abaixo), quer existentes ou futuros, inclusive os frutos, rendimentos, preferências e vantagens que forem a elas atribuídos, a qualquer título, incluindo, mas não se limitando, aos dividendos, juros sobre o capital próprio, resgate de ações, bonificações em geral e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Emissora ("**Direitos Econômicos Relacionados às Ações**" e "**Direitos Econômicos Relacionados às Ações Adicionais**", respectivamente; sendo os Direitos Econômicos Relacionados às Ações, quando referidos em conjunto com as Ações, as "**Ações Alienadas Fiduciariamente**"); e (c) todas as ações que porventura, a partir da data de celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido), venham a ser emitidas pela Emissora e detidas pela Companhia ou seus eventuais sucessores legais por meio de subscrição, por força de desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das ações, conversão de debêntures de emissão da Emissora, bem como todas as ações, valores mobiliários e demais direitos (inclusive quaisquer certificados de depósitos ou valores mobiliários) que porventura, a partir da data de celebração do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, venham a substituir as Ações, em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora ("**Ações Adicionais**"), nos termos do "*Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças*" celebrado em 30 de janeiro de 2023, aditado em 08 de abril de 2024, entre a Companhia e a BRK Participações, na qualidade de alienantes fiduciárias, a Emissora, na qualidade de interveniente anuente, e o Agente Fiduciário ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**" e "**Alienação Fiduciária de Ações**", respectivamente), sendo certo que a Alienação Fiduciária de Ações será cumulativamente outorgada em garantia das debêntures emitidas pela Emissora no âmbito do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, a ser convolada em Espécie com Garantia Real, em Duas Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da BRK Ambiental – Cachoeiro de Itapemirim S.A.*", conforme aditada de tempos em tempos ("**Escritura de Emissão da Primeira Emissão**", "**Primeira Emissão**" e "**Debêntures da Primeira Emissão**") e das Debêntures, de forma compartilhada entre si e em igualdade de condições (*pari passu*) proporcionalmente ao valor do crédito de cada um dos debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas em relação ao saldo devedor das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão), de forma a garantir o seu integral e pontual cumprimento, garantindo, integral e indiscriminadamente, ambas as obrigações objeto da Primeira Emissão e da Emissão; e **(b)** a celebração, pela Companhia, do 2º (segundo) aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações ("**Segundo Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária**") em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), em favor dos Debenturistas; (ii) a autorização expressa para a Diretoria e os demais representantes legais da Companhia praticarem todos e quaisquer atos, negociarem as condições finais, tomarem todas e quaisquer providências e adotarem todas as medidas necessárias para **(a)** negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Oferta, à Alienação Fiduciária, ao Segundo Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária, inclusive, mas não se limitando, no que se refere à contratação dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário e a contratação dos prestadores de serviços, conforme necessários; e **(b)** praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação da Oferta e outorga da Alienação Fiduciária de Ações, incluindo, mas não se limitando a, assinatura da Escritura de Emissão, do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da BRK Ambiental – Cachoeiro de Itapemirim S.A.*", a ser celebrado entre a Companhia, a Emissora, a BRK Participações e a instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, ("**Coordenador Líder**" e "**Contrato de Distribuição**", respectivamente), do Segundo Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária, bem como eventuais aditamentos a tais documentos, e a outorga de procurações eventualmente necessárias; e (iii) a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados às deliberações acima. **6. Deliberações:** Examinada e debatida a matéria constante da Ordem do Dia, foi deliberado, pela unanimidade dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia e sem quaisquer restrições: (i) Aprovar **(a)** a outorga da Alienação Fiduciária de Ações, sendo certo que a Alienação Fiduciária de Ações será cumulativamente outorgada em garantia das Debêntures da Primeira Emissão e das Debêntures, de forma compartilhada entre si e em igualdade de condições (*pari passu*) proporcionalmente ao valor do crédito de cada um dos debenturistas da Primeira Emissão e dos Debenturistas em relação ao saldo devedor das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão), de forma a garantir o seu integral e pontual cumprimento, garantindo, integral e indiscriminadamente, ambas as obrigações objeto da Primeira Emissão e da Emissão; e **(b)** a celebração, pela Companhia, do Segundo Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), em favor dos Debenturistas; (ii) Aprovar a autorização expressa para a Diretoria e os demais representantes legais da Companhia praticarem todos e quaisquer atos, negociarem as condições finais, tomarem todas e quaisquer providências e adotarem todas as medidas necessárias para **(a)** negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Oferta, à Alienação Fiduciária, ao Segundo Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária, inclusive, mas não se limitando, no que se refere à contratação dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário e a contratação dos prestadores de serviços, conforme necessários; e **(b)** praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação da Oferta e outorga da Alienação Fiduciária de Ações, incluindo, mas não se limitando a, assinatura da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, do Segundo Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária, bem como eventuais aditamentos a tais documentos, e a outorga de procurações eventualmente necessárias; e (iii) Aprovar a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria da Companhia relacionados às deliberações acima. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, o Presidente deu a reunião por encerrada, sendo lavrada a presente ata na forma de sumária, a qual foi por todos lida, achada conforme e assinada**.** São Paulo/SP, 14 de agosto de 2024. **Mesa**: Rodolfo Duarte Bruscain, Presidente; e Sr(a) Gabriela Velloso Tavares, Secretário(a) (acima qualificados). **Acionista(s) presentes**: BRK Ambiental Participações S.A. (representada nos termos do seu estatuto social). *Certifico e dou fé que a presente Ata é cópia fiel da Ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Companhia.* São Paulo/SP, 14 de agosto de 2024. **Gabriela Velloso Tavares** – *Secretário(a).* Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 309.962/24-9 em 23/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

CCR S.A.

CNPJ/MF nº 02.846.056/0001-97 - NIRE nº 35.300.158.334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 26 de julho de 2024, às 14h00, na sede social da Companhia, localizada na Avenida Chedid Jafet, nº 222, Bloco B, 4º Andar, bairro Vila Olímpia, CEP 04551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia presentes à reunião. Também estavam presentes o Sr. Roger Roberto Manoel, coordenador do Comitê de Auditoria, *Compliance* e Riscos da Companhia, e os representantes da KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), Sr. Marcelo Gavioli e Sr. Alyster Pere. **3. MESA:** Presidente: João Henrique Batista de Souza Schmidt. Secretário: Pedro Paulo Archer Sutter. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as Informações Trimestrais referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2024. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade de votos dos membros presentes e sem quaisquer restrições, em cumprimento ao inciso (v) do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia e inciso (v) do artigo 142 da Lei 6.404/76 e, diante do Relatório de Revisão emitido pela KPMG nesta data, da apreciação pelo Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos em reunião realizada em 25 de julho de 2024 e pelo Conselho Fiscal da Companhia, em reunião realizada hoje, nas quais analisaram e manifestaram-se favoravelmente às Informações Trimestrais referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2024, deliberaram aprovar referidas Informações Trimestrais, tudo conforme documentos apresentados aos membros do Conselho de Administração na presente reunião. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com o previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 26 de julho de 2024. **Assinaturas:** João Henrique Batista de Souza Schmidt, Presidente da Mesa e Pedro Paulo Archer Sutter, Secretário. **Conselheiros: (1)** Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; **(2)** Claudio Borin Guedes Palaia; **(3)** Eduardo Bunker Gentil; **(4)** Eliane Aleixo Lustosa de Andrade; **(5)** João Henrique Batista de Souza Schmidt; **(6)** José Guimarães Monforte; **(7)** Leonardo de Mattos Galvão; **(8)** Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Junior; **(9)** Mateus Gomes Ferreira; **(10)** Roberto Egydio Setubal; e **(11)** Vicente Furletti Assis. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. *João Henrique Batista de Souza Schmidt - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil. Pedro Paulo Archer Sutter - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 309.369/24-1 em 22.08.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

(Subsidiária Integral)

CNPJ 61.074.175/0001-38 - NIRE 35.3.0004292.1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 03 de junho de 2024, às 10h30m, na sede da **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.** ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, Ala A, do 17º ao 21º andar, Vila Gertrudes, São Paulo/SP, CEP 04794-000. **PRESENÇA:** Presente única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista detentora das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Antonio Clemente Campanário, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA: (i)** deliberar sobre a alteração da Diretoria da Companhia; e **(ii)** deliberar sobre a alteração e ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: **(i)** aprovar **a destituição**, com efeitos imediatos, do Sr. Ivan Paraskevopoulos Silva, brasileiro, casado, administrador, portador do RG SSP/SP n.º 29.195.113 e inscrito no CPF/ME sob nº 297.528.638-41, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, do cargo de Diretor da companhia. Ao Diretor, ora destituído, a Companhia outorga a mais ampla, geral e rasa quitação quanto ao período em que permaneceu no exercício de suas funções, para nada mais reclamar, a qualquer título. **(ii)** em razão da deliberação acima, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição:

MEMBROS	CARGOS	MANDATO	
		INÍCIO	TÉRMINO
Antonio Clemente Campanário	Diretor-Presidente	01.01.2024	A.G.O. DE 2026
Denia de Moura	Diretora	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Francisco Eugenio Labourt	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Luiz Fernando Padial do Camargo	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Orlando Eliecer Ibarra Campo	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Raphael Bauer de Lima	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Roberto Junior de Antoni	Diretor	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Simone Pereira Negrão	Diretora	31.03.2023	A.G.O. DE 2026
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor	01.09.2023	A.G.O. DE 2026

(ii.a) com a destituição do Sr. Ivan Paraskevopoulos Silva, as designações específicas que eram de sua responsabilidade ficam assim distribuídas: **(i)** ao Sr. Antonio Clemente Campanário as seguintes atribuições: **(a)** Administrativo-Financeiro (art. 1º, III, da Circ. SUSEP nº 234/2003); e **(b)** Diretor Responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº432/2021 (art. 3º, III) e **(ii)** ao Sr. Hugo Sérgio de Assis Júnior as seguintes atribuições: Diretor responsável **(a)** pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005, conforme art. 2º (registro das apólices e dos endossos emitidos e dos cosseguros aceitos), *somente para fins cadastrais até a atualização do Formulário de Informação Periódica - FIP*; **(b)** pelas relações com a SUSEP (art. 1º, I, da Circ. SUSEP nº 234/2003); **(c)** Resolução CNSP nº 383/2020, art. 13 (registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros). **(ii.b)** em virtude das alterações ora deliberadas, ratificar as funções específicas dos diretores estatutários, conforme segue:

DIRETOR RESPONSÁVEL	DESIGNAÇÕES ESPECÍFICAS
Denia de Moura	Diretora responsável (a) pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 (que trata dos crimes de lavagem de dinheiro e de ocultação de bens), conforme art. 1º, IV, da Circ. SUSEP nº 234/2003, e do art 12 da Circular SUSEP nº 612/20; e (b) pelos controles internos, conforme art. 9º, da Resolução CNSP nº 416/21.
Antonio Clemente Campanário	Diretor (a) responsável técnico pelo cumprimento do disposto no art. 1º, II da Circ. SUSEP nº 234/2003; (b) técnico responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor (art.3º, II, Res. CNSP nº 432/2021); (c) responsável Administrativo-Financeiro (art. 1º, III, da Circ. SUSEP nº 234/2003); (d) responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº432/2021 (art. 3º, III); (e) responsável por supervisionar os convênios que trata o art. 6º, nos termos do art. 7º da Circular SUSEP nº 614, de 11.09.2020 (Carta Verde); (f) responsável por supervisionar os convênios de que trata a Circular nº 617 de 23.11.2020, art. 3º (seguro de responsabilidade civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional Danos à Carga Transportada).
Raphael Bauer de Lima	Diretor Responsável (a) pela política institucional de conduta no que se refere ao relacionamento com o cliente, conforme artigo 12 da Resolução CNSP nº 382 de 04 de março de 2020; (b) responsável pela contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por ele prestados (art. 22 da Resolução CNSP 431/21).
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor Responsável (a) pelo compartilhamento que trata a Resolução CNSP nº 415 de 20 de julho de 2021 (Open Insurance), conforme art. 31; (b) pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005, conforme art. 2º (registro das apólices e dos endossos emitidos e dos cosseguros aceitos), somente para fins cadastrais até a atualização do Formulário de Informação Periódica - FIP; (c) pelas relações com a SUSEP (art. 1º, I, da Circ. SUSEP nº 234/2003), e (e) Resolução CNSP nº 383/2020, art. 13 (registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros).

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS: Mesa:** Antonio Clemente Campanário, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa. **Acionista:** MAPFRE Participações S.A. (p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor). **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. **Antonio Clemente Campanário** - Presidente da Mesa; **Simone Pereira Negrão** - Secretária da Mesa. **JUCESP nº 306.386/24-0 em 19/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA (IF RBRA12) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 26 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 17 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares das debêntures da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares das DEB", "DEB" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Escritura de Emissão de Debênture 2ª (SEGUNDA) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 13 de janeiro de 2023, ("Escritura de Emissão de Debênture"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares das Debêntures ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **26 de setembro de 2024, às 14:40 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **17 de outubro de 2024, às 14:00 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares das Debêntures devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares das Debêntures que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (2ª (SEGUNDA) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada em espécie com garantia real, em série única – (IF RBRA12), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular das Debêntures; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular das Debêntures (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares das Debêntures poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular das Debêntures ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular das Debêntures com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular das Debêntures ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular das Debêntures, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

GERDAU S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 33.611.500/0001-19 - NIRE nº 35300520696

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, 8.501, 8º ANDAR, CONJUNTO 2, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, REALIZADA NO DIA 31 DE JULHO DE 2024 DAS 8H30MIN ÀS 12H00MIN

Destinação dos Resultados do 2º Tri, Distribuição de Dividendos / Juros Sobre o Capital Próprio

O Conselho de Administração, por unanimidade dos presentes, com a participação do coordenador do Conselho Fiscal da Companhia, aprovou as Informações Intermediárias relativas ao período findo em 30/06/2024, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, bem como a proposta da Diretoria, datada de 30/07/2024, para crédito em 09/08/2024 e pagamento aos acionistas a partir de 20/08/2024, de dividendos calculados à razão de R$ 0,12 (doze centavos de real) *por ação, ordinária e preferencial, inscritas nos registros da Instituição Depositária das Ações da Companhia, na data do crédito. Para fins demonstrativos, considerando as ações em circulação na presente data, o pagamento dos dividendos representa o montante de* R$252.438.194,12 (duzentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, cento e noventa e quatro reais e doze centavos*) e constitui antecipação do dividendo mínimo obrigatório estipulado no Estatuto Social, referente ao exercício social em curso. O montante dos dividendos será recalculado com base nas ações em circulação na data do crédito.* A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Regimento Interno, tendo sido presidida por Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter e secretariada por Rafael Lebensold. Assinaturas: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Presidente), André Bier Gerdau Johannpeter e Claudio Johannpeter (Vice-Presidentes), Gustavo Werneck da Cunha, Claudia Sender Ramirez, Alberto Fernandes e Claudio Antonio Gonçalves (Conselheiros) e Rafael Lebensold (Secretário). Declaro que o presente é cópia fiel do que está transcrito na ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 31 de julho de 2024. Rafael Lebensold - Secretário. JUCESP nº 305.337/24-5 em 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

GERDAU S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 33.611.500/0001-19 - NIRE nº 35300520696

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AV. DRA. RUTH CARDOSO, 8.501, 8º ANDAR, CONJUNTO 2, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, ÀS 8H30MIN DO DIA 30 DE JULHO DE 2024

1. A reunião contou com a presença da totalidade dos membros da Diretoria da Gerdau S.A. ("Companhia"), tendo sido presidida por Gustavo Werneck da Cunha, Diretor Presidente, e secretariada por Daniela Derzi Barretto. 2. A Diretoria, por unanimidade e nos termos do Estatuto Social e legislação aplicável, após revisar o Formulário de Informações Trimestrais - ITR relativo ao período findo em 30/06/2024 e o Relatório dos Auditores Independentes, a ser emitido em 31/07/2024, relativamente às informações contábeis intermediárias da Companhia, deliberou apresentar ao Conselho de Administração a proposta, para crédito em 09/08/2024 e pagamento aos acionistas a partir de 20/08/2024, de dividendos calculados à razão de R$ 0,12 (doze centavos de real) por ação, ordinária e preferencial, inscritas nos registros da Instituição Depositária das Ações da Companhia, na data do crédito. Para fins demonstrativos, considerando as ações em circulação na presente data, o pagamento dos dividendos representa o montante de R$252.438.194,12 (duzentos e cinquenta e dois milhões, quatrocentos e trinta e oito mil, cento e noventa e quatro reais e doze centavos) e constitui antecipação do dividendo mínimo obrigatório estipulado no Estatuto Social, referente ao exercício social em curso. O montante dos dividendos será recalculado com base nas ações em circulação na data do crédito 3. Nada mais foi tratado. Assinaturas: Gustavo Werneck da Cunha (Presidente) e Daniela Derzi Barretto (Secretária). Diretores: Gustavo Werneck da Cunha (Diretor Presidente), Rafael Dorneles Japur, Marcos Eduardo Faraco Wahrhaftig e Mauricio Metz (Diretores Vice-Presidentes), Cesar Obino da Rosa Peres, Aldo Tapia Castillo, Carlos Eduardo Vieira da Silva, Flavia Dias da Silva de Souza e Wendel Gomes da Silva (Diretores). Declaração: Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. São Paulo, 30 de julho de 2024. Daniela Derzi Barretto - Secretária. JUCESP nº 305.335/24-8 em 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

OPEA SECURITIZADORA S.A. - CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE PRIMEIRA E SEGUNDA CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª SÉRIE DA 43ª EMISSÃO (IF CRA022005K1) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 2024 EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO E EM 08 DE OUTUBRO DE 2024 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 43ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 ("Titulares dos CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª Série da 43ª Emissão da Opea Securitizadora S.A, celebrado em 19 de maio de 2022, ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia"), a realizar-se, em 1ª (primeira) convocação no dia **24 de setembro de 2024, às 14:20 horas** e em 2ª (segunda) convocação no dia **08 de outubro de 2024, às 14:20 horas, de forma exclusivamente digital**, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60. **(ii)** As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2024, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opeacapital.com), as quais foram emitidas sem opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM 60 A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRA que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRA 1ª Série da 43ª Emissão – (IF CRA022005K1), a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se "Documentos de Representação": **a) participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRA; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRA (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRA poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos ri@opeacapital.com e af.assembleias@oliveiratrust.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opeacapital.com) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRA ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRA ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRA, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 28 de agosto de 2024

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – PREFEITURA DO CAMPUS LUIZ DE QUEIROZ - AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2024 – PUSP-LQ PROCESSO SEI Nº: 154.00003533/2024-93

A PREFEITURA DO CAMPUS LUIZ DE QUEIROZ DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº 90004/2024 – PUSP-LQ, do tipo menor preço, cujo objeto é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E ALIMENTAÇÃO PARA O PREPARO DE REFEIÇÕES NO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DO CAMPUS "LUIZ DE QUEIROZ" PIRACICABA-SP, conforme especificações e condições constantes do Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 28/08/2024, estando a sessão de disputa agendada para o dia 13/09/2024 às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras). O Edital na íntegra se encontra disponível nos seguintes endereços: www.gov.br/compras; www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.com.br.

GERDAU S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 33.611.500/0001-19 - NIRE nº 35300520696

EXTRATO DA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA NA SEDE SOCIAL, NA AVENIDA DOUTORA RUTH CARDOSO, 8.501, 8º ANDAR, CONJUNTO 2, PINHEIROS, SÃO PAULO, SP, REALIZADA NO DIA 31 DE JULHO DE 2024 DAS 8H30MIN ÀS 12H00MIN

Programa de Recompra de Ações

O Conselho de Administração, aprovou, por unanimidade dos participantes, o programa de recompra de ações de emissão da Companhia, cujo prazo para aquisição se iniciará em 1 de agosto de 2024, com prazo máximo de 12 (doze) meses, visando à aquisição de até 68.000.000 de ações preferenciais, representando aproximadamente 5% das ações preferenciais (GGBR4) e/ou de ADRs lastreados em ações preferenciais (GGB) em circulação e até 1.767.911 de ações ordinárias, representando aproximadamente 10% das ações ordinárias (GGBR3) em circulação, observados os demais termos e condições descritos no Anexo I à presente ata ("Programa de Recompra"). A reunião contou com a participação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do Regimento Interno, tendo sido presidida por Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter e secretariada por Rafael Lebensold. Assinaturas: Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter (Presidente), André Bier Gerdau Johannpeter e Claudio Johannpeter (Vice-Presidentes), Gustavo Werneck da Cunha, Claudia Sender Ramirez, Alberto Fernandes e Claudio Antonio Gonçalves (Conselheiros) e Rafael Lebensold (Secretário). Declaro que o presente é cópia fiel do que está transcrito na ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 31 de julho de 2024. Rafael Lebensold - Secretário. JUCESP nº 305.336/24-1 em 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. ANEXO I À ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2024: ANEXO G DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80, DE 29 DE MARÇO DE 2022: 1. Justificar pormenorizadamente o objetivo e os efeitos econômicos esperados da operação; (i) maximizar a geração de valor a longo prazo para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital e atender os programas de incentivo de longo prazo da Companhia e de suas subsidiárias; (ii) permanência em tesouraria; (iii) cancelamento; e (iv) posterior alienação no mercado. 2. Informar as quantidades de ações (i) em circulação e (ii) já mantidas em tesouraria; Em 30/06/2024, a quantidade de ações preferenciais em circulação somava 1.346.283.068 e a quantidade de ações ordinárias em circulação somava 17.679.115. Na mesma data, a quantidade de ações preferenciais mantidas em tesouraria somava 4.828.842. 3. Informar a quantidade de ações que poderão ser adquiridas ou alienadas; Até 68.000.000 de ações preferenciais, representando aproximadamente 5% das ações preferenciais (GGBR4) e/ou de ADRs lastreados em ações preferenciais (GGB) em circulação e até 1.767.911 de ações ordinárias, representando aproximadamente 10% das ações ordinárias (GGBR3) em circulação. 4. Descrever as principais características dos instrumentos derivativos que a companhia vier a utilizar, se houver; Não aplicável. 5. Descrever, se houver, eventuais acordos ou orientações de voto existentes entre a companhia e a contraparte das operações; Não aplicável. 6. Na hipótese de operações cursadas fora de mercados organizados de valores mobiliários, informar: a. o preço máximo (mínimo) pelo qual as ações serão adquiridas (alienadas); e Não aplicável. b. se for o caso, as razões que justificam a realização da operação a preços mais de 10% (dez por cento) superiores, no caso de aquisição, ou mais de 10% (dez por cento) inferiores, no caso de alienação, à média da cotação, ponderada pelo volume, nos 10 (dez) pregões anteriores; Não aplicável. 7. Informar, se houver, os impactos que a negociação terá sobre a composição do controle acionário ou da estrutura administrativa da sociedade; Sem impactos. Os objetivos da operação estão descritos no item 1 deste anexo. 8. Identificar as contrapartes, se conhecidas, e, em se tratando de parte relacionada à companhia, tal como definida pelas regras contábeis que tratam desse assunto, fornecer ainda as informações exigidas pelo art. 9º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022; Não aplicável. 9. Indicar a destinação dos recursos auferidos, se for o caso; Não aplicável. Os objetivos da operação estão descritos no item 1 deste anexo. 10. Indicar o prazo máximo para a liquidação das operações autorizadas; Prazo máximo de 12 (doze) meses, iniciando-se em 1 de agosto de 2024, ou seja, até 1 de agosto de 2025, inclusive. 11. Identificar instituições que atuarão como intermediárias, se houver; - Itaú Corretora de Valores S.A.; - BTG Pactual CTVM S.A.; - Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.; - Bofa Securities Inc.; - JP Morgan Securities LLC. 12. Especificar os recursos disponíveis a serem utilizados, na forma do art. 8º, § 1º, da Resolução CVM nº 77, de 29 de março de 2022. As aquisições serão suportadas pela posição de caixa atual e geração de caixa durante a vigência do programa, cabendo aos Diretores fixar as quantidades de ações e a oportunidade de cada operação, observado o disposto no parágrafo abaixo. A Companhia poderá utilizar como "recursos disponíveis" (ou lastro contábil), para aquisição das ações no âmbito do Programa de Recompra, as reservas de lucros ou capital (exceto as reservas legal, de lucro a realizar, especial de dividendo obrigatório não distribuído e de incentivos fiscais) e/ou o resultado já realizado do exercício social em andamento (segregadas as destinações às reservas legal, de lucro a realizar, especial de dividendo obrigatório não distribuído e de incentivos fiscais, conforme o caso), verificados com base nas últimas demonstrações financeiras disponíveis antes da efetiva transferência. 13. Especificar as razões pelas quais os membros do conselho de administração se sentem confortáveis de que a recompra de ações não prejudicará o cumprimento das obrigações assumidas com credores nem o pagamento de dividendos obrigatórios, fixos ou mínimos. As aquisições serão suportadas pela posição de caixa atual e geração de caixa durante a vigência do programa, cabendo aos Diretores fixar as quantidades de ações e a oportunidade de cada operação. Com base na disciplina financeira na alocação do capital, esse programa de recompra de ações demonstra a confiança da administração na geração de valor no longo prazo.

Inovação
"IA generativa será o catalisador de uma nova revolução", diz Thiago Zaniotti
F8

Automático
Novas funções começam em 2025 e mercado já antecipa Pix internacional F2

Open finance
Consentimento atinge 15% dos bancarizados, mas empresas resistem F4

Crédito
Varejo se torna alternativa para serviço bancário com as finanças embarcadas F7

Valor F
Quarta-feira, 28 de agosto de 2024

Especial
Meios de pagamento

Brasileiro vai do troco ao 'touch'

Tecnologia Mais ágeis, as transações eletrônicas avançam no Brasil e no mundo e transformam as rotinas de consumidores e de negócios

Mônica Magnavita
Para o Valor, do Rio

A tecnologia vem mudando a forma como os brasileiros pagam suas contas. Com um celular em mãos ou um relógio no pulso, passaram a comprar de produtos na China e passagens de metrô no Rio de Janeiro até quitação de tarifa de pedágio via bluetooth nas rodovias do país. Os consumidores nunca tiveram tantas, e ágeis, opções de pagamento. Mesmo princípio vale para quem recebe por vendas ou serviços prestados; não é mais preciso enviar dados bancários, basta gerar QR code ou um link e o valor entrará imediatamente na conta, via Pix, meio de pagamento mais utilizado no país, com cerca de 28 bilhões de transações no primeiro semestre de 2024, equivalentes a um recorde de R$ 11 trilhões, de acordo com o Banco Central.

Para usar um jargão do setor, os brasileiros foram do troco ao touch em muito pouco tempo. "Hoje, cerca de 80% do consumo das famílias é feito por meios eletrônicos de pagamentos", afirma Rogério Panca, diretor de cartões e pagamentos digitais do Santander Brasil. O dinheiro em papel vem saindo de cena, a transferência via DOC foi extinta e o cheque se despede aos poucos. Em paralelo, sete em cada dez transações bancárias no Brasil são feitas pelo celular — de 2019 a 2023 o crescimento foi 251%, segundo uma pesquisa recente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

A tecnologia NFC (Near Field Communication, ou comunicação de campo próximo) veio para ficar nos cartões de crédito e débito. Smartphones chegam com tecnologia NFC, permitindo pagamento por aproximação via ApplePay, Samsung Pay e Google Pay. No primeiro semestre de 2024, tal modalidade somou R$ 644,2 bilhões, 53% superior à do mesmo período de 2023.

> "A digitalização dobrou de tamanho nos últimos três anos e meio"
> *Antônio Daissuke*

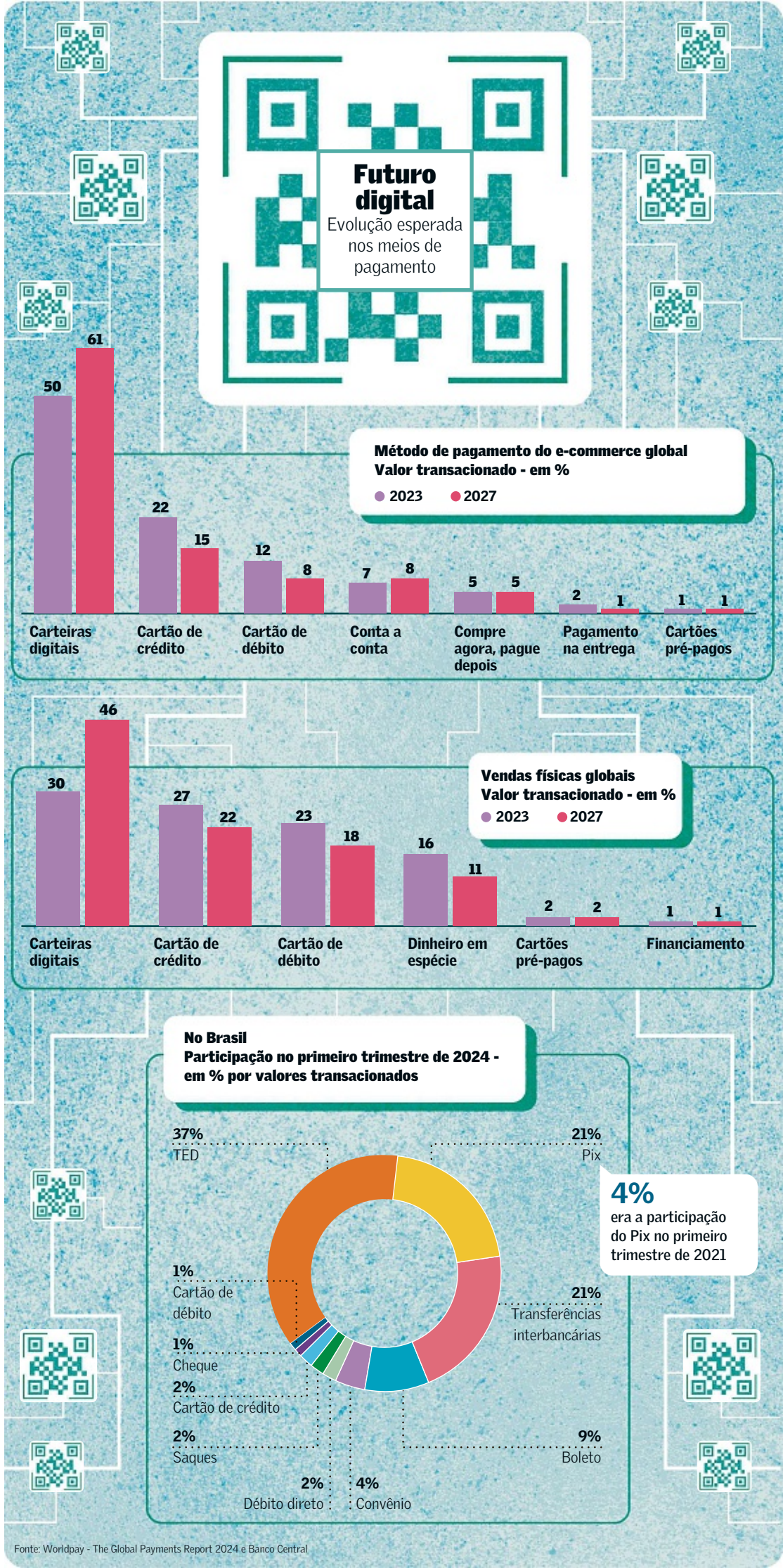
No Santander, 71% das transações de pagamentos presenciais são por aproximação. No segundo trimestre de 2024 houve alta de 16,2% no valor de pagamentos com cartão de crédito. "Cada vez mais vemos clientes saindo de casa sem o cartão. Os dados estão no celular. Temos clientes que viajam para o exterior e esquecem de levar o cartão físico, porque estão acostumados com a wallet [carteira digital]. Ele só descobre ao entrar na sala Vip, onde o cartão físico é exigido", conta Panca.

Em agosto, o Banco Central regulamentou a chamada jornada sem redirecionamento (JSR), permitindo o uso do Pix em carteiras digitais para pagamentos por aproximação, o que deverá acelerar o processo. "O Santander está em dez lugares diferentes no mundo operando com meios eletrônicos de pagamentos. Em nenhum outro país temos o ambiente do Brasil. Temos constantemente inovações aparecendo", diz o diretor do banco.

A evolução dos meios de pagamentos no Brasil e no mundo aponta para aumento de mais 80% até 2025 nos volumes globais de pagamentos digitais, superando 1,9 trilhão de transações por ano. Até 2030, o total deve quase triplicar, conforme estudo da Strategy&, consultoria estratégica da PwC Brasil. "Está havendo migração das cadeias tradicionais de valor para métodos alternativos de pagamento, que capturam boa parte da receita de crescimento", explica Willer Marcondes, sócio da Strategy& e um dos autores do estudo. Em relação aos pagamentos transnacionais, o executivo destaca a grande transformação no setor, também estimulada pelos pagamentos instantâneos e de baixo custo.

No mundo, as carteiras digitais devem ser o método de pagamento de crescimento mais rápido até 2027, quando representarão 49% (US$ 25 trilhões) do total transacionado no planeta. Hoje, já respondem por 50% dos gastos globais no comércio eletrônico (US$ 3,1 trilhões) e 30% das compras físicas em pontos de venda (US$ 10,8 trilhões), conforme estudo da Worldpay, líder mundial em tecnologia e soluções de pagamentos.

A competição pelo aumento da participação no mercado de carteiras digitais vem atraindo fabricantes de smartphones, mercados de e-commerce, redes bancárias e fintechs globais. O estudo revela que os gastos com cartões estão migrando para carteiras digitais. O Brasil se consolidou como o segundo país que mais usou pagamentos instantâneos em 2023 (a Índia ficou em primeiro lugar) e está na vanguarda em relação à maior parte dos mercados globais. Hoje, é a quarta nação que mais usa carteira digital, atrás da China, Índia e Alemanha.

No Mercado Pago, fintech com 52 milhões de usuários ativos mensais e que movimenta US$ 46 bilhões, o Pix representa 90% dos pagamentos realizados entre duas contas correntes. No e-commerce, a participação do Pix e do cartão de crédito praticamente se divide, enquanto aqueles efetuados via boleto ou débito são inferiores a 5%. O comportamento varia de acordo com o segmento. Felipe Soria, chefe de estratégia de negócios regulados do Mercado Pago, avalia que os meios de pagamentos digitais, como o Pix e o QR code, vão continuar evoluindo e crescendo, porque estão incluindo muita gente desbancarizada.

"As pessoas passam a ter acesso a um meio de pagamento novo. Com os aperfeiçoamentos do Pix, é possível penetrar em outros segmentos dominados até então por outros meios de pagamentos, inclusive dentro das empresas", afirma Soria. A fintech está no top 10 de volumes de chaves Pix no país.

No Bradesco, nos últimos três anos, a digitalização dos meios de pagamento também cresceu impulsionada pelo Pix, representando metade das transações efetuadas no banco. Perderam espaço operações com saque e TED, este último com redução em torno de 40%, embora mantenha importância em termos de volume financeiro transacionado. "A digitalização dobrou de tamanho nos últimos três anos e meio. Quase todos os meios de pagamento cresceram", afirma Antônio Daissuke, diretor de produtos de gestão de caixa do Bradesco.

Tal expansão foi resultado do ingresso de novos usuários no sistema. "A pizza aumentou do ponto de vista de transações. Os meios de pagamento cresceram. Dobramos nosso faturamento em cartão de crédito desde 2018 e no débito houve aumento de cerca de 80%. Isso em todas as camadas", afirma André Marques, diretor de cartões do Bradesco.

O Pix, que serve de exemplo para outros países, cresceu mais rápido — e tem tirado cerca de 5% do cartão de débito, diz Marques. Com o crédito é diferente. No primeiro semestre de 2024, os pagamentos de cartão de crédito no Brasil atingiram R$ 1,3 trilhão, 11% superior ao do mesmo período de 2023. "Mais de 50% do consumo das famílias é feito com cartão", afirma o diretor de cartões do Bradesco.

> "Com os aperfeiçoamentos do Pix, é possível penetrar em outros segmentos"
> *Felipe Soria*

A tendência é a de que, em futuro próximo, o cliente terá mais flexibilidade para decidir o meio mais conveniente de pagamento. "Mudamos o paradigma. Temos trabalhado para unificar os meios de pagamentos; por exemplo, transferindo saldo do cartão para conta corrente. Mesmo sem dinheiro na conta, o cliente pode pagar com Pix, usando o limite do cartão. Isso será feito de forma automática", diz Marques.

INÊS 249

Conta global se sofistica e atrai a atenção dos bancos

Para o Valor, de São Paulo

As fintechs de pagamentos ou carteiras digitais estão se sofisticando e se transformando em contas globais. Com contas em moeda estrangeira, empresas como Nomad e Wise permitem ao cliente fazer transferência, pagar compras e consumir em outras moedas e até investir seus recursos no exterior. O sucesso dessas contas é tamanho que os bancos também resolveram aderir à novidade e oferecer a opção aos seus clientes, como é o caso do C6 Bank e da My Account, lançada há pouco mais de um ano.

"Nosso objetivo foi criar uma facilidade de acesso a conta aos brasileiros que vão aos Estados Unidos", conta Lucas Vargas, CEO da Nomad, fintech de conta global lançada em novembro de 2020. "Com a pandemia de covid-19, acabamos acelerando o lançamento de produtos." Segundo Vargas, a Nomad fechou 2023 com 1,3 milhão de clientes que emitiram cartão. No último dado, de junho, esse total já havia subido para 1,8 milhão. "Nossa meta é dobrar o volume do final do ano passado até o final deste ano".

Com a conta global da Nomad é possível fazer transferências internacionais e investir em ativos de renda fixa e ações nos Estados Unidos. "A maioria dos nossos clientes quer dolarizar os recursos, para poupança ou para ter uma parte do patrimônio dolarizado", acrescenta Vargas. Para não deixar o cliente sair do aplicativo, a instituição prepara novos produtos, como uma plataforma de venda de passagens aéreas, reservas de hotéis e atrações turísticas.

A britânica Wise, que se classifica como uma carteira digital com conta internacional multimoeda, chegou ao Brasil em 2012 com o nome Transferwise. Em dezembro de 2021, lançou a conta internacional e já tem mais de 1 milhão de cartões emitidos no país, segundo Lene Romanzini, diretora de comunicação. No mundo, são 16 milhões de clientes. Com o cartão, é possível pagar contas e compras no exterior, além de fazer transferências.

16
milhões de clientes da Wise no mundo e 1 milhão no Brasil

"Hoje, temos cobertura do nosso cartão em 150 países, em 40 moedas e o cliente pode fazer transferências de recursos para 70 países, inclusive para quem não é cliente Wise", afirma Romanzini. Ela calcula que cerca de 80% do volume transacionado é em dólares e euros. "Os outros 20% são outras moedas, com destaque para a libra."

A My Account, conta global do Bradesco, foi lançada há um ano. Roberto Medeiros Paula, diretor da área internacional e de câmbio do banco, afirma que já havia um plano antigo do Bradesco. "Queríamos melhorar a experiência do cliente", diz, lembrando que a instituição sempre foi muito atuante em câmbio. "Mas o cliente tinha de ir a uma agência e ficar esperando para receber papel-moeda. Percebemos que havia uma necessidade não atendida", afirma.

Segundo o diretor, o negócio de câmbio físico caiu 90% na pandemia de covid-19, ao mesmo tempo em que surgiam as experiências digitais. "Avaliamos as opções e decidimos criar uma conta internacional", afirma. Para ter a My Account, o usuário precisa ser cliente do Bradesco. A conta base é em dólares, mas é possível usá-la em 195 países em 180 moedas estrangeiras diferentes. Já são 200 mil contas abertas, com cerca de R$ 500 milhões transacionados.

O banco digital C6 Bank lançou sua conta global logo após começar a operar, em 2019. O banco tem mais de 30 milhões de clientes, mas não abre quantos têm conta internacional. Maxnaun Gutierrez, diretor de produtos do C6 Bank, afirma que viajar é o principal objetivo dos clientes com conta global. "Temos também a conta 'global invest', em que o cliente pode escolher aplicações no exterior, tanto em renda fixa, fundos e ações."

Segundo o executivo do C6, grande parte dos clientes faz os envios para a conta global, planejando viajar no futuro. De olho nisso, o banco acaba de lançar um produto chamado "câmbio programado", em que o cliente escolhe a taxa de conversão que quer pagar e o sistema, automaticamente, faz a operação quando a moeda chegar ao valor estabelecido. *(NR)*

Exterior BC estuda permitir transações instantâneas para outros países, mas ainda não tem data para lançamento; BIS quer conectar os sistemas usados no mundo

Mercado antecipa Pix internacional

Nelson Rocco
Para o Valor, de São Paulo

Enquanto o Banco Central não lança o Pix internacional, comerciantes de cidades frequentadas por brasileiros no exterior dão um "jeitinho" de oferecer aos clientes o sistema instantâneo de pagamentos. Quem passeia pela rua Florida, em Buenos Aires, vai a lojas de Miami ou faz compras no Paraguai já encontra a modalidade no comércio local.

Um funcionário de uma loja de eletrônicos de Salto del Guairá, no Paraguai — na fronteira com Guaíra (PR) —, disse aceitar o Pix porque a loja tem uma conta no Brasil. Muitos estabelecimentos do comércio fronteiriço têm entre seus sócios empresários brasileiros, o que facilita o uso de contas do lado de cá (embora nem sempre as questões legais, fiscais e tributárias sejam respeitadas).

Mas o mercado vem criando soluções para quem não quer operar à margem da legalidade. O Itaú Unibanco lançou em novembro o "Pix no mundo" para clientes na América Latina. Inicialmente, o meio de pagamento é aceito apenas em restaurantes e lojas selecionadas no Uruguai, mas deve ser ampliado em breve para Paraguai e Chile, segundo o Itaú. Turistas brasileiros podem pagar com Pix, em reais, no Uruguai a partir da leitura um QR code na maquininha da Oca (nome utilizado pela Rede no país vizinho), que exibe o valor convertido no momento do pagamento. "É o primeiro banco incumbente brasileiro a internacionalizar o Pix para a América Latina", afirma o Itaú.

DIVULGAÇÃO

Alex Hoffmann, CEO da PagBrasil: "Ninguém precisará mais do plástico"

Plataformas de pagamento on-line também desenvolvem sistemas que possibilitam pagamentos internacionais via Pix por meio da transferência de valores. É como se a plataforma "emprestasse" sua chave Pix para o estabelecimento credenciado no exterior. Na hora da compra, o valor é convertido para reais e depositado na plataforma, que na sequência faz a transferência internacional para o lojista.

A fintech PagBrasil já dispõe da modalidade. Chamado de Pix Roaming, o produto permite que estrangeiros no Brasil usem o método de pagamento instantâneo nas compras, utilizando carteiras digitais ou aplicativos bancários de seus países de origem. E brasileiros conseguem pagar com o Pix no Uruguai, Argentina e Chile, desde que a instituição bancária tenha convênio com a empresa local. "Em um futuro próximo, ninguém precisará mais do [cartão de] plástico: todas as transações serão feitas por meio de carteiras digitais", prevê Alex Hoffmann, CEO e cofundador da PagBrasil.

Executivos do Banco Central sinalizaram, em várias ocasiões, que a facilidade de pagamento internacional está em preparação. Procurado pela reportagem, o BC disse, entretanto, que não forneceria informações. Dione Cordioli, gerente-executiva de meios de pagamento do Banco do Brasil, diz que teve reuniões com o BC para tratar da modalidade, mas afirma que a autoridade monetária ainda não abriu as regras para a sua implementação. "A única sinalização é que devemos [os bancos] seguir as normativas do câmbio. Não há ainda uma data definida, mas sabemos que o modelo está bem maduro", afirma.

Segundo Dione, uma rede internacional deve ser usada para transacionar as operações financeiras. O Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês), uma espécie de banco central dos bancos centrais, trabalha no projeto Nexus, que visa conectar vários sistemas de pagamento instantâneo pelo mundo. "O Nexus tem o potencial de conectar um mercado de 1,7 bilhão de pessoas globalmente, permitindo que elas façam pagamentos instantâneos entre si de forma fácil e barata", disse Agustín Carstens, gerente-geral da instituição, em comunicado em julho.

> "O Nexus tem o potencial de conectar um mercado de 1,7 bilhão de pessoas"
> *Agustín Carstens*

Segundo o BIS, mais de 70 países têm sistemas de pagamento instantâneo. Internacionalmente, o Pix se enquadra na modalidade A2A, do inglês account to account — ou conta a conta (CaC), em português. Juan Pablo D'Antiochia, vice-presidente-sênior para a América Latina da Worldpay, uma credenciadora para operações de cartões que atua em 146 países, diz que, no mundo, há vários "arranjos" semelhantes ao Pix, cada um com sua particularidade.

"O que é maravilhoso no Pix é que ele foi uma iniciativa pública, para todo o mundo, e ganhou muita popularidade", afirma. Segundo ele, iniciativas semelhantes em outras nações partiram do setor privado. "É aceito por alguns, e não por todo o mundo."

De acordo com o executivo, a Colômbia é um dos primeiros países com um meio de pagamento semelhante ao Pix. O Pagos Seguros en Línea (PSE) funciona como um débito na conta do usuário. É usado mais pelo comércio e domina cerca de 15% do mercado. Na Argentina, há o Transferencia 3.0. "Nos Estados Unidos tem o Fed Now, mas ele está batalhando para ganhar mercado, porque os bancos escolhem se querem aceitar ou não", afirma D'Antiochia. Alemanha e Índia têm sistemas semelhantes ao brasileiro.

Pesquisa da Worldpay conclui que os pagamentos conta a conta ganham popularidade porque os estabelecimentos comerciais estão de olho no seu custo, mais baixo que o dos demais métodos. "O cartão de crédito, por exemplo, é um pouco mais caro, em torno de 2% do valor", conta o executivo. "Se o Pix internacional superar esse valor, não será competitivo." De todo o valor transacionado pelas empresas de e-commerce em 2023, 7% foram por operações CaC. A expectativa é que suba para 8% em 2027. No Brasil o índice é de 30%, e chega a 68% na Polônia. *(Colaborou Lúcia Helena de Camargo)*

No mundo
Pagamentos no e-commerce por mecanismos conta a conta - em %

País	%
Polônia	68
Holanda	64
Tailândia	44
Malásia	39
Finlândia	33
Brasil	30
Suécia	30
Indonésia	28
Noruega	27
Colômbia	25
Alemanha	24
Peru	20
Espanha	20
Vietnã	20
Bélgica	19
Chile	17
Filipinas	16
Hong Kong	15
Turquia	14
França	13
Índia	12
Nova Zelândia	12
Irlanda	11
Argentina	10
Itália	9
Taiwan	9
Singapura	8
Dinamarca	7
Reino Unido	7
México	6
Japão	6
Coreia do Sul	5
Austrália	4
China	2

Fonte: The Global Payments Report 2024/Worldpay

Novas funcionalidades começarão em fevereiro

Lúcia Helena de Camargo
Para o Valor, de São Paulo

O Pix deve ganhar novas funcionalidades. Parcelamento, pagamento sem necessidade de abrir o aplicativo do banco, transferência automática e internacional estão em avaliação pelo Banco Central. Em fevereiro de 2025 será lançado oficialmente o Pix por aproximação, cujo uso se assemelha ao do cartão de crédito ou débito, utilizado tanto com cartões de plástico quanto em suas versões digitais, pelo celular. Com uma carteira digital instalada no smarthphone, será possível efetuar o pagamento com Pix aproximando o celular da maquininha de cobrança.

A tecnologia será a mesma utilizada hoje para pagamentos por aproximação, a NFC (Near Field Communication). A diferença para o Pix atual é que não haverá a necessidade de acessar o aplicativo do banco, o que torna a transação mais rápida e segura. Apesar de oficialmente ser lançado só no ano que vem, o Itaú Unibanco começará em outubro deste ano a dispor desse tipo de pagamento nas máquinas da Rede. "Toda a experiência passará dos atuais 36 segundos para apenas 6 segundos", diz Angelo Russomanno, diretor de pagamentos para pessoa jurídica do banco.

O que vem aí
Novas modalidades de Pix

	Como vai funcionar	Lançamento
Pix automático	Espécie de débito automático, visa agilizar transações recorrentes	Junho de 2025
Pix por aproximação	Pagamento feito por meio de carteiras digitais (via celular); usa tecnologia near-field communication (NFC)	Fevereiro de 2025 (oficial); Itaú vai disponibilizar em novembro deste ano
Pix internacional	Pagamento instantâneo integrado a sistemas internacionais	Em estudos pelo BC, já é oferecido por empresas como a PagBrasil, com nome Pix Roaming
Parcelamento no Pix	Compra dividida em parcelas, como no cartão de crédito	Sem previsão

Fonte: Banco Central e empresas

O Itaú oferece também as modalidades Pix recorrente, parcelado e Pix automático, prevista para chegar oficialmente em junho de 2025. Essa categoria funciona como o débito automático de pagamentos recorrentes, como contas de água, luz e gás. Não há empecilho para as instituições financeiras disporem dessas possibilidades antes de seu lançamento oficial. "Soluções desenvolvidas pelo mercado já podem ser ofertadas", informou o Banco Central (BC). A autoridade monetária estuda o Pix parcelado, mas sem previsão de lançamento.

Em 2023 foram feitas 42 bilhões de transações via Pix, alta de 75% em relação ao ano anterior. Com valor médio de R$ 420, o serviço já supera, em número de transações, cartões de crédito e débito, boletos, transferências e cheques que, juntos, somaram 39,4 bilhões de operações no ano passado. Segundo levantamento da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), baseado em dados do BC e da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs), o Pix movimentou R$ 17,2 trilhões no ano passado.

A popularidade, no entanto, traz consigo as fraudes. Foram cerca de 4 milhões de golpes envolvendo o Pix nos últimos dois anos, estima o BC, que a partir de novembro deve lançar um sistema capaz de detectar com grande acuidade as transações atípicas ou não compatíveis com o perfil do cliente, amparado por inteligência artificial. Será exigido cadastro prévio do celular ou computador pessoal para transações acima de R$ 200 ou que ultrapassem o limite diário de R$ 1.000.

As medidas visam impedir a atuação de golpistas mesmo que tenham acesso a login e senha do correntista. "Trabalhamos com uma agenda permanente para aprimorar os mecanismos de segurança", afirma Breno Lobo, chefe-adjunto do Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro do Banco Central. Segundo o BC, 95% das 778 milhões de chaves Pix cadastradas são de pessoas físicas.

Ainda em gestação no BC, sem previsão de lançamento, o Pix internacional tem por objetivo se integrar a sistemas de pagamentos instantâneos globais. O Banco de Compensações Internacionais (BIS), espécie de banco central dos bancos centrais, desenvolve um programa para conectar vários sistemas de pagamento instantâneo pelo mundo. Segundo o BIS, eles estão disponíveis em cerca de 70 países.

O Pix tem colaborado para a queda na circulação de dinheiro em espécie, por permitir transações gratuitas de valores baixos, como um café na padaria. Um estudo da Associação Brasileira de Transporte de Valores (ABTV) revelou que, em dez anos, o valor de compras pagas em papel-moeda caiu quase 50%, passando de R$ 2,614 trilhões para R$ 1,368 trilhão.

E o próprio Pix pode virar dinheiro. O BC já criou o Pix saque e o Pix troco, com objetivo de aumentar a capilaridade dos pontos de saque, principalmente em municípios com baixa presença de instituições financeiras. O primeiro permite que o usuário faça um Pix para uma empresa, que entrega de volta dinheiro físico, como em uma retirada em um caixa eletrônico; no segundo, é possível fazer um pagamento acima do valor de compra, recebendo a diferença em papel-moeda.

Também é possível fazer a portabilidade de chaves Pix entre instituições. Desde o lançamento, foram realizadas aproximadamente 35 milhões de portabilidades. Segundo o BC, os usuários têm preferência por chaves aleatórias (371 milhões), seguidas por celular (144 milhões) e o CPF (137 milhões de chaves).

Tokenização Bancos preparam suas infraestruturas e criam novos produtos a partir da tecnologia que será empregada no real digital

Drex deve ser mais usado no mercado de capitais

Carmen Nery
Para o Valor, do Rio

O Banco Central divulga, nos próximos dias, os novos casos de uso selecionados entre os 42 apresentados, no início de julho, pelos 16 consórcios que participam da segunda fase dos testes do Drex, o projeto brasileiro de moeda digital. Criado e operado pelo BC, o Drex é acrônimo que significa Digital, Real e Eletrônico (o X representa conexão). Trata-se de uma plataforma que servirá para abrigar a representação digital de diversos tipos de bens tangíveis — casas, safras, carros, obras de arte, ações e outros títulos — ou intangíveis, como marca ou patente, permitindo transações financeiras mais rápidas e seguras.

O Drex é também o real tokenizado ou real digital — uma moeda digital de banco central, ou CBDC, na sigla em inglês. Havia a expectativa de que entrasse em vigor até o final do ano, condicionada aos resultados dos testes de privacidade. "Mas não alcançamos o resultado definitivo. Ao longo da segunda fase, vamos amadurecer os testes para lançar [o Drex] no final de 2025", diz Fábio Araújo, coordenador da iniciativa Drex no BC. "Isso vai depender da maturação da plataforma e dos casos de uso. Dentre os 42 casos apresentados, muitos são semelhantes, e vamos propor que os consórcios trabalhem conjuntamente", afirma Araújo.

A plataforma do Drex usará a tecnologia blockchain Hyperledger Besu para que bens sejam convertidos em tokens e transações sejam liquidadas por meio de contratos inteligentes, que executam automaticamente cláusulas pré-definidas assim que certas condições são cumpridas. Os bancos estão preparando suas infraestruturas e criando novos produtos. A Caixa Econômica cogita usar pagamento offline em programas sociais. O Banco do Brasil também estuda pagamento offline e emissão de token de investimento lastreado em ativo de agro, ambos submetidos para a segunda fase.

"A solução de pagamentos offline em parceria com a alemã G+D vai permitir micropagamentos em localidades com dificuldade de conexão. Já a tokenização das Cédulas de Produtor Rural (CPR) vai facilitar a distribuição, o fracionamento desse ativo e a programabilidade dos pagamentos", diz Rodrigo Mulinari, diretor de tecnologia do BB.

O Bradesco tem experimentado e habilitado tecnologias de custódia e tokenização e aprendido a como subir o nó (componente de rede blockchain que mantém o registro mais recente de transações) no Drex e a desenvolver produtos. Renata Petrovic, head de inovação aberta do banco, diz que, com o Drex, cria-se um ambiente de confiança sem a necessidade de intermediários para legitimação de transações.

"Como instituições financeiras incumbentes, os bancos vão ter de operar nesse novo sistema. As coisas vão coexistir; uma compra na padaria poderá ser feita com o Pix; já uma transação mais complexa poderá usar o Drex. Essa tecnologia vai democratizar o acesso a investimentos, que poderão ser fracionados", explica Petrovic.

Os fornecedores de tecnologia têm ajudado. A Topaz desenvolveu uma solução para gestão da moeda digital, emissão de real tokenizado e acesso a investimentos também tokenizados. "A solução permite que os bancos operacionalizem os ativos e o dinheiro tokenizado", diz Samara Rodrigues de Lima, gerente produtos digitais da Topaz.

Eliseu Tudisco, sócio do setor de serviços financeiros e meios de pagamentos da PwC, diz que, numa primeira fase, o BC focará nas transações de atacado e a tendência é que o Drex seja utilizado no mercado de capitais já quase totalmente digitalizado. A plataforma blockchain será formada por nós da autoridade monetária e das instituições financeiras e não financeiras, mas nem todos precisarão ter nó próprio. O BC enviará as reservas de Drex no atacado para os bancos, que serão responsáveis pela emissão para o varejo.

> "Essa tecnologia vai democratizar o acesso a investimentos, que poderão ser fracionados"
> *Renata Petrovic*

Devido às dimensões continentais e ao tamanho da população do Brasil, Tudisco aponta que há, no país, o "trilema" do Drex — três desafios que são inversamente proporcionais entre si: privacidade, escalabilidade e programabilidade. "Caso se queira fazer algo muito programável, afeta-se a escalabilidade, e, no limite, a privacidade. O desafio é equilibrar essas três perspectivas", diz ele.

Um dos princípios do blockchain é a transparência, o que esbarra, no Brasil, na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no sigilo bancário. Para resolver esse desafio, o BC testa quatro soluções que visam anonimizar dados mais sensíveis da transação, dentre as quais uma deve ser escolhida. São elas: a Starlight, da EY; a Rayls, da Parfin; a ZKP Nova, da Microsoft; e a Anonimous Zether, da Consensys.

"A ZKP Nova funciona como prova de conhecimento zero usando criptografia e aritmética para ofuscar certas informações — valor, origem e destino etc. — visíveis apenas para os usuários e o regulador", explica João Paulo Aragão Pereira, especialista em inovação aplicada a serviços financeiros da Microsoft.

Em relação à escalabilidade, enquanto o Pix opera em 6.000 transações por segundo, o ethereum — uma das mais robustas plataformas de blockchain, base da solução adotada pelo BC — não passa de mil transações no mesmo tempo. "A tecnologia está evoluindo; além disso, o Drex não terá a mesma demanda do Pix e nem será usado para pequenos pagamentos", avalia Araújo, do BC.

DIVULGAÇÃO
Samara Rodrigues Lima: solução para acesso a investimentos tokenizados

Para garantir que a governança da rede seja bem desenhada, foi necessário incluir a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Isso porque o Drex vai transacionar valores mobiliários, o que extrapola a competência regulatória do BC. "A CVM também tem uma demanda muito grande do mercado de capitais para tokenização dos valores mobiliários sob sua supervisão. Estamos unindo as duas demandas, da CBDC e do mercado de capitais, para uma governança conjunta", diz o coordenador do Drex no BC.

Pedro Castelar, chefe de gabinete da presidência da CVM, diz que há diversos potenciais benefícios sendo estudados, especialmente no tocante à facilitação da tokenização de ativos e à automação de processos financeiros, que podem trazer maiores eficiência e transparência ao mercado de valores mobiliários. "Outro aspecto em análise é o papel das infraestruturas de mercado, inclusive no tocante à adequação da regulação atualmente vigente. O Drex e as novas tecnologias de registro descentralizado têm um potencial de gerar um mercado de capitais mais dinâmico e inclusivo", ressalta Castelar.

A BEE4 é o único mercado regulado, além da B3, autorizado pela CVM a negociar ações. Hoje todas as transações são feitas internamente na blockchain da empresa, exceto a liquidação, que precisa ocorrer no Fitbank, banco digital investido pelo JP Morgan, devido à falta de uma moeda digital. "Com o Drex, poderemos fazer todo o ciclo", afirma Patricia Stille, cofundadora e CEO da BEE4.

Open finance Consentimentos se apoiam em produtos com benefícios para instituições e seus clientes

Resultados concretos, apesar dos desafios

Martha Funke
Para o Valor, de São Paulo

Três anos após seu lançamento, o open finance já mostra a que veio. A expansão do número de consentimentos para compartilhar dados cadastrais, financeiros e transacionais, hoje se apoia em produtos concretos, com benefícios para instituições financeiras e usuários. Mesmo assim restam desafios, entre eles a falta de acomodação do segmento empresarial, a complexidade da jornada de consentimento e a melhoria da qualidade dos dados. De janeiro a julho, o número de consentimentos únicos passou de 27,5 milhões para 31 milhões, mais de 15% da população brasileira bancarizada, enquanto por CNPJ o crescimento foi de 210,8 mil para 253,6 mil, perto de 1% das pessoas jurídicas do país, compara o secretário-geral do Open Finance Brasil, Carlos Jorge.

O sistema, projetado para pessoas físicas, não atende necessidades empresariais, como múltiplos responsáveis, alçadas e CNPJs. O Banco Central afirma que solicitou diagnóstico sobre as demandas desse público para avaliar a estratégia de avanços.

A infraestrutura descentralizada, com interfaces de software (APIs) para comunicação direta de uma instituição a outra, é um dos motivos do sucesso e sustenta perto de 2 bilhões de chamadas semanais. Com mais informações transacionais no fluxo, o Índice de Maturidade do Open Finance, da Capgemini, mostra a evolução dos objetivos de negócios das instituições do ano passado para cá, com maior foco em novas fontes de receita, crescimento e rentabilização da base de clientes.

Agregadores inteligentes para gestão financeira, crédito, financiamento e pagamentos atraem os correntistas. "Somos o maior país do mundo em adesão e escopo", diz Ivo Mósca, diretor de inovação, produtos e serviços da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). Neobanks e fintechs buscaram consentimentos com mais energia, em razão de sua natureza mais digital e perfil de clientes menos diversificado. Muitas instituições tradicionais, por sua vez, dividem esforços entre a integração interna de diferentes negócios e a externa, com concorrentes, beneficiando-se de dados de públicos concentrados em novatas, como jovens ou de bancarização mais recente.

Nubank e Mercado Pago são os maiores receptores e transmissores de chamadas de APIs. Mais de 10% dos correntistas do Nubank já compartilham dados externos. Seu agregador de contas, usado por 3,5 milhões de pessoas mensalmente, permite enxergar transações e iniciar pagamentos com recursos de quaisquer contas.

O alerta de saldo negativo em cheque especial, com aviso de cobertura por outras contas e oferta de crédito mais favorável, economizou R$ 8 milhões para 2,6 milhões de clientes. A transferência de recursos sem sair do app do banco, usada por 750 mil pessoas, trouxe R$ 575 milhões para a instituição. Ofertas de investimento mais rentável e cartão de crédito mais adequado ao perfil de portador estão em uso, além de cadastro (onboarding) com base em dados do open. "Um dos desafios para uso em tempo real é a limitação de pedidos por minuto por instituição", diz a general manager de open finance do Nubank, Luciana Kairalla.

Almeida, do Santander: 1,5 milhão de clientes poderiam ficar sem tarifas

O foco do open finance

Principais desafios das empresas - em %

Desafio	2023	2024
Desenvolvimento de soluções	27	25
Tecnologia	29	25
Segurança da informação	35	24
Gestão de dados/analytics	20	23
Comunicação com cliente	21	21
Agilidade e rapidez para testar e mudar rota	25	18
Gestão do cliente	23	15
Falta de valor percebido	0	18
Regulatório/jurídico	11	16
Interação com outras empresas	19	13
Não sabe	7	7
Outro	3	2

Fonte: Capgemini

> "A inclusão de cartões dará possibilidades de mais alternativas para os cidadãos" *Ricardo de Barros Vieira*

No Mercado Pago, 6 milhões dos mais de 52 milhões de usuários aderiram ao sistema, que desde janeiro apoia 100% do crédito para novos vendedores. A head de inovação Patricia Leal observa o desafio da qualidade: embora com padrão definido para a transmissão, cada instituição "nomeia" suas operações de uma forma particular, o que demanda investimentos extras em tratamento para uso efetivo dos dados.

Outro dificultador é a complexidade da jornada de consentimento, diz Diego Perez, presidente da Associação Brasileira de Fintechs (ABFintechs). Já o vice-presidente da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), Ricardo de Barros Vieira, indica a concentração no Pix como instrumento de pagamentos. "A inclusão de cartões dará possibilidades de mais alternativas para os cidadãos", avalia.

O PicPay oferece integração do Pix na carteira do Google (wallet), sem necessidade de abrir o app, além do consolidador "Conta das contas", com transferência entre contas, Pix, investimentos e pagamentos de boletos. Preenchimento automático de informações do Pix e validação de cartões de crédito aceleram a experiência. O digital Efí Bank adotou o Pix via open finance na tela do checkout de sites, apps ou plataformas de e-commerce, diz o diretor de produtos, Francisco Carvalho.

Banco do Brasil e Santander ilustram o segmento incumbente. No BB, entre 43,5 milhões de correntistas, 2 milhões deram consentimento e 40 mil aderiram à portabilidade de crédito, perto de R$ 1,4 bilhão. Propostas com taxas assertivas em momentos adequados renderam R$ 1 bilhão em crédito para 72,1 mil clientes, com desembolso de mais R$ 3,4 bilhões em crédito para 11,7 mil empresas. Outros 45 mil clientes aceitaram R$ 2,3 bilhões em propostas de investimentos, enumera o executivo de open finance, Filipe Préve.

O Santander lidera os consentimentos únicos no segmento PJ: mais de 50 mil clientes, 53% acima do início do ano, além de 2,1 milhões de clientes PF. O banco integra dados do open finance em atendimento e comunicação digital. Um dos exemplos foi o lançamento do cartão FREE, com identificação de mais de 1,5 milhão de correntistas que poderiam deixar de pagar tarifas, diz Joice Almeida, head de open finance do Santander Brasil.

Comércio amplia receitas com 'cashback'

Katia Simões
Para o Valor, de São Paulo

A expressão em inglês dificulta a compreensão. Mas basta saber que "cashback significa "dinheiro de volta" para a conversa ficar interessante. Na prática, o conceito nada mais é do que a devolução ao consumidor de uma parte do valor gasto na compra de produtos, realização de transações financeiras e pagamento de impostos. Ainda longe da penetração alcançada nos Estados Unidos, a adoção de cashback no Brasil cresceu significativamente durante e após a pandemia.

A justificativa, segundo André Penariol, CEO da IZIO&Co — startup especializada em eficiência promocional para a cadeia varejista —, está na participação maior da indústria, massificação dos apps, crescimento do varejo digital e uso da inteligência artificial para ofertas personalizadas.

"O cashback é um mecanismo de retenção de clientes mais rápido e eficaz do que outros, porque atribui o poder de compra ao consumidor", afirma. "Hoje, as plataformas digitais e os aplicativos permitem a criação de programas de fidelidade que forneçam soluções de cashback realmente eficientes, capazes de dar mais visibilidade aos negócios em um cenário competitivo."

Não à toa, 42% dos consumidores que compram em apps consideram o cashback a melhor funcionalidade, segundo estudo realizado pelo Panorama Mobile Time e Opinion Box.

"Realizamos um levantamento junto a 1,4 milhão de shoppers e 20 varejistas e concluímos que o formato promove um aumento de 83,5% dos gastos nas compras", afirma Penariol. Com mais de 15 milhões de cadastros e 50 clientes parceiros com cerca de 2.500 pontos de venda, a IZIO&Co estima que cerca de R$ 40 milhões em cashbacks sejam gerados pelos varejistas da plataforma em 2024. No ano passado foram R$ 30 milhões.

Os benefícios para o varejo, garantem os especialistas, são muitos. Entre eles, o estímulo à recompra é investimento certeiro, uma vez que só se aplica para o cliente que faz a compra. Segundo a pesquisa "Global Cashback Report 2020", as promoções de cashback geram aumento de três a quatro vezes na taxa de conversão e um crescimento médio no valor do pedido de 46%, tornando-se uma estratégia de expansão de venda.

Foi de olho nesse comportamento que a Bibi Calçados, com 130 lojas no país, adotou a ferramenta na rede. "Rodamos um piloto por dois anos nas lojas próprias e algumas franquias até alcançarmos o modelo ideal para o varejo de calçados infantis", afirma Camila Kohlrausch, diretora de marca e varejo da Bibi. "Estipulamos 15% do valor da compra como desconto para novas aquisições. Com isso, registramos no primeiro semestre deste ano 8,5% de receita incremental só com cashback." No mesmo período, 11,37% das vendas foram com o resgate de um vale ("GiftBack").

A meta é aumentar esse percentual para 20%. Segundo a executiva, o cliente que volta gasta, em média, sete vezes mais que o valor do bônus.

Com a carteira integrada ao app da 99, que conta com mais de 50 milhões de passageiros, a 99Pay oferece dinheiro de volta ao usuário que realiza pagamento de corridas com saldo da carteira (1%), pagamento de boletos (1%) e recarga de celular (3%). "Quando disponibilizamos novos produtos ou funcionalidades, a oferta de cashback também é uma grande aliada para apresentar a novidade aos usuários", afirma Luiz Landgraff, head de operações e estratégia na 99Pay. "No primeiro semestre de 2023, a carteira devolveu R$ 69 milhões em incentivos, sendo R$ 18 milhões em cashback."

Para Leandro Capolupo, cofundador da BonifiQ, startup de programas de fidelidade e cashback personalizados, o mercado brasileiro vive um momento de entendimento de que cashback não é custo — a iniciativa se traduz em resultados. "O objetivo é aumentar a fidelização, o engajamento com a marca", diz. "Os programas são mais tangíveis, a ponto de elevarem a taxa de conversão de quem recebeu o benefício e o usou de 5% para até cerca de 15% nos últimos quatro anos." Com cerca de 430 programas ativos, mais de 1,4 milhão de consumidores impactados, a BonifiQ registrou R$ 19 milhões de receita gerada na plataforma pelas empresas parceiras.

Com boa parte da venda concentrada no segundo semestre, a Toy Mania lançou seu programa de cashback no início de 2023, a fim de aumentar a frequência de compra, uma vez que brinquedo é um produto sazonal. "Saímos de uma taxa de recompra de 3,5% para 12%", afirma Eduardo Carvalho, head de e-commerce e digital. "Os participantes do sistema de pontos tiveram ticket médio 78% maior, o que impactou num incremento de 11% da receita." Com foco no comércio virtual, a Toy Mania registrou 600 mil pedidos em 2023, com ticket médio de R$ 180.

> "Registramos no primeiro semestre deste ano 8,5% de receita incremental só com cashback" *Camila Kohlrausch*

Fintechs simplificam transferências e pagamentos

Mônica Magnavita
Para o Valor, do Rio

Durante as recentes enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, o site Vakinha, um dos maiores crowdfundings on-line da América Latina, recebeu R$ 126 milhões de mais de 1 milhão de doadores. Fazer com que o dinheiro chegasse ao CPF ou CNPJ dos destinatários com agilidade e segurança seria desafiador sem um sistema de pagamentos adequado. A plataforma deu conta do processamento por meio da automação de todo a operação, principalmente com a criação de chaves Pix que destinam os recursos arrecadados para a conta de cada beneficiário.

"O doador entra na página do Vakinha, encontra várias opções de pagamentos — cartão de crédito, boleto, Pix copia e cola ou por chave Pix —, e cada vaquinha tem uma chave associada. É um sistema eficiente para o usuário", diz Luiz Felipe Gheller, um dos fundadores do site, que utiliza o sistema desenvolvido pela Transfeera, fintech de soluções de pagamentos para empresas.

Antes, a saída do dinheiro era feita por meio de troca de arquivos bancários. "Era um processo bem complicado. Tínhamos que entrar no sistema do banco e subir arquivos informando a quantia que iria para cada conta. Só no dia seguinte ficávamos sabendo o que tinha dado certo ou não. O potencial de erro humano era grande", lembra Gheller.

Com a automação, os erros diminuíram e o usuário passou a receber o dinheiro praticamente no dia do pedido de resgate. "O sistema do Transfeera trouxe uma agilidade muito grande", diz o fundador do site. Hoje, são quase 100 mil vaquinhas abertas por mês. "Sem os meios on-line, não sei como seria", conclui.

A Transfeera foi criada em 2013 com o propósito de criar soluções financeiras para empresas gerirem a pluralidade de canais de relacionamento com os clientes. Em resumo, simplificar a tesouraria. Além da chave Pix, a fintech tem links de pagamento, tecnologia que fornece ao empreendedor um meio para lidar com clientes em amplo universo virtual, que inclui TikTok, WhatsApp, Instagram e Facebook. Com o link, empresas oferecem diversas opções de pagamento, como Pix, boleto e cartão de crédito, em um único ambiente.

"O empresário, ao fechar uma nova venda, gera um único link, enviado para o consumidor, que escolhe o método de pagamento que preferir. É uma inovação tecnológica que simplifica o dia a dia das empresas", diz Fernando Nunes, CEO e um dos fundadores da Transfeera, que conta com mais de 500 clientes ativos em B2B. "O empreendedor que não oferece todos os meios de pagamento corre o risco de perder alguma venda, porque o consumidor pode não ter acesso às opções oferecidas."

Dante Torii, diretor da área de corporate transformation da Alvarez & Marsal, aponta que os links de pagamentos ganharam mercado no processo de diversificação de forma de captura das vendas.

Outra novidade no mercado B2B é o Kob, meio de pagamentos 100% digital voltado para transações entre empresas. Criado em conjunto pela Visa e pela Kobold, funciona como um cartão de crédito para pessoas jurídicas. "O B2B não tinha à sua disposição meio de pagamento que ausentasse o risco das operações a custos que não impactassem os preços. As outras estruturas disponíveis são caras", diz Fernando Ribeiro, fundador do Kob. Segundo ele, o mercado B2B opera, tradicionalmente, com o boleto, meio que embute riscos de não pagamento. Outros mecanismos, como o Buy Now Pay Later (compre agora, pague depois), cobram taxa de juros de 3% ao mês, podendo chegar a 7,5% e até 8%, dependendo do prazo de pagamento, de 30, 60 ou 90 dias. No Kob, o custo é de 0,8%.

A ideia, conforme Ribeiro, é promover no B2B a mesma transformação que o cartão de crédito representou para o varejo, com a diferença de que se trata de um mercado dez vezes maior que o de pessoa física. Desde abril, quando foi lançado, o produto obteve a adesão de cinco empresas e outras 45 estão em negociação. "As empresas alvo nesse primeiro momento são as líderes em seus segmentos, as multinacionais e aquelas de capital aberto", diz.

R$ 126
milhões doados via vaquinha virtual ao RS após enchentes

Cartões Benefícios extras para o consumidor e funcionalidades que tornam compras mais fáceis e seguras estimulam uso e aceitação do plástico

Bandeiras exploram alternativas para incrementar receita

Martha Funke
Para o Valor, de São Paulo

Novos produtos e serviços estão turbinando as bandeiras antes dedicadas só aos cartões. As novidades incluem desde soluções para o mercado como um todo até sistemas antifraude com uso de inteligência artificial (IA), inclusive generativa (IAGen), fornecimento de plataformas inteiras como serviço e incremento de programas de fidelização. O recém-nascido Click to Pay, com apoio da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços, reduz a necessidade de digitação de dados em checkouts de e-commerce graças ao envio maciço de credenciais a bases centralizadas nas bandeiras. Com identificação do comprador simplificada, a transformação de dados sensíveis em tokens (números criptografados) evita o armazenamento nas lojas e facilita o uso de cartões de débito. A opção é oferecida por Visa e Mastercard.

Outra tecnologia é a transformação do celular em maquininha para aceitação de cartões (POS). Chamada de Tap to Phone, a alternativa traz uma economia para os vendedores. Para os compradores, a Visa criou o Tap to Pay, usado em aquisições feitas em aplicativos. O usuário seleciona o pagamento por aproximação e coloca o cartão perto do celular. A segurança da transação é maior, já que os dados do cartão não ficam registrados.

As opções se agregam a ofertas cada vez mais diversificadas. "Mais de um terço dos resultados globais da Mastercard vêm de serviços de valor agregado", diz o presidente da Mastercard Brasil, Marcelo Tangioni. Isso inclui de consultoria para formatação de novos emissores ou otimização de performance de emissores maduros até fornecimento de insights decorrentes de análise de dados ou implantação de programas de fidelidade.

No Brasil, a plataforma da marca sustenta o Meu Méqui, programa de fidelidade disponível no aplicativo do McDonald's. Já o programa próprio Mastercard Surpreenda ganhou em 2022 versão para usuários de cartões empresariais em pequenas e médias empresas (PMEs), com benefícios como cursos e materiais de escritório, e novas opções para os demais portadores, a exemplo de combustível e games, além de salas VIP em aeroportos, entre outras.

No campo da segurança estão disponíveis ferramentas como monitoramento e avaliação de risco cibernético com base em parceiros da empresa (como planos de saúde ligados a provedores de serviços), simulação de ameaças, medição de riscos de cibersegurança, identificação — incluindo biometria passiva por comportamento de uso de dispositivos — e sistemas de apoio à decisão.

O farto uso de IA e IAgen rende velocidade, assertividade e inovações. Uma delas é o assistente de compras Shopping Muse, capaz de indicar produtos a partir de informações como a ocasião de uso a que se destinam.

A Visa investiu US$ 500 milhões nos últimos cinco anos em infraestrutura de IA e dados, principalmente para antifraude. A IA sustenta serviço de pontuação de risco, identificação de fraudes em pagamentos em tempo real (RTP, como Pix), inclusive sem cartão, e expansão de sistemas de autorização e gestão de risco para pagamentos com cartões de outras bandeiras. A IAGen é empregada para pontuar risco em tempo real em transações de cartão não presentes, como compras on-line. Os próximos passos incluem expansão do Tap to Phone para transferência de dinheiro pessoa a pessoa e aceitação de pagamentos.

O plástico também ganha novas funções. "Em mobilidade urbana, em breve será usado em cancela de estacionamento para entrada e saída, com cálculo e cobrança do valor", adianta Julio Ramos, diretor-executivo de inovação da Visa do Brasil, cuja fila exclusiva para raios X no aeroporto de Guarulhos (SP), criada em 2022 no programa de fidelidade de alta renda Infinity Pass, chegou ao Galeão (RJ) este ano.

> "Estamos nos preparando para a tokenização da economia"
> *Eduardo Merighi*

Para o mesmo segmento, a Elo lança em breve benefício de upgrade pelo uso da bandeira em serviços cotidianos, em aplicativos de entrega e mobilidade, shows e eventos. O público emergente ganha, a depender do emissor, acesso ou descontos em farmácias e serviços de telemedicina. Pequenas e médias empresas (PMEs) e microempreendedores individuais (MEIs) recebem treinamentos e capacitações em parceria com o Sebrae. Para todos, programas de educação financeira buscam conscientizar portadores sobre o melhor uso do cartão.

No campo da tecnologia, a bandeira disponibiliza plataforma de orquestração para coordenar parceiros fornecedores de ferramentas para pontuação de crédito ou validação biométrica, entre outras. A expansão de produtos de segurança desenvolvidos internamente gerou inovações como a recém-lançada bandeira como serviço, com fornecimento de plataforma completa para novas bandeiras locais, regionais e com marca de terceiros, além de suporte a bandeiras internacionais para processamento e aceitação no Brasil.

Com o aprendizado no piloto do Drex — projeto do real digital em desenvolvimento pelo Banco Central —, baseado em blockchain, contratos inteligentes e geração de tokens, a Elo criou uma plataforma agnóstica, que será inicialmente voltada a créditos de carbono. "Estamos nos preparando para a tokenização da economia", diz Eduardo Merighi, CTO e CPO da Elo.

Outra estratégia é a busca de perfil multitrilhos, para embutir funcionalidades em cartões como substituto de ingressos e outros usos, e capacidade de gestão (multissaldos) para monitoramento de gastos com cartões de benefícios, governamentais ou empresariais, com saldos definidos para finalidades como alimentação ou mobilidade.

Marcelo Tangioni, da Mastercard Brasil: "Mais de um terço dos resultados globais vem de serviços de valor agregado"

Julio Ramos, da Visa: US$ 500 milhões investidos nos últimos cinco anos em infraestrutura de IA e dados

Programas de fidelidade crescem e viram dinheiro

Kátia Simões
De São Paulo

Quem disse que pontos dos programas de fidelidade não podem virar dinheiro? De março de 2021 a junho desse ano, mais de 3,7 milhões de transações foram feitas, com ticket médio de R$ 104, dentro do programa Pontos Viram Dinheiro, da Livelo. A empresa foi a primeira no segmento a oferecer o pagamento com pontos via Pix.

"Temos 135 bilhões de pontos em estoque, o que equivale a R$ 2 bilhões", diz André Fehlauer, CEO da Livelo Brasil. A empresa fez parceria com a Stix para que os clientes possam usar pontos para pagar parte do valor das compras em lojas parceiras, num volume de até seis transações por mês. Segundo Fehlauer, mais de 3,4 milhões de transações já foram realizadas. Com 47 milhões de clientes ativos, a Livelo faturou R$ 5,4 bilhões no ano passado, 23% acima de 2022.

Os números da Livelo traduzem o momento dos programas de fidelidade no Brasil. Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Mercado de Fidelização, o resgate de pontos e milhas cresceu 18,3% em 2023. Houve alta de 5,4% na quantidade de cadastros, para 312,5 milhões. No último trimestre do ano passado, o faturamento das empresas de fidelidade subiu 13,6%, para R$ 4,8 bilhões.

Foi-se o tempo em que programa de fidelidade era sinônimo de milhagem. Cada vez mais as empresas precisam diversificar suas ofertas, para engajar o consumidor. "Os clientes pedem experiências mais personalizadas e marcantes. Quando as encontram, tornam-se leais à marca", diz Aluísio Cirino, CEO da Alloyal, startup de tecnologia para soluções em programas de fidelidade. "Cabe aos players do mercado desenvolver soluções que contemplem os anseios do consumidor." Com 5 milhões de usuários, 25 mil estabelecimentos cadastrados, entre lojas físicas e on-line, a startup ultrapassou R$ 100 milhões em vendas 2023, 50% a mais do que em 2022.

Para Otávio Araújo, CEO da Dotz, a diferença em relação às propostas de um passado recente é a visão de multibenefícios. "No final do dia, o cliente quer aumentar seus benefícios para fazer compras", diz. Ao transformar informações de dados únicos do cliente em oferta de serviços financeiros, a Dotz vem registrando cerca de R$ 400 milhões de originação de crédito por ano a partir da plataforma de programa de fidelidade.

Para João Machado, CEO da Zoppy, o grande desafio é gerar o hábito de comprar das marcas presentes na plataforma. "O consumidor já busca por isso; o trabalho está em aculturar o lojista e mostrar que tem uma nova maneira de fazer", diz. A Zoppy reúne mais de 500 marcas no portfólio, atingiu mais de 3,7 milhões de consumidores e viabiliza em média 23% de aumento do faturamento mensal das empresas parceiras e 32% de expansão na taxa de recompra em lojas e e-commerces por meio da fidelização.

A fidelização também está presente no B2B. A Água Doce Sabores do Brasil lançou, em julho, o Água Doce Stars, programa de fidelidade para compensar os franqueados que seguem boas práticas e são engajados nas campanhas da empresa. "O franqueado consegue acumular pontos que geram descontos em compras", explica Julio Bertolucci, diretor de franquias. *(KS)*

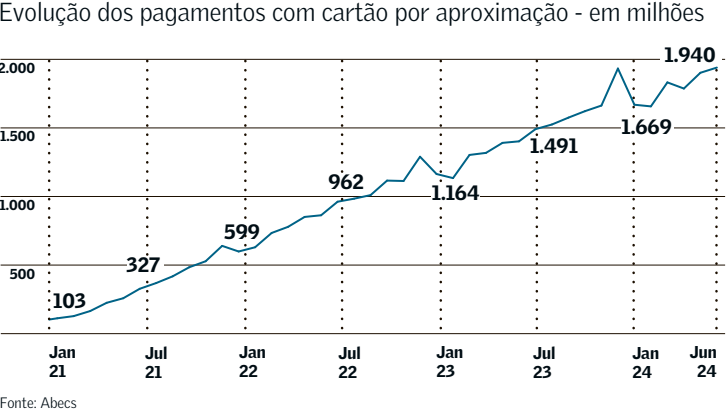
Aproximação já responde por 61% dos pagamentos

William Salasar
Para o Valor, de São Paulo

Os pagamentos por aproximação já representam 61,1% do total de transações — são 2,4 milhões por hora —, o triplo do início da década, quando a tecnologia sem contato começou a deslanchar. No primeiro semestre do ano, somaram R$ 644,2 bilhões, ou 65% do acumulado de 2023 (R$ 986,4 milhões), segundo as pesquisas do Instituto Datafolha para a Associação Brasileira das Empresas de Cartões e Serviços (Abecs).

Sondagem realizada em julho de 2023 mostrou que pagamentos por aproximação são preferidos principalmente pelos jovens de 18 a 24 anos (77%) e têm muito boa aceitação também entre adultos de 25 a 34 anos (67%) e de 35 a 44 anos (55%). A receptividade é boa também nas faixas 45 a 59 anos (43%) e 60 anos ou mais (30%). O levantamento apontou que 54% dos consumidores brasileiros fazem pagamentos por aproximação usando cartão, celular, relógio ou outro dispositivo, sendo que 78% dos usuários da tecnologia usam o cartão; 30% empregam o celular; e só 1% utiliza o relógio.

"Se por um lado essa é uma forte tendência, por outro lado ainda existem aspectos geracionais, culturais e sociais que tornam os cartões físicos relevantes para parcela significativa da população", diz Rusen Baragiola, líder global da área de cartões do Nubank. "Porém já é uma realidade a popularização e penetração de smartphones com carteiras digitais e mesmo serviços que facilitam pagamentos on-line, como o próprio NuPay, que integra serviços, e-commerce, mobilidade, delivery e varejo", ressalta.

A pandemia foi o grande impulsionador dos pagamentos por aproximação: entre junho de 2019 e junho de 2020, o número da opção triplicou, de 6% para 18%, apontam dados da Abecs, que destaca a conta digital Caixa Tem para repasse do auxílio emergencial como fator de disseminação no público de menor acesso digital. Mas tudo derivou da padronização da tecnologia, iniciada em 2018 pelo grupo de trabalho NFC (sigla para a tecnologia Near Field Communication) da entidade, que definiu o passo a passo da transação, os detalhes de comunicação e o valor máximo para pagamentos sem senha (hoje, em R$ 200).

A partir daí abriu-se o leque de novas funcionalidades da NFC, como no transporte público: o MetrôRio, a barca Rio-Niterói, linhas da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos (EMTU) paulistana e mais da metade dos pedágios das rodovias paulistas cobram por aproximação do cartão ou celular. Credenciais de mobilidade urbana da Visa avançam em Brasília, Curitiba e Goiânia, enquanto a Mastercard atende 21 sistemas de transporte de 17 municípios e do Distrito Federal, nos quais o número de passagens pagas com cartões Mastercard cresceu 87% em 2023 sobre 2022.

Enquanto o plástico resiste, o mercado mira as maquininhas. "Lançamos o 'tap to pay' ou 'tap to phone', que transforma um celular num POS [maquininha], em 2021, e já são 6 milhões de aparelhos credenciados, quase a metade do total de 13 milhões de estabelecimentos credenciados em décadas", diz o vice-presidente de inovação e soluções da Visa, Fernando Amaral, listando entre as maiores penetrações de pagamento por aproximação Geórgia, Austrália, Reino Unido, França e Hungria.

A Associação Brasileira das Instituições de Pagamentos (Abipag) antevê nova onda de expansão com a inclusão do Pix por aproximação, pendente de fatores regulatórios e de segurança. "Todas as funcionalidades do Pix estão disciplinadas no âmbito do regulamento do Banco Central, que, a despeito de já ter preparado um campo fértil, por meio das jornadas de redirecionamento e do open finance, ainda não contempla expressamente o Pix NFC", afirma o diretor jurídico da Abipag, Gabriel Cohen.

O conselheiro da Abecs Pedro Bramont, entretanto, ressalta a questão da compatibilização das tecnologias NFC e Pix e a segurança envolvida. "Sempre há impactos e desafios de segurança no Pix, como grandes compras, grandes valores, que têm um outro tratamento. O futuro é pagamentos por aproximação continuarem crescendo, independente do dispositivo de pagamento ou do dispositivo de recebimento", assinala.

"Acreditamos em uma evolução rápida do mercado, pois o brasileiro é adepto de inovações", diz Leonardo Linares, vice-presidente sênior de soluções para o cliente da Mastercard Brasil, citando pesquisa própria em que 53% dos entrevistados disseram sentir-se muito confortáveis com novas tecnologias e 45%, moderadamente dispostos a usar inovações.

Sem contato
Evolução dos pagamentos com cartão por aproximação - em milhões

Fonte: Abecs

77%
dos jovens optam pela aproximação

R$ 644
bilhões pagos no primeiro semestre

Finanças embarcadas Projeção é que o segmento movimente R$ 24 bilhões no Brasil até 2026

Varejistas abocanham fatia do setor financeiro

DIVULGAÇÃO

Antonio Soares, CEO da Dock: "Essa é uma tendência natural e global. Essas empresas muitas vezes conhecem melhor o cliente do que o banco"

Roseli Loturco
Para o Valor, de São Paulo

De olho em um mercado estimado em R$ 24 bilhões no Brasil até 2026, as finanças embarcadas despontam na estratégia de diferentes setores econômicos, especialmente do varejo. A estimativa é da consultoria Deloitte com base em iniciativas que já estão na rua ou prontas para entrarem em operação.

A Natura&Co é uma das que apostam em um modelo que está mudando a dinâmica financeira de seu negócio. A empresa lançou em 2022 no Brasil o Emana Pay, uma fintech de serviços financeiros que processou R$ 14,5 bilhões em vendas de 900 mil consultoras ao final do segundo trimestre deste ano. A sua carteira de crédito, lançada no primeiro trimestre de 2024, atingiu R$ 200 milhões.

Ao oferecer transações com cartão de crédito, conta corrente digital, Pix, Pix parcelado e adquirência (com o uso do celular), a plataforma impulsionou a produtividade da companhia em 10% e reduziu a inadimplência em 20%. Em 2023, quando começou a acelerar essas operações, o saldo superou 17 milhões de transações e mais de R$ 40 bilhões em pagamentos. "Nosso objetivo é incrementar a renda e alavancar os negócios das consultoras, incrementar o core business de cosméticos da empresa, e que o Emana Pay seja uma nova fonte de receita e business lucrativo para a companhia", conta Leandro Grellet, diretor da fintech.

A solução também tem sido adotada pelo varejo da Natura nas lojas próprias e em 60% das franquias, assim como para processar os pagamentos das unidades da máster franqueada The Body Shop e no e-commerce da Natura e da Avon. Na Argentina, 100% dos pagamentos no e-commerce da rede são feitos pelo Emana Pay. "Queremos que chegue à totalidade das 2 milhões de consultoras no Brasil e vamos expandir a operação para o México e a Colômbia no próximo ano. São mais 2 milhões de consultoras nos países latino-americanos, sendo que 80% ficam nesses três países", diz Grellet.

Em julho foi a vez da Vivo anunciar novas empreitadas no crédito ao lançar a parcela Pix e a antecipação do saque-aniversário do FGTS. A transação de empréstimo pessoal já opera desde 2020 e que totalizou R$ 420 milhões em carteira no primeiro trimestre, quase o dobro sobre mesmo período de 2023. O serviço registrou mais de 55 mil contratações de crédito e receita superior a R$ 100 milhões em 2023. "A atuação da Vivo como fintech faz parte do nosso posicionamento como empresa de tecnologia, que oferece serviços em outras áreas", afirma Leandro Coelho, diretor de Vivo Fintech.

No mundo, a previsão é que esse volume de transações, feitas por quem não é banco nem fintech, atinja US$ 7 trilhões em menos de dez anos, conforme estimativa da Finnovista — o que tem impulsionado o desenvolvimento de novas tecnologias que buscam acelerar esse tipo de negócio. "Essa é uma tendência natural e global. Com o avanço da tecnologia e da regulamentação, incluir serviços financeiros em empresas que não são de finanças é natural. Essas empresas muitas vezes conhecem melhor o cliente do que o banco", observa Antonio Soares, CEO da Dock, que fornece tecnologia para pagamentos e banking na América Latina.

Por meio da Dock One, a plataforma reúne soluções de emissão de cartões, digital banking, crédito, riscos e adquirência e opera 70 milhões de contas ativas e mais de 8 bilhões de transações anuais, que somam mais de R$ 1 trilhão.

R$ 420 milhões na carteira de empréstimos da Vivo

No cenário global, tanto consumidor quanto prestador de serviços estão mais acostumados com essa perspectiva. "O varejo olha os pagamentos como ativos e pode ser estratégico como diversificação de receita. Portanto, a oferta de serviços financeiros aumenta cada vez mais", diz Renato Migliacci, vice-presidente de vendas da Adyen Brasil. No mundo, a Adyen processou mais de US$ 1 trilhão dessas transações no ano passado.

Com a adquirência da Adyen — a empresa desenvolve sistemas de pagamento para o varejo— , a 99 registrou nos primeiros meses de parceria um aumento de 5% no volume de transações aprovadas. "Isso porque conseguiu aumentar as suas taxas de aprovação ao identificar que diversas transações estavam sendo invalidadas por erro nos dados dos cartões", diz Migliacci. No caso da Estapar, a solução permitiu a unificação do fluxo de informações dos usuários. Com a base de dados centralizada, a taxa de autorização aumentou em 2,3%, com mais de 37 mil transações recuperadas em um único mês. "No Dr. Consulta, processamos 100% do que eles atendem", diz o executivo da Adyen.

O mercado avalia que esse setor vem crescendo por conseguir atender melhor seus participantes. "Muitos clientes são pequenos e não conseguem acessar as linhas de crédito dos grandes bancos, que usam padronização na avaliação de risco, na qual eles não se enquadram", conta Rafael Goulart, country manager da Pomelo no Brasil, que também desenvolve soluções para emissão, processamento e gestão de pagamento com cartões. Nesses casos, empresas que oferecem serviços financeiros conseguem avaliar melhor o risco porque já têm fluxo financeiro com o consumidor. "E é possível ainda criar produtos sob demanda para que ele consiga pagar e gerir melhor o seu fluxo de caixa e de sua cadeia de supply chain", diz Goulart.

Fintech mira transferência internacional instantânea

Cláudio Marques
Para o Valor, de São Paulo

Empresas que precisam fazer transferências para o exterior, ou receber recursos vindos de fora, estão buscando alternativas que reduzam os prazos e taxas usuais das transações tradicionais, sem perder a transparência. Startups do setor financeiro vêm conseguindo realizar em minutos, e com segurança, o que pode levar dias nas operações de câmbio realizadas pelos bancos.

A Pro Sky, que viabiliza voos fretados ou regulares para, principalmente, grupos envolvidos em eventos — como congressos, celebrações e encontros promovidos por grandes companhias — e shows, deixou de lado o método tradicional via banco e recorreu aos serviços de uma fintech. A atuação da empresa faz com que ela constantemente faça operações transnacionais de remessas ou recebimento de valores; em 2023, foram cerca de 200 operações de câmbio, correspondendo a 90% dos trabalhos executados.

"Facilitamos o trânsito desse dinheiro", afirma Marcio William, CEO da Remessa Online, que tem a Pro Sky como cliente. "Já fizemos eventos em que tivemos que providenciar voos para mil pessoas", conta Marisa Lucas de Carvalho, diretora financeira e jurídica da Pro Sky. Para ela, a rastreabilidade das operações e a transparência pela plataforma da startup são tão importantes quanto redução de custos e ganho de tempo.

No sistema tradicional, o vendedor manda para o comprador uma invoice, uma espécie de nota fiscal ou fatura usada no comércio internacional, que aí é enviada a um banco ou casa de câmbio. O banco, então, cadastra a empresa compradora como cliente, caso ela não seja. "Demora dois ou três dias", diz Carlos Henrique, diretor-executivo da Frente Corretora. Depois, o banco faz um processo de compliance para comprovar a veracidade da operação e evitar, por exemplo, ações de lavagem de dinheiro.

DIVULGAÇÃO

"Consigo uma experiência mais fluida para o cliente na ponta"
Marcio William

Há, ainda, várias outras ações que podem ser necessárias, como abertura de contas bancárias em outros países, o que nem sempre é rápido. "Chile, Equador, Peru, Argentina e México exigem uma presença local da empresa para fazer a cobrança", conta Daniel Moretto, diretor regional Latam da espanhola Payretailers. Outra tarefa é obter o Iban, um código baseado em um padrão de identidade internacional de contas bancárias, para o recebimento das quantias acertadas. Tudo isso sem contar a necessidade de certificações e o conhecimento e cumprimento de regulamentações de outros países.

O que as fintechs fazem é agilizar esse processo, obtendo licenças para atuar em vários países diferentes, abrir contas bancárias no exterior, fornecer informações sobre companhias estrangeiras envolvidas na operação, e ter conhecimento antecipado de todas as etapas do processo para agilizá-lo. E oferecem aos clientes, por meio de webpages ou APIs, a possibilidade de acompanhar todas as fases das operações. "É possível identificar rapidamente se houver algum problema em alguma parte do trajeto e corrigir logo", diz a diretora da Pro Sky.

Segundo as empresas, em vez de horas ou até mesmo dias, o pagamento pode ser feito em até 30 minutos. "Eu consigo proporcionar uma experiência mais fluida para o cliente na ponta, ao contrário do que ocorreria se ele tivesse que realizar essa operação dentro do banco", afirma William. "O que ele precisa executar, qual é o nível de documentação, tudo já está 'parametrizado', resultando em facilidade na hora de fazer as transferências", diz.

A Caliza, fintech fundada pelo americano Ezra Kebab e que chegou ao Brasil em setembro, atraída pelo sucesso do Pix, promete realizar transações quase instantâneas para organizações que tenham negócios com empresas americanas. Ela também tem operações no México. Segundo Kebrab, as companhias brasileiras são submetidas a taxas elevadas e processos lentos e burocráticos que podem levar até cinco dias para serem concluídos. Além disso, diz ele, pagam desnecessariamente um valor 50% mais alto nos custos das transações entre Brasil e Estados Unidos.

Para tornar as liquidações quase instantâneas, a Caliza utiliza stablecoins lastreadas em reais e dólares. Por meio da API da empresa, o cliente pode gerenciar suas operações. Em paralelo, a Caliza oferece sua tecnologia aos bancos para integrá-los ao processo. A fintech captou investimento de US$ 8,5 milhões para expandir suas operações.

Moretto, da Payretailers, estima que a redução de custos com essas operações pode chegar a 40% na comparação com operações tradicionais. Nesse cálculo, inclui não apenas os valores menores cobrados pelas operações, mas também a redução de gastos administrativos. "Nosso custo [spread] hoje, na média, está em 0,89% para pessoas jurídicas", diz William. De acordo com ele, dependendo do banco, o custo é muito maior.

Tag cresce 33% e terá novo impulso com 'free flow'

Lúcia Helena de Camargo
Para o Valor, de São Paulo

As tags para pagamento de pedágios, estacionamentos, combustíveis e outros serviços estão cada vez mais presentes. No último ano o crescimento foi de 33%, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Pagamento Automático para Mobilidade (Abepam). Já são 12 milhões de usuários, o equivalente a 20% dos 60 milhões de veículos registrados pela Secretaria Nacional de Trânsito. Se tomado como base o período pré-pandemia de covid-19, a alta nas tags supera os 50%. A busca por agilidade figura como principal razão do avanço, seguida da formação de uma rede de estabelecimentos que aceitam as tags, que chega a 10 mil no país.

Maior do segmento, a Sem Parar detém mais de 7 milhões de tags ativas, com 20% de alta nas vendas no último ano. Além da passagem pelo pedágio, a empresa tem 2.800 postos de combustíveis credenciados, 765 drive-thrus, 2.200 estacionamentos, 165 lava-rápidos, entre outros. "Investimos nas parcerias entre R$ 150 milhões e R$ 200 milhões por ano desde 2022 para ampliar a rede de estabelecimentos", afirma Bartolomeu Correa, vice-presidente comercial da companhia.

O fator que deve impulsionar ainda mais a procura por tags, de acordo com André Turquetto, presidente da Abepam e diretor-geral da Veloe, é a expansão do sistema free flow, já em operação na rodovia Rio-Santos e em algumas estradas do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, funcionando como projeto-piloto (sem cobrança) na Ayrton Senna (SP) e em testes na ponte Rio-Niterói (RJ).

"Existem mais de 30 projetos de concessão previstos para os próximos três anos, que vão dobrar a malha rodoviária de concessões, passando de 25 mil quilômetros para mais de 50 mil quilômetros. Com a expansão, que trará consigo o free flow, podemos atingir 20 milhões de veículos com tags nos próximos dois ou três anos", avalia.

DIVULGAÇÃO

"No futuro a meta é termos pórticos [de free flow] a cada 15 km"
Santi Ferri

No sistema free flow, a cobrança é feita automaticamente no cartão vinculado à tag quando o veículo passa pelo pórtico. Há previsão de descontos para usuários frequentes. O motorista que não tem a tag instalada é avisado, por meio de placas e painéis, de que deve efetuar o pagamento em totens nas rodovias, site ou aplicativo da concessionária. Não há envio de aviso por e-mail, telefone ou correio. Se não pagar dentro de 15 dias após a passagem, o motorista poderá receber multa por evasão, no valor de R$ 195,23, e cinco pontos na carteira de habilitação.

Acaba de ser inaugurado pela Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) o free flow na SP-333, que liga Itápolis e Jaboticabal, no interior paulista. A concessionária administra 11 mil km de rodovias, incluindo os sistemas Anchieta-Imigrantes, Anhanguera-Bandeirantes, Castello Branco-Raposo Tavares e Ayrton Senna/Carvalho Pinto. Ao longo dessas estradas há 176 praças de pedágio, pelas quais circulam cerca de 3 milhões de veículos por dia.

O uso de tags, segundo Santi Ferri, diretor de operações da Artesp, passou de 59,3% em 2016 para 72,6% em 2024. "No futuro a meta é termos pórticos a cada 15 km; hoje os pedágios ficam a cada 40 km, em média", informa. A justificativa é que a medida tornaria a taxa mais justa, cobrando menos de quem trafega por trechos menores. "Construir uma praça de pedágio custa pelo menos R$ 40 milhões; um pórtico de free flow sai por R$ 12 milhões."

A ConectCar, que conta com mais de 3,3 milhões de clientes habilitados com Tag Itaú, Tag Porto e Tag Ultrapasse, entre outros, também aposta no free flow para ampliar a carteira de clientes. "Como incentivo, estamos oferecendo a tag para uso exclusivo no free flow com isenção de mensalidade", diz Ricardo Kaoru Inada, CEO da ConectCar.

Até shoppings estão investindo no free flow. A Multiplan implantou o pagamento sem catracas nos estacionamentos de 19 de seus 20 shoppings. Para ter acesso ao sistema, o cliente precisa se inscrever no aplicativo do grupo, que conta com 900 mil cadastrados. De acordo com Marcelo Martins, vice-presidente de operações da empresa, em alguns shoppings chega a 60% o pagamento automático, sendo que, na média, 40% dos clientes optam por essa modalidade. "Vale destacar a contribuição no aspecto ambiental: somente em dezembro de 2023, pelo menos 750 mil tíquetes de papel deixaram de ser impressos", diz Martins.

O Shopping Plaza Sul, na capital paulista, que oferece catracas conveniadas com os sistemas Sem Parar, Conect Car, Veloe e Greenpass, tem registrado crescimento contínuo na procura pelo pagamento automático do estacionamento. Hoje, 63% dos visitantes usam as tags; eram 61% em 2023 e 58% em 2022. No Shopping Praça da Moça, em Diadema (SP), 40% dos clientes usam as tags para pagar o estacionamento, segundo Messias Mattos, coordenador de administração do Grupo AD, responsável pelo centro de compras.

Inteligência artificial Tecnologia generativa atua na prevenção de fraudes e facilita a oferta de crédito responsável, mas exige mais rigor na ética e na transparência

Serviços serão hiperpersonalizados

Suzana Liskauskas
Para o Valor, de São Paulo

O avanço das aplicações de inteligência artificial (IA), generativa e preditiva, tem contribuído para aumentar o nível de personalização em serviços de meios de pagamento. A tecnologia possibilita às instituições financeiras tratar de forma cada vez mais individualizada o relacionamento com pessoas físicas e jurídicas, contribuindo ainda para a prevenção de fraudes. Por outro lado, a disseminação do uso da IA reforça cuidados com a transparência nas relações com clientes, exige mais acuidade na gestão ética de dados sensíveis e requer mecanismos para identificar deepfakes.

"A IA generativa será o grande catalisador de uma nova revolução nos pagamentos, que já está em andamento", afirma Thiago Zaninotti, CTO da Celcoin. A principal mudança provocada pela adoção da IA generativa é a oferta hiperpersonalizada, com o acompanhamento do cliente mais alinhado ao momento de vida dele, diz. "Há uma enorme oportunidade de conceder crédito de maneira mais responsável, com um spread menor e a capacidade de atender o cliente dentro do seu caso específico."

Com relação aos desafios para garantir a privacidade dos clientes e a segurança das transações, Pétala Tuy, head de inteligência artificial e machine learning da Atos Brasil, observa um avanço nas autenticações. Ela nota ainda um aprimoramento na prevenção a fraudes e autorizações de transações. No entanto, há desafios a serem superados, como a necessidade de maior transparência nas decisões tomadas por alguns modelos de inteligência artificial.

"Isso se aplica também na gestão ética de dados sensíveis e na identificação de deepfakes, nos quais vídeos e áudios falsificados são criados para enganar, dificultando a distinção entre real e falso e gerando preocupações sobre a segurança das transações financeiras", ressalta Tuy.

DIVULGAÇÃO

Ingrid Imanishi, da NICE: personalização transforma relação com o cliente

Andrea Moraes, head global de consultoria de negócios da FICO, aponta o uso disseminado da tecnologia para otimizar o processamento de pagamentos, a conciliação financeira e a gestão de receitas. "Outra aplicação de IA [nos meios de pagamento], cada vez mais avançada, é a análise de emoções e sentimentos em tempo real a partir de interações em mídias sociais e feedbacks de clientes", afirma.

O uso da IA vem sofisticando a interação com clientes a partir de um conjunto de chatbots e assistentes virtuais favorecidos por essas aplicações. Nesse ecossistema, Moraes chama atenção para a ampliação da gama de tópicos, facilitando a interação com respostas mais naturais e assertivas. Como exemplo, ela cita aplicações em atendimento e na cobrança e recuperação de dívida.

> "Há uma enorme oportunidade de conceder crédito de maneira mais responsável"
> *Thiago Zaninotti*

Como em toda tecnologia emergente, é possível antever alguns impactos do uso, diz Diana Troper, DPO da Unico. Entre eles, ela aponta o aumento da capacidade de análise de grandes volumes de dados e a criação de modelos preditivos avançados. "Só teremos a dimensão real deles com o tempo. O principal desafio da regulação da IA é estabelecer diretrizes e padrões que protejam a sociedade de efeitos nocivos ou abusivos aos direitos fundamentais das pessoas, sem que isso signifique um obstáculo à inovação", avalia Troper.

Outra mudança trazida pela IA e tecnologias emergentes como computação quântica é a evolução nas análises de autenticidade, conferindo fluidez para as validações de usuário. Para Rodrigo Battella, diretor de soluções financeiras e do ecossistema de pagamentos da Blip, à medida que o uso da IA avança, a validação de um CPF, de uma digital, será menos dependente de um provedor. "Vamos estabelecer critérios que deem muito mais segurança no processo de autenticação, que é o mais crítico quando se fala em pagamentos. Teremos mais canais para gerir risco, mas, por outro lado, haverá mais ferramentas para conter essa fragilidade", diz.

A vocação da IA para tratar um volume exponencial de dados oferece uma nova configuração ao mercado de credenciadoras. Daniel Flores, head na Adiq Pagamentos Inovação Tecnológica nas Cooperativas de Crédito, ressalta que o processo de aprovação de transações eletrônicas está se transformando em commodity. "Quando caminhamos para um modelo preditivo e generativo, com a IA transcendemos, porque combinamos a análise de mercado, de produto e do consumidor. Quando juntamos essas informações, dependendo do algoritmo, consigo criar ofertas e potencializar vendas. Esse é o futuro da credenciadora", afirma.

Fabrício Costa, diretor de serviços financeiros da CloudWalk, faz uma provocação sobre o desenvolvimento dos diálogos com clientes. O uso da IA para negociar e dar suporte, na visão de Costa, precisa incluir a compreensão total da dúvida do cliente. "Tem automação, mas tem fundamentalmente a capacidade de dar as informações e dicas relevantes no tempo correto para que o empreendedor possa se preocupar mais em vender e se relacionar com seus clientes do que em fazer essa gestão do backoffice", ressalta Costa.

A CloudWalk não considera chatbots como IA. "O chatbot segue um roteiro de respostas predefinidas. A IA realmente ajuda os empreendedores a tomarem decisões no dia a dia, a aumentarem suas vendas e seu lucro", compara Costa. Na visão dele, são esperadas quatro grandes revoluções a partir do uso da IA: relacionamento com o cliente, redução de taxas, adaptação do cliente e experiência do usuário.

Em termos de impacto da IA generativa nos meios de pagamento, Ingrid Imanishi, diretora de soluções avançadas da NICE, enfatiza que há um salto na geração de conteúdo. Segundo Imanishi, essa condição vem transformando a relação entre fornecedores de serviços e produtos, incluindo bancos, e seus respectivos clientes, no ambiente de meios de pagamento.

"A personalização, a adequação das respostas formuladas pelos bancos para os seus clientes, seja através de uma interação humana, assistida e aumentada pelo uso da IA generativa, seja para a sumarização de benefícios de maneira muito mais customizada às necessidades dos clientes, vem transformando esse relacionamento", avalia Imanishi.

Bancarizada, baixa renda acessa poucos produtos

Fatima Fonseca
De São Paulo

Sete em cada dez brasileiros usam o Pix e beneficiários do Bolsa Família e de outros programas sociais de transferência de renda recebem pelos bancos, mas isso não significa que todos têm acesso aos serviços financeiros. "O Pix digitalizou uma população que antes movimentava dinheiro em espécie. Mas a bancarização dessa população para aí, porque ela não transaciona no mercado financeiro", resume Iago Oselieri, CEO da InvestPlay.

A exclusão da baixa renda do sistema financeiro pode tornar a vida para essas pessoas mais difícil, na medida em que a digitalização de serviços avança. Um exemplo é a automação do pagamento no transporte público. Pesquisa da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU) mostra que nove regiões metropolitanas já automatizaram o sistema de cobrança, total ou parcialmente, com pagamento do bilhete por meio de cartões bancários, smart card ou QR code.

Em Maceió o pagamento em dinheiro não é mais aceito e algumas cidades já dispensaram o cobrador . A cidade de São Paulo é uma exceção ao manter a função. "Apenas 5% do pagamento das passagens é em dinheiro e 95% [são pagas] com cartões ou bilhete único", diz Francisco Christovam, diretor-executivo da NTU.

Para o CEO da InvestPlay, a inclusão da baixa renda se dará a partir do lançamento de novas funcionalidades do Pix, como o Pix automático e o Pix por aproximação, e do open finance. Os novos serviços, previstos para 2025, vão possibilitar o Pix em carteiras digitais (wallets) — e para isso os usuários terão que aderir ao open finance. "A adesão ao sistema permite às instituições financeiras conhecer melhor o perfil do usuário, o que resultará em ofertas factíveis e menor inadimplência", avalia.

Ele dá como exemplo sua diarista, que trabalha em várias residências, recebe mensalmente entre R$ 4.000 e R$ 5.000 e está entre os brasileiros que não têm um cartão de crédito. "Quantos milhões de pessoas como ela são marginalizadas no mercado financeiro e não tomam crédito? O sistema tem uma visão míope da suposta bancarização da população", afirma.

Para Lauro Gonzalez, coordenador do Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira da Fundação Getulio Vargas, a inclusão financeira tem três dimensões: a primeira é o acesso, a segunda é o uso e a terceira é a qualidade. Ele dá como exemplo das duas primeiras os programas de transferência de renda, com os quais os beneficiários têm acesso ao banco para receber os benefícios, mas não usam os serviços fornecidos. "A terceira dimensão é que vai produzir efeito de bem-estar financeiro, através da inclusão", afirma Gonzalez.

O caminho, na sua avaliação, é desafiador e envolve questões relacionadas a oferta e demanda, além de questões macros (como taxas de juros, regulação, mercado de trabalho informal). "A demanda essencialmente tem a ver com educação financeira, e a oferta, com o tipo de produto que está sendo ofertado. O crédito concedido para quem tem uma chance baixa de pagar é um crédito predatório", diz o coordenador. E acrescenta: "O discurso do mercado de que basta as pessoas se educarem que tudo será lindamente resolvido não é verdade. Não adianta investir em programa de educação financeira, se a oferta de crédito é predatória e descontrolada."

5%
pagam ônibus em Maceió com dinheiro

Conscientização se une a tecnologia contra golpes

Daniela Rocha
Para o Valor, de São Paulo

O crescente uso de pagamentos digitais, e-commerce e redes sociais transformou as técnicas de fraudes e golpes das organizações criminosas, levando as instituições financeiras a investirem mais em tecnologias inovadoras e campanhas de conscientização. Os bancos aumentaram em 21% o orçamento previsto para tecnologia neste ano, para R$ 47,4 bilhões. Desse total, seguindo a linha de anos anteriores, cerca de 10% devem ir especificamente às soluções de segurança — portanto, algo em torno de R$ 4,7 bilhões, revela pesquisa Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

"A atualização é contínua, considerando os avanços tecnológicos e as mudanças no ambiente de riscos", diz Carolina Sansão, diretora-adjunta de inovação, tecnologia e cibersegurança da entidade. "Os criminosos usam principalmente técnicas de engenharia social, que consistem em enganar e manipular psicologicamente os usuários para que forneçam informações confidenciais ou executem transações em favor das quadrilhas."

Golpistas procuram explorar possíveis fragilidades nos ambientes virtuais para roubo de dados e vulnerabilidades comportamentais ou desconhecimento dos usuários, fazendo abordagens em diversos canais, como e-mail, mensagens de texto e até ligações telefônicas. Parte desses golpes envolve depósitos via Pix, falsos boletos e compras em sites piratas.

O Banco Central desenvolveu o Mecanismo Especial de Devolução (MED), para facilitar a recuperação de recursos em casos de fraudes, com taxa de retorno de 9%. A Núclea, antiga Câmara Interbancária de Pagamentos, responsável por todos os registro de boletos e 90% da liquidação de cartões de crédito e débito no país, desenvolveu uma ferramenta semelhante, a Detecta-Flow — que contempla todos os meios de pagamentos, e não só o Pix — , e afirma que a taxa de devolução é de cerca de 20%.

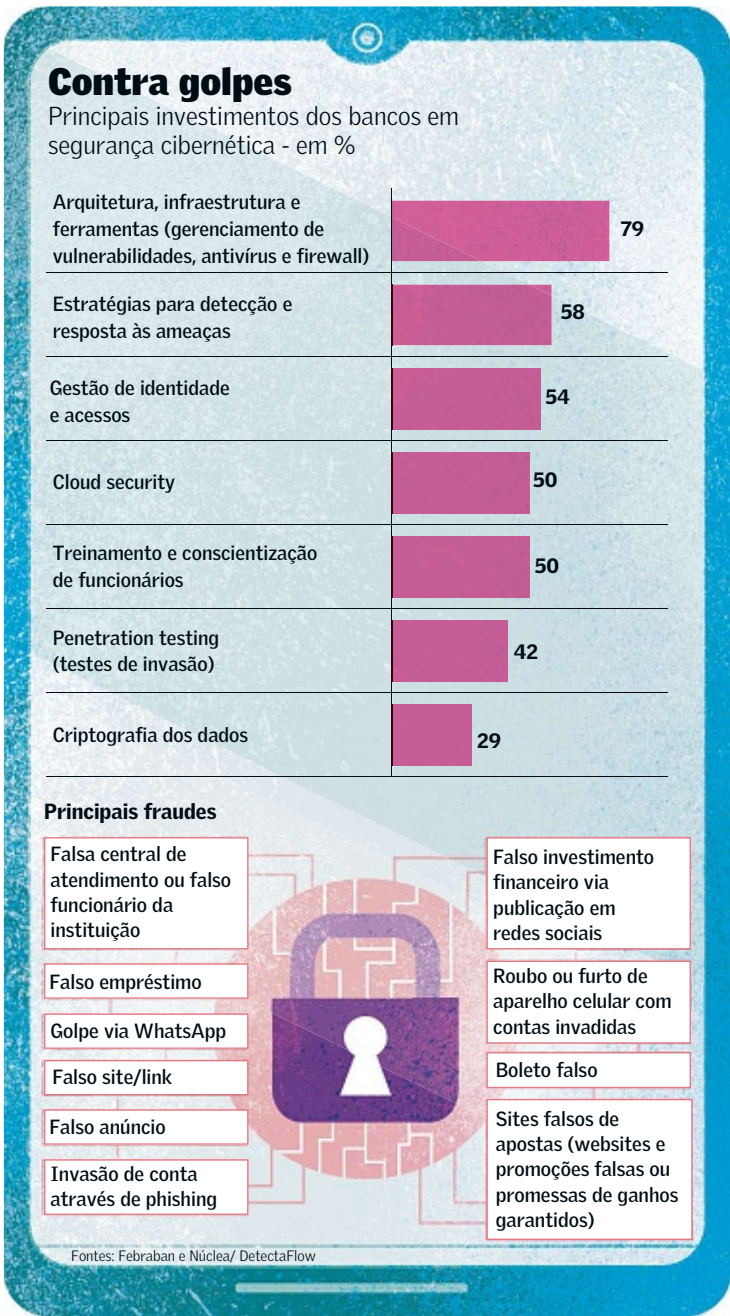
"Normalmente, o fraudador recebe numa conta e depois pulveriza o valor em outras para esconder o dinheiro. Com essa ferramenta, conseguimos ir de conta em conta, de banco em banco, para solicitar a devolução dos recursos", diz Raphael Mielle Trintinalia, superintendente de produtos antifraude, cibersegurança e IA da Núclea. As devoluções só acontecem se os argumentos forem aceitos e se o dinheiro ainda estiver disponível nas contas.

Na parte preventiva, a Núclea tem ferramentas que visam um processo seguro de cadastro e onboarding dos clientes, com biometria e checagem de dados, para evitar contas de laranjas. Para coibir fraudes transacionais, são usadas soluções de inteligência artificial (IA) e machine learning (aprendizado de máquina) para detectar movimentações suspeitas e criar travas de segurança. "Se tiver uma transação muito elevada fora da praça do cliente, o banco pode escolher um duplo fator de autenticação ou uma ligação para confirmar se é a pessoa mesmo que está efetuando a operação", explica Trintinalia.

> "Conseguimos ir de conta em conta para solicitar a devolução dos recursos"
> *Raphael Mielle Trintinalia*

A Febraban, a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) e seus associados também têm feito campanhas de prevenção, explicando para os consumidores como se protegerem de golpes. Entre as orientações, desconfiar de e-mails e mensagens sobre ofertas de produtos com preços muito abaixo do mercado, sorteios ou prêmios. Além disso, bancos e empresas de cartões nunca enviam e-mail ou fazem ligações solicitando dados sensíveis ou senhas. E, ao fazer compras, é essencial procurar sites seguros e com boa reputação na internet.

De modo geral, as plataformas de e-commerce aprimoraram a proteção, a partir da implementação dos padrões da indústria de segurança da informação. Adriana Umeda, diretora de risco da Visa do Brasil e integrante do Fórum de Segurança e Prevenção a Fraudes da Abecs, diz que a tokenização tende a ampliar a confiança. Por meio da tecnologia, os dados do cartão são substituídos por tokens, utilizados na validação e armazenamento pelas instituições e lojas virtuais. Se o token for comprometido ou vazar, não poderá ser usado em nenhuma outra situação.

Uma das ferramentas utilizadas para proteção de redes e nuvens, de modo a garantir uma conectividade segura, é a Blockbit Platform, da Blockbit, especializada em produtos de cibersegurança que atende mais de 5.000 empresas de diversos setores. De acordo com o CEO, Eduardo Bouças, o sistema atua na prevenção de intrusões, vazamentos de dados, comprometimento de APIs e injeção de scripts maliciosos. "Também garante que as comunicações entre filiais e data centers sejam seguras e monitoradas em tempo real", afirma. O objetivo é evitar ataques como ransomware e DDoS, por exemplo.

E mesmo com o avanço do internet banking e a queda no uso de dinheiro vivo também há recursos antifraude nos caixas eletrônicos, inclusive com machine learning e análise de big data para impedir ameaças desconhecidas e fortalecer a segurança dos terminais. "Nas nossas máquinas, todas as informações de cartões e senhas digitadas são criptografadas, impedindo a captura indevida de informações, além de contarem com um sistema contra intrusão", afirma Vicente Junqueira, head de software de delivery banking da Diebold Nixdorf no Brasil. A empresa tem 50% do market share de caixas eletrônicos do país.